

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MÁRCIO HOFF

**A POLITIZAÇÃO DA IDENTIDADE RELIGIOSA DE CATÓLICOS,
AFRICANISTAS E EVANGÉLICOS NAS ELEIÇÕES DE 2006
NO RIO GRANDE DO SUL**

**Porto Alegre
2008**

MÁRCIO HOFF

**A POLITIZAÇÃO DA IDENTIDADE RELIGIOSA DE CATÓLICOS,
AFRICANISTAS E EVANGÉLICOS NAS ELEIÇÕES DE 2006
NO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Dr. Ricardo Mariano

Porto Alegre
2008

MÁRCIO HOFF

**A POLITIZAÇÃO DA IDENTIDADE RELIGIOSA DE CATÓLICOS,
AFRICANISTAS E EVANGÉLICOS NAS ELEIÇÕES DE 2006
NO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Aírton Jungblut (PUCRS)

Prof. Dr. Ari Pedro Oro (UFRGS)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

H698p Hoff, Márcio
A politização da identidade religiosa de católicos,
africanistas e evangélicos nas eleições de 2006 no Rio
Grande do Sul / Márcio Hoff ; orientador: Ricardo Mariano.
- 2008.
f. : il.

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Porto
Alegre, RS, 2008.

1. Antropologia da religião. 2. Religião : política.
3. Eleições : Rio Grande do Sul : 2006. I. Mariano, Ricardo.
II. Título.

CDU 316.74:2

Bibliotecária Responsável
Mara Lúcia Araujo Meireles
CRB 10/1003

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar uma investigação sociológica a partir da análise da participação de lideranças religiosas (pastores, padres, pais e mães-de-santo, leigos) como candidatos a deputado estadual e federal no Estado do Rio Grande do Sul, nas eleições de 2006. A cada pleito eleitoral, vem crescendo o número de candidatos religiosos que se dizem “representantes de Deus” com a intenção de obter os votos de uma camada considerável da população evangélica, católica, de matriz afro-brasileira ou de outras denominações religiosas minoritárias. Somente no Rio Grande do Sul, foram mais de 60 os adeptos (entre membros e lideranças) de algum credo religioso que se apresentaram como candidatos a deputado nas eleições de 2006. A pesquisa de caráter sociológico tem a intenção de, desvelar as motivações que impulsionaram as denominações religiosas e suas lideranças a participarem do campo político-partidário, através da análise de documentos de algumas Igrejas, bem como de periódicos, jornais, revistas, livros, pesquisas na internet e da realização de entrevistas semi-estruturadas e gravadas com mais de 24 candidatos “religiosos”, buscando ilustrar o cenário demarcado na campanha política do pleito eleitoral de 2006 no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: política, eleições. candidatos religiosos, igrejas.

ABSTRACT

This work has as objective to accomplish a sociological investigation from the analysis of the participation of religious leaderships (shepherds, priests, fathers and mothers-of-saint, laypeople) as candidates to federal and state deputy in the State of the Rio Grande do Sul, in the 2006 elections. To each electoral campaign, it comes increasing the number of religious candidates who entitle themselves "God's representatives" with the intention to get the votes of a considerable layer of the evangelical, catholic, of matrix afro-Brazilian or other minority religious denominations population. Only in the Rio Grande do Sul, they had been more than the 60 adepts (among members and leaderships) of some religious creed that had presented themselves as candidates to deputy in the 2006 elections. The research, of sociological character, has the intention of discover the real motivations that stimulate the religious denominations and their leaderships to participate of the field politician-partisan, through the analysis of some churches documents, as well as of periodicals, magazines, books, researches in the internet and also through the accomplishment of half-structuralized and recorded interviews with more than fifteen "religious" candidates, searching illustrate the demarcated scene in the politic campaign of 2006, in the Rio Grande do Sul.

Keywords: politics, elections, religious candidates, churches.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL.....	17
1.1. A PARTICIPAÇÃO DOS CATÓLICOS NA POLÍTICA BRASILEIRA.....	17
1.2. A AÇÃO POLÍTICA DA IGREJA CATÓLICA NO ESTADO RIO GRANDE DO SUL.....	46
1.3. OS EVANGÉLICOS E SUA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA PARTIDÁRIA	58
1.4. A AÇÃO POLÍTICA DAS IGREJAS EVANGÉLICAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	74
1.5. AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA NO BRASIL	92
2. CANDIDATOS RELIGIOSOS NAS ELEIÇÕES DE 2006 NO RIO GRANDE DO SUL.....	101
2.1. CANDIDATOS CATÓLICOS.....	110
2.2. PERFIL SOCIAL DOS CANDIDATOS CATÓLICOS.....	112
2.3. TRAJETÓRIA RELIGIOSA DOS CANDIDATOS CATÓLICOS	114
2.4. TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS CANDIDATOS CATÓLICOS	117
2.5. IGREJA CATÓLICA: ORIENTAÇÕES AOS FIÉIS NO UNIVERSO DA POLÍTICA.....	120
2.6. CANDIDATOS DOS CULTOS DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA.....	124
2.7. PERFIL SOCIAL DOS CANDIDATOS DE CULTOS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA	128
2.8. TRAJETÓRIA RELIGIOSA DOS CANDIDATOS DE CULTOS DE RELIGIÕES MATRIZ AFRICANA.....	129
2.9. TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS CANDIDATOS DE CULTOS DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA.....	130..
2.10. AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: EM BUSCA DE SUA DEFESA NA POLÍTICA	133
3. A CAMPANHA ELEITORAL DOS CANDIDATOS EVANGÉLICOS DO RIO GRANDE DO SUL EM 2006	135
3.1. CANDIDATOS DE IGREJAS PENTECOSTAIS E PROTESTANTE.....	135
3.2. PERFIL SOCIAL DOS CANDIDATOS PENTECOSTAIS E PROTESTANTES	136
3.3. TRAJETORIA RELIGIOSA DOS CANDIDATOS PENTECOSTAIS E PROTESTANTES	138
3.4. TRAJETORIA POLÍTICA DOS CANDIDATOS PENTECOSTAIS E PROTESTANTES	144
3.5. CANDIDATOS EVANGÉLICOS OFICIAIS E NÃO-OFFICIAIS	149
3.6. ASSEMBLÉIA DE DEUS: MUITOS SÃO OS CANDIDATOS, POUCOS OS ELEITOS	153
3.7. IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR: REPRESENTANTES DE DEUS NO PARLAMENTO.....	154
3.8. IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS: VOTOS SAGRADOS, CANDIDATOS DE DEUS.....	155
3.9. DO PALANQUE AO PÚLPITO: A LEGISLAÇÃO QUE PROÍBE A CAMPANHA EM TEMPLOS RELIGIOSOS.....	157
3.10. A CAMPANHA ELEITORAL DOS CANDIDATOS	161
3.11. EM BUSCA DOS VOTOS DE DEUS: OS REDUTOS ELEITORAIS	168

3.12. OS GASTOS DE CAMPANHA	170
3.13. O ESCÂNDALO DOS DEPUTADOS SANGUESSUGAS E SEU IMPACTO NAS ELEIÇÕES 2006..	181
3.14. PROPOSTAS DE CAMPANHA E PROJETOS POLÍTICOS.....	192
3.15. CANDIDATOS ELEITOS: OS ESCOLHIDOS DE DEUS.....	196
3.16. PROJETOS LEGISLATIVOS DOS CANDIDATOS ELEITOS	199
CONCLUSÕES	213
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	217
Anexo I - candidatos evangélicos pentecostais - Assembléia Legislativa	222
Anexo II - candidatos evangélicos históricos - Assembléia Legislativa.....	224
Anexo III - candidatos católicos - Assembléia Legislativa	225
Anexo IV - candidatos afro-religiosos - Assembléia Legislativa	226
Anexo V - candidatos evangélicos - Câmara Federal.....	227
Anexo VI - candidatos católicos - Câmara Federal	228
Anexo VII - candidatos à Assembléia Legislativa por denominação.....	229
Anexo VIII - candidatos à Câmara Federal por denominação.....	282

Dedico esta dissertação a meus pais,
Albano e Nair, pelo exemplo de vida,
fidelidade e amorosidade sempre
presente.

AGRADECIMENTOS

A dissertação de mestrado representou para mim um encontro solitário comigo mesmo e com o meu objeto de estudo. Durante dois anos, debrucei-me incansavelmente em pesquisas bibliográficas e pesquisas de campo, abrindo mão de muitas coisas, do prazer de estar com os amigos e com a família. Mas ao findar esse período de dois anos em que estive mergulhado neste processo contínuo e solitário de pesquisa, posso afirmar que valeu a pena todo o sacrifício para que este trabalho fosse realizado. Quero assim, expressar os mais sinceros agradecimentos a todos que, de uma forma ou de outra, estiveram presentes ao longo deste período:

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS, pelo empenho e dedicação de todos os professores com quem convivi neste período, em especial, aos professores Airton Luiz Jungblut, Emil Albert Sobottka, Hermílio Santos, Léo Peixoto Rodrigues, Márcia Ribeiro Dias e Ricardo Mariano.

À secretária do PPGCS e amiga, Rosane Andrade, pessoa ímpar, sempre prestativa e disposta a auxiliar.

Um agradecimento especial ao meu orientador e amigo, Ricardo Mariano, pela afetuosidade, conselhos, e orientação impecável. Agradeço por ter acreditado e estimulado ainda mais meu potencial acadêmico.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, por ter concedido uma bolsa parcial pelo sistema PROBOLSAS, sem a qual, jamais poderia ter realizado este estudo.

Ao casal Werner e Cornélia Wittkowski, e à Studienförderung, um agradecimento especial, por serem os sementeiros desta grande jornada e, por continuar acreditando no potencial de estudantes brasileiros.

Aos professores integrantes da minha banca que mesmo dispondo de tempo exíguo, aceitaram o desafio de ler a minha dissertação e expressarem suas preciosas contribuições ao texto.

A todos os colegas de pós-graduação com quem aprendi muito, em especial à Daiane Menezes e Deivis Lope, pela partilha de sofrimentos e inquietações.

Um agradecimento especial a Henrique Hoff e Luciana Gaedicke Brizolla, pelo empenho no auxílio doloroso de gravação das entrevistas. Um obrigado à minha amiga e informante Eliane Linhares que me auxiliou na procura por Toni de Exu.

A toda minha família, que durante vários finais de semana ininterruptos me viu ausente, às minhas mais sinceras desculpas e os meus agradecimentos pelo apoio e compreensão recebidos.

A todo os agentes religiosos, pastores, bispos, padres, diáconos, obreiros e membros das denominações religiosas que dispuseram do seu tempo para que eu pudesse entrevistá-los. Sem suas preciosas contribuições e informações prestadas, este trabalho jamais se realizaria.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, um novo fenômeno social vem ganhando visibilidade no Brasil, merecendo cada vez maior atenção de pesquisadores das ciências sociais: a crescente presença de religiosos, sobretudo de pentecostais, no campo político-partidário brasileiro. O presente trabalho surgiu da preocupação em conhecer os efeitos e desdobramentos políticos e religiosos da inserção de candidatos religiosos na política partidária no Estado do Rio Grande do Sul.

Observando as pesquisas existentes sobre esse fenômeno na sociedade brasileira, pode-se afirmar que a maior parte delas têm como foco principal de análise os políticos (senadores, deputados federais, estaduais e vereadores) evangélicos já eleitos que atuam nas casas legislativas (Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas e Câmara e Senado Federal).

Este trabalho, por sua vez, tem por objetivo geral analisar as candidaturas de religiosos gaúchos¹ que se identificaram como representantes afro-brasileiros, católicos, pentecostais e protestantes nas eleições para o legislativo estadual e federal em 2006. Procura analisar a participação do mais humilde pastor ou obreiro até o religioso que recebe apoio oficial de alguma instituição religiosa e desvelar sua trajetória religiosa e política, sua visão religiosa e de sociedade, suas aspirações, inquietações e motivações que alavancaram sua candidatura.

O pleito eleitoral de 2006 para deputado estadual e federal no Rio Grande do Sul apresentou elevado número de candidatos religiosos, espalhados por distintas regiões do Estado, compondo um quadro muito heterogêneo quanto ao padrão de vida e ao perfil social dos mesmos. Enquanto uns residiam em zonas periféricas e favelizadas, outros moravam em regiões centrais e ricas de alguns municípios. Enquanto uns gastaram cifras exorbitantes em marketing e propaganda política com apoio ou patrocínio de instituições religiosas ou empresariais, outros reproduziram seus “santinhos” em máquinas foto-copiadoras, por dispor de pouquíssimo recurso financeiro para investir na campanha eleitoral.

Este estudo pretende conhecer e desvelar algumas variantes e elementos da realidade político-religiosa que vem se construindo e consolidando nos últimos pleitos

¹ A preferência em trabalhar com candidatos religiosos deve-se ao fato de encontrarmos poucos trabalhos nessa esfera, em detrimento de trabalhos já realizados com políticos religiosos que ocupam cargos públicos.

eleitorais no Estado. Para tanto, baseia-se numa pesquisa empírica, em entrevistas semidiretivas gravadas, conversas informais e observações de campo realizadas com os candidatos no período pré e pós-eleitoral.

Dado que os grupos pentecostais foram os que mais cresceram demograficamente e os que mais ampliaram sua participação na política partidária no Brasil, este trabalho prioriza os estudos sobre a atuação, o ativismo político e o corporativismo desses religiosos. O aumento de candidatos pentecostais nas disputas eleitorais é considerado um novo fenômeno societal, tornando-se objeto de estudo de muitos pesquisadores da sociologia. No Rio Grande do Sul, esse fenômeno permanece relativamente pouco investigado em seus desdobramentos políticos, sociais e culturais.

Através de estudos e pesquisas já realizadas nessa área, pretende-se compreender o conjunto de variantes que caracteriza o processo de envolvimento de atores religiosos no cenário político-partidário e utilizá-las como aporte no desenvolvimento do presente trabalho. A reflexão sobre a inserção de líderes e agentes religiosos na política partidária procura desvelar os interesses, objetivos e motivações de candidaturas a cargos eletivos, a relação dos candidatos com suas instituições religiosas e com os partidos políticos.

Entre as questões que nortearão a construção deste trabalho estão: o que buscam e quem são os membros e agentes religiosos que decidiram concorrer aos cargos de deputado estadual e federal no Estado do Rio Grande do Sul em 2006? Como cada instituição religiosa ou candidato religioso se organizou para atrair para si os votos dos fiéis? Uma vez que a CPI dos sanguessugas pôs em xeque a ética de muitos deputados evangélicos, acusados de corrupção e envolvimento ilícito na compra de ambulâncias superfaturadas, como os atuais candidatos pentecostais tentam manter sua reputação frente a seu eleitorado? A pesquisa pretende verificar quais são e o que querem as instituições religiosas que lançam candidatos oficiais a cargos políticos; identificar quem são e o que pretendem os candidatos religiosos; analisar suas propostas parlamentares e, por fim, verificar qual o grau de importância social dos projetos de lei propostos pelos candidatos eleitos no parlamento.

A pesquisa procurou traçar as trajetórias religiosa e política dos candidatos gaúchos, visando investigar como ocorreu sua conversão; o tempo de permanência na religião atual; se ocupam algum cargo na igreja; a religião de seus pais, as motivações que os levaram a concorrer a um cargo eletivo. Procurou desvelar também há quanto tempo o candidato atua na política, sua trajetória partidária, quantas vezes concorreu a

algum cargo eletivo, como a igreja em que atua o apóia e quais são suas estratégias eleitorais e suas atividades de campanha. As observações também buscaram mapear suas propostas e o engajamento ou não de lideranças eclesiais nas campanhas eleitorais de cada um.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa subdividem-se em algumas etapas seguidas pelo pesquisador durante o transcorrer da pesquisa, na qual foram analisados o material de campanha dos candidatos religiosos, e realizado um levantamento sobre candidatos religiosos que já ocuparam cadeiras na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal em legislaturas anteriores. Na pesquisa de dados, verificou-se o número de candidatos religiosos concorrendo aos cargos de deputado estadual e federal no Rio Grande do Sul, sua sigla partidária e instituição religiosa. Nas entrevistas semi-estruturadas foram explorados, sobretudo, a trajetória política e religiosa de cada entrevistado, sua campanha eleitoral e suas propostas políticas.

No total, foram identificados 44 candidatos a deputado estadual que tornaram público seu vínculo com alguma instituição religiosa durante a campanha. Cabe ressaltar que eles disputaram as 55 cadeiras da Assembléia Legislativa gaúcha com outros 445 candidatos, representando outros segmentos sociais. Isso representa uma fração de quase 10% do total de candidatos a deputado estadual. Para a Câmara Federal, foram identificados 23 candidatos religiosos, entre os 279 que disputaram as 31 vagas destinadas ao Rio Grande do Sul.

A identificação dos candidatos ocorreu através da consulta sistemática das *home-pages* do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e do TRE (Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul), da ida às sedes dos partidos políticos e de algumas denominações religiosas. Foram consultados funcionários de partidos políticos, efetuadas visitas a alguns templos religiosos e participação em eventos e cultos, a fim de descobrir e entrevistar candidatos até então desconhecidos. Também assisti à propaganda eleitoral gratuita de rádio e televisão para identificar candidatos e observar sua campanha nos meios de comunicação.

Uma vez listados, elencados e classificados por partido e denominação religiosa, os candidatos foram procurados para conceder entrevistas. Assim, realizei entrevistas semi-diretivas e gravadas com deputados estaduais e federais que concorreram à reeleição, com aqueles que concorreram pela primeira vez e que possuíam vínculo estreito (pastor, padre, presbítero, leigo, obreiro, pai-de-santo, etc.) com alguma organização religiosa. Contudo, vários candidatos religiosos provavelmente deixaram de

ser identificados em razão da dificuldade de pesquisar em todas as regiões do Estado e da provável existência de candidatos ligados a denominações religiosas distantes da capital. Apesar disso, a lista é representativa. Como nos pleitos anteriores, confirmou-se o fenômeno da participação dos pentecostais como grupo majoritário em candidaturas, seguidos, em menor número, por candidatos católicos e afro-brasileiros. Para as entrevistas, os candidatos foram contatados previamente por telefone, pois muitos residiam em municípios do interior do Estado. Onze deles – residentes em Cachoeira do Sul, Canoas, Charqueadas, Camaquã, Carazinho, Sapucaia do Sul, Porto Alegre e Santa Maria – foram entrevistados pessoalmente em seus municípios antes de findar o primeiro turno. Após as eleições, outros candidatos foram entrevistados nos municípios de Tapes, Caxias do Sul, Campo Bom e Porto Alegre.

No primeiro capítulo serão analisados a participação e o vínculo existente entre Igreja e Estado e religião e política no Brasil e no Rio Grande do Sul. A Igreja Católica esteve ligada ao Estado brasileiro até fins do século XIX. Com a separação de ambos, uma nova aproximação da Igreja começa a ser articulada a partir da década de 30, agora entre religião e política, com a Liga Eleitoral Católica e, sobretudo a partir dos anos 80, após a abertura política, quando muitos militantes católicos, considerados progressistas, adentram na política partidária. A presença protestante na política começa a se destacar a partir da década de 50, quando membros e pastores das igrejas históricas decidem concorrer a cargos eletivos. Durante o regime militar, muitas lideranças pastorais de igrejas protestantes e pentecostais foram cooptadas pelo Estado. Nas três últimas décadas o pentecostalismo expandiu seu rebanho de seguidores pelo Brasil. Esse fenômeno migrou também para a política partidária, elevando-se o número de candidatos pentecostais a cada pleito eleitoral e ocupando cadeiras nas assembleias legislativas e na Câmara Federal. Em 2003, o número de deputados evangélicos na Câmara Federal era tão significativo que deu origem à formação da “Frente Parlamentar Evangélica”. Embora as religiões de matriz africana tenham uma significância histórica e cultural na sociedade brasileira, sua participação na política partidária é ínfima. Este segmento religioso sempre teve menor preocupação em eleger representantes a cargos públicos. No entanto, sempre participou da política de maneira assistencialista e clientelista (Prandi, 2003). Nos últimos pleitos, pode-se verificar um aumento do número de candidatos para representar politicamente e defender a religião dos constantes ataques pentecostais.

O segundo capítulo discorre sobre a campanha eleitoral no pleito de 2006 de candidatos católicos e das religiões de matriz africana. Traça um perfil social dos candidatos, a partir das categorias renda, faixa-etária, escolaridade, cor, local de moradia e gênero. Analisa sua trajetória religiosa e política, sua militância em partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais ou outras entidades. As instituições religiosas são foco de análise neste capítulo, sobretudo aquelas com projetos políticos, como a Igreja Católica, pois a mesma costuma orientar seus fiéis a votar eticamente.

O terceiro e último capítulo discorre sobre a campanha eleitoral dos candidatos evangélicos e apresenta a análise de discurso político-religioso dos mesmos. Os candidatos evangélicos costumam legitimar sua candidatura e defender sua idoneidade e capacidade para legislar. Esta análise permitirá clarificar e elencar diversos elementos importantes para compreender o processo eleitoral, tais como a campanha em templos religiosos, a agenda dos candidatos, seus redutos eleitorais, os gastos com a campanha, principais compromissos durante o pleito (visitas, passeatas, carreatas, comícios, etc), suas propostas e projetos políticos, bem como a repercussão negativa causada aos candidatos pelo envolvimento de deputados evangélicos no “escândalo das sanguessugas”. Os candidatos eleitos serão acompanhados mediante análise de suas proposições legislativas.

1. RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL

1.1. A participação dos católicos na política brasileira

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, no século XVI, a Igreja Católica esteve aliada aos domínios de Portugal, com legitimidade para exercer forte influência na Colônia através do Padroado Régio e das Santas Missões. Durante o período imperial (1808-1889). Sob a influência dos “ventos liberais da Europa”, em 1823 D. Pedro I dotou o governo imperial de uma constituição, reunindo em Assembléia Constituinte as forças sociais dominantes da época (bacharéis, padres e líderes da aristocracia agrária). Mas, sem conseguir controlá-la, dissolve-a, cria o Poder Moderador que lhe garantia amplos poderes e, no ano de 1824, outorga a Constituição Monárquica em um processo pouco democrático (Lustosa, 1986, p.21). É nesse contexto político que a Igreja Católica passou a ser considerada como religião oficial do Império, enquanto que a liberdade de cultos para outras tradições religiosas, ficou restrita a espaços privados.

Com essa determinação, “os templos protestantes, tanto os luteranos do sul do país, como os das Igrejas Congregacional, Presbiteriana, Batista e Metodista” (Beozzo, 1986, p.9), não podiam ter em sua fachada qualquer característica semelhante a de um templo religioso, isto é, torres, sinos ou algo que lembrasse uma igreja. Os não-católicos podiam votar, mas eram proibidos de concorrer a cargos públicos, como deputado ou magistrado, “pois em todos esses cargos devia-se jurar “manter a religião católica...” (Beozzo, 1986, p.9).

O Estado brasileiro ainda é influenciado pela igreja Católica tendo em vista os 500 anos de hegemonia da igreja Católica sob a nação brasileira. O “Regime de Padroado” durante o Império, representava uma ligação muito estreita entre Estado e igreja, em que o corpo eclesiástico da igreja (padres, bispos e outros membros) era considerado funcionário público remunerado e, cabia ao Poder Executivo protegê-los, uma vez que eram membros da religião oficial do Estado. Na ocasião da outorga da constituição de 1824, o artigo 95º, em seu parágrafo 3º estabelece que, para concorrer a deputado, o cidadão deveria professar a fé católica. Nada menos que 15 deputados entre os 93 eleitos para compor a Assembléia Constituinte em 1824, eram sacerdotes da igreja Católica (Oro, 2006, p.78).

O clero ultramontano se mostrava insatisfeito com o fato de que o poder Executivo detinha o poder de “nomear bispos e fiscalizar a Igreja em assuntos administrativos e econômicos, bem como aprovar ou não as bulas pontificias, mesmo aquelas dedicadas exclusivamente a temas religiosos” (Oro, 2006, p.78). Mesmo mantendo alguns privilégios, como a única instituição reconhecida a emitir documento civil através dos batizados, realizar casamentos reconhecidos pelo Império e administrar os cemitérios, proibindo o enterro de não-católicos, a igreja mostrava-se insatisfeita e, por conta disso, ocorreu uma série de conflitos entre Estado e Igreja (Beozzo, 1986, p.10).

Um conflito grave entre Igreja e Estado ocorreu em 1872, quando o Frei Vital Maria, bispo de Olinda, resolveu proibir a distribuição da comunhão para os católicos maçons e a realização de celebrações festivas por ocasião de fundação de novas Lojas Maçônicas, referendado nas encíclicas *Quanta Cura*, *Syllabus* e *Qui Pluribus*, redigidas pelo papa Pio IX. Seguindo o exemplo do Frei Vital Maria, o bispo do Pará, Dom Antonio Macedo Costa, também adotou os preceitos das encíclicas de Pio IX. Os dois acabaram sendo presos e condenados a quatro anos de trabalho forçado pelo exército imperial (Oro, 2006, p.79).

Para a Igreja era difícil suportar o fato de que o Império, através de ministros liberais ou maçons, pudessem intervir diretamente nos assuntos internos da instituição, como na nomeação de professores de seminários, na aprovação dos currículos e dos livros a serem utilizados pelos noviços e na nomeação de bispos ou vigários (Beozzo, 1986, p.11). Mas D. Pedro I, influenciado pelo racionalismo, pelo enciclopedismo e pelo processo secularista francês, costumava tratar o clero como uma categoria de funcionários públicos, proibindo as ordens religiosas de receber noviços em 1855. Já, em 1870, ele proibiu a entrada de noviços estrangeiros no país. Dessa forma, no fim do período imperial, o clero brasileiro estava reduzido a 700 padres (Cavalcanti, 2002, p.187).

Alguns sacerdotes da Igreja Católica que apoiavam as decisões de Dom Antonio e Frei Vital foram acusados pelo visconde de Rio Branco de estimular revoltas populares, como a Revolta dos Quebra-Quilo (1874-1875). Muitas casas eclesiásticas, como o Colégio dos Jesuítas na região Nordeste, tornaram-se alvo da polícia imperial. Contudo, sua insurgência não foi comprovada. Mesmo assim, muitos sacerdotes, sobretudo jesuítas estrangeiros, foram expulsos do Brasil (Aquino, 2000, p. 27).

Estes acontecimentos foram o estopim para que tivesse início o processo de separação entre Igreja e Estado, o que acabou ocorrendo com o fim do Império e a Proclamação da República, a 15 de novembro de 1889, sendo decretada em 7 de janeiro de 1890 pelo governo provisório e oficializada em 1891 por ocasião da promulgação da primeira Constituição republicana. Chegava ao fim o vínculo oficial entre Igreja Católica e Estado, “extinguindo o regime do padroado, secularizando os aparelhos estatais, o casamento e os cemitérios, garantindo, pela primeira vez, a liberdade religiosa para outros cultos” (Oro, 2006, p.81).

Com o advento da República ocorreu a separação jurídica entre Estado e igreja. Na década de 1870, já era visível uma certa agitação política motivada pelo fim do tráfico de negros, pela Questão Religiosa, que gerou conflitos entre muitos bispos e maçons ligados aos altos escalões do Império, pelo manifesto republicano de 1870 e pela presença de novas correntes de pensamento que chegavam ao Brasil, tais como o darwinismo, o evolucionismo, o positivismo, o Iluminismo e a crítica geral que pairava sob a Igreja. Esses fatos contribuíram para modificar o panorama social, econômico e cultural do país. “A tendência é francamente positivista e voltada para as realidades intramundanas, numa tentativa avassaladora de libertação do domínio dos padrões religiosos sobre a concepção e ação das elites brasileiras(...)”(Bolan, 1972, pp.42-43).

Tem-se aí, segundo Mariano, o início do “processo de secularização do Estado brasileiro (...), resultando na liberdade religiosa, no pluralismo religioso e, conseqüentemente, na formação de vasto mercado religioso”, acontecimentos que impulsionaram o crescimento do movimento pentecostal no Brasil (Mariano, 2002, p.1).

Com a separação “moral, econômica, política e jurídica” (Beozzo, 1986, p.11) entre Igreja e Estado, as demais crenças religiosas existentes no país, sobretudo as de origem protestante, garantiram o seu direito à liberdade religiosa e ganharam terreno para a sua livre expansão e expressão. O mesmo aconteceu com a Igreja Católica, uma vez que não mais precisava prestar obediência ao Estado, podendo agora ser livre para nomear seu quadro eclesiástico e até mesmo se opor a leis estatais que viessem a desfavorecer-lhe, como foi o caso da lei da mão-morta, pela qual o Estado pretendia expropriar todos os bens da Igreja por ocasião da separação (Oro, 2006, p.81).

Alguns grupos tiveram participação importante na promulgação da República brasileira e na separação entre Igreja e Estado: os liberais, os republicanos, os positivistas, os protestantes e os maçons (Giumbelli, 2002 apud Oro, 2006, p.81).

A sociedade brasileira praticamente não participou desse episódio de separação entre Igreja e Estado. Essa iniciativa partiu do próprio Estado e não das camadas populares, de modo que o processo de laicização do Brasil não passou por conflito como ocorreu em outras nações (Kirchheim, 2003, Mainwaring, 1989).

Oficialmente, o Vaticano considerou uma ‘heresia da modernidade’ a separação oficial entre Igreja e Estado. Contudo, a Igreja libertou-se da relação de subserviência que manteve com o Estado até o fim do Império. Com isso, muitas reformas internas foram realizadas pela Igreja entre o período de 1890 a 1916, objetivando melhorar sua imagem frente à sociedade. Muitos padres e bispos estrangeiros vieram para o Brasil com o intuito de “reverter a decadência institucional das décadas anteriores” e auxiliaram no reordenamento das ordens religiosas que haviam enfraquecido com o decreto de 1855, “recrutando e importando” novos membros dispostos a fazer parte do clero. O episcopado passou a ter maior controle sobre as atividades do clero, e novas dioceses foram criadas. “A nova missão da igreja era cristianizar a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico” (Mainwaring, 1989, pp.42-45).

A Igreja Católica reagiu, colocando-se contra a secularização do Estado brasileiro. Uma carta pastoral foi a forma que o episcopado brasileiro encontrou para reagir de forma oficial contra o decreto 119A, em março de 1890. Assinada, pela primeira vez, por todos os bispos do Brasil, o documento pretendia defender o “princípio da União da Igreja e do Estado”. Com o documento, a Igreja pretendia buscar construir “um estatuto de harmonia e cooperação entre as duas instituições, mesmo ambas persistindo, respectivamente, em suas esferas próprias de ação” (Lustosa, 1990, p.17).

Após a carta pastoral, os bispos redigiram mais um documento, que foi enviado diretamente ao então presidente do Brasil, Marechal Deodoro da Fonseca, na esperança de sensibilizar o presidente, uma vez que este se dizia católico. Conhecido como “Reclamação”, o documento fazia um apelo pessoal e direto do episcopado, no sentido de protestar contra uma série de artigos constitucionais que iriam, de alguma forma, prejudicar as atividades da Igreja, previstos no projeto governamental sob o decreto n.516, fio condutor da nova Constituinte brasileira.

Logo após uma série de reações da Igreja Católica contra sua separação do Estado, o início do processo de secularização e as conseqüentes fissuras que esses

acontecimentos acarretaram na instituição, começaram a surgir entre o clero posicionamentos e divergências quanto a aceitação do regime republicano, o que resultou na formação de dois grupos distintos em relação à legitimação da República: católicos monarquistas (adesistas e moderados) e católicos republicanos (liberais e radicais).

Os católicos monarquistas “situavam-se tanto junto aos leigos quanto nas fileiras do clero e do episcopado. Eram conservadores em política e ultramontanos em religião” (Lustosa, 1990, p.20). Muitos bispos não escondiam sua preferência pelo antigo regime. Muitos sacerdotes assustados com a “onda de secularização”, pleiteavam o retorno da monarquia. “Por isso, opunham-se à posição neutra do Estado diante da religião e levantavam-se contra o estabelecimento do ensino laico nas escolas públicas” (Oro, 2006, p.83). Era, entretanto, entre os católicos leigos que a monarquia encontrava maior número de adeptos. Alguns, mais letrados, costumavam publicar na imprensa seu ideário pelo retorno ao regime imperial.

Os católicos republicanos nunca foram significativos, pelo menos no período entre 1869 a 1889. Porém, conforme lembra Lustosa, “praticamente todos os republicanos históricos se diziam católicos, mas em termos de política se consideravam liberais, na maioria, pendendo para o radicalismo maçônico e anti-clerical” (Lustosa, 1990, p.22). Contudo, os moderados eram a corrente dominante entre os católicos que defendiam a República como a forma de governo mais adequada para os tempos modernos (Lustosa, 1990, p.22). Entre eles, destaca-se o Pe. Júlio Maria que buscou estabelecer “a conscientização sociopolítica dos católicos brasileiros em face do regime republicano e para a abertura de diálogo, capaz de facilitar a consecução de um estatuto de bom relacionamento e de convivência pacífica entre o Estado e a Igreja” (Lustosa, 1990, p.23).

Como o divórcio entre Estado e Igreja Católica acabava sendo prejudicial para ambos, na visão eclesiástica, muitos bispos passaram a incitar e conclamar a população católica votante, através da Carta Pastoral, a participar dos processos eleitorais com vistas a escolher cidadãos de confiança do poder eclesiástico, a fim de representá-lo no futuro Congresso Nacional que iria se formar (Lustosa, 1990, p.24). Essa representação tinha intenções óbvias: defender a Igreja contra todo e qualquer artigo constitucional que pudesse prejudicar os seus anseios, sobretudo nos aspectos da propriedade privada.

A Igreja Católica procurou criar um ²partido político católico como meio ou “instrumento mais eficaz para conseguir a reformulação da Lei Magna nos artigos que feriam os direitos da Igreja e prejudicavam os alicerces da própria sociedade brasileira” (Lustosa, 1990, p.24). Mas, “a Igreja jamais se comprometia oficialmente com o Partido Católico”, ou seja, o poder eclesiástico “fechava os olhos ao engajamento de padres e fiéis” e apoiava candidatos católicos por detrás dos bastidores, mas não declarava seus posicionamentos políticos para não prejudicar suas relações com as instituições republicanas e, dessa forma, não comprometer suas reais intenções com a eleição de católicos, a saber, a retomada dos direitos eclesiais, da moralização e cristianização dos quadros institucionais e a defesa do patrimônio e dos bens eclesiásticos (Lustosa, 1990, p.25)

O Estado, porém, já vivia e respirava os ares republicanos. A maior parte dos quadros institucionais e políticos eram a favor do respeito à laicidade. Assim, poucos foram os deputados e senadores eleitos pelo partido católico para a Assembléia Nacional Constituinte, uma vez que seus quadros estavam mal preparados e não possuíam o apoio necessário para fortalecer o partido politicamente a nível nacional. Nos Estados, o partido também não logrou o sucesso esperado, visto que “os conchavos dos coronéis pairavam sobre os interesses religiosos” (Lustosa, 1990, p.25). De modo geral, o partido católico não conseguiu consolidar a sua legitimação enquanto representante dos ideais eclesiásticos. Por isso, maior que fosse a “rigidez ideológica do grupo de católicos que combatia o laicismo republicano”, a hierarquia eclesiástica se volta para a idéia de ‘reconciliação’, ou seja, apesar do Estado Laico, a nação deveria reconciliar-se com suas antigas tradições religiosas, no caso, o catolicismo (Lustosa, 1990, p.26).

As tentativas de um “renascimento do pensamento católico-religioso no mundo intelectual”, através de novos posicionamentos adotados pelo Papa Leão XIII, procurou estimular mais o ato de aceitação das transformações pelas quais passava a sociedade moderna. A encíclica *‘Rerum Novarum’* inspirava nova confiança aos intelectuais liberais e oxigenava as instituições religiosas lutando por sua sobrevivência na

² No cenário político atual, são as igrejas pentecostais que possuem uma estratégia de ação semelhante à da Igreja Católica do princípio da República, pois criam partidos políticos, elegem lideranças eclesiásticas e formam Frentes Parlamentares Evangélicas como forma de defender interesses institucionais, preservar os bons costumes e a moral cristã.

sociedade moderna. A Igreja passou a aceitar e se comprometer com a defesa da justiça social e da dignidade dos trabalhadores, procurando, assim, manter e aumentar seu domínio em terras brasileiras (Boran, 1972, p.46).

Se até 1916 a Igreja se preocupou em restabelecer um reordenamento interno frente a uma gama de fatos eclesiais que necessitavam ser revistos devido ao divórcio com o Estado em 1891, no período entre 1916 até 1945, teve início um profundo envolvimento de lideranças católicas na esfera da política, buscando realizar alianças com o Estado para influenciar a sociedade. No fundo, esses líderes buscavam retomar, de uma maneira informal, a relação de favorecimento estatal que a separação entre ambas as instituições havia encerrado do ponto de vista legal (Mainwaring, 1989, p.47).

Em 1921, através do Centro Dom Vital, fundou-se o jornal *'A Ordem'*, importante veículo de comunicação de um grupo de intelectuais católicos, liderados por Jackson de Figueiredo, contando com apoio do Cardeal Leme. Tinham como principal objetivo a instauração de uma 'ordem cristã' no país. Este Centro "provocou um reflorescimento católico", impulsionando o surgimento da Ação Católica Universitária, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Católicos, da Confederação da Imprensa Católica, do Instituto Católico de Altos Estudos que, posteriormente, viria a se tornar a PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), da Coligação Católica Brasileira e, do modelo europeu de mobilização dos leigos, introduzido por Dom Leme, no ministério da Ação Católica (Cavalcanti, 2002, p.192). Embora os leigos associados ao Centro Dom Vital fosse o grupo de intelectuais mais importante na restauração católica da época, a Igreja da neocristandade contribuiu na formação de outros movimentos leigos, igualmente importantes, sobretudo, entre a classe média urbana. Outros importantes movimentos foram criados nessa época, de modo a afirmar uma presença católica mais contundente nas instituições e no Estado. Foram criadas: "a União Popular (Minas, 1909), a Liga Brasileira de Senhoras Católicas (1924), os Círculos Operários (1930), a Juventude Universitária Católica (1930) e a Ação Católica Brasileira (1935)," sendo que todas eram estritamente controladas pela hierarquia da Igreja Católica (Mainwaring, 1989, p.47).

A chamada fase de reconciliação entre Igreja Católica e Estado levou cerca de 40 anos. Seus primeiros sinais reaparecem no governo do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) e, posteriormente, no governo de Arthur Bernardes (1922-1926), quando este visitou oficialmente o cardeal D. Leme (Cavalcanti, 2002, p.192).

O processo de reaproximação se intensifica na década de 1930, quando D. Sebastião Leme, arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, se lançou como um verdadeiro diplomata para estreitar as relações da Igreja com o Estado. A boa relação existente entre o arcebispo e o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, auxiliou para forjar aliança que aproximaria novamente a Igreja do Estado (Oro, 2006, p.85). Contudo, D. Leme almejava recuperar o poder da Igreja Católica através de uma proposição à Carta Magna, onde “buscava associar a religiosidade à sociedade e não ao Estado”, buscando o reconhecimento oficial da Igreja Católica como sendo a “fé do povo” (Oro, 2006, p.78). Apesar de vetada, essa proposição teve quase a mesma validade das aproximações que ocorreram entre Igreja e Estado na promulgação da Constituição de 1934, posto que, nas palavras de Mariano, a Igreja alcançou o status de religião ‘quase oficial’ por suas conquistas políticas (Mariano, 2002, p.145). As estratégias políticas do Cardeal Leme sempre foram decisivas para colocar a Igreja num patamar mais favorável frente ao Estado, em detrimento de outras instituições.

As atividades do Cardeal Leme e sua capacidade de estabelecer relações de intimidade com os altos círculos logravam vários êxitos políticos. Seguindo Dom Sebastião Leme e o Papa Pio XI (1922-1939), a maioria dos líderes católicos no Brasil, acreditava que fosse dever da Igreja catolicizar as outras instituições para salvaguardar o caráter cristão da vida social. Um documento episcopal publicado perto do fim da Segunda Guerra Mundial expressava o sentimento de que a Igreja devia tentar influenciar as outras instituições sociais. (...) Frei Agnelo Rossi, que posteriormente se tornaria arcebispo de São Paulo, escreveu em 1942: ‘Defendemos sempre a Igreja Católica e estaremos defendendo o Brasil’. (...) A Igreja formou movimentos clericais relativamente conservadores para competir com os sindicatos mais progressistas, criando os Círculos Operários e a Juventude Operária Católica (...). A hierarquia encorajava os operários católicos a participar dos sindicatos na condição de ‘portadores de sua formação social cristã’, o que significava oposição aos comunistas” (Mainwaring, 1989, p.48).

“A política católica, efetivamente, notabilizou-se por justificar governos autoritários desde que, *conditio sine qua non*, a liberdade da Igreja fosse garantida”, (Romano, 1979, p.145), sobretudo no governo Vargas, onde lhe foi aberto o domínio “sobre as escolas e de outras instituições que lhes haviam sido barradas pelos governos positivistas e liberais” (Romano, 1979, p.150).

Na década de 30, a Igreja cria um importante instrumento de ação política chamado LEC (Liga Eleitoral Católica), que se aproximava da ³Ação Católica, com a

³ A Ação Católica pretendia, através do projeto de uma nova cristandade, dominar setores como a educação, a política e a economia. Tinha seu comando, como secretário geral, Alceu de Amoroso Lima. Muitos jovens participavam das ações promovidas pela Ação Católica, através da JUC (Juventude Universitária Católica), JOC (Juventude Operária Católica) e JEC (Juventude Estudantil Católica), grupos

função de analisar candidatos a cargos eletivos partindo de princípios religiosos que pudessem beneficiar os interesses da Igreja (Romano, 1979, p.150).

Criada pelo Cardeal Leme em 1932, a LEC orientava os católicos a votar de maneira conservadora, pois era anticomunista, “promovendo candidatos que adotavam posições favoráveis às principais questões católicas da época” (Mainwaring, 1989, p.48). A LEC funcionou também “como grupo de pressão eclesiástico, tendo em vista propagar a adoção dos princípios católicos nas leis”, o que, aliás, foi obtido. (Romano, 1979, p.151) Incorporou-se na Constituição de 1934 o apoio financeiro do Estado à Igreja, a proibição do divórcio, o reconhecimento do casamento religioso, a sacralidade da família e (...) a instrução religiosa nas escolas públicas e subsídios do Estado para as escolas católicas (Mainwaring, 1989, p.48.). Com a LEC, desfazia-se a necessidade de ter um partido católico, pois muitos partidos e candidatos respeitavam os postulados da Igreja. Esse fator foi decisivo para que muitos deputados fossem eleitos com o auxílio e o aval da LEC. Dentre eles destaca-se o deputado Plínio Correia de Oliveira, futuro fundador do movimento TFP (Tradição Família e Propriedade), grupo católico de extrema-direita (Cavancanti, 2002, p. 195).

No Governo de Getúlio Vargas, a Igreja Católica procurou retomar o que os governos liberais haviam lhe tirado com o advento da República, através do estabelecimento de uma parceria com o Estado. Até meados da década de 40, ambas as instituições apoiavam-se na busca de consenso e harmonia social: o Estado para manter a sua dominação política, através de um mecanismo ideológico chamado ‘populismo’, e a Igreja, para garantir suas reivindicações na Carta Magna de 1934. Dentre elas, destacavam-se o compromisso com a família, com a escola, através do ensino religioso escolar, e com as forças armadas, o que corresponderia aos pontos 2, 3 e 4 do programa político da Liga Eleitoral Católica (Beozzo, 1986 p.30). Mesmo com a definição oficial da separação do Estado com qualquer Igreja, a hierarquia católica continuou muito próxima do Estado, colaborando de forma recíproca com sua política clientelista. Conforme afirma Beozzo,

Essa colaboração recíproca traduziu-se de modo particular no campo da assistência social: orfanatos, asilos, hospitais, creches; no campo escolar, com subvenções a escolas, colégios e, bem pronto, a faculdades e universidades católicas; no campo trabalhista, os Círculos Operários Católicos tornaram-se importantes correias de repasse de programas assistenciais dirigidos às classes trabalhadoras (Beozzo, 1986, p.31).

de jovens que surgiram do desdobramento da AC. Sua ação se estende desde a década de 30 até o início do Concílio Vaticano II, em 1962.

O golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, que instaurou a ditadura do chamado Estado Novo, em nada alterou a relação entre o Cardeal Leme e, o agora ditador, Getúlio Vargas. Pelo contrário, “em busca de sustentação e legitimação, prestigiava o clero, aumentava o número de feriados religiosos, apoiava as celebrações e acrescia as verbas destinadas às entidades da Igreja (Cavalcanti, 2002, p.195).

Em 1945, Getúlio Vargas foi destituído do poder. Uma nova Constituição foi promulgada em 1946. Preocupada com questões como a redemocratização do país e sua modernização no campo do trabalho e da economia (Beozzo, 1986, p.31), a Carta Magna continuou legitimando os princípios da separação entre Estado e Igreja e, da colaboração de ambos na construção do bem comum como princípio outorgado na Constituinte de 1934. Conforme aponta Mariano, além de o Estado republicano não romper com a Igreja Católica, também nunca tratou de forma isonômica os demais grupos religiosos presentes no Brasil, desde a promulgação da primeira constituição republicana (Mariano, 2002, p.142).

O Artigo 141, que deliberava sobre as garantias e direitos individuais em relação à inviolabilidade da liberdade de consciência e crença e assegurava o livre exercício de cultos religiosos, passou por várias emendas. Todas elas de cunho discriminatório, “visando eliminar a cláusula restritiva à liberdade de culto, a partir do conceito de ordem pública e bons costumes” (Beozzo, 1986, p.32). Em razão de um forte preconceito contra os negros e suas religiões, advindo do processo histórico escravocrata brasileiro, os cultos afro-brasileiros acabavam perseguidos pelas autoridades policiais, sob o pretexto de perturbação da ordem pública, pouco valendo a lei que defendia a liberdade de culto e de crença. Os afros eram ainda o único grupo religioso obrigado a retirar na polícia, alvará de funcionamento, ao contrário de qualquer paróquia católica ou outro grupo religioso que podia realizar seus cultos sob a legitimação do Estado e da Constituição (Beozzo, 1986, p.32).

A Constituição de 1946 optou por manter os preceitos da Carta Magna de 1934, em relação ao conteúdo religioso, inovando apenas na questão dos cemitérios, ao permitir que “associações religiosas, na forma da lei civil, mantivessem cemitérios particulares” (Beozzo, 1986, p.32). Nesse aspecto Beozzo é enfático ao afirmar que:

(...) muito da legislação republicana em matéria religiosa permaneceu letra morta pela força da tradição anterior e pela ausência da administração do Estado nos vastos interiores do país. Em muitas cidades do sertão os cemitérios não foram secularizados e continuaram sob a administração de irmandades religiosas. Por todo o interior, o batistério e não o registro civil

continuou sendo o único documento dos pobres. (...) Ainda hoje em dia, passados quase cem anos, o Estado continua valendo-se dos documentos expedidos pela Igreja, para processos de aposentadoria, comprovante de casamentos e de parentesco, pela simples razão que são os únicos existentes entre a população pobre e afastada (Beozzo, 1986, p.12).

A partir das décadas de 50 e 60, mudanças ocorreram no panorama político e econômico brasileiro, sobretudo influenciadas pelo término da Segunda Guerra Mundial e, pelo início da Guerra Fria, política antagonista protagonizada pela antiga URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e pelos Estados Unidos, que acabava por envolver países aliados, como o caso do Brasil que, em 1947 possuía um governo que optou por estreitar relações com os EUA, abrindo-lhes caminho para a entrada do capital norte americano de forma espoliativa. Este contexto, aliado a fatores políticos e econômicos internos, impulsionou o processo de industrialização e expansão capitalista no Brasil, sobretudo no governo Getúlio Vargas, seguido de Juscelino Kubitschek. “Apesar do relativo favorecimento ao desenvolvimento industrial, obtido através do controle das importações, a sociedade brasileira, em especial a classe trabalhadora” (Aquino, 2000, p.482), estava mergulhada numa situação de carestia e o quadro de exclusão social se agravava. Nesse período o PCB (Partido Comunista Brasileiro) caiu na ilegalidade e adotou o sistema de guerrilha, sendo perseguido, sobretudo, pela Cruzada Brasileira Anticomunista, fundada em 1950 (Aquino, 2000, p.482).

A industrialização brasileira, fator decisivo na expansão da urbanização e do crescimento das grandes cidades, se consolida no período governado por Juscelino (1956-1961), ampliando o crescimento das indústrias de base “e promovendo a instalação da indústria pesada no Brasil” (Aquino, 2000, p.482). Com um plano de metas capaz de desenvolver o país em um curto prazo, Juscelino promoveu um crescimento econômico que ficava bem à frente de muitos países da América Latina. O objetivo do chamado Plano de Metas era acelerar o processo de desenvolvimento do Brasil através de investimentos na seguintes áreas: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília. O Brasil passava por um grande processo de modernização (Aquino, 2000, p.520).

Paralelo ao fenômeno da modernização brasileira acontecia o processo de urbanização do país, que, desde 1945, vinha se intensificando, alcançando grande importância no governo JK. No Brasil, os processos de industrialização e urbanização não foram acompanhados de mudanças estruturais ou tecnológicas no campo, concentrando as propriedades nas mãos de uma elite agrária, sem a preocupação de

adotar uma legislação trabalhista em áreas rurais, o que já acontecia nos centros urbanos. Aliado ao fenômeno natural da seca e à permanência do latifúndio; aos camponeses era quase impossível permanecer no campo, pois o setor rural perdia importância na economia brasileira. Deste modo, a cidade transformava-se em uma atração irresistível ao trabalhador rural. Contudo, “o homem do campo chegou às áreas urbanas sentindo o peso da exclusão social, relegado a funções onde a remuneração era pequena e o reconhecimento do seu trabalho limitado” (Aquino, 2000, pp.532-533).

A Igreja católica não conteve o declínio do modelo de neocristandade que, durante toda a primeira metade do século XX, sobretudo nas décadas de 30 e 40, atingiu muitos de seus objetivos. Nesse período, a Igreja manteve o monopólio religioso no país, possuía uma forte influência sobre as “elites governantes e as classes dominantes”, conquistara a obrigatoriedade do ensino religioso na escola pública e na escola confessional. Além disso, suas preocupações no plano da moral, como a sacralidade da família e muitos aspectos da Doutrina Social da Igreja eram respeitados por Getúlio Vargas. Contudo, a Igreja não conseguia atingir segmentos importantes da população, sobretudo nas áreas rurais e interioranas, onde sua presença era relativamente frágil.

No final da década de 40, a Igreja passou a se sentir ameaçada, pois perdera muito de sua influência junto ao Estado, sua atuação no sistema educacional enfraqueceu com o avanço de outras religiões que ampliavam e expandiam suas fileiras de fiéis, de forma significativa. Com o aumento significativo do protestantismo⁴ e do espiritismo, ficava evidente o enfraquecimento da Igreja Católica. Em seu modelo de neocristandade, a Igreja sentiu a necessidade urgente de modernizar suas estruturas institucionais aprofundando suas influências e trocando “sua aliança primordial com os proprietários rurais por uma aliança com a burguesia urbana e com a classe média, mas sem modificar o seu conteúdo” (Mainwaring, 1989, p.53). O objetivo principal era concentrar esforços para combater o processo secularização e seus efeitos, que se faziam sentir na hierarquia da Igreja.

A Igreja percebia o efeito social protagonizado pelo fortalecimento dos movimentos populares que lutavam pela cidadania e para modificar sua posição na sociedade (ligas camponesas, grupos de operários). Com isso, uma parte do clero sentia-

⁴ Segundo Mainwaring (1989), para alguns clérigos, o protestantismo estava aliado aos Estados Unidos, que planejavam dominar a América Latina e, assim, acabar com o catolicismo. Já o espiritismo era fruto da ignorância popular, sendo combatido pela Igreja, sobretudo porque muitos fiéis costumavam unir as duas crenças.

se ameaçada pelos ideais progressistas e anti-católicos dos movimentos populares. Outra parte de clérigos optou por reavaliar as ações da Igreja, sobretudo as pastorais, almejando atingir esses segmentos populares que contribuíram para a mudança de consciência social de muitos líderes da Igreja, apontando para “os problemas fundamentais da sociedade brasileira” e, da necessidade de se dedicar-se a eles” (Mainwaring, 1989, p.55).

A Igreja Católica optou então por uma reestruturação de consciência social e de sua estrutura burocrática interna e, “de acordo com o espírito modernizante em vigor, fundou a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)”, a 14 de outubro de 1952, tendo a sua frente Dom Hélder Câmara, “apoiando as iniciativas mais ousadas e os setores mais progressistas do clero” (Salem, 1981, pp.22-43).

A CNBB⁵ se tornou uma poderosa e respeitada ferramenta de interlocução entre a Igreja e o Estado. Juntamente com a Ação Católica Brasileira, passaram a ampliar seu quadro de atuação no cenário político e social brasileiro através de movimentos estudantis, movimentos de educação popular, sindicatos e do fortalecimento de outros movimentos que já em curso nas décadas anteriores. Isso porque,

Os setores populares reivindicavam maior participação na política econômica e salarial, na luta pelas reformas de base. O campo foi sacudido pela ação das Ligas camponesas e dos Sindicatos Rurais, os sindicatos urbanos organizavam greves constantes, o Movimento Estudantil se politizara na discussão dos temas nacionais e se organizava com ressonâncias amplas no cenário político (...) (Wanderley, 1984, p.41).

Preocupada com a situação política do país e visando seus próprios interesses, a Igreja Católica chegou a lançar uma cartilha intitulada “Catecismo do Eleitor Católico”, para auxiliar os fiéis a discernir a ideologia dos partidos políticos e dos candidatos. As orientações também se referiam aos deveres do Estado, da própria Igreja Católica e dos fiéis em relação ao dever cívico do voto, sobretudo quando estivesse em jogo o bem da religião ou da pátria. Pecavam, segundo a cartilha, os fiéis que deixassem de votar, que votassem em branco ou que votassem mal, isto é, que não levassem em conta as quatro qualidades básicas consideradas pela Igreja para eleger um bom político: honestidade, competência, dinamismo e respeito à Igreja Católica (Dreher, 1960, p.45).

Em contrapartida ao avanço dos setores populares, muitos segmentos de outras classes, como professores, políticos, profissionais liberais, se posicionavam contra ou a

⁵ A CNBB se tornou poderosa e respeitada nesse período, porque era representada por 6 cardeais, 334 bispos, 5044 padres seculares, 7.5797 padres de congregações religiosas, 37.595 freiras e 1.109 irmãos religiosos, em 6.182 paróquias espalhadas por todos os municípios do Brasil (Salem, 1986, p.73).

favor de uma reestruturação social no país. Já os grupos empresariais e militares se articularam em torno de um consenso: frear a ação e o avanço dos grupos de esquerda e “conspirar para a derrubada do governo” de João Goulart (Wanderley, 1984, p.41). Esses grupos conservadores chegaram a criar órgãos institucionais para respaldar e legitimar suas ações: o IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Estes órgãos, sobretudo o IBAD, tinham como objetivo principal defender o Brasil de uma possível invasão comunista. Financiaram a campanha eleitoral de políticos conservadores e de direita, elegendo diversos governadores e deputados em todo o país e serviram de base para a conspiração que iria culminar no Golpe Militar de 1964, auto-intitulado revolucionário em nome de uma revolução que passou a governar por Atos Institucionais. “A nação dividida pela crise institucional política e econômico-financeira recebe mais uma vez a mudança em forma de um golpe em que se aliam militares (...), alguns governadores de Estados e parte do empresariado e da Igreja” (Iglésias, 1985, p.205). O regime acabou se legitimando pelo elevado crescimento econômico experimentado nas décadas de 60 e 70, sobretudo entre setores da classe média.

De fato, a Igreja Católica, procurando manter seu pensamento ultramontano do século 19, manteve-se ao lado dos militares, apoiando o golpe de Estado “através de mensagem da CNBB, datada de 27 de maio de 1964, sob o pretexto de ele ter evitado a implantação do comunismo no Brasil” (Oro, 2006, p.87).

No início da década de 60, surgiram grupos católicos de extrema-direita, sendo que, “a primeira e a mais conhecida organização de resistência às novas estratégias (...) de influência da Igreja junto às massas (...) surgiu em 1960 com a fundação da TPF (Associação para a Defesa da Tradição, da Família e da Propriedade)” (Alves, 1979, p.222). Com o golpe de Estado e o crescente conflito entre militares e alguns setores da Igreja católica, a TPF encontrou terreno fértil para se consolidar, mesmo que correntes totalitárias e elitistas já existissem no interior da Igreja, sem que sentissem a necessidade de se estruturar em forma de organização (Alves, 1979, p.223).

A TPF foi fundada pelo professor Plínio Correa de Oliveira⁶ numa época em que o Presidente Jânio Quadros planejava uma política externa que deveria levar o Brasil a

⁶ Antes de fundar a Organização TPF, o professor Plínio Correa de Oliveira ajudou a fundar a Ação Católica na década de 30 e rompe com a mesma em 1943, explicitando suas razões no livro “Em defesa da Ação Católica”, onde denuncia os erros da organização que ajudou a fundar e que o levou ao parlamento em 1934.

um nível de independência e neutralidade em relação aos Estados Unidos. Essa organização católica desenvolveu-se rapidamente e, em 1979, encontrava-se implantada em 40 cidades do país. O objetivo principal da TPF era combater o socialismo e o comunismo e valorizar, “a partir da doutrina de São Tomás de Aquino e das encíclicas, os valores positivos da ordem natural, particularmente a tradição, a família e a propriedade”. (Alves, 1979, p.229). Os recursos e os métodos utilizados para alcançar tais objetivos estavam baseados na difusão de revistas e livros, sobretudo aqueles escritos pelo seu fundador, e na organização de cursos cívico-culturais destinado aos associados. Aquele que almejava ser um militante da TFP era obrigado a participar de cursos de judô, karatê e defesa pessoal. Seria também, objeto de estudo de sua personalidade com vistas a descobrir se suas posições políticas e religiosas estavam de acordo com a ideologia da organização. Caso fosse julgado apto, o militante era convidado a frequentar uma das casas da TFP espalhadas pelo Brasil. Mas, para ingressar nas casas, haviam ainda quatro períodos de estágio chamados de “*Poltiers*”, “*Navas de Tolosa*”, “*Consolatrix Afflictorum*” e “*Mater Martyrium*”. Uma parte dos militantes costumavam se reunir na sede da organização, em São Paulo, para rezar o rosário em frente da imagem da Virgem. Ao término das orações todos gritam juntos: “Tradição! Família! Propriedade!” (Alves, 1979, pp.229-231).

Em âmbito social, a TPF ganhava maior visibilidade quando empreendia alguma de suas “campanhas nacionais”. De 1961 até 1963 lutou contra a reforma agrária idealizada pelo então presidente João Goulart; em 1966, contra um projeto de lei que pretendia introduzir o divórcio no Brasil; em 1968 contra a infiltração comunista no interior da Igreja Católica, encampando uma batalha contra D. Hélder Câmara e o Pe. José Comblin, expulso do país em 1972. As campanhas consistiam em recolher assinaturas e encaminhá-las juntamente com suas petições aos Tribunais de Justiça. Também pressionavam autoridades, órgãos de classe, conselhos municipais e as assembleias legislativas dos Estados “a fim de que elas se manifestassem segundo os objetivos da organização” (Alves, 1979, p.230). A maior campanha desencadeada pela TFP foi contra Dom Hélder Câmara e seus amigos da ala progressista. Segundo os organizadores, foram colhidas 1.600.368 assinaturas, “dentre as quais, as de dezenove bispos e arcebispos, numerosos ministros, dezenas de deputados e homens políticos” (Alves, 1979, p.230). As assinaturas foram levadas até o Papa Paulo VI quando este esteve em visita à Colômbia, por ocasião da abertura do XXXIX Congresso Eucarístico Internacional, em 1968. Segundo seus dirigentes, a importância da TFP na política

brasileira era desproporcional ao seu número de adeptos, mas mesmo assim realizou diversas campanhas e manifestos apoiados por autoridades civis e militares e desencadeou o surgimento de outros grupos de direita no seio da Igreja Católica (Alves, 1979, p.230).

As principais temáticas discutidas pelos demais grupos da extrema direita católica serviram de alicerce ao governo militar, pois negavam tudo o que pudesse “parecer uma ameaça à situação social existente, a rejeição do liberalismo político” (Alves, 1979, p.234). Argumentavam que a democracia estava em processo de falência e que, despertar a consciência política das massas através de programas educacionais era extremamente prejudicial ao país (Alves, 1979, p.235). Era considerável a participação da direita católica no debate ideológico que se travava no Brasil, “ultrapassando amplamente a zona de influência da Igreja” (Alves, 1979, p.235). Seus representantes defendiam e apoiavam o corporativismo e o autoritarismo do Estado, com vistas a alcançar o bem comum. Denunciavam os socialistas e apoiavam o capitalismo como forma de manter o *status quo* sociopolítico vigente na época. Além disso, apresentavam o regime militar como um exemplo de sistema político para o resto do mundo, sobretudo para os países que viviam sob a influência do liberalismo, como os Estados Unidos, a França e a Inglaterra (Alves, 1979, p.226).

Contudo, essa postura não traduzia o pensamento e a posição de todos os setores internos da Igreja Católica. Poucos anos depois, a partir de 1968 a Igreja mudou de posição (...)” (Oro, 2006, p.87). Conforme Teixeira (1996), a Igreja decide adotar uma nova posição em relação ao seu relacionamento político com o governo militar, passando a denunciar as torturas e perseguições realizadas pelos militares a milhares de cidadãos e até mesmo ao seu corpo eclesialístico:

Neste período repressivo, a Igreja Católica representou virtualmente o único centro de oposição institucional. Já no final dos anos 60, uma série de incidentes começaram a corroer as relações entre a Igreja e o Estado no Brasil. Os episódios repressivos que se seguiram ao AI-5 foram, porém, decisivos para uma atuação mais crítica da igreja. Em 1969, sete frades dominicanos foram presos e acusados de comprometimento com a guerrilha urbana. No mesmo ano, no Recife, um sacerdote intimamente ligado ao trabalho de Dom Hélder Câmara foi violentamente assassinado por elementos ligados às forças de segurança. Em Volta Redonda, o bispo local e mais outros padres foram acusados de subversão. A perseguição contra setores da Igreja acabou provocando respostas mais globais da instituição contra as agressões (...) (Teixeira, 1996, p.19).

A CNBB, uma das primeiras conferências episcopais nacionais fundadas em todo o mundo, desenvolveu papel muito importante nesse período, pois legitimou

algumas práticas e encorajou ou coibiu o surgimento de novas tendências eclesiais (Mainwaring, 1989, p.67). Cabe ressaltar que à sua frente sempre estiveram bispos considerados progressistas, sobretudo durante o período da ditadura militar, destacando-se D. Hélder Câmara e os primos D. Aloísio Lorscheider e D. Ivo Lorscheider, ambos do Rio Grande do Sul. Em 1971 a CNBB, em seu novo estatuto, tratou de “cuidar do relacionamento com os poderes públicos, a serviço do bem-comum, ressalvado o conveniente entendimento com a Nunciatura Apostólica, no âmbito de sua competência específica” (Salem, 1986, p.75). Essa nova postura adotada pelo episcopado estava estritamente ligada às crescentes tensões entre Igreja e Estado gerados pelas constantes denúncias de violação dos direitos humanos, inclusive contra membros da própria instituição religiosa.

A ação de alguns setores internos da Igreja Católica no Brasil durante a Ditadura Militar e especialmente no início da década de 80, com a reabertura do processo democrático no país, refletiu a nova postura adotada por uma parte significativa do clero latino-americano a partir de 1960. A partir desse período, dois acontecimentos expressivos instauraram uma série de renovações no meio eclesial, colocando a Igreja no cenário político mundial, sobretudo no cenário político da América Latina: o Concílio Vaticano II (1962-65) e a Teologia da Libertação.

Esses acontecimentos foram responsáveis por desencadear uma série de renovações políticas que oxigenaram a estrutura interna da Igreja. Ao modernizar a Igreja Católica, o Vaticano II estimulou a participação de leigos e mudou a forma de sua presença em alguns continentes. Motivado, o episcopado da América Latina confirmou sua adesão a essas renovações em Medellín (1968), durante a realização da II Assembléia Geral da CELAM (Conferência Episcopal Latino-americana). Pela primeira vez em sua história, a Igreja da América Latina assume a temática da libertação e “defini-se pelos oprimidos, ao estabelecer como tarefa principal a criação de comunidades eclesiais de base e demais formas de organização que incorporassem o povo à Igreja” (Salem, 1981, p.38-39).

Milhares de comunidades de base foram formadas no campo e na cidade (favelas, vilas, periferia), alcançando proporções continentais na América Latina. Encorajados pela Teologia da Libertação e assessorados por padres, pastores, freiras, leigos engajados e agentes de pastoral, esses grupos de base reuniam-se em torno da Bíblia para orar e celebrar, mas também para compreender a realidade através de uma análise sócio política do seu contexto geográfico local, ampliando sua compreensão dos

acontecimentos políticos, econômicos e sociais, de forma mais geral. As CEBs também se tornaram importante mecanismo de formação de militância política, uma vez que, com os militares no poder e o conseqüente bloqueio de vários canais de expressão popular, muitos líderes da esquerda (sindicalistas, militantes políticos) ingressaram nas comunidades de base para melhor organizar sua luta política contra o regime. Contribuíram para formar uma diversidade de militantes de esquerda, que futuramente viriam a contribuir na fundação de instituições políticas, como o PT (Partido dos Trabalhadores), e movimentos sociais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

“A prática social e política da Igreja adquire uma nova sistematização teológica” (Salem, 1981, p.40). O brasileiro Leonardo Boff e o peruano Gustavo Gutierrez foram os mentores de uma nova teologia que tinha como ponto de convergência a libertação social dos seres humanos. Intitulada de Teologia da Libertação, essa nova concepção teológica “fazia uma releitura da Bíblia, a partir do ponto de vista dos oprimidos” (Salem, 1981, p.40). Negava o sistema capitalista, exprimia de maneira clara o caminho de uma Igreja Libertadora, que se inseria no meio do povo, que desejava a transformação social a partir da fé e, utilizava freqüentemente “o instrumental analítico marxista”, (Salem, 1981, p.40) para explicar as injustiças sociais e as possibilidades de reverter esse quadro, como afirmava Frei Betto:

“Só a partir da prática dos oprimidos, das lutas dos trabalhadores, podemos entender a estrutura interna desse sistema (capitalista) que, para perpetuar-se, gera no oprimido, sua própria negação. A via teórica desse entendimento é a concepção científica da história, especialmente do modo de produção capitalista, sistematizada nas obras de Marx” (Betto apud Salem, 1981, p.42).

Em alguns casos, parte do Episcopado brasileiro fez declarações assumindo sua opção pelo socialismo, registradas em documentos regionais da Igreja. Um desses documentos, produzido pelos bispos da região Nordeste do Brasil durante o período da ditadura militar, assim se pronunciava:

(...) O processo histórico da sociedade de classes e a dominação capitalista conduzem fatalmente ao confronto das classes. (...) A classe dominada não tem outra saída para se libertar, senão através da longa e difícil caminhada, já em curso, em favor da propriedade social dos meios de produção (Documentos de Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste apud Frei Betto 1985, p. 21).

O Bispo Dom José Maria Pires, conhecido como D. Pelé, da Arquidiocese da Paraíba, chegou a conclamar pela construção de um socialismo com moldes abrazeirados, justificando ser necessário levar a cabo “os anseios do povo e

compreender que o mundo caminha irreversivelmente para as formas mais diversas de socialismo” (Pires, 1980, p.62). A Igreja, porém, adotaria um socialismo evangélico, ou seja, inspirado nos evangelhos, negando o modelo fracassado, adotado nos países do leste europeu, onde “o Estado passava a ser o grande patrão e todos os seus cidadãos, seus empregados” (Pires, 1980, p.62).

Esses novos elementos que aos poucos foram incorporados por um pequeno contingente do episcopado e do clero latino-americano tiveram seus efeitos também aqui no Brasil. Denominada de progressista, a ala da Igreja brasileira que optou e adotou essa nova perspectiva desencadeada pelo Vaticano II e posteriormente pela adoção da Teologia da Libertação, vislumbrava novos horizontes para a reconfiguração da Igreja no cenário social e político da nação.

A ala progressista era minoritária, mas já exercia grande influência nas estruturas internas da instituição. Os progressistas tornaram efetivo o projeto de solidificação de uma Igreja que elegeu como pano de fundo de suas preocupações as problemáticas sociais, econômicas e políticas enfrentadas pela maioria dos brasileiros. Eles “conseguiram que a monarquia estrutural eclesial incorporasse instrumentos que julgavam mínimos para suas atividades” (Gusmão apud Salem, 1981, p. 69). Alguns desses instrumentos foram a criação do MJDH (Movimento de Justiça e Direitos Humanos), do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra). Com ampla participação do clero católico, o MJDH surgiu em diversos Estados do país, no contexto das perseguições e torturas promovidas pela ditadura dos governos militares.

Milhares de pessoas foram auxiliadas e amparadas pelos MJDH estaduais, que mediavam a retirada de perseguidos destes países e os conduzia a outros países da América Latina ou da Europa, onde passavam a viver na condição de exilados políticos. Essa situação se repetiu até o fim do período militar no início da década de 80. Alguns bispos destacaram-se na defesa dos direitos humanos e no retorno da redemocratização e dos direitos civis, colocando-se contra o regime de exceção: D. Hélder Câmara, D. Antonio Fragoso, D. Marcelo Cavalheira, D. Waldyr Calheiros, D. Moacir Grechi, D. Cláudio Hummes, D. Pelé, D. Alano Pena, D. Tomas Balduino e D. Paulo Evaristo Arns.

Durante o governo militar, sobretudo na década de 1970, a CNBB emitiu muitos documentos em defesa dos direitos humanos. Em 1975, os bispos de São Paulo lançaram o documento “Não Oprimas teu Irmão”, sendo considerada uma das mais

fortes e importantes expressões da Igreja contra a repressão, a tortura e a violação dos direitos humanos. Em 1976, a CNBB lança novo documento intitulado “Comunicação Pastoral ao Povo de Deus”, com críticas incisivas aos militares, em resposta ao assassinato de dois padres no Amazonas, e ao seqüestro do Bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito. O documento condenava “a violência generalizada, as injustiças sofridas pelas classes populares (...) a distribuição injusta de terras, a situação dos índios e a doutrina de segurança nacional” (Mainwaring, 1989, p.175).

Por ocasião da XV Assembléia geral da CNBB, realizada em março de 1977, um novo documento é lançado. As “Exigências Cristãs de uma Ordem Política” foi considerado o mais progressista de todos os documentos lançados pela CNBB. Seu conteúdo mais uma vez condenava a doutrina de segurança nacional, criticava a forma elitista na tomada de decisões políticas que excluía e marginalizava as massas e, destacava a importância das liberdades democráticas. Outros importantes documentos progressistas aprovados nas assembléias gerais da CNBB, “Subsídios para Puebla” (1978), “A Igreja e os Problemas da Terra” (1980) e “Ação Pastoral e o Solo Urbano” (1982), foram aprovados pelos bispos com poucos votos contrários (Mainwaring, 1989, pp.175-176).

Todos os principais documentos episcopais deixam claro que a Igreja não aceita os modelos de desenvolvimento elitistas, não participativos, desiguais, mesmo quando legitimados por processos eleitorais, e respeitam formalmente as liberdades civis convencionais. Para os bispos, as liberdades civis eram indispensáveis a um bom sistema político, mas não bastavam. Por essa razão mantiveram uma atitude crítica em relação à tentativa do regime militar de criar um sistema elitista, fechado à participação popular, mesmo quando esse sistema tentava legitimar-se através do processo eleitoral no início da década de 80 (Mainwaring, 1989, p.177).

Os bispos partiam em defesa dos setores marginalizados da população exigindo do Estado, uma profunda reestruturação da ordem vigente e declaravam especial atenção aos sem-terra, aos sem trabalho, sem habitação, posseiros expulsos das terras e aos índios que sofriam com a política ineficiente para a demarcação de suas terras (Mainwaring, 1989, p.181).

Outras linhas de ação permanente em favor dos excluídos foram criadas pela CNBB. O CIMI (Conselho Indigenista Missionário) nasceu fruto de um Simpósio promovido pela CNBB, na cidade de Brasília, em abril de 1972, reunindo cerca de 20 missionários (padres, freiras e bispos) assessorados por antropólogos indigenistas. O objetivo principal da entidade era lutar pela defesa da demarcação de territórios indígenas e pela preservação de sua cultura. Como o órgão oficial do governo criado

para cuidar das questões indígenas no Brasil, a FUNAI (Fundação Nacional de Amparo ao Índio), apresentava problemas, como a lentidão na demarcação das terras destinadas aos índios, o CIMI, através de seus missionários, visitava áreas destinadas aos índios, inclusive onde existiam postos da FUNAI, levantando os problemas encontrados, realizando denúncias e organizando assembléias nas próprias aldeias, com a finalidade de ‘conscientizar’ os indígenas sobre seus direitos à demarcação de terras a eles destinada. Esses acontecimentos geraram um grande mal-estar entre a Igreja e o Estado, que se viu ameaçado e, através do presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, decidiu proibir o ingresso de membros do CIMI nas áreas indígenas (Moura apud Salem, 1986, p.81).

A CPT (Comissão Pastoral da Terra), como órgão da CNBB, surgiu em junho de 1975, em um encontro que reuniu Bispos da região amazônica para discutir sobre a problemática da terra e das migrações. Sua origem está relacionada à situação de inoperância ou cumplicidade de órgãos oficiais do governo militar, como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), “nos casos de pressões dos grandes empresários e grileiros” (Moura apud SALEM, p. 87), e de “omissão das autoridades, sobretudo judiciárias, diante das violências promovidas por jagunços e policiais” (Moura apud Salem, p. 87). Relaciona-se ainda, como fator determinante, “a expansão do latifúndio, que expulsava posseiros e desmatava áreas imensas” (Moura apud Salem, p. 87). Esses foram os principais pontos elencados como problemáticos pelos “67 agentes de pastoral (bispos, padres, freiras e leigos)” que ali representavam 27 prelazias ou paróquias presentes no evento” (Moura apud Salem, p. 87).

Oficializada e legitimada, a CPT passou a ser considerada órgão social da CNBB. A sede da Secretaria Nacional da CPT instalou-se em Goiânia, capital de um Estado que tornara-se palco de duros e violentos conflitos por terra, quando no início dos anos 70, grandes fazendas se instalaram, principalmente na região do rio Araguaia, com incentivos de órgãos governamentais, como a SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Essas fazendas eram controladas por grandes empresas como a Manah. Porém, essas áreas já estavam ocupadas por posseiros que “insistiam em permanecer nas terras que a Manah afirmava serem suas”. A luta armada logo foi deflagrada no povoado de Barreira do Campo-GO, que sitiou esse embate, sobretudo porque “a Manah não hesitou, desde quando chegou (...), em usar a violência como instrumento jurídico” (Carvalho, 1980, p.9).

Inserida nesse contexto geográfico de lutas e disputas entre grandes grupos empresariais e posseiros de terra, a CPT necessitava expandir suas ações. Foi da Secretaria Nacional “de onde partiam as orientações mínimas para a implantação da CPT nas bases” (Moura apud Salem, 1981, p. 88). E logo, vários núcleos foram surgindo e expandiram-se por todo o país. A situação vivenciada no campo denunciava e remetia para uma análise conclusiva: problemas pela posse da terra pipocavam e se intensificavam por todas as regiões do Brasil e a Igreja tornava-se um ator cada vez mais presente nesses conflitos.

Bispos, padres, freiras e agentes leigos conviviam com posseiros, na Amazônia, mas também com pequenos proprietários, no Sudeste e Sul; arrendatários e meeiros, no Nordeste e Centro-Sul; e ainda com bóias-frias e outros assalariados; com castanheiros, seringueiros, garimpeiros e pescadores – todos, direta ou indiretamente, no passado ou no presente, ligados à terra. Todos esses trabalhadores estavam sendo, cada dia mais violentamente, pressionados por um inimigo comum: o capitalismo expropriador e explorador” (Moura apud Salem, 1981, p.88).

O foco de atuação e abrangência geográfica da CPT abriu importantes caminhos de atuação política para os movimentos indígenas e camponeses gestados e organizados com o apoio efetivo de bispos, padres, religiosos, freiras, e alguns pastores da Igreja Luterana. Enquanto religiosos, suas atuações se desdobravam em um trabalho pastoral e outro essencialmente social, permanecendo uma vinculação entre ambos. A atividade socio-pastoral dos agentes da CPT formava novos quadros de atuação em praticamente todas as regiões brasileiras. Cada uma apresentava e experimentava experiências particulares, de acordo com a conjuntura vigente no contexto geográfico da região. Em alguns Estados, sobressaíam-se algumas experiências pelo seu grau de evolução no processo de atuação dos agentes junto aos agricultores sem terra. Frente a esse quadro, a CPT criou um Boletim que passou a circular em todos os núcleos de base. O objetivo era socializar informações e interligar os “trabalhos das diversas religiões, animando os agentes de pastoral que, em alguns lugares, trabalhavam sem o apoio da igreja institucional” (Moura apud Salem, 1981, p.89).

Cartilhas sobre direitos sociais foram confeccionadas, cursos de formação e orientação política eram organizados e novas lideranças rurais despontavam como fruto desse trabalho. Nesse sentido a CPT foi um importante agente político e aglutinador de interesses sociais dos despossuídos, conforme ilustra José de Souza Martins, sociólogo e ex-assessor da CNBB:

“A fundação da CPT (...) estimula a manifestação dos pequenos grupos, dos grupos locais. Estimula o aparecimento dos movimentos sociais. Estimula e promove a sindicalização dos trabalhadores. Estimula que os trabalhadores

não abram mão das outras dimensões da sua luta, que não se reduzem ao sindical e ao econômico, à questão da sobrevivência imediata. (...) E por isso, não perdem o direito àquilo que os faz dignos e humanos, que são as condições da sua sobrevivência. No caso das populações indígenas, os seus territórios. No caso das populações camponesas, o direito à terra”⁷ (José de Souza Martins).

Era o período de florescimento da chamada Igreja popular, que procurava vincular a fé com compromisso e justiça social, exigindo mudanças políticas radicais. As CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) se difundiam pelas dioceses rapidamente, desenvolvendo importante papel na formação e organização de alguns movimentos sociais. Os movimentos populares continuavam se organizando e se tornando importante canal de luta contra a repressão e pela redemocratização. Pela primeira vez em uma década de lutas populares, o ano de 1978 ficou marcado pela ocorrência da primeira grande greve entre os operários das indústrias metalúrgicas da região do ABC paulista, e “o Movimento Custo de Vida ganhou proporções nacionais”. Os movimentos organizadores das paralisações conquistaram concessões que “difícilmente teriam sido realizadas na ausência da pressão popular” (Mainwaring, 1989, p.171).

Em 1979, inicia-se outra fase importante que se tornaria um dos fios condutores ao processo de abertura política: a reforma partidária, como uma exigência da oposição. Se em 1965, por força da repressão, o governo militar extinguiu todos os partidos políticos até então existentes e criou um sistema bipartidário: a ARENA (partido do governo) e o MDB (oposição), em 1979, dissolveu esses partidos e criou um regulamento para a fundação de novos partidos, dentro do sistema pluripartidário. Contudo, o governo conseguiu habilmente maximizar a divisão dentro da oposição, pois surgiram seis novos partidos. O PDS (Partido Democrático Social), novo partido do governo, e os partidos da oposição assim distribuídos: PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), com o maior número de filiados; o PP (Partido Popular), com um certo grau de conservadorismo acabou se juntando ao PMDB em 1981; o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), também com ares de conservadorismo; o PDT (Partido Democrático Trabalhista), de tendência social-democrata, tinha em Leonel Brizola, seu maior expoente; e o PT (Partido dos Trabalhadores) que, apesar de pequeno, foi engrossando suas fileiras com o apoio significativo da esquerda brasileira. Dentro da

⁷ Pronunciamento realizado em ato público comemorativo aos 20 anos da CPT, na Câmara Municipal de Goiânia. Fonte: www.cptnac.com.br. Pesquisado em 15/07/2007.

Igreja popular, muitos militantes ficaram divididos, uma parte decidiu apoiar o PMDB, enquanto outros decidiram contribuir na organização do PT (Mainwaring, 1989, p.171).

Após o processo de abertura, a Igreja mudou seu processo de relação com a política institucional. Com a diminuição da repressão militar, passou a dedicar-se mais à evangelização, sobretudo após 1978, quando os partidos de oposição se fortaleceram e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), juntamente com a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) passaram a atuar de forma mais combativa em defesa dos direitos humanos. Contudo, a Igreja continuou com forte influência e sua capacidade de fortalecer a sociedade civil, seja pelo apoio aos movimentos populares, pela defesa dos direitos humanos, pela proteção concedida às forças de oposição durante o regime militar ou por seus projetos alternativos de desenvolvimento social (Mainwaring, 1989, pp.172-173).

Muitos líderes governistas acusaram o clero de subversão da ordem estabelecida e de apologia ao socialismo. Durante a greve dos operários do setor automotivo, em 1980, o governo acusou a Igreja de atuar como pivô das manifestações operárias. Alguns críticos da Igreja acusaram-na de ter trocado a teologia pela sociologia e de combater o governo com mais vigor que os opositoristas que militavam em partidos políticos (Mainwaring, 1989, p.181).

O clero desejava e encorajava as massas a adotar uma postura política frente ao governo, para viabilizar a abertura democrática e estabelecer a justiça social. A liderança eclesiástica tinha consciência de que os membros do clero não deveriam se candidatar a cargos políticos ou participar de partidos políticos.

A Igreja era a favor das eleições diretas, mas ressaltava o respeito pela escolha individual de cada eleitor, sem que o clero ou os missionários procurassem influenciar o voto das massas. Mas essa postura não se tornou consensual na instituição. Muitas dioceses, por exemplo, achavam que, depois de quase vinte anos sem um processo eleitoral democrático, a Igreja deveria promover algum tipo de educação política. Uma das ferramentas de conscientização adotadas por muitas dioceses foi a publicação de “cartilhas eleitorais em linguagem popular, explicando o significado das eleições e as propostas dos vários partidos”, contudo, não impunham escolhas específicas (Mainwaring, 1989. p.188).

Mas com o retorno do processo democrático no Brasil, a Igreja Católica passou por mudanças no corpo episcopal, através de ordens advindas diretamente do Vaticano. O objetivo era minimizar o rótulo pejorativo que a instituição ganhara durante o regime

militar, quando ficou conhecida como ‘igreja socialista’, ‘igreja progressista, marxista ou subversiva’, por causa do posicionamento de uma parte do episcopado contra a ditadura e a favor dos pobres e da justiça social. Novos bispos conservadores foram nomeados e a Igreja “popular” viu o seu poder político diminuído. As CEBs perderam o seu poder de fogo e suas bases enfraqueceram. A falta de uma espiritualidade que continuasse vinculando as questões políticas e transcendentais e o ‘desencanto’ com as atitudes tomadas pela cúpula da Igreja em relação ao conservadorismo político, “concorreram para que milhares de militantes abandonassem o espaço eclesial, entrassem em crise de fé e se secularizassem” (Cavalcanti, p.240, 2002).

Existia a suspeita por parte de bispos conservadores de que as CEBs estavam diretamente ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Pelo menos em São Paulo, a maior parte dos candidatos ligados às comunidades de base concorreram às eleições de 1982 pelo PT. Contudo, a derrota do PT nas urnas trouxe um alívio para a ala conservadora do episcopado, ao saber que a Igreja das bases não representava a ameaça imaginada em anos anteriores. (Della Cava, 1985, p.46) Segundo declaração do Frei Leonardo Boff ao *Jornal do Brasil*, “muitíssimos membros de CEBs não entram no PT porque pertencem ao PT já na sua fundação. O PT é deles”⁸ (Lenz, 1990, p.5).

A Igreja de Roma tinha por objetivo substituir os bispos da ala progressista que estavam à frente da CNBB desde 1971. Esse feito foi conseguido somente em 1995, com a eleição do então arcebispo de Salvador, o conservador Dom Lucas Moreira Neves, que tinha o total apoio do Papa João Paulo II. Suas prioridades não era levantar a voz contra a pobreza ou as injustiças sociais, mas, sim, defender a moral e os bons costumes, lutar contra o preservativo, o aborto e o divórcio (Löewy, 2000, p.154).

Mas a Igreja Católica, através da sua cúpula, mesmo que conservadora, continuou participando das ações políticas que se tornavam cada vez mais efervescentes com a abertura democrática, dentre elas, a participação no ‘Movimento Diretas Já’ e, na formulação da Constituinte de 1988, onde “se mobiliza em favor de emendas populares à Constituição, com ênfase para a ética na política e para a implementação de políticas sociais, (...) para alcançar a estabilidade democrática” (Azevedo, 2004, p.113). Quando não é chamada a se declarar, a própria CNBB emite posicionamento sobre as questões políticas em geral, conforme afirma um bispo diocesano e ex-presidente da CNBB:

“Mesmo que ela não queira, todo mundo procura a CNBB para ver o que ela pensa; a CNBB é um referencial natural no Brasil, hoje; então, não importa se

⁸ Publicado no JB, idéias, 10/12/1989, p.4.

ocês declarar ou não, eles vão lá e começam a perguntar: ‘o que o senhor acha do Fernando Henrique?’, ‘o que o senhor achou do apagão?’, ‘o que o senhor achou disso e daquilo?’. Então você é obrigado a entrar dentro dessas problemáticas para poder dar um sentido e uma opinião razoável para o povo. Não é que tu queiras fazer isso. Tu queiras ou não queiras, eles vêm. Claro que eu podia ser indelicado e dizer que não falo disso, só falo de Jesus Cristo; mas aí o pessoal ia dizer: ‘esse bispo aí está fora do mundo. Está fora’⁹ (Seidl 2007).

A Carta Magna de 1987 colocava muito menos os direitos da Igreja e salientava os direitos dos cidadãos brasileiros “à sobrevivência e à segurança, ao trabalho e à moradia, à saúde e à educação, enfim, à participação política e social, plena e respeitada” (Beozzo, p.34, 198). Foi isso que levou muitos militantes cristãos, secularizados ou não, a participarem ativamente dos acontecimentos políticos do país. A consciência política dos militantes de que o Brasil deveria passar por mudanças estruturais para melhorar a vida do povo, adveio da participação em comunidades de base e atividades pastorais da igreja, como a pastoral da terra, dos trabalhadores, da juventude etc. Daí surgiram lideranças que, em 1983, formariam a CUT (Central Única dos Trabalhadores) que logo tornou-se hegemônica no movimento trabalhista e na luta sindical, organizando greves e incentivando a sindicalização dos trabalhadores, bem como a organização de novos sindicatos em todo o Brasil. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surgiu em 1984, organizando camponeses sem terra para lutar contra o latifúndio, pela Reforma Agrária e pela justa distribuição de terras no país. O surgimento do PT (Partido dos Trabalhadores), fundado em 1980, fez despontar uma liderança sindical, Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, que, como candidato, quase ganhou as eleições presidenciais em 1989, com 47% dos votos (Löewy, 2000, p.147).

A ala progressista da Igreja Católica deu total apoio ao candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, sobretudo no segundo turno das eleições de 89. Mas a participação dos setores populares da Igreja teve papel decisivo para que Lula chegasse ao segundo turno. Militantes cristãos organizados, adeptos das teorias marxistas e do socialismo fizeram sua opção pelo candidato do PT, enquanto que o apoio ao candidato Collor surgiu de ações locais, pessoais e bem menos articuladas. Contudo, a Igreja Oficial, representada pela CNBB, mantinha uma certa ambigüidade em seus posicionamentos. Por um lado a direção da CNBB emitia notas e declarações de que a Igreja deveria manter-se neutra em relação à disputa eleitoral para a presidência da República. Uma

⁹ Depoimento de um bispo diocesano e ex-presidente da CNBB concedido ao pesquisador Ernesto Seidl, da Universidade Federal de Sergipe.

delas foi divulgada pela imprensa no dia 02.12.1989, com o título *Igreja e Política*. E fazia a seguinte declaração:

“A posição da Igreja, reafirmada em seus documentos é de não optar oficialmente por partidos e candidatos. As declarações de voto por parte dos membros da hierarquia não implicam, portanto, envolvimento da Igreja”.¹⁰

Com efeito, o envolvimento da cúpula da Igreja com o candidato Lula parecia ter ido além de escolhas individuais. O candidato Fernando Collor de Melo chegou a cancelar uma visita oficial que faria à sede da CNBB, porque, segundo se noticiou, ele teria dito que a CNBB havia se transformado num comitê eleitoral pró-Lula. Embora não citasse o nome, a Igreja “popular” não deixava dúvidas de que o perfil do candidato que apoiava tinha comprometimento com os setores populares, demonstrando suas preferências pelo candidato Lula (Lenz, 1990, p.6).

Várias foram as formas adotadas pela igreja progressista no apoio à candidatura de Lula, passando pelo engajamento de militantes voluntários “até a assessoria de intelectuais orgânicos como Frei Betto e Frei Leonardo Boff e a organização de um Comitê Nacional Inter-religioso de Apoio a Lula, sediado no ISER” (Lenz, 1990, p.6).

O jornal *Zero Hora* de 04/12/1989 afirma que o Comitê pretendia “denunciar o abuso de símbolos religiosos pelo candidato Collor e dar testemunho da Fé cristã de Lula”. Na imprensa nacional apareciam notícias de casos em que sacerdotes estariam realizando campanha eleitoral em favor de Lula, durante missas e outras celebrações religiosas. A chamada Igreja Popular decidiu reagir em favor de Lula, sobretudo quando começaram a aparecer artigos e declarações de bispos e padres conservadores que criticavam o envolvimento da Igreja nas eleições e com partidos políticos, e para rechaçar as críticas realizadas por um grupo de mulheres da elite paulistana, as chamadas *socialites*, que apoiavam Collor e criticavam o apoio da Igreja a Lula, denunciando o perigo comunista que o Brasil sofreria caso o candidato dos setores populares saísse vitorioso nas eleições (Lenz, 1990, p.06).

Segundo Zélia Seiblitiz, foi possível observar quatro diferentes posições adotadas pelo clero durante as eleições de 1989: a posição da CNBB que expressava a fala oficial da Igreja; a posição do Bispo D. Eugênio Sales, que tinha forte presença no *Jornal do Brasil*, e, juntamente com outros bispos e padres, colocava a Igreja fora e acima de partidos políticos; a posição de parte do episcopado e clérigos adeptos da Teologia da Libertação que tinha à sua frente D. Mauro Morelli, para os quais o clero deveria indicar

¹⁰ Nota oficial da presidência da CNBB divulgada na imprensa nacional no dia 02.12.1989.

os candidatos mais bem preparados e comprometidos com os injustiçados, buscando levar a dignidade aos mais necessitados. Por último, a posição do grupo tradicionalista, caracterizado pelo pensamento modernizante, pelo combate ao comunismo, ao ateísmo, ao fim da propriedade privada e à reforma agrária. Contudo, aproxima-se do grupo da Teologia da Libertação quando o assunto é a indicação pela Igreja de candidatos cristãos, honestos e comprometidos (Seibnitz, 1990, p.32).

No início de 1989, a CNBB, em sua 27ª Assembléia Geral, fez mais um pronunciamento oficial lançando o documento “Exigências Éticas da Ordem Democrática” contendo sete pontos necessários para uma escolha criteriosa pelo eleitorado brasileiro: “1- fazer avançar o processo democrático. Em especial no tange à participação popular na gestão sócio-econômica e política do país; 2- promover a justa distribuição social do solo urbano; 3- reforma agrária; 4- irrestrito apoio à luta dos trabalhadores; 5- incentivo à participação dos trabalhadores nos sindicatos e na gestão de empresas; 6- preservar e renovar o meio ambiente; 7- submeter a dívida externa a uma auditoria pública.” Conforme afirma Ana Maria Doimo, esses pontos circularam rapidamente pelos meios de comunicação internos da Igreja, sendo transformados em vídeos, cartilhas e encontros de formação para fiéis e militantes de base. Estes se identificavam também com os 13 pontos da plataforma política do PT, que, coincidentemente, se assemelhava aos critérios da CNBB. Os pontos da plataforma do Partido dos Trabalhadores estavam assim delimitados: 1) democratização do Estado e da sociedade; 2) distribuição de renda e elevação dos salários; 3) suspensão do pagamento e auditoria da dívida externa; 4) reforma agrária e um novo modelo agrícola; 5) desprivatização do Estado e moralização da administração pública; 6) combate à especulação financeira; 7) limites para a ação do capital estrangeiro; 8) subordinação do poder militar ao poder civil; 9) nova política energética; 10) reforma urbana e política educacional; 11) salvar a Amazônia e defender a vida; 12) política externa soberana; 13) defesa dos direitos e conquista dos trabalhadores (Doimo, 1990, pp.46-47).

Em meio a críticas da oposição, acusando a Igreja de partido político e de fazer campanha declarada a Lula, parte dos 31 milhões de votos recebidos do petista no segundo turno das eleições de 89 veio das fileiras que engrossavam as CEBs, as Pastorais populares e outros movimentos da Igreja Católica.

No Rio Grande do Sul, houve grande repercussão e causou perplexidade na população o fato do candidato do PDT, Leonel Brizola, sair derrotado no primeiro turno das eleições presidenciais de 89, mesmo tendo o apoio de mais de 60% dos gaúchos nas

urnas. A repercussão esquentou quando Brizola acusou a ala progressista da Igreja católica de apoiar o seu adversário do PT. O candidato do PDT afirmou que o percentual de votos recebidos por Lula no primeiro turno das eleições demonstrou que a Igreja progressista havia se transformado em partido político. E citou como exemplo o município de Aratiba, único em que perdeu para Lula, em todo o Rio Grande do Sul. Segundo Brizola, seu partido sempre teve dificuldades de penetrar naquele município porque os padres controlavam o eleitorado local. “Agora o único município que Leonel Brizola perdeu foi lá, demonstrando que a votação nacional do PT se deve à igreja”.¹¹ Para Lenz, a análise que Brizola faz das eleições é curiosa, pois “faz supor que, nos outros 332 municípios em que venceu o candidato do PDT, o clero possa ter trabalhado pela vitória de Brizola (o que, em muitos casos, de fato ocorreu)” (Lenz, 1990, p.8).

Mas em Aratiba, município localizado no Alto Uruguai, o fenômeno da votação pró-PT poderia ter outras explicações. Os habitantes da cidade, na maioria pequenos agricultores, se uniram a militantes do PT no município e na região para protestar contra a Eletrosul, em função da inundação de uma parte do município por ocasião da construção da barragem de Itá (Lenz, 1990, p.8).

Segundo Lenz, algumas manchetes políticas publicadas pela imprensa gaúcha, sobretudo pelos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*, no período de outubro a dezembro de 1989, deixava entrever o caráter conservador dos órgãos de comunicação da capital gaúcha. Alguns exemplos de manchetes publicadas nesses jornais denunciam o caráter tendencioso dos mesmos: “Bispo diz que a Igreja não tem candidato.” “CNBB explica sua posição.” “Dom Ivo Lorscheiter diz que a Igreja não deve influenciar.” Um título publicado no *Correio do Povo* de 22/11/1989 chamou a atenção pelo seu caráter tendencioso: “Agora bispos prometem que a Igreja será imparcial.” O título supunha que a Igreja estava influenciando diretamente o eleitorado para votar em um determinado candidato no segundo turno para as eleições presidenciais. Conforme Lenz, três bispos são citados no corpo da notícia: Dom Ivo Lorscheiter, Dom Cláudio Collig e Dom Paulo Evaristo Arns, além do Monsenhor Augusto Dalvit. Dom Cláudio e Monsenhor Augusto Dalvit, representantes da ala conservadora da Igreja, criticaram severamente bispos e padres que apoiavam candidatos a cargos políticos. Dom Ivo e Dom Paulo, integrantes da Igreja progressista, apenas se limitaram a afirmar a necessidade de o eleitor votar no segundo turno (Lenz, 1990, p.9).

¹¹ Publicado no *Jornal do Brasil*, em 18/11/1989.

Um caso que envolvia a cúpula da Igreja Gaúcha e dividia o episcopado em torno do episódio, foi publicado no jornal *Zero Hora* de 12/12/1989. A polêmica foi criada com a publicação de um documento intitulado “É hora da verdade”. Um manifesto de apoio à candidatura de Lula, assinada por 19 entidades religiosas, dentre elas, 15 ligadas à Igreja Católica, duas à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e duas ecumênicas. O documento com o perfil dos dois candidatos ao segundo turno nas eleições presidenciais de 89, apoiava Lula. Em 12/12/1989, durante uma reunião da Comissão Episcopal de Pastoral, realizada na Vila Betânia, em Porto Alegre, o manifesto foi parar nas mãos do bispo da diocese de Novo Hamburgo, Dom Boaventura Kloppenburg. Ele alertou rapidamente o arcebispo de Porto Alegre, Dom Cláudio Kolling, sobre o envolvimento de movimentos Pastorais da Igreja na organização do manifesto e na participação político-partidária. Em repúdio, Dom Boaventura Kloppenburg elaborou uma “nota pastoral” repudiando o manifesto de apoio a Lula e criticando os movimentos pastorais e entidades ligadas à Igreja Católica por seu envolvimento político. O Bispo de Novo Hamburgo alertou que os membros do clero ou agentes de pastoral que assim o fizessem estariam abusando da confiança dos fiéis depositada neles enquanto representantes da Igreja. Em poucas horas, através de telefonemas, Dom Boaventura conseguiu mobilizar e contar com o apoio de 14 nomes para assinar e reforçar politicamente o seu repúdio: Dom Cláudio Kolling, sete outros bispos diocesanos, três bispos auxiliares, o arcebispo coadjutor de Porto Alegre e o cardeal Dom Vicente Scherer (Lenz, 1990, p.9).

Essa movimentação no interior da Igreja gaúcha gerou mais tensões que se fizeram sentir um dia após o manifesto de Dom Kloppenburg, conforme noticiado no jornal *Zero Hora*, de 13/12/1989. Com o título “D. Ivo admite tensões políticas na igreja”, o presidente da regional Sul III da CNBB criticou Dom Boaventura de forma indireta, afirmando que tensões na Igreja eram vistos como algo natural, já que a instituição faz parte do processo histórico. Concordou que o clero não deve participar da política partidária, mas que também não deveria ficar afastado do processo eletivo. Quanto aos leigos, afirmou que os mesmos “devem ser preparados para fazer política partidária”. Com essa afirmação, D. Ivo faz uma aparente alusão de que foram os membros que formam as pastorais os responsáveis pela formulação do documento “É a hora da verdade”, ou seja, a maior parte das pastorais que assinaram o documento é formada por leigos “e não por membros do clero que, nessas organizações, está apenas numa posição muito próxima aos militantes leigos” (Lenz, 1990, p.10).

Outro artigo contra o envolvimento da Igreja Católica do Rio Grande do Sul nas eleições de 1989 foi publicado no Jornal *Correio do Povo*, de 1/12/1989, e assinada pelo jornalista e advogado Manuel Braga Gastal. Segundo ele, “as sacristias se transformaram, na maioria das dioceses do país, em centros de irradiação do velho bruxo (o marxismo), sob a denominação de Comunidades Eclesiais de Base” (Lenz, 1990, p.10).

Em relação aos evangélicos, a imprensa gaúcha noticiou apenas uma única manifestação de pastores em favor de um candidato. A convenção Regional da Igreja Assembléia de Deus, na região do município de Santa Rosa, reunia 60 pastores na época e decidiu apoiar o candidato Collor. Segundo a notícia veiculada no Jornal *Zero Hora*, de 9/12/1989, “os pastores não só decidiram apoiar Collor, mas orientar seus fiéis a votarem no candidato do PRN, pois ele é o que mais se identificava” com os ideais da igreja (Lenz, 1990, p.10).

Após uma análise detalhada das notícias publicadas pelos dois jornais de maior circulação no Rio Grande do Sul e que traziam como temática central a religião e as eleições presidenciais, Martinho Lenz concluiu que:

“O assunto só mereceu destaque no segundo turno; o noticiário de ambos os jornais dá ênfase às notícias que comentam e criticam o envolvimento político-partidário de setores da Igreja a favor de Lula; o apoio de padres ou agentes de pastoral a outros candidatos (notoriamente a Brizola no primeiro turno) não é noticiado nem comentado; não há informações sobre a extensão do apoio da chamada Igreja progressista a Lula. Supõe-se que ela tenha sido significativa; pouca atenção se deu ao voto dos evangélicos, que são bastante numerosos no Estado, devido à influência dos imigrantes (e sabe-se que a IECLB acompanha a orientação política da Igreja Católica no Estado)” (Lenz, 1990, p.10).

Apesar de todas as reportagens dos principais meios de comunicação da capital gaúcha, criticando a Igreja progressista pelo apoio ao candidato Luis Inácio Lula da Silva, o Rio Grande do Sul foi um dos Estados brasileiros onde Lula conquistou a preferência do eleitorado como candidato preferencial no segundo turno, obtendo 64,6%¹² dos votos contra 29,4% de Collor.

1.2. A ação política da Igreja Católica no Rio Grande do Sul

Historicamente, vários membros do clero gaúcho participaram diretamente da política partidária. Conforme Ari Oro, um sacerdote da Igreja atuou como vereador

¹² Fonte: Fundação Perseu Abramo. <http://www2.fpa.org.br/portal>. Pesquisado em 30/07/2007.

durante oito anos no município de Caxias do Sul; outro sacerdote foi eleito o primeiro prefeito do município de Vitória das Missões que se emancipou em 1991; outro padre foi eleito prefeito na cidade de Entre Rios do Sul, no pleito eleitoral de 1996. Nas eleições estaduais de 1998, Roque Grazziotin foi eleito o primeiro padre na história do Rio Grande do Sul a se tornar deputado estadual (Oro, 2006, p.94).

No Rio Grande do Sul, por ocasião da promulgação da Constituição Rio-grandense, em 26/10/1988, realizou-se um culto ecumênico na Catedral Metropolitana, com a presença de sacerdotes da Igreja Católica, Igreja Luterana, Igreja Episcopal, Igreja Metodista e da Assembléia de Deus. O principal objetivo do culto era abençoar a sua promulgação. No ato religioso, muitas autoridades políticas se fizeram presentes, dentre elas, o então governador do Estado, senador Pedro Simon, considerado por Dom Dadeus Grings, um exemplo de político honesto e ético e um católico fervoroso.

Durante os trabalhos que antecederam a sua promulgação, em meio aos mais variados *lobbies*, houve muitos debates, discussões e “bate-bocas” entre os deputados que compunham a Assembléia Constituinte. Os trabalhos eram sempre acompanhados por diversos segmentos da sociedade civil e, em dias de votação o plenário encontrava-se sempre lotado. A Igreja Católica realizou um *lobby* contrariando a emenda que daria assistência ao aborto em hospitais públicos. A questão do aborto foi tão polêmica, que chegou a abrir fissuras entre as bancadas. No PDT, os deputados evangélicos Moeses Berlesi e Luiz Abadie foram contrários à liberação do aborto, pois a definiam como “prática contra a vida”. No PT, os deputados Silvino Heck e Adão Preto, ligados à Igreja Católica por intermédio das comunidades de base, votaram contra Raul Pont e José Fortunati, seus colegas de partido, e “aliaram-se à emenda de Francisco Turra (PDS) que retirava do texto a obrigação do Estado em fornecer meios anticoncepcionais”. Fortunati reiterou que as temáticas polêmicas como o ensino religioso e a descriminalização do aborto “foram os únicos em que o partido (PT) liberou os votos dos deputados, pois a bancada sempre votava coesa, decidindo internamente o voto por maioria antes de ir à plenário” (ALRGS, 1999, p.53).

Entre as proposições populares e de outros poderes para serem analisadas pelos deputados constituintes, constam 10 da Cáritas Regional, ligada à Igreja Católica, 01 da Federação das Religiões Afro-brasileiras e 01 da Junta Executiva da Convenção Batista do RS. Os deputados Adão Preto e Selvino Heck, ligados à Igreja Católica, ambos do PT, apresentaram ao todo, 42 proposições. Já os assembleianos Luis Carlos Abadie e

Moesés Berlesi, ambos do PDT, apresentaram um total de 73 proposições a serem analisadas pela Assembléia Constituinte (ALRGS, 1999).

Integrante das CEBS e do Movimento Fé & Política, o deputado constituinte Selvino Heck publicou um artigo onde faz algumas reflexões sobre sua conduta de ambivalente de ser parlamentar e cristão. Ele alega ter sido um parlamentar cristão e não o contrário. Diz ter atuado durante anos em um partido (PT) com propostas e um projeto de sociedade e, segundo ele, o que orientou a sua atividade parlamentar foi o fato de ajudar a construir através de um partido, um projeto de sociedade que tinha o povo como protagonista principal, que acreditava na classe trabalhadora como segmento capaz de se organizar e transformar a sociedade capitalista numa sociedade socialista (Heck, 1992, p.74). Selvino critica a atuação dos evangélicos na Assembléia Constituinte, apontando a diferença entre um parlamentar cristão e um cristão parlamentar. Diz ele:

“Se eu fosse um cristão parlamentar, eu teria que fazer como o grupo de evangélicos na Constituinte: reúnem-se entre si, têm propostas comuns só entre eles, porque afinal só tem compromisso com sua Igreja que os elegeu. Eu não. Junto-me com todos aqueles que, cristãos ou não, têm a mesma prática política e o mesmo projeto de sociedade” (Heck, 1992, p.74).

Segundo ele, o parlamentar cristão é formado por uma série de características que o distingue do cristão parlamentar: tem formação ao longo dos anos, junto aos círculos bíblicos, grupos de oração, encontros de reflexão, etc. Têm a fé num Deus dos pobres que está ao lado do povo e o acompanha em sua história. Possui uma mística capaz de levar adiante a causa pela justiça, mesmo entre tribulações e sacrifícios. Possui um sentido humano que dá sentido à vida e alimenta a esperança. Conforme ele, o cristão não deve temer a sua presença no espaço político, pois a sua ausência só interessa a quem não quer ver um dia, o povo chegar ao poder.

“Fica bem claro e evidente que o espaço político e parlamentar pode e deve ser ocupado sem constrangimento e sem vacilação por qualquer cristão. Não é por estar ali que, automaticamente, a pessoa vai perder sua fé ou será corrompida, ou vai esquecer a classe trabalhadora. Não, absolutamente não. Quem está inserido conscientemente num projeto político, procurará leva-lo adiante, não importa o lugar onde esteja. O parlamento é um espaço da sociedade a ser ocupado. Claro que é importante discutir mecanismos que podem ajudar o parlamentar, qualquer parlamentar, também o cristão. Estes mecanismos podem ser do próprio partido (por exemplo, da parte do salário, avaliar a atuação, discuti-la coletivamente, etc.), como da comunidade (reuniões freqüentes com os parlamentares eleitos, avaliação de sua atuação, etc.), ou ainda da Igreja” (Heck, 1992, p.76).

Selvino Heck defende que a Igreja Católica forme uma pastoral da política, espaço esse que serviria estimular “a vivência e a reflexão da fé e para incentivar que mais e mais cristãos assumam a militância político-partidária” (Heck, 1992, p.77).

Por ocasião das eleições nacionais de 1998, um grupo de militantes cristãos chamados de Grupo de Reflexão articulado pelas pastorais sociais do Rio Grande do Sul, elaborou uma cartilha de formação política intitulada “Olha, nós fazendo política”. A cartilha, de caráter ecumênico, foi promovida por várias pastorais da Igreja católica, pela Secretaria de Ação Social da Diocese Meridional da Igreja Episcopal do Brasil, pela 2ª Região da Igreja Metodista, pelo CECA (Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria), entre outros. A apresentação da cartilha tinha a assinatura do Bispo da Diocese de Vacaria, Dom Orlando Dotti, considerado um religioso vinculado à ala progressista da Igreja. A cartilha, com 38 páginas, foi dividida em três partes e tinha como objetivo “contribuir para criar uma nova cultura e ética política”, sendo destinada, sobretudo, para animadores de grupos de base e agentes de pastoral. A primeira parte apresentou um referencial capaz de auxiliar no entendimento e na conscientização sobre como exercitar o poder, a democracia e o papel do Estado frente a essas duas temáticas. A segunda parte da cartilha faz uma abordagem sobre a conjuntura política, econômica e social, identificando as principais causas dos problemas enfrentados pela maior parte do povo nos últimos anos. A última parte busca fazer uma análise política à luz da Bíblia, visando construir elementos capazes de criar uma nova cultura e prática política.¹³ O texto não faz indicações de partidos políticos, mas a análise do seu conteúdo leva a crer que se trata de uma cartilha elaborada pela ala progressista da Igreja. Desta forma, segundo ele, a Assembléia Legislativa estaria respeitando a “pluralidade de orientações religiosas” e proporcionando um espaço de “convivência espiritual, recolhimento, meditação e culto”, que, segundo ele, “dignificam a índole e as tradições do povo gaúcho”.¹⁴

No pleito eleitoral de 2000, nada menos que oito sacerdotes da Igreja católica concorreram como candidatos a vereador em diferentes municípios do Rio Grande do Sul, um deles em Porto Alegre. Nenhum deles logrou se eleger. Cinco deles pelo PT. São padres com um histórico de engajamento em pastorais sociais da Igreja que atuam

¹³ Cartilha de Formação Política: “Olha, nós fazendo política”. 1998. Distribuição: Cáritas Brasileira – Regional do Rio Grande do Sul.

¹⁴ Cartilha de Formação Política: “Olha, nós fazendo política”. 1998. Distribuição: Cáritas Brasileira – Regional do Rio Grande do Sul.

em regiões empobrecidas. Contudo, como afirma Ari Oro, nem o engajamento social, tampouco o carisma da função de sacerdote “asseguraram os votos necessários para a eleição, ou seja, não provocaram o reconhecimento no campo político através do voto” (Oro, 2006, p.94).

Em 2002 foi a vez do Frei Sérgio Görden, da Ordem dos Frades Menores, a se tornar o segundo religioso católico a assumir uma cadeira na Assembléia Legislativa, com 44.633 votos (Oro, 2006, p.94). Calcula-se que a maior parte dos votos recebidos por Görden proveio das pastorais sociais da Igreja, mas sobretudo dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, uma vez que o Frei é um assentado da reforma agrária e tinha como principal reduto eleitoral os movimentos sociais. Antes de se tornar deputado, Frei Sérgio trabalhou durante dois anos no Governo Olívio Dutra, do PT, como Coordenador da Reforma Agrária.

O então deputado e padre Roque Grazziotin que, em 1998, obtivera 29.113 votos, concorreu à reeleição em 2002, mas obteve somente 23.409, ficando na segunda suplência do partido (Oro, 2006, p.94). Assim como Frei Sérgio, a maioria dos votos que elevaram Pe. Roque ao cargo de deputado estadual são oriundos de todas as pastorais das Igreja Católica, sobretudo da Pastoral Operária, na qual foi representante estadual por longo período. O fato mais curioso e polêmico ocorrido no período em que atuou como deputado foi a sanção do Projeto de Lei 185/02, de sua autoria, que dispunha “sobre a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade e preferência sexual”¹⁵ do cidadão gaúcho, punindo com multa empresas privadas ou órgãos públicos que discriminarem ou manifestarem preconceito contra homossexuais. Roque Grazziotin agiu em defesa dos homossexuais, sendo que a instituição a qual pertence, a Igreja Católica, condena a prática do homossexualismo. Pe Roque ainda foi o autor da lei que instituiu a criação de um espaço ecumênico na Assembléia Legislativa. Seu projeto foi arquivado, mas sua intenção era criar um espaço ecumênico no interior da Assembléia Legislativa, quer viesse “respeitar a pluralidade de orientações religiosas” e proporcionar um local de “convivência espiritual, recolhimento, meditação e culto” que, segundo o deputado, “dignificam a índole e as tradições do povo gaúcho”.¹⁶

Nas eleições municipais de 2000, só dois candidatos católicos compareceram publicamente para expressar o seu vínculo com a igreja: foram o padre Cláudio

¹⁵ Jornal *Correio do Povo*, 20/12/2002.

¹⁶ Fonte: http://proweb.procergs.com.br/lista_proposicao.asp Pesquisado em 5/12/2007.

Ceron (PDT), pároco da Igreja Nossa Senhora Aparecida, do bairro Restinga e coordenador da Casa Aberta que abriga crianças no Morro da Cruz e arredores e, João Carlos Nedel (PPB), católico praticante e militante em vários movimentos da Igreja. Somente o segundo logrou ser eleito e foi reconduzido à câmara municipal, uma vez que concorria pela sua reeleição

No período que antecedeu o pleito eleitoral de 2002 no Rio Grande do Sul, mais uma vez entidades progressistas ligadas às Igrejas Católica, Luterana, Anglicana e Episcopal, além de uma entidade civil (Comissão de Justiça e Paz) lançaram uma cartilha intitulada “Política: participação popular na construção da justiça e da paz – Subsídio de Formação Sócia-política”, dirigido para o trabalho pedagógico de lideranças na formação política com grupos, comunidades e movimentos. O apoio financeiro para a elaboração da cartilha partiu da Fundação Luterana de Diaconia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, demonstrando, dessa forma, que as diversos líderes da Igreja Luterana também se preocupavam com as questões políticas. O texto de 43 páginas foi dividido em quatro partes, destacando as grandes questões da realidade brasileira, o exercício do poder político, os instrumentos de participação política e os critérios para a escolha das propostas do partido e do candidato para um voto consciente.¹⁷

Nas eleições municipais em 2004, a Igreja Católica não se manteve afastada da participação nas eleições, mas, enquanto instituição, optou pela postura de não indicar candidatos oficiais, comportamento que adota há vários anos. Contudo, a posição oficial da Igreja não foi suficiente para que várias dioceses, bispos e padres tivessem um envolvimento nas eleições, como tem ocorrido em eleições anteriores. O clero não se omitiu de “manifestar-se publicamente no sentido de orientar o voto dos fiéis” (Oro, 2006, p.95).

Em julho de 2004, por ocasião das eleições municipais, o arcebispo de Porto Alegre, Dom Dadeus Grings, escreveu e divulgou uma cartilha política de sua autoria, intitulada “Política – Eleições Municipais 2004”. Com 44 páginas e dividida em 12 capítulos, seu lançamento ocorreu na Igreja Pompéia, durante uma reunião-almoço da ADCE (Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas). Considerado conservador, na cartilha ele sugere aos católicos que não votem em candidatos que defendam a interrupção da vida através da prática do aborto, criticou os partidos que se intitulam

¹⁷ Subsídio de Formação Sócia-Política: “Política – participação popular na construção da justiça e da paz. Fundação Luterana de Diaconia.

católicos e, em relação aos candidatos, denunciou que muitos se aproveitam da carência do povo através da prática do fisiologismo político. Segundo Dom Dadeus, “a Igreja não é partido, não indica partido e não tem candidato. Nenhum partido, pode assumir o título de católico ou de cristão”. Na cartilha Dom Dadeus assim se expressa:

“Temos (...) critérios para votar em alguém. E, no plano municipal, onde as pessoas mais facilmente se conhecem, eles são mais fáceis de serem entendidos e aplicados. (...) No plano ideológico, para nós o critério fundamental é a valorização da vida. Nos primeiros tempos do cristianismo, três pecados, considerados os mais graves, exigiam penitência pública: o homicídio, o adultério e a apostasia”.¹⁸

Nessas eleições, vários foram os candidatos católicos que concorreram à vereança na capital gaúcha. Mas apenas dois expressaram seu vínculo religioso. O padre Claudiomir Ceron (PDT), que realiza um trabalho com crianças carentes no Morro da Cruz, concorreu mas não foi eleito. Já o leigo e católico praticante, João Carlos Nedel (PPB), foi reconduzido à uma cadeira na câmara municipal (Oro, 2004, p.12). Mais 5 candidatos católicos que não explicitaram publicamente seu vínculo religioso, lograram ser eleitos. Contudo, sua afinidade com a Igreja Católica fica explícita em virtude de os mesmos participarem juntamente com João Carlos Nedel, do Grupo de Vereadores Católicos, fundado em 2002 por Dom Antônio Cheuiche. Os eleitos foram: Ervino Besson (PDT), Carlos Alberto Garcia (PSB), Beto Moesch (PPB), Aldacir Oliboni (PT) e Maria Celeste (PT), formando assim, o que se poderia chamar de “bancada católica” na câmara municipal. (Oro, 2004, p.12).

O Grupo de Vereadores Católicos foi criado para que os mesmos pudessem se encontrar, estabelecer um espaço para revitalização de sua fé através da oração e para debater e estabelecer o que o Pe. Roberto Paz chamou de “cultura política de comunhão”. Com abrangência arquidiocesana, vereadores católicos de outros municípios também compõem o grupo. Apesar de ser de confissão católica, o grupo tem proposta inter-confessional (Lima, Marques, Castilhos, Salvador, 2004, p.39).

Em relação ao pleito de 2000, Oro fornece algumas explicações para o insucesso eleitoral dos clérigos que concorreram a cargo público. Segundo ele, ainda predomina no meio social católico uma forte resistência por parte dos fiéis à candidatura de sacerdotes a cargos públicos. Muitos fiéis deixam de votar em membros do clero porque ainda é forte o imaginário de que padre deve cuidar de questões espirituais e não políticas. Outro fator importante que prejudica a eleição de padres é o fato de a Igreja

¹⁸ Publicado em *FolhaOnline*, 08/07/2004. Fonte: www.folha.com.br. Pesquisado em 07/10/2007.

estar organizada de forma hierárquica, ou seja, dividida, em dioceses, paróquias e capelas, o que dificulta a congregação de um grande número de fiéis em torno da candidatura de sacerdotes (Oro, 2006, p.96). As eleições do Pe. Roque Grazziotin em 1998 e, do Frei Sérgio Görge em 2002, podem ser considerados casos excepcionais dentro da Igreja Católica do Rio Grande do Sul, sobretudo porque ambos são ligados a igreja Popular, à pastorais e movimentos sociais, o que congregaria um maior número de fiéis votantes por regiões do Estado.

Um terceiro ponto para o insucesso eleitoral de padres católicos está no fato de que a própria cúpula da Igreja se manifesta publicamente contra “a presença de sacerdotes na política, enfatizando que, quando isso ocorre, eles são aconselhados a se afastarem das atividades religiosas” (Oro, 2006, p.96).

Nas eleições de 2002, foi a vez da CNBB Nacional lançar uma cartilha endereçada aos fiéis católicos. Intitulada “Eleições 2002: propostas para reflexão”, o texto faz parte dos documentos da CNBB n.º67 e propõe um despertar de consciência de todos os cidadãos brasileiros, sobretudo os católicos, sobre o importante momento que representa as eleições de 2002 para a população brasileira. Diferente das demais cartilhas citadas, essa não tinha um caráter popular, apresentava 25 páginas. Com 60 pontos distintos, apresentando, na última página, um cronograma mínimo datado em meses para o estudo do documento, pelas dioceses, paróquias, pastorais sociais e grupos de ‘fé e política’, tendo em vista as eleições. No ponto 51 do documento, a CNBB alerta para a restrição da participação político-partidária do clero, conforme consta no Código do Direito Canônico, abrindo, contudo, uma exceção apenas para participar de partidos políticos quando, “a juízo da competente autoridade eclesiástica, o exija a defesa dos direitos da Igreja ou a promoção do bem comum” (Documentos da CNBB 67, 2001, p.20). O texto também orienta os católicos a escolher com cuidado e de forma consciente os seus candidatos, sobretudo aqueles que se dizem católicos; valorizar a participação das mulheres na política; incentivar a formação de comitês para combater a corrupção eleitoral; valoriza os candidatos católicos eleitos e acompanhá-los no exercício de seu mandato. A CNBB explícita ainda que a Igreja Católica poderá divulgar informações sobre os candidatos dentro da lei, mas nunca indicá-los ou apoiá-los, bem como seus partidos. Para uma escolha criteriosa dos candidatos e suas propostas, a Igreja incentivará os leigos a formar grupos de Fé e Política.¹⁹

¹⁹ CNBB. Eleições 2002: propostas para reflexão. Documentos da CNBB 67. São Paulo : Paulinas, 2001.

Em relação à participação da Igreja Católica na política, manifestada sobretudo pelo episcopado adepto da Igreja popular, seguido de milhares de militantes que formaram as comunidades de base, o Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, fez a seguinte declaração em discurso proferido em 01/05/2004, na Catedral de São Bernardo do Campo-SP, por ocasião da Missa do Trabalhador, criada por Frei Betto e pela Pastoral Operária em 1980. Ele afirma que: “Toda essa luta que nós fizemos (sindicatos, PT), não seria possível se não fosse a participação ativa da Igreja”. Cabe ressaltar que Lula tem participado desta celebração desde seu início, há 24 anos (Oro, 2006, p.97). Embora menos intensa, sua relação com a Igreja se mantém até hoje. No primeiro ano de seu governo, nomeou Frei Betto, seu amigo pessoal de longa data, assessor especial das Presidência da República.

Antes de tomar posse como Presidência da República, Lula fez uma visita pessoal à sede da CNBB, em Brasília, e à Assembléia Geral dessa entidade, no dia 1º de maio de 2003, no mosteiro de Itaicí, no município de Idaiatuba-SP. Essa foi a primeira vez que um Presidente da República e seus ministros realizam o gesto de encontrar-se com a maioria do episcopado brasileiro, entre eles, o embaixador do Papa no Brasil, D.Lorenzo Baldissari. No encontro, o então presidente da CNBB, D. Jaime Chemello, destacou em seu discurso “a decisão da Igreja em colaborar com o governo de forma crítica e livre, em defesa da vida, da família e da justiça social”. Em seu discurso, o presidente Lula destacou a importância da Igreja em sua história e pediu a colaboração dessa instituição em seu mandato. Ele ouviu dos bispos que seu mandato será legitimado pelas adesões das massas à sua proposta governamental. Uma parte do episcopado pediu atenção prioritária do governo para as questões da reforma agrária, da violência incontrolável produzida nos grandes centros urbanos, das questões ambientais e da Amazônia, do narcotráfico, da região Nordeste e dos direitos humanos (Azevedo, 2004, p.117).

Conforme Dermi Azevedo, a Igreja como instituição é dotada de um poder tradicional e carismático, no sentido weberiano dos tipos ideais. Contudo a Igreja não busca exercer esse poder de forma direta, sobretudo “diante da consolidação do processo democrático e do pluralismo religioso, no conjunto da sociedade” (Azevedo, 2004, p.118). Ela busca influenciar a política de forma indireta, ou seja, através de “sua mensagem religiosa e sócio-política”. Isto porque a Igreja do Brasil está comprometida com o processo democrático, com o Estado de Direito e com um projeto político,

“economicamente inclusivo e socialmente justo”, onde sobressaia a soberania da população (Azevedo, 2004, p.118).

Mendonça (2003) afirma que a Igreja Católica continuou mantendo seu poder religioso e forte presença em muitos aspectos da vida social brasileira. Ela representa a religião civil brasileira, embora atualmente no Brasil haja uma pluralidade de religiões. Esse fato faz com que a Igreja mantenha-se presente em atos cívicos e laicos e conte com a participação de autoridades públicas e governantes “em atos religiosos de relevância nacional”. Exemplo disso é a obrigação que tem os não-católicos de respeitar e observar os feriados e festas do calendário religioso católico inseridos no calendário oficial do Brasil (Mendonça apud Oro, 2006, p.98). Outro fato inusitado aconteceu quando do trágico falecimento do Deputado Federal Julio Redecker (PSDB-RS), vítima do acidente envolvendo um avião da TAM, no aeroporto de Congonhas, em julho de 2007. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, segundo lideranças internas da mesma, necessitou pedir ‘autorização’, junto ao Arcebispo Dom Dadeus Grings para realizar as encomendações e o ato fúnebre de acordo com a confissão religiosa de Redecker, que era luterano. O pedido aconteceu logo após a realização de um culto ecumênico, realizado pelo Arcebispo Dom Dadeus e pelo pastor luterano Walter Altman, no final do seu velório no Salão Negrinho do Pastoreio do Palácio Piratini. Mesmo sabendo de sua confissão religiosa, o PSDB de Novo Hamburgo-RS, cidade onde o deputado residia, também decidiu realizar uma missa e, não um culto, para prestar homenagens póstumas ao tucano, dias após o seu sepultamento.

Outros fatores que mobilizam a Igreja em sua participação política são causados quando ela se sente ameaçada “pela figura de algum oponente real ou imaginário” (Oro, 2006, p.101). Foi assim na década de 60, quando ela se levantou para protestar contra a ameaça de implantação do comunismo e, posteriormente contra a ditadura militar, em razão da violação dos direitos humanos. Nas últimas décadas, com o aumento expressivo de evangélicos no país, sobretudo na esfera da política partidária, chegando a formar bancadas de políticos evangélicos, a Igreja Católica tem reagido politicamente, buscando aproximar-se de candidatos ou políticos católicos, pelo menos em algumas regiões, dioceses ou municípios (Oro, 2006, p.101).

Estaria a Igreja interessada em formar “bancadas católicas” em razão de reunir políticos em encontros com membros da hierarquia? Dom Antonio Cheuiche, bispo emérito de Porto Alegre, responde que não. Os encontros seriam um novo espaço proposto pela Igreja para que os parlamentares possam se reunir para rezar, “melhorar

sua vida espiritual e aprofundar a consciência e seus conhecimentos sobre o compromisso político cristão”.²⁰ Já para o recém nomeado bispo para diocese de Niterói-RJ e ex-coordenador do setor de cultura da Arquidiocese de Porto Alegre, Pe. Roberto Paz, não se trata de “bancadas católicas” enquanto “grupos de pressão política”. Segundo ele, a Arquidiocese de Porto Alegre vem promovendo encontros periódicos de formação com políticos (80 vereadores de diferentes municípios e 25 deputados da Assembléia Legislativa estadual) através da chamada ‘Escola do Bem-Comum’, que tem como prioridade a “evangelização do setor político” (Oro, 2006, p.102).

Por ocasião da Constituinte de 1986, Paul Freston sugeriu que, ao analisar o conjunto de deputados que formaram a Assembléia Constituinte, já existiria no Congresso Nacional a formação de um ‘Bloco Parlamentar Católico’, apresentando 33 nomes de deputados que poderiam ser elencados nessa lista por estarem associados ao catolicismo ou ligados à hierarquia dessa instituição. Ele afirma que essa lista iguala o número de deputados que formaram a ‘bancada evangélica’ na Assembléia Constituinte, a qual era formada por 33 deputados (Freston apud Oro, 2006, p.102).

Para finalizar, cabe destacar a força do episcopado gaúcho para declarar e veicular o que pensam sobre determinados assuntos em voga seja na esfera política econômica ou social. Segundo Seidl, os bispos dispõem de um capital de autoridade que lhes favorece nesse sentido, pois muitos de seus pronunciamentos repercutem em todo Estado e, as vezes até a nível nacional. Foi assim que, faltando um mês para as eleições presidenciais de 2002, “na condição de liderança católica no Rio Grande do Sul, com sede na capital, contando com a maior estrutura religiosa do Estado e com uma ‘história’ de ‘forte presença’ na sociedade, Dom Dadeus Grings, arcebispo da Arquidiocese de Porto Alegre, reuniu a imprensa “para expressar a ‘posição oficial’ da Igreja local sobre as reformas do governo brasileiro” (Seidl, 2007, p.152).

“O Arcebispo de Porto Alegre lança na próxima segunda-feira, 1º de Setembro [de 2002], a cartilha das Reformas Brasileiras. Dom Dadeus Grings reúne-se com a imprensa, às 14 hs, na Cúria Metropolitana. O texto apresenta a posição oficial da Igreja da Arquidiocese sobre as reformas em andamento e as projetadas pelo atual Governo Federal. Para o arcebispo, falta abertura para debate maior com a sociedade antes de submeter os projetos à apreciação do poder legislativo, Dom Dadeus disse que todos os cidadãos tem o direito de participar dessas discussões. Ele afirmou que elas não podem ficar restritas a uma pequena elite, nem vinculadas ao debate exclusivo dos políticos de profissão. O texto apresenta posicionamento oficial da Igreja local sobre as reformas já em discussão no Congresso Nacional e sugestões para o debate da sociedade sobre as reformas projetadas como a política e a

²⁰ Jornal *Nova Versão*, 18-24/10/2001, p.5.

partidária. O Arcebispo disse que o material apresenta posicionamentos contundentes para estimular uma discussão séria sobre alterações que a nação precisa fazer”.²¹

O que o Arcebispo buscava com essa declaração era, na verdade, aliar-se às estratégias de trabalho religioso realizado pelo episcopado nacional, sem muitas divergências. Suas idéias estavam assentadas na proposta “de unidade interna e de alinhamento com as diretrizes nacionais e com o Vaticano (...)” (Seidl, 2007, p.153).

1.3. Os evangélicos e sua participação na política partidária

O protestantismo desembarcou no Brasil somente nas primeiras décadas do século XIX. Nos séculos anteriores ocorreram três tentativas frustradas de implantação do novo credo em terras brasileiras. A primeira delas ocorreu no Rio de Janeiro, em 1555, sob a liderança dos calvinistas, não logrando êxito, sendo expulsos do Brasil, juntamente com os franceses, em 1567. A segunda tentativa ocorreu em Pernambuco, por ocasião da invasão holandesa em 1630. Nessa época os cultos de origem calvinista eram livremente praticados nos territórios ocupados pelos holandeses. Com a expulsão dos holandeses em 1654, após um período de lutas com a Coroa Portuguesa, os cultos protestantes voltaram a ser proibidos. A terceira tentativa foi efetuada por parte dos franceses por ocasião da fundação da França Equinocial e da construção do Forte de São Luís, no Maranhão, em 1612. Mas novamente o protestantismo não criou raízes, sobretudo com a expulsão dos franceses em 1615. Já, no século XVIII, não houve tentativas por parte dos protestantes, devido à intensificação das atividades do Santo Ofício (Capellari, 2006, pp.23-24).

Os imigrantes europeus que aqui chegaram nas primeiras décadas do século XIX, para substituir os escravos negros pela mão-de-obra assalariada e para povoar as regiões fronteiriças, tinham algo de novo em sua bagagem: muitos professavam a fé evangélica, sobretudo os luteranos, de origem germânica. Esse movimento ficou conhecido como protestantismo de imigração, ocorrido notadamente a partir de 1824. Os imigrantes europeus eram recém-chegados ao Brasil, não tinham voz política em um país de maioria católica. Isso explica porque os protestantes não influenciaram e nem

²¹ Este texto foi amplamente divulgado na mídia gaúcha, através de um padre jornalista que faz parte da assessoria de imprensa da Cúria Metropolitana, ligada à Pastoral de comunicação da arquidiocese (Seidl, 2007, p.152).

participaram da Constituinte de 1823. Oro afirma que essa Assembléia foi constituída por 93 parlamentares, sendo 15 sacerdotes católicos (Oro, 2006, p.103).

Salvo através do trabalho assistencial e educacional, o protestantismo de imigração e o protestantismo de ²²missão (presbiterianos, batistas, metodistas e outros), de origem anglo-saxônica, não tiveram uma participação efetiva na vida social e política do Brasil no século XIX. “Sua presença na política propriamente dita é um fenômeno da Nova República” (Oro, 2006, p.103). Os protestantes de imigração, no Brasil, só ganham *status* de cidadãos, após a proclamação da República. Desta forma, a partir de 1889, estavam aptos a participar da vida política e religiosa do país, igualando-se aos católicos, com nascimentos e casamentos reconhecidos pelo Estado e com a prática de cultos em templos públicos, salvo em alguns municípios ou regiões estaduais, onde a disputa entre católicos e protestantes era mais acirrada (Pedde, 2005, p.105). Como afirma Piccolo, os protestantes não se viam mais como religião tolerada ou exercendo práticas religiosas toleráveis, mas, sim, em igualdade de direitos civis com os católicos (Piccolo, 1995, p.63). Antes disso, mesmo com a liberdade de culto, em locais ou residências particulares, assegurada pela Constituição de 1824, alguns protestantes foram objeto de intolerância católica como evidencia Campos:

Não foram suaves nem desprovidas de perigo as atividades dos primeiros missionários protestantes. Sofreram perseguições, atentados, vaias e ameaças de linchamento. A febre amarela abateu dois. Alguns dos convertidos foram mortos e surrados. Surgiram artigos nos jornais insinuando que as conversões eram feitas a peso de libras. Até uma “Liga contra o Protestantismo” foi fundada, nos fins do século XIX, por inspiração de Frei Celestino Padoveli. Fogueiras queimaram Bíblias e folhetos protestantes, repetindo processos inquisitoriais em proporções bem menores (Campos, 1967, p.45).

Conforme Pedde (2005), existia uma certa tensão entre protestantes e católicos logo após a proclamação da República. Os protestantes de missão, no ímpeto de defender seus direitos civis publicamente negado pelos católicos, criaram a Liga Evangélica em 1890 (Mariano apud Pedde, 2005, p.107). Contudo, na Primeira República, poucos foram os representantes protestantes ativos na política nacional, restringindo sua participação em alguns municípios, Estados e no Senado Federal (Freston apud , Oro 2006, p.103).

²² O protestantismo de missão possui características distintas do protestantismo de imigração. Enquanto este instalou-se no Brasil por intermédio dos povos germânicos com interesses puramente econômicos, os protestantes missionários (metodistas, presbiterianos, congregacionalistas) aliaram-se ao projeto liberal, eram anti-católicos, participavam mais da vida política, eram fundamentalmente proselitistas e, por isso, eram bem menos tolerados pelos católicos (Pedde, 2005, p.107).

A partir de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República, a Igreja Católica retoma (como citado anteriormente), sua influência sobre o Estado, por meio da promulgação do que veio a ser a mais católica das constituições: a de 1934. Com o ímpeto ampliar sua presença no espaço público e legitimar seus interesses, “os evangélicos articularam uma Confederação Evangélica e, em maio de 1932, apresentaram um Memorial à sociedade brasileira (Pedde, 2005, p.108).

Os presbiterianos demonstraram maior interesse na formulação do Memorial. Seu conteúdo se caracterizava “pelas reivindicações típicas da tradição laica, do liberalismo e da social-democracia da época” (Oro, 2006, p.104). Suas lideranças reivindicaram “voto secreto, justiça popular, rápida e gratuita, completa laicidade do Estado e do ensino oficial, absoluta liberdade da manifestação de pensamento, educação popular obrigatória, promoção do pacifismo, etc.” (Oro, 2006, p.104).

O marco da estréia protestante na política partidária foi a Constituinte de 1933-34. Impulsionados pela reação católica para tentar recatolicizar o Estado nacional, os protestantes, favorecidos pela nova legislação eleitoral, começaram a participar da vida política institucional do país. Contudo, a eleição de apenas um protestante denunciava a fragilidade dos evangélicos frente ao catolicismo no universo das forças e dos embates políticos travados por ambos os grupos na sociedade. Em defesa do Estado laico, do divórcio, da livre sindicalização, da implementação do salário mínimo e da estatização das jazidas minerais, o candidato evangélico Guaracy Silveira, pastor metodista, paulista, concorreu pelo partido socialista, sendo eleito pela base evangélica (Oro, 2006, p.104). Em 1945, em nova eleição, retornou ao Congresso Nacional, sendo novamente o único candidato evangélico eleito. Nesse período, boatos de um levante comunista assombravam o meio político nacional. Vários segmentos políticos conservadores se uniram para frear uma possível tomada de poder pelos comunistas. Foi esse o motivo que fez o deputado protestante Guaracy Silveira se unir aos católicos, mas continuar lutando “pela igualdade de privilégios aos evangélicos” (Oro, 2006, p.104).

Ainda na eleição de 1945, grupos evangélicos de São Paulo uniram esforços em torno da “União Cívica Evangélica Paulista”, que reunia cerca de 15 mil fiéis neste Estado, “visando à eleição do pastor presbiteriano Miguel Rizzo Jr., o qual, porém, obteve insuficientes 3.533 votos.” O mau desempenho nas urnas poderia estar atrelado ao “divisionismo evangélico”, argumento que perdura até os dias atuais como justificativa para explicar possíveis fracassos de candidatos evangélicos em pleitos eleitorais (Campos apud Oro, 2006, p.104).

Com Guaracy Silveira à frente da representação evangélica no Congresso Nacional, outras questões foram emergindo no campo político protestante. Uma delas refere-se à qualidade da representação evangélica no cenário político. A polêmica que envolvia pastores e comunidade leiga para saber quem representaria os segmentos protestantes de maneira mais ética e sensata se seguiu. Contudo, havia um consenso entre muitos grupos de que o bom político evangélico deveria combater a Igreja Católica e lutar pela ampliação do espaço público para os evangélicos. Muitos evangélicos estavam insatisfeitos e contestavam as atitudes políticas do pastor Guaracy, que, além de se unir aos católicos com o pretexto do “perigo comunista” que rondava o país, mantinha posturas liberais e agradecia a todos os eleitores paulistanos que nele votaram, reconhecendo que somente o voto dos evangélicos era insuficiente para elegê-lo (Campos apud Oro, 2006, 105).

Nas eleições de 1947, muitos deputados e vereadores protestantes foram eleitos. Em 1948, Guaracy auxiliou na fundação do Partido Republicano Trabalhista que congregava grande número de protestantes (Freston, 1994, p.24). Na legislatura 1951-1955, cinco evangélicos conseguiram se eleger deputado federal, entre eles Ruy Ramos, membro da igreja metodista e o primeiro político evangélico eleito pelo Rio Grande do Sul (Oro, 2006, p. 105). Segundo Freston (1994), o número de deputados foi aumentando até chegar ao número de 13 cadeiras na Câmara Federal. Eram quase todos pertencentes ao protestantismo histórico e alguns chegaram a receber apoio de membros e lideranças de suas igrejas. Contudo, as igrejas que apoiavam algum candidato protestante o faziam de forma discreta, sem conceder apoio oficial, tendo por objetivo defender seus próprios interesses (Freston, 1994, p.25).

Durante o regime militar, ao contrário da Igreja Católica, a relação da maioria das igrejas evangélicas com os governos militares foi próxima. A maior parte das denominações evangélicas preferiu estreitar relações com o regime de exceção. Uma vez que a Igreja Católica passou a combater a ditadura a partir de 1968, o regime buscou investir ao máximo nos protestantes, sobretudo, através da nomeação de leigos a cargos políticos. Em contrapartida, as igrejas históricas cessaram as publicações sobre os problemas sociais da época em seus jornais e periódicos. Por ter muitos fiéis pertencentes à classe média e por gozar de prestígio político e militar, a igreja presbiteriana foi a denominação protestante mais comprometida com os militares, ao contrário da Igreja Metodista que optou “pela abertura até 1968” (Freston, 1994, p.25).

A Igreja Luterana do Brasil, pressionada pela Federação Luterana Mundial, também fora uma das poucas a se posicionar oficialmente contra o regime militar e denunciar os crimes cometidos pelo Estado contra os direitos humanos. As igrejas católica e luterana acabaram se unindo para tratar de questões sociais e políticas e lutar pela defesa dos direitos humanos (Freston, 1994, p.27).

As igrejas pentecostais ganharam a simpatia do governo militar, uma vez que poderiam contribuir para desarticular a presença da Igreja Católica em populares e mais empobrecidos. Para os militares, os pentecostais possuíam características estratégicas: atuavam no meio das camadas mais pobres da sociedade e adotavam uma doutrina religiosa extremamente rígida, moralista e individualista. Concretamente, essas características significariam submissão e obediência a Deus no plano espiritual e, ao Estado, no plano material. Foi no período da ditadura que as igrejas pentecostais passaram a engrossar suas fileiras de fiéis. Para Rolim (1993), os militares estabeleceram a seguinte estratégia em relação à expansão do pentecostalismo: quanto mais os pobres produzidos pela situação social dos governos militares se tornarem adeptos do pentecostalismo, maior também será o universo de cidadãos doutrinados para a obediência e submissão ao regime (Rolim, 1993, p.346).

O número de parlamentares durante o regime militar foi superior ao período democrático (1946-1964). Contudo, de 1964 a 1979, não houve um aumento significativo de deputados evangélicos na Câmara Federal. No total, 50 deputados protestantes exerceram mandato entre 1946 e 1987. Metade concentrava-se na região sudeste do país, onde os processos de urbanização e modernidade sempre estiveram à frente dos demais Estados. Em segundo, vem a região Sul, motivada pela forte influência que os luteranos exerceram nessa região. O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) foi a sigla partidária mais procurada pelos protestantes até o início da década de 50, período marcado pelo populismo. Em seguida, parlamentares evangélicos ingressaram na UDN (União Democrática Nacional), decididos a apoiar, entre outras coisas, o golpe de Estado de 64 (Freston, 1994, p.29).

Em termos denominacionais, Freston (1994) classifica a participação das igrejas protestantes em três fases distintas: de 1946 a 1951, uma fase metodista que se resume à participação política de Guaracy Silveira. De 1951 a 1975, destaca-se a Igreja Presbiteriana e, de 1975 a 1987, a Igreja Batista ganha destaque no cenário político nacional. Em número de mandatos exercidos entre 1946 a 1987, os pentecostais tiveram uma representação inferior a 5% na câmara de deputados. Mas é nos anos 50 que os

pentecostais passam a ganhar visibilidade na política partidária, não para eleger seus próprios políticos, mas, sim, para apoiar candidatos evangélicos não-pentecostais. A igreja Brasil para Cristo ganha destaque nesse período pelo trabalho de politização de seus fiéis na metrópole paulistana e pelo lançamento de candidatos da própria igreja, fato que viria a ser imitado por outras denominações pentecostais somente na década de 80 (Freston, 1994, p.30). Alguns pentecostais conquistaram vaga na câmara federal de forma peculiar, ou seja, não como candidatos oficiais das igrejas, mas com o voto de muitas denominações baseado em obras sociais. Outra trajetória verificada era a do evangélico maçom que tinha suas bases eleitorais não só na membresia das igrejas, mas também entre os maçons. Entre os batistas, ganhavam expressão os candidatos representantes de entidades juvenis, contando inclusive com o apoio de radialistas que faziam questão de divulgar e apoiar essas candidaturas (Freston, 1994, p.32).

Além da eleição para o legislativo, deve-se registrar o surgimento de governadores evangélicos. No período de 1946 a 1987, alguns governadores protestantes foram eleitos. O primeiro deles foi um pentecostal. Antônio Torres Galvão, membro da Igreja Assembléia de Deus, era presidente da Câmara dos Deputados e governou Pernambuco por quatro meses, em 1952, logo após a morte do então governador Agamenon Magalhães. Como não existia o cargo de vice-governador, Torres Galvão convocou novas eleições e, passados quatro meses, entregou o cargo ao novo governador eleito, retornando à presidência do legislativo estadual. Os demais governadores protestantes foram nomeados pelo governo militar. Esse fato pode ser analisado como cooptação dos evangélicos, para que permanecessem apoiando o regime militar. Íris Rezende foi o primeiro governador protestante eleito pelo voto popular quando as eleições diretas foram restabelecidas. Governou o Estado de Goiás pela primeira vez de 1983 até 1986 (Freston, 1994, p.38).

A presença protestante no Congresso Nacional teve início na década de 50 e se expandiu durante a ditadura militar. O protestantismo histórico predominava no campo político caracterizado pela inexpressiva concentração ideológica, ou seja, era possível encontrar políticos evangélicos afinados com a esquerda não-marxista e outros, apaixonados pelo regime militar (Freston, 1994, p.38). Em 1982, na primeira eleição pluripartidária, houve uma tímida participação de protestantes e pentecostais. A Igreja Assembléia de Deus era uma das mais envolvidas no pleito. Nesse período líderes da AD foram atendidos em audiência pelo presidente; o templo principal da igreja recebeu a visita do Ministro da Previdência e vários candidatos pertencentes à Assembléia de

Deus concorreram. O PDS era o partido preferido pela maioria dos candidatos assembleianos (Freston, 1994, p.40).

No Rio de Janeiro, o pastor batista Nilson Fanini foi o escolhido do PDS, entre os evangélicos, para apoiar os candidatos do partido. Fanini era um evangelista famoso que ascendeu na década de 70, através do tele-evangelismo com programa de TV no Rio de Janeiro, retransmitido em versão radiofônica para todo o país. Seu programa evangélico, chamado *Reencontro*, foi o primeiro a ser transmitido em rede nacional pela rede Educativa, graças à concessão do Governo Federal (Fonseca, 1998, p. 54). Famoso por suas pregações em massa em estádios de futebol, era casado com a herdeira do grupo empresarial Kepler Weber S/A, recebia o apoio de batistas dos Estados Unidos e seu nome ficou conhecido em outros países através da difusão do seu programa televisivo. Em agosto de 1982, Figueiredo foi homenageado pelo Pastor Fanini, numa concentração de evangélicos. Em campanha para o PDS e acompanhado de cinco ministros de Estado, o Presidente discursou para 120.000 evangélicos no estádio do Maracanã. Fanini aproveitou a concentração para lançar o candidato batista Arolde de Oliveira²³ a deputado federal. Em retribuição ao discurso, Figueiredo presenteou Fanini com a concessão da TV Rio (Canal 13 de televisão do Rio de Janeiro) por 15 anos. Ele já era um velho conhecido do presidente, pois havia estudado na Escola Superior de Guerra e apoiado o PDS nas eleições. Contudo, o projeto de montar o primeiro canal evangélico de televisão, a TV Ebenezer, não saiu do papel e sua programação nem chegou a estreiar (Freston, 1994, p.40, Cunha, 2002, p.22).

Com o fim do regime militar e o início do pluripartidarismo, houve disputa de candidatos evangélicos de diferentes denominações em outros partidos, inclusive no PT. A campanha entre os pentecostais era acirrada e muitos líderes de igrejas se tornaram cabos eleitorais durante a campanha de 1982. Alguns candidatos chegaram a intimar os fiéis com o seguinte slogan: ‘evangélico vota em evangélico’. As eleições de 82 despertaram os pastores para o campo da política partidária, mas nada se compara ao projeto eclesial para as eleições de 1986, quando as igrejas pentecostais oficializaram candidaturas (Freston, 1994, pp.40-41). Para Comblin, os pentecostais “gostam de ter representantes próprios em todas as assembleias. É uma proteção e uma garantia. É também um órgão de comunicação com o Estado” (Comblin, 1986, p.21).

²³ Arolde de Oliveira, membro da Igreja Batista e ex-militar ligado a área das comunicações, foi eleito para a Câmara Federal em 1982, de onde não saiu mais, conquistando sucessivas reeleições. Atualmente é Deputado Federal pelo DEM. <http://www.aroldedeoliveira.com.br>. Pesquisado em 05/10/2007.

Segundo Freston, “a constituinte foi o estopim para a politização pentecostal” (Freston, 1994, p.41). Após a Comissão de Estudos Constitucionais, presidida por Afonso Arinos, nomear um representante da CNBB, denominações evangélicas pressionaram o governo para que um evangélico fosse nomeado. Após a intervenção dos deputados evangélicos governistas, a indicação do pastor presbiteriano Guilhermino Cunha, ex-aluno da Escola Superior de Guerra, feita pela Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil, foi aceita pelo governo. Na comissão, Guilhermino defendeu as questões religiosas e “de direitos individuais e sociais”. Também incentivou os fiéis a formarem Comitês Evangélicos Pró-Constituinte em seus Estados (Freston, 1994, p.41).

Em janeiro de 1985, a Assembléia de Deus realizou Convenção Geral na cidade de Anápolis (GO). O objetivo principal era vencer a resistência dos adeptos do apoliticismo. Para isso, vários líderes discursaram sobre a importância da Constituinte, contando com a participação estratégica de dois políticos evangélicos que pediram o envolvimento da AD na política institucional: Íris Rezende e Daso Coimbra. Por ocasião da convenção, foi realizado em abril do mesmo ano, na cidade de Brasília, um encontro de todos os presidentes das convenções estaduais da AD para discutir a Constituinte. Esse encontro resultou na escolha de candidatos oficiais a deputado federal, para senador e deputados estaduais. A escolha oficial foi realizada por 18 Convenções Estaduais, sendo que 14 delas escolheram membros da própria AD e as outras 4 optaram por lançar membros de outras igrejas. Dos 18 candidatos, 14 se elegeram. Nesse período, o tradicional jornal da AD, *O Mensageiro da Paz*, tratou de política em todas as suas edições. Em 1986, na mudança da AD em relação às questões políticas, teve grande repercussão o livro escrito por Josué Sylvestre, líder assembleiano que, na época, trabalhava como assessor no Senado. Intitulado *Irmão vota em Irmão*, o livro utilizava “fortes recursos retóricos para convencer os evangélicos a votarem em candidatos evangélicos. Textos bíblicos como ‘quem sabe fazer o bem e não o faz, comete pecado’ e ‘amai-vos uns aos outros’ reforçavam sua tese” (Freston, 1994, pp.42-43).

Seguindo o exemplo da Assembléia de Deus, a Igreja do Evangelho Quadrangular contrariou a orientação do presidente da igreja no Brasil e lançou candidatos oficiais em praticamente em todos os Estados da Região Sul e Sudeste, com exceção do Estado do Espírito Santo. Essa estratégia resultou na eleição de dois candidatos a deputado estadual e dois à Câmara dos Deputados. Outros segmentos evangélicos também tiveram envolvimento nas eleições de 86. Caio Fábio, pastor

evangélico e futuro presidente da Associação Evangélica Brasileira, cobrou critérios dos candidatos: “um passado de militância com as causas da justiça e do direito, diretrizes partidárias em defesa da reforma agrária e oposição à Lei de Segurança Nacional” (Freston, 1994, p.44)

Após a aprovação da Assembléia Nacional Constituinte em 1986, os evangélicos passaram a participar mais ativamente da política, ganhando maior visibilidade a nível nacional. Nesse período formou-se a chamada “bancada evangélica” no Congresso Nacional. “Uma bancada pluripartidária, composta por 33 membros, sendo 18 deles do ramo pentecostal, especialmente da Assembléia de Deus, com 14 deputados” (Oro, 2006, p.107). Os outros quatro pentecostais estão assim distribuídos: dois da Igreja do Evangelho Quadrangular, um da Igreja Cristã Renovada e um da Igreja Universal do Reino de Deus. Na representação por Estados, o Rio de Janeiro ficou em primeiro lugar com sete constituintes evangélicos. São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Goiás seguem em segundo, cada um com três parlamentares. Vários Estados aparecem com apenas um eleito (Pierucci, 1989, p.110).

Mas nem todas as denominações participaram da política. Entre as maiores, somente a Assembléia de Deus, a Quadrangular e a Universal o fizeram. A Congregação Cristã e a Igreja Pentecostal Deus é amor preferiram manter o apoliticismo (Freston, 1994, p. 46). Entretanto, o número de evangélicos eleitos era tão significativo naquele momento, que logo chamou a atenção da grande imprensa, sobretudo pela forma como a bancada tentava organizar seu modo de agir no Congresso. Segundo a revista *Veja*, os 33 deputados evangélicos eleitos fizeram dessa bancada a quarta maior da Assembléia Constituinte, ficando atrás apenas do PMDB, do PFL e do PDS. A partir de 1987, os evangélicos passaram a ser notícia não só mais em seus meios de comunicação, mas também ganharam notoriedade e presença constante na grande mídia e no Diário da Constituinte pelo rádio e pela televisão. Os evangélicos ganharam atenção da mídia pela forma coletiva como se organizavam no Congresso e pela principal bandeira que levantavam e defendiam: a defesa da moral cristã e os bons costumes (Pierucci, 1989, p.109). Conforme afirmou Pierucci (1989), muitos deputados evangélicos se punham contrários a projetos que pudessem ferir os bons costumes, alegando que essa era a vontade do povo.

“Foi em nome desta ‘maioria moral’, medida com o metro da moralidade privada convencional, religiosa, mas não denominacional, que eles lutaram na Constituinte contra o aborto (considerado crime em nome do preceito bíblico ‘não matarás’), contra o jogo (que afronta o preceito bíblico, segundo o qual devemos ganhar o pão com o suor do rosto, e leva à desagregação da

família), contra o homossexualismo (considerado por eles perversão e falta de vergonha, que atrai a maldição de Deus sobre um povo), contra as drogas (porta de entrada para a criminalidade violenta), contra o feminismo (que destrói a hierarquia natural da família patriarcal), contra a pornografia, contra a ilimitada dissolução da sociedade conjugal pela liberação do número de divórcios e pela liberação dos métodos contraceptivos abortivos. Em nome da ‘maioria da sociedade eles puseram-se em campo a favor de uma censura de costumes na TV, no rádio, no cinema e em outros tipos de espetáculos, a favor da educação religiosa nas escolas e, até mesmo, na programação das emissoras de TV’ (Pierucci, 1989, p.112).

Contudo, a imagem que a mídia veiculava a respeito da bancada evangélica também denunciava o despreparo de muitos parlamentares para a vida pública, conquistando a fama de fisiológicos, ou seja, vendedores de voto parlamentar em troca de vantagens para suas denominações ou para si mesmo, e apontava o projeto conservador dos evangélicos no campo da economia, da política e dos costumes. Alguns protestantes históricos chegaram a tornar pública a sua indignação contra muitas atitudes de membros da bancada evangélica. Igrejas pentecostais como a Assembléia de Deus e outras menores, saíram em defesa dos parlamentares evangélicos, anunciando, de forma indireta, que o “inédito engajamento político dos pentecostais não seria um fenômeno passageiro, restrito à Constituinte (Freston, 1992, p.25).

De maioria conservadora, a bancada, por intermédio do deputado Daso Coimbra (PMDB/RJ), chegou a ter um encontro com o presidente José Sarney, em 26 de março de 1987, que afirmou ser ela “o fato marcante dessa Constituinte”²⁴. Em resposta ao presidente, o deputado Coimbra pôs a bancada evangélica a disposição do governo, que “teria na maioria conservadora dos parlamentares evangélicos um de seus mais garantidos apoios para um mandato acima de quatro anos” (Pierucci, 1989, p.110).

No Rio grande do Sul, a Assembléia Legislativa logrou ter dois deputados evangélicos por ocasião dos trabalhos que culminaram na promulgação da Carta Magna Riograndense, em 1989. Eram Luís Carlos Abadie e Moisés Berlese, ambos pertencentes ao PDT e à Igreja Assembléia de Deus. Em suas proposições, garantiram o *lobby* do segmento evangélico, se posicionando contra a descriminalização do aborto e de outros temas que atingiram a moral cristã e os bons costumes. Em abril de 2005, o ex-deputado Luis Carlos Abadie foi preso em Brasília por ser o contador de uma quadrilha presa em Porto Alegre e acusada de fraudar o sistema financeiro e a administração pública. Um dos integrantes da quadrilha é acusado de ser o mentor de um dos maiores golpes contra a Previdência. Batizada de Operação Tango, a Polícia

²⁴ Jornal *Correio do Povo*, 31/03/1987.

Federal prendeu 12 pessoas pertencentes a quadrilha, entre elas, o ex-deputado Luís Abadie.²⁵

A entrada dos evangélicos no campo da política partidária tem algumas razões a ser consideradas. “as causas básicas da politização de lideranças pentecostais têm a ver com a evolução do próprio meio pentecostal e a defesa de suas fronteiras” (Freston, 1994, p.63). Entrar para o mundo da política poderia facilitar a organização do meio pentecostal, facilitaria o acesso à mídia e daria “acesso a recursos mais concretos” que auxiliam na estabilidade e na estruturação do universo pentecostal, auxiliando no seu fortalecimento e na sua rápida expansão. Esse fator acaba produzindo e fortalecendo novas lideranças evangélicas (Freston, 1994, p.63).

A própria Assembléia Nacional Constituinte também foi uma das razões que alavancou a participação evangélica na política. Os evangélicos tinham consciência do seu crescimento e procuravam então, realizar uma nova leitura das escrituras sagradas. Se, outrora, a leitura da Bíblia justificava o apoliticismo, depois da ANC, passou a falar em “um destino político dos evangélicos. No Jornal Mensageiro da Paz, de setembro de 1986, podia-se ler na página 14: “Vamos valorizar a expressão bíblica que diz: ‘E o Senhor te porá por cabeça e não por cauda’.” As lideranças evangélicas estava buscando no Antigo Testamento, passagens bíblicas para legitimar sua participação e seu protagonismo na política brasileira (Freston, 1994, p.65).

Outro razão que motivou e fortaleceu a participação dos evangélicos na política era a respeito de boatos de que a CNBB pudesse, juntamente com o Estado, estabelecer o catolicismo como única religião oficial. Contudo, como afirma Freston, isso não poderia acontecer, pois já faziam cem anos da separação oficial entre Igreja Católica e Estado e, também, pelo momento histórico que se estava vivendo, procurava estabelecer e legitimar a o processo democrático, bem como a liberdade religiosa. Mas os evangélicos achavam que o tratamento que recebiam do Estado era desigual, pois nunca eram consultados pelo governo, como se fazia com a CNBB, quando de alguma decisão mais importante, reclamavam existir poucos capelões evangélicos entre as Forças Armadas, e muitas imagens e crucifixos (imagens cultuadas pela Igreja Católica) ainda permanecem em repartições públicas (...), desse modo, os evangélicos exigiam igualdade de tratamento na esfera da vida pública. Outro fator importante foi a ameaça que os evangélicos sentiam em relação à família, uma vez que alguns setores lutavam

²⁵ Jornal *O Globo*, 12/04/2005.

para que fosse incluída na Constituição, “a legalização do aborto, das drogas e do casamento homossexual” (Freston, 1994, pp.66-67).

Em 25/06/1987, alguns deputados evangélicos decidiram ressuscitar a CEB (Confederação Evangélica do Brasil) que no passado serviu para unificar e defender os interesses do povo evangélico. A posse da nova diretoria aconteceu no Clube do Congresso e na composição da mesma encontravam-se 8 deputados constituintes, sendo que 5 pertenciam à Assembléia de Deus. A CEB passou a ser comparada com a CNBB pelos seus dirigentes e, passou a exigir um terço de toda a verba que o Estado repassava à CNBB. Segundo Freston,

“A CEB ganhou para sua sede nacional metade de um andar no setor de autarquias em Brasília. Recebeu verbas a fundo perdido da LBA e da SEAC (Secretaria Especial de Ação Comunitária). Às vésperas da votação sobre o mandato de Sarney na Comissão de Sistematização, a CEB teria recebido Cz\$100 milhões através da LBA. Falava-se em outros valores elevados, inclusive verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação para uniformes escolares” (Freston, 1994, p.72).

Contudo, os valores tiveram destino incerto. A CEB não atendeu ao pedido de muitos pastores evangélicos que pediam para que se submetesse à uma auditoria, o que provocou maior suspeita entre muitos evangélicos e na própria sociedade. Não tardou para que a mídia passasse a realizar publicações taxando os deputados evangélicos de corruptos. Uma denúncia publicada pelo *Jornal do Brasil*, em 07 de agosto de 1988 foi o estopim para que aumentasse ainda mais as críticas de muitos setores evangélicos em relação à postura da CEB. A reportagem intitulada “A Constituição segundo os Evangélicos”, constava de três paginas. Alguns deputados tentaram processar o autor da reportagem, mas não obtiveram sucesso. Muitos pediram demissão da CEB. Contudo, como ela recebia um forte apoio eclesiástico, sobretudo da Igreja Assembléia de Deus, ainda conseguiu se manter por três anos. Após a promulgação da Constituição, o repasse de verbas à CEB acabou e em meados do ano de 1990, a entidade se desfez por completo (Freston, 1994, pp.72-73).

Muitos deputados evangélicos, quase todos da Assembléia de Deus foram acusados de fisiologismo político como o publicado no *Jornal do Brasil*:

“Boa parte dos evangélicos faz da tarefa de preparar a nova Constituição um grande e lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens e benesses para suas igrejas e, muitas vezes para eles próprios...A nova carta...já propiciou ao grupo comandado pelo pastor Gidel Dantas uma notável lista de ganhos, que inclui um canal de televisão, pelo menos meia

dúzia de emissoras de rádio, importantes cargos no governo, benefícios dos mais variados tipos e sobretudo dinheiro, muito dinheiro”²⁶.

E logo começou-se um debate entre setores da sociedade, sobre a importância da ética e da ideologia na política partidária, com ênfase para a bancada evangélica. Um dos deputados Constituinte chegou a afirmar para a revista *Aconteceu*, de agosto de 1998, que ele utilizava-se do fisiologismo político para legislar, mas acusava de fisiologistas, todos os demais deputados (Freston, 1994, p.76). Em outro caso, parlamentares evangélicos foram acusados de fisiologismo por receberem da UDR (União Democrática Ruralista) contribuições financeiras para votarem contra o projeto que viabilizaria uma reforma agrária mais efetiva. Em 1988, 76% dos deputados evangélicos votaram a favor da emenda que aumentava para cinco anos o mandato do presidente Sarney. Em troca, o governo passou a dar um apoio mais efetivo à bancada evangélica. “O Jornal do Brasil associou aos cinco anos concessões de rádio para os deputados João de Deus, Arolde de Oliveira e Mário de Oliveira, além do próprio deputado Matheus Iensen, autor da emenda que garantiu cinco anos de mandato a Sarney. O deputado Fausto Rocha recebeu um canal de televisão” (Freston, 1994, p.81).

Por ocasião da Promulgação da Constituinte Cidadã, A Igreja Assembléia de Deus considerou que o desempenho da bancada evangélica, sobretudo de seus deputados, foi razoável. Algumas conquistas importantes foram obtidas: o nome de Deus consta na Carta Magna, houve uma ampliação da liberdade religiosa, o ensino religioso continuou como disciplina obrigatória nas escolas públicas, proposições a favor da pena de morte e da ‘orientação sexual’ e do voto distrital foram rechaçadas. Contudo, em questões como o divórcio, o aborto e a censura artística, os pentecostais amargaram derrota (Freston, 1994, p.84).

Por ocasião das eleições de 1989, as denominações pentecostais ficaram muito divididas, sobretudo no primeiro turno. Muitos líderes de igrejas históricas como a Igreja Metodista, a Batista, Presbiteriana do Brasil e Presbiteriana Independente costumavam comunicar de maneira indireta, suas preferências eleitorais através da publicação de artigos em revistas e jornais de suas denominações. Mas, poucos recomendavam o voto em partidos ou candidatos de esquerda. A Congregação Cristã e a Igreja Pentecostal deus é Amor mantiveram o seu já tradicional apoliticismo, não oferecendo apoio a nenhum presidencial. A Assembléia de Deus e Igreja

²⁶ Jornal do Brasil, 07/08/1988.

Quadrangular ficou neutra no primeiro turno, mas no segundo recomendaram não votar em partidos de esquerda pelo perigos de sua ideologia marxista e ateísta. Três igrejas apoiaram o candidato Collor desde o primeiro turno: Brasil para Cristo, Universal e Casa da Bênção. Para Edir Macedo, se Lula ganhasse, deixaria a Igreja Católica retomar o seu monopólio religioso em todo o Brasil. O certo é que Edir Macedo e Collor de Mello mantiveram acordos que não se tornaram públicos. Mas, segundo Freston,

“o acordo Macedo-Collor parece ter a ver com o projeto de adquirir a rede Record de Televisão. Macedo dispunha de dinheiro para a compra, mas ainda não de cacife político para garantir a homologação da transferência junto ao governo. Daí o apoio ostensivo a Collor” (Freston, 1994, p.90).

Muitos pentecostais escolheram Collor de Mello empenhava seu discurso contra a corrupção e contra os ‘marajás’, sendo que essa temática é de fácil aceitação e passível de crédito pelos pentecostais mais despolitizados. Collor também costumava se apresentar como um homem ‘temente a Deus’, enquanto Lula era considerada ‘ateu’. Muitas lideranças acusavam Lula e o PT de perseguirem os evangélicos. Esse imaginário criado por alguns deputados evangélicos foi importado dos países comunistas e suas experiências no tratamento com as questões religiosas (Freston, 1994, 92).

No entanto, é provável que Lula tenha feito mais votos entre os evangélicos do que nas CEBs. Freston chega a afirmar que, se 20% a mais do eleitorado evangélico tivesse votado em Lula, este seria o novo presidente do Brasil. Mas o movimento pró-Lula sofreu muitas limitações porque buscou atingir mais as igrejas históricas e, as lideranças da Frente Popular “não perceberam a importância do eleitorado evangélico, e cometeram erros estratégicos nas suas poucas tentativas de atingi-lo” (Freston, 1994, p.94).

Todo o processo de escândalos e as conseqüentes manifestações da população que culminaram no *impeachment* de Collor poderia ter feito com que os evangélicos recuperassem muito de sua credibilidade e, melhorassem sua imagem desgastada pelo uso do fisiologismo durante o processo Constituinte. No entanto, não houve consenso entre os mesmos em relação ao seu posicionamento e houve muita oscilação na votação dos parlamentares evangélicos. Por exemplo, em agosto de 1992, 31% apoiavam o *impeachment* de Collor. Mas, em setembro do mesmo ano, esse percentual já havia disparado para 91%. Os ausentes e os que se abstiveram do voto variavam entre 62% e 0%, enquanto que os deputados que defendiam a permanência de Collor somavam 9%. O Jornal *F. de São Paulo*, de 30/09/1992 chegou a declarar que “o Planalto só notou que

o impeachment passaria (...) quando soube que a bancada dos evangélicos fechara com a oposição” (Baptista, 2007, p.211).

Segundo Freston, os evangélicos já somam em torno de 15% da população brasileira²⁷, se constituindo pela sua massiva presença nos templos e caracterizada pelo seu “crescimento acelerado entre as camadas mais pobres e menos escolarizadas da população” (Freston, 2005, p.10). Esse crescimento acentuado de evangélicos nas duas últimas décadas tem se tornado em um alto capital eleitoral ou seja, os templos evangélicos têm se constituído em um grande mercado eleitoral a cada pleito. Começam a ser observadas situações em que políticos não evangélicos, cientes da importância deste segmento nas eleições, convidam cantores gospel para seus comícios, ou tentam contar com apoio de pastores e lideranças carismáticas de algumas igrejas com o intuito de atrair para si o voto dos fiéis. (Freston, 2005, p.13).

Numa tentativa de mudar o perfil e o rosto político dos evangélicos, surgiu no meio pentecostal, a partir de 1990, o Movimento Evangélico Progressista, sob a liderança de Benedita da Silva (PT) e Robinson Cavalcanti que, nas eleições de 1989, havia feito campanha em favor de Lula (Oro, 2006, p.114). Para o MEP, ser evangélico progressista era dar fidelidade da Palavra de Deus nas ações políticas. Os progressistas eram todos aqueles que acreditavam na necessidade de que algo deveria mudar para melhorar a vida do povo. “Ser progressista é entender o desenvolvimento de nosso país como um processo (...) que combina crescimento econômico, igualdade social, liberdade política e equilíbrio ecológico” (Freston, 1994, p.131).

Nas eleições presidenciais de 1994, duas entidades disputaram a representação dos evangélicos frente à concorrência eleitoral dos presidencialistas. Uma nasceu da CEB (Confederação Evangélica do Brasil). Como essa entidade estava sob suspeita de cometer uma série de atos ilícitos e sua direção se negava a submeter-se a uma auditoria, para melhorar a imagem dos evangélicos foi fundada em 1991, a AEVB (Associação Evangélica Brasileira). Ela representou os interesses dos políticos evangélicos que pendiam mais para o as forças ideológicas de centro-esquerda. Seu primeiro presidente foi o pregador e pastor Caio Fábio, que, logo tentou atrair outros setores e denominações no intuito de fortalecer a entidade. Inicialmente até mesmo a

²⁷ “Estimativa baseada numa extrapolação dos últimos dados oficiais disponíveis (o censo de 1980 e uma amostragem por domicílio [PNAD] de 1988). Uma pesquisa de intenção de voto do Datafolha em 1994 (Prandi & Pierucci, 1994) deu 13,3% de evangélicos entre os não eleitores (35% da população). Estes são analfabetos, velhos e crianças, categorias nas quais, segundo a própria pesquisa e o censo de 1980, podemos esperar forte presença pentecostal” (Freston, 1995, p.10).

Igreja Universal apoiou a AEVB, sobretudo porque Edir Macedo sofria pressão do Governo federal para vender a Rede Record que ele recém tinha adquirido. Após a renúncia de Collor, a pressão diminuiu e Edir Macedo, percebendo que a AEVB não lhe traria vantagens, decidiu "pela formação de uma entidade concorrente que expressasse melhor seu projeto de hegemonia evangélica". Juntou-se com alguns dissidentes da Assembléia de Deus Madureira e juntos fundaram a CNPB (Conselho Nacional dos Pastores do Brasil), sigla muito próxima a da CNBB (Freston, 1995, pp17-18).

“A eleição de 1994 trouxe à tona a cisão entre a AEVB e o CNPB desde a fundação deste em julho de 1993. de fato, a tentativa de unificar todos os evangélicos numa mesma unidade representativa (a AEVB) não passou do teste das primeiras eleições políticas importantes, confirmando a influência da política nacional na conformação do campo protestante. Mas 1994 também mostrou que uma poderosa força desequilibra o meio evangélico e começa a polarizá-lo em função do seu projeto. Pela primeira vez no protestantismo brasileiro, surge um grupo que tem armas muito mais poderosa do que a dos seus rivais. A seu favor, a Igreja Universal do Reino de Deus conta com o poder dos seus meios de comunicação, uma base política razoável, muitos recursos financeiros e uma teologia (do sucesso e da prosperidade) que é compartilhada por amplos segmentos evangélicos hoje. Mesmo alguns setores da AEVB estão mais próximos teológica e eticamente de Macedo do que de Caio Fábio (...)" (Freston, 1995, pp.19-20).

A Igreja Universal do Reino de Deus dava seus primeiros passos em direção a uma caminhada de sucessivos êxitos em eleições posteriores, de um número cada vez maior de candidatos aos legislativos federal, estaduais e municipais, bem como ao senado. A publicação do decálogo evangélico pela AEVB, reiterava a sua participação na política, mas entre outras coisas, pregava “que nenhum eleitor evangélico deveria se sentir culpado por ter posições políticas diferentes de seu pastor (...)" (Oro, 2006, p.115). Isso parece ter sido a gota d’água para que houvesse críticas mais severas contra por parte da CNPP que, defendia justamente “o direito do pastor adotar posições políticas e indicar candidatos aos seus fiéis” (Oro, 2006, p.115). A Igreja Universal acusava Caio Fábio e a AEVB de estar dando apoio institucional à campanha de Lula (Freston, 1995, p.20-21).

Mais uma vez Edir Macedo e sua igreja se colocaram contra a eleição de Lula, Muitos eram os motivos alegados pelo Bispo da Universal em se colocar contra a campanha de Lula, um exemplo seriam questões como o aborto ou do homossexualismo, ou ainda, “ora, era a natureza anti-democrática do PT, ora, era a visita de Lula a uma mãe-de-santo do candomblé, (...) ora, era a ligação do PT com a Igreja Católica” (Freston, 1995, p.25). Na verdade Macedo fazia uma série de ataques a Lula, pois tinha medo de que se esse candidato chegasse a ser presidente, o PT poderia

criar dificuldades na política de comunicações do Brasil. Até então, Macedo tinha facilidade em difundir e expandir seu negócio lucrativo na área das comunicações (TV Record, rádios, jornais). Acontece que, qualquer mudança na política de comunicações “no sentido de democratizar o processo de outorga de concessões e impedir os oligopólios, poderiam dificultar essa expansão”. O que se viu no resto da campanha presidencial de 94. foi um apoio modesto da Universal ao candidato Fernando Henrique Cardoso (PSDB) (Freston, 1995, p.25).

Nas eleições para o senado, quatro candidatos evangélicos foram eleitos e, para o Congresso Nacional pôde-se apontar um total de 26 deputados evangélicos eleitos, 8 da Assembléia de Deus, 6 da Universal, 4 Batistas, 3 presbiterianos, 2 luteranos, 1 da Igreja do Evangelho Quadrangular e 01 de outra denominação evangélica. Cinco deles eram do Rio de Janeiro, seguido por outros Estados com menor número de deputados eleitos. Nenhum deles pertencia ao Rio Grande do Sul. Cabe ressaltar que “o vínculo entre política e mídia evangélicas continua forte: quase a metade dos eleitos são donos ou apresentadores de rádio ou televisão (...)” (Freston, 1995, p.30). Outro fato relevante é que pelo menos metade dos deputados pentecostais eram candidatos oficiais de suas respectivas igrejas, sobretudo a Assembléia de Deus e a Quadrangular que realizavam prévias internas para escolher quem seriam os escolhidos (Oro, 2006, p.111).

1.4. A ação política das igrejas evangélicas no Rio Grande do Sul.

Enquanto isso, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, os únicos deputados evangélicos a ficar 4 mandados consecutivos, e os únicos evangélicos na legislação 2001-2004, Manoel Maria (PTB), Pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular e, Edegar Vargas (PTB), pastor da Igreja Assembléia de Deus, já propunham Projetos de Lei. Em uma de suas primeiras proposições do seu primeiro mandato, Edegar Vargas solicitou a adoção do Dia da Bíblia no calendário oficial de eventos do Estado. Essa data ocorreria no segundo domingo do mês de dezembro de cada ano. Ele assim justifica sua proposição:

“A Bíblia é o compendio mais lido, mais traduzido e mais difundido em todo mundo. Ela foi o primeiro livro publicado por Gutemberg, que o considerou, na época, a maior tarefa imposta à imprensa, por se tratar da difusão da palavra da verdade. Nós gaúchos somos, em grande parte, um povo cristão que tem na Bíblia a palavra inspirada de Deus. A inserção oficial do seu dia no calendário de eventos do Rio Grande do Sul é de suma importância para a

população cristã do Estado, a qual já comemora, nessa data, esse evento. Finalmente, a comemoração oficial dessa data objetiva fins turísticos, religiosos, fraternos e filantrópicos”.²⁸

Após ter aprovada sua proposição, Edegar Vargas encaminhou a solicitação de um Grande Expediente a ser realizado no dia 09 de dezembro de 1993, para homenagear e comemorar o Dia da Bíblia, que, naquele ano iria ocorrer no dia 12 do referido mês. A mesma solicitação foi realizada pelo deputado para homenagear, no dia 13/10/1999, a passagem dos 90 anos da Igreja Assembléia de Deus (denominação à qual pertence) no Brasil. Dentre uma de suas publicações escritas durante o período em que permaneceu na Assembléia, destaco uma publicada no seu primeiro mandato. Para ser mais preciso, a publicação intitulada “Evangélicos Políticos”, ocorreu em 1992, fruto do “I Encontro Gaúcho de Evangélicos Políticos” ocorrido em 15 de agosto nas dependências do Plenarinho da Assembléia Legislativa. Em uma foto de destaque no livro, aparece ao fundo do Plenarinho, uma grande faixa com os dizeres: “Podemos trazer a Religião para a Tribuna. Mas jamais levaremos a Política para o Púlpito” e, assina Edegar Vargas. Na verdade, esse ditado foi e continua sendo desrespeitado por muitos candidatos evangélicos que, pelo menos nas eleições de 2006, em que pude me aproximar mais da realidade dos concorrentes e das igrejas, presenciei pessoalmente e, através das entrevistas, candidatos que utilizavam o púlpito para fazer campanha política e com o objetivo de atrair para si o voto de fiéis.

Como na época Edegar Vargas era um dos únicos deputados evangélicos da Assembléia Legislativa, juntamente com Manoel Maria (PTB), os demais participantes eram evangélicos, sobretudo da Igreja Assembléia de Deus, deputados de outros Estados, como foi o caso do evangélico Carlos Apolinário, presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Victor Hugo Queirós, Secretário da Administração do Estado de Goiás que, no encontro, substituiu o Governador evangélico Íris Rezende e, vereadores e militantes evangélicos de municípios do Rio Grande do Sul, que foram sendo mapeados através de ofícios que o próprio deputado endereçou para todos os executivos e legislativos municipais no Rio Grande do Sul. A partir daí, começou a formar um banco de dados com o nome de políticos e militantes evangélicos. Segundo Edegar Vargas,

“Estiveram presentes ao encontro, que tivemos a felicidade de coordenar, mais de 200 evangélicos políticos, isto é, as maiores lideranças da militância política evangélica neste Estado e que permaneceram atentas e participantes

²⁸ Fonte: http://proweb.procergs.com.br/lista_proposicao.asp Pesquisado em 05/12/2007.

durante todo o evento. Também compareceram altos dirigentes da Convenção da Assembléia de deus e pastores. (...) No decorrer no encontro, muitos sugeriram a criação de uma Associação Rio-grandense de Evangélicos Políticos, que deverá ser organizada e, no próximo encontro, definitivamente instituída, agrupando os evangélicos políticos de nosso Estado. (...) Desde a abertura do encontro os evangélicos políticos estavam conscientes e coerentes em torno do papel que desempenham. Tenho a certeza de que, nas próximas eleições municipais, muitos serão os vereadores eleitos, talvez até dobrando os aproximadamente 90 que já existem atualmente. Outrossim, terá expressivo aumento o número de prefeitos e vices que serão guiados a cargos de representação popular” (Vargas, 1992, pp.6-7).

O principal objetivo do encontro, era avaliar a participação dos evangélicos na política, a responsabilidade social das denominações religiosas, a experiência de políticos evangélicos à frente de cargos públicos, a postura das igrejas em momentos de crise e, a responsabilidade que o político evangélico deve ter frente aos seus irmãos e à sociedade como um todo. Frente a isso Edemar Vargas afirma que

Ainda em 1992, Manoel Maria (PTB) encaminhou um Projeto de Lei que dispunha sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva da rede hospitalar pública e particular. Ele assim justificou sua proposta sancionada pelo legislativo e executivo:

“A constituição da republica reza: "Artigo 5º – Todos são iguais perante a lei, garantindo-se aos brasileiros residentes no país a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade, nos termos seguintes: VII - e assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva; ... ao tomarmos a iniciativa de apresentar esta proposição moveu-nos o interesse de regulamentar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, o que já está determinado pelo Texto Maior. Na Constituinte Federal houve por bem assegurar o apoio espiritual aos enfermos como uma das formas de direito individual, cabendo ao legislador estadual a tarefa de regulamentar o exercício de direito. Assim pensando, submetemos a apreciação da casa este projeto, pois sabemos, como ministro ecumênico que somos, do grande número de enfermos clamando pelo apoio religioso durante o período de internamento. É missão dos Ministros do Senhor prestar a mais eficaz assistência aos carentes do apoio dessa natureza, mas, em algumas ocasiões, os abnegados servidores religiosos vem seu acesso embaraçado pela burocracia hospitalar. Objetivando eliminar o obstáculo aludido é que propomos a medida constante deste projeto, que assegura aos ministros o livre acesso às unidades hospitalares da rede pública estadual, particulares e, aos enfermos, o conforto espiritual que reclamam. Deputado Manoel Maria”.²⁹

Mas, um dos seus projetos que viriam a se tornar mais polêmicos, começou a tomar forma ainda em 1991, quando o deputado protocolou junto à CCJ (Comissão de Constituinte e Justiça) o projeto de lei que instituída o Código Estadual de Defesa dos Animais. O mesmo foi analisado e retirado da CCJ. Em 1995 o projeto foi

²⁹ Fonte: http://proweb.procergs.com.br/lista_proposicao.asp Pesquisado em 05/12/2007.

reapresentado e, nessa oportunidade foi vetado pelo Poder Executivo, que o julgou inconstitucional e inoportuno. A representação do projeto em 1999 e sua conseqüente aprovação pelo Executivo em de 2003, viria mobilizar a comunidade que forma as religiões de matriz africana a se punçionarem contra o mesmo, pois o seu Artigo 2º, inciso VII levava a seguinte redação:

“Fica proibido realizar espetáculos, esporte, tiro ao alvo, **cerimônia religiosa**, feitiço, rinhadeiros, ato público ou privado, que envolvam maus tratos ou a morte de animais, bem como lutas entre animais da mesma espécie, raça, de sua origem exótica ou nativa, silvestre ou doméstica, ou de sua quantidade”.³⁰

Em 1994, Manoel Maria propôs mais um polêmico projeto de lei, solicitando a cessão, isto é, a dispensa de pagamento de passagens a titulares de templos religiosos, no sistema coletivo de transporte intermunicipal de passageiros. O projeto previa que as empresas de transporte público intermunicipal deveriam garantir de forma gratuita, uma passagem por viagem, a titulares de templos religiosos. O projeto foi arquivado, mas o Deputado Manoel Maria justificava a sua importância e necessidade:

“Hoje em dia é grande o número de titulares de templos religiosos obrigados a recorrerem ao artifício da carona, visto que, se não o fizessem, estariam utilizando o dinheiro necessário a sua subsistência para o pagamento de passagens. Prejudicado por isto, tornando mais difícil a divulgação da mensagem espiritual. Vários líderes religiosos que residem em cidades diferentes de onde estão situados seus templos, numa tentativa de fugir dos extorsivos preços dos aluguéis, encontram pela frente obstáculo ainda maior no preço do seu transporte. Nossa proposta visa a diminuição desta situação odiosa e insuportável pela qual passam os ministros da fé; pessoas que trazem conforto e esperanças a corações desvalidos, assistindo, pregando e ajudando os mais necessitados. Não seria justo, portanto, que uma pessoa que só tenha a ambição de praticar o bem seja reduzida, por força de um processo de degradação financeira, a um dependente da boa-vontade alheia, atingindo, assim, uma condição tão miserável quanto aqueles pelos quais jurou dedicar sua vida. Por tudo isto, entendemos que nosso projeto se constitui numa medida importante, capaz de aplacar as dificuldades desta categoria tão importante para o bom funcionamento da sociedade. Deputado Manoel Maria”.³¹

Na legislatura 1995-1998, foram três os deputados evangélicos eleitos para a Assembléia Legislativa. Os referidos deputados Edemar Vargas e Manoel Maria, bem como o estreante Eliseu Santos (PTB), médico traumatologista e religioso da Igreja Batista Filadélfia. Antes disso, já havia sido vereador em Porto Alegre³² e, atualmente é vice prefeito de Porto Alegre. No ano de 1995, foi a vez deste deputado roubar a cena e,

³⁰ Fonte: http://proweb.procergs.com.br/lista_proposicao.asp Pesquisado em 05/12/2007. O grifo é do autor.

³¹ Fonte: http://proweb.procergs.com.br/lista_proposicao.asp Pesquisado em 05/12/2007.

³² Fonte: <http://www.al.rs.gov.br/anais/49/deputados/dreliseu/curriculosantos.htm> Pesquisado em 06/12/2007.

5 meses antes da data oficial, encaminhar solicitação de grande Expediente para comemorar a passagem do Dia da Bíblia com os demais deputados na Assembléia Legislativa. Ele assim encaminha o seu pedido em 04/07/1995:

“Senhor Presidente da Assembléia Legislativa. Ao cumprimentar Vossa Excelência, solicitamos que seja reservado o grande expediente do dia 07 de dezembro, para homenagear o "Dia da Bíblia". Esta comemoração é feita a nível nacional, para o qual serão convidadas autoridades eclesiásticas, civis e militares, juntamente com a comunidade cristã. Atenciosamente. Deputado Eliseu Santos”.³³

No ano seguinte, o deputado Eliseu Santos adiantou-se ainda mais, pois protocolou o pedido de Grande Expediente com rito especial para homenagear a passagem dessa data, no dia 15 de fevereiro de 1996, ou seja, praticamente 10 meses antes da data. E, não satisfeito com o “Dia da Bíblia” no calendário oficial do Estado, propôs em 1998, que fosse incluída também, a semana da Bíblia, como segue em sua justificativa:

“Sabe-se que a fé cristã é responsável pela construção e aprimoramento dos valores éticos e morais, balizadores do convívio harmônico da humanidade, estando positivada na Bíblia Sagrada. Trata-se da obra mais publicada em todo o mundo cabendo, sem maior justificativa, inclusão da "Semana da Bíblia" no calendário oficial do Estado”.³⁴

Em relação ao deputado Manoel Maria, tudo indica que, pelo número de projetos com temáticas religiosas, ele agia muito em prol da causa evangélica em seus projetos de lei, sobretudo porque era pastor. No seu terceiro mandato, em 1997, encaminhou uma proposição solicitando que fosse instituído no calendário oficial de eventos do Estado, o dia 15 de novembro, (dia da Proclamação do Brasil, portanto, feriado cívico), como o dia do Pastor Evangélico. O projeto foi arquivado. Mas segundo ele,

“A instituição do Dia Estadual do Pastor Evangélico, se daria principalmente pelo reconhecimento de toda a sociedade do trabalho que estes homens desenvolvem em prol da Assistência Social, da sua luta pela preservação da família e da formação de cidadãos com elevados conceitos religiosos, éticos, morais e sociais. Atravessando fronteiras, enfrentando diferenças climáticas e culturais, estes homens lançaram-se na tarefa de formarem discípulos, que viessem a propagar a fé cristã na sua essência. Hoje, notadamente reconhecidas por toda a sociedade as Igrejas Evangélicas, ocupam o seu espaço, graças ao trabalho destemido destes homens. Há de se reconhecer o grande trabalho na área social, sempre procurando levar aos menos favorecidos o mínimo de condições de vida e fé para suplantar as dificuldades. A liderança por eles exercida, nas suas comunidades, sempre procurou incrementar a ajuda mútua entre os seus membros, levando-os à prática da fé. A luta pela preservação da família, numa sociedade em que os valores morais a cada dia que passa se tornam cada vez mais corrompidos, foi uma das grandes bandeiras deste pastores. Sempre procurando implantar os conceitos da Bíblia, para a formação da família, buscando adequá-la às

³³ Fonte: http://proweb.procergs.com.br/lista_proposicao.asp Pesquisado em 05/12/2007.

³⁴ Fonte: http://proweb.procergs.com.br/lista_proposicao.asp Pesquisado em 05/12/2007.

profundas transformações sociais, levando os homens a viver uma vida em torno da família, onde encontra um equilíbrio emocional e objetivos para a vida. A recuperação do indivíduo como um ser social, sempre foi uma das grandes tarefas do Pastor. Transformar o homem e recolocá-lo na sociedade, fazendo-o reconhecer a Lei, a Família, já seria o bastante para que se reconhecesse o grande trabalho destes homens e a Instituição de um dia como homenagem pela suas realizações, por isto se justifica. Deputado Manuel Maria”.³⁵

Em 1998, o Congresso Nacional elegeu a maior bancada evangélica de toda a história política do Brasil. Foram eleitos 53 deputados, pertencentes a 13 denominações religiosas. A Igreja Universal que, desde as eleições de 94 vinham despontando como uma grande força política pelo carisma da instituição frente a seus fiéis e, pelo corporativismo adotado nas disputas eleitorais, barganhou 20 cadeiras na câmara federal. Foram 3 leigos e apoiadores da Igreja e mais 17 lideranças eclesiásticas, entre pastores e bispos de diferentes Estados do Brasil. (Oro, 2006, p.119). Do Rio Grande do Sul foi eleito para a câmara federal o pastor Paulo Gouvêa, com 70.983 votos, que posteriormente seria reeleito com 103.951 votos em 2002, ainda como pastor da Universal. Mas no pleito de 2006, o deputado, envolvido em denúncias de corrupção, foi afastado da Universal, não recebeu apoio oficial e recebeu apenas 7.724 votos.

Na Assembléia Legislativa gaúcha, o pleito de 1998 fez aumentar a composição de deputados evangélicos. Além dos reeleitos Edemar Vargas (PTB), Eliseu Santos (PTB), e Manoel Maria (PTB), a Igreja Universal elegia o seu primeiro candidato oficial como deputado estadual: o pastor Paulo Moreira, eleito com 60.474 votos. Nas eleições de 2002, afastou-se da Igreja e, mesmo sem o seu apoio oficial, decidiu concorrer à reeleição, mas obteve apenas 2.464 votos, não reelegendo-se.

Ainda em 1999, novamente Manoel Maria apresenta projeto de lei. Agora, em homenagem a todos os fiéis evangélicos do Rio Grande do Sul, ele solicitou que fosse instituído o Dia do Evangélico, curiosamente, na mesma data em que anteriormente já havia solicitado a instituição do Dia do Pastor Evangélico: 15 de novembro. Em sua justificativa ele diz:

“A instituição do "Dia do Evangélico" dá-se principalmente pelo reconhecimento da sociedade ao trabalho que esses homens desenvolvem em prol da assistência social, da luta pela preservação da família e na formação de cidadãos com elevados conceitos religiosos, éticos, morais e sociais. Há de se reconhecer o grande trabalho na área social, sempre procurando levar aos menos favorecidos o mínimo de condições de vida e fé para superar as dificuldades da vida. A luta pela preservação da família e uma grande bandeira desse povo evangélico, em uma sociedade em que os valores morais, cada dia que passa, se tornam mais e mais corrompidos. Sempre

³⁵ Fonte: http://proweb.procergs.com.br/lista_proposicao.asp Pesquisado em 05/12/2007.

procurando implantar os conceitos da Bíblia, para a formação da família, buscando adequá-la as profundas transformações sociais, levando os homens a viver uma vida em torno da família, onde encontra equilíbrio emocional e objetivos na vida. Deputado Manoel Maria”.³⁶

Tendo seu projeto aprovado, não exitou em solicitar Grande Expediente Especial a realizar-se no dia 14 de novembro de 2000, para homenagear a passagem do Dia do Evangélico. Já em 2001, solicitou novo expediente. Desta vez ocorreu no dia 07 de novembro, homenageando de uma só vez, o Dia do Evangélico e o aniversário de 50 anos da sua denominação religiosa: a Igreja do Evangelho Quadrangular.

Uma das ações religiosas do deputado Paulo Moreira, pastor da Universal, ocorreu no ano de 2000, quando o mesmo protocolou um projeto de lei determinando que fosse incluída no acervo das bibliotecas públicas do Estado do Rio Grande do Sul, um exemplar da Bíblia Sagrada, em linguagem braile. Sua proposição foi aprovada a partir da seguinte justificativa:

“A Bíblia Sagrada, livro dos livros, fonte de vida e sobrevida, diretriz máxima da conduta moral e espiritual do ser humano e luz que ilumina o verdadeiro caminho a ser seguido, tem sido, feliz e abençoadamente, muito bem difundida, cada vez mais lida, interpretada e seguida. O acesso, portanto, a Palavra do Senhor deve ser amplo e irrestrito, razão da nossa proposição, que busca proporcionar aos deficientes visuais a leitura do escrito mais sagrado da humanidade, através de publicações editadas em linguagem braile. Assim, a iniciativa de disponibilizar tais exemplares em Bibliotecas Públicas visa a facilitar o manuseio da Bíblia Sagrada em edições apropriadas aos nossos irmãos desprovidos de visão, muitos dos quais impedidos de manuseá-la pelo elevado custo de sua publicação. Deputado Paulo Moreira”.³⁷

Mas seu outro projeto de lei, também protocolado em 2001, gerou muitos debates entre os deputados e muita polemica na sociedade, por se tratar de uma proposição inconstitucional, pois feria os princípios de isonomia pelos quais deve ser tratados todos os cidadãos brasileiros. O que o projeto (rejeitado pelos deputados) requeria era a garantia de vagas nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, para filhos de bispos, pastores, missionários e sacerdotes de qualquer credo religioso, quando estes fossem transferidos de suas funções eclesiásticas. Ele assim expõe sua justificativa:

“Os bispos, pastores, missionários e sacerdotes deslocam-se seguidamente no território nacional. Nossa imensidão geográfica exige longas peregrinações. A evangelização pressupõe visitas, cultos, pregações e atendimento obstinado aos fiéis. A transferência nos postos missionários implica também no acompanhamento dos familiares. Os filhos em idade escolar necessitam do apoio estratégico não só dos pais, mas também dos órgãos públicos para não interromper os estudos, uma vez que este é um direito assegurado em nossa Carta Magna, bem como na Constituição Estadual, Art. 196 e seguintes.

³⁶ Fonte: http://proweb.procergs.com.br/lista_proposicao.asp Pesquisado em 05/12/2007.

³⁷ Fonte: http://proweb.procergs.com.br/lista_proposicao.asp Pesquisado em: 05/12/2007.

Temos recebido inúmeros pedidos, de diferentes recantos do Estado, para que vagas nas escolas fiquem asseguradas. Assim como os militares, servidores públicos e diplomatas tem este direito garantido, também os ministros religiosos precisam ser atendidos neste sentido. E um grupo representativo, que presta um trabalho relevante, silencioso e não está amparado pela legislação em vigor”.³⁸

Talvez o deputado estivesse pensando em beneficiar bispos e pastores de sua Igreja, afinal é uma das instituições que mais transfere bispos e pastores de um Estado para o outro. Por exemplo, poucos pastores do Templo Maior da Igreja Universal, em Porto Alegre, são gaúchos. Grande parte é oriunda de outros Estados, inclusive os dois deputados iurdianos eleitos em 2006. O deputado Estadual Carlos Gomes é baiano e o deputado federal Paulo Roberto é paulista.

As eleições nacionais de 2002, foram marcadas pela grande participação e envolvimento dos evangélicos, seja apoiando candidatos ou concorrendo a cargos eletivos. Para a presidência do Brasil, na disputa do primeiro turno, a Igreja Universal e outras igrejas evangélicas apoiavam como candidato, o ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (PSB), convertido ao protestantismo em 1994, após ter sofrido acidente automobilístico. Com a derrota do mesmo, no segundo turno as igrejas evangélicas dividiram suas preferências entre o apoio aos candidatos Lula (PT) e Serra (PSDB) (Oro, 2006, p.120). O candidato do PT ainda chegou a lançar uma “Carta aos Evangélicos” no intuito de atrair para si mais votos desse importante segmento da sociedade. A carta dizia:

“Em primeiro lugar minhas saudações a todos os evangélicos deste Brasil. Escrevo esta carta porque reconheço a grande importância que as comunidades e igrejas evangélicas têm no nosso país e porque dou muito valor às suas aspirações de mais decência, honestidade, justiça, fraternidade e princípios cristãos para o nosso povo. Estou muito à vontade porque elaboramos um Programa de Governo que honra todos esses compromissos. Como cristão e, tendo também esperança cristã, tenho defendido ao longo de minha vida esses objetivos, compartilhados pelos partidos da nossa coligação. Nesse sentido, estamos juntos, lutando pelas mesmas causas. Outro fato que me alegra é a experiência que nossa administração e os evangélicos têm tido em comum. Somos verdadeiros parceiros na construção deste nosso país, por meio de projetos de promoção social, de educação, de saúde, de cuidado e de resgate dos marginalizados da sociedade, de eventos por segurança e paz, entre outros. Quero em nome de todas nossas administrações agradecer o carinho, o amor cristão que vocês têm demonstrado por nós e em especial agradecer as orações em nosso favor. O meu desejo, vocês sabem, é o de governar o Brasil. Para esse objetivo, busco a benção de Deus e conto com a vontade do povo para ser o próximo presidente de todos os brasileiros. Quero que vocês me acompanhem em cada passo, acompanham nossos debates, vejam nosso programas no horário eleitoral no rádio e televisão, visitem os nossos comitês, participem de nossos

³⁸ Fonte: http://proweb.procergs.com.br/lista_proposicao.asp Pesquisado em 05/12/2007.

comícios e conversem com os nossos candidatos. É por tudo isso que me dirijo a vocês pedindo suas orações e seus votos na próxima eleição. Um grande abraço! Luiz Inácio Lula da Silva”.³⁹

Ainda sobre as eleições de 2002, a bancada evangélica engrossou suas fileiras de parlamentares tanto, na câmara federal, como nas assembleias legislativas de todo país. No total foram 59 deputados eleitos para o Congresso Nacional. A Igreja Assembléia de Deus teve o maior número de representantes: 23 ao todo. Outros 22 estavam vinculados ou foram apoiados pela Universal, seguindo de 8 batistas. Os demais pertenciam a denominações menores. Segundo a Folha de S.Paulo de 10/10/2002, houve um aumento de 25% de parlamentares “em relação à bancada anterior” (Oro, 2006, p.121).

No Rio Grande do Sul, Edeimar Vargas (PTB) e Manoel Maria (PTB) conseguiram manter suas cadeiras na Assembléia. O Pastor Paulo Moreira foi afastado da Universal e, mesmo concorrendo à reeleição sem o apoio institucional da Igreja, não logrou se eleger. Em seu lugar a Igreja Universal lançou o Pastor Sérgio Peres (PSB), eleito com 46.651 votos. O Deputado Eliseu Santos (PTB), concorria à reeleição, fez 37.640 votos, mas alcançou somente a primeira suplência pelo seu partido. A nível federal, foi reeleito o deputado Paulo Gouvêa (PL), pastor da Universal, com 103.951 votos. Pela Igreja Quadrangular foi eleito o Pastor Reinaldo (PTB) com apenas 43.716 votos. Na câmara dos deputados o Pastor Reinado (PTB) apresentou as seguintes proposições de cunho religioso ou moral: em 2003, apresentou projeto sugerindo a obrigatoriedade da presença de um exemplar da Bíblia Sagrada em todas as salas de aula de todo o território nacional. No ano de 2004, apresentou projeto sugerindo a proibição de veiculação de músicas, antes das 22h, cujas letras incluam palavras obscenas e que aludem ao ato sexual. No mesmo ano, apresentou projeto sugerindo aos Ministérios da Educação e da Saúde que promovam a realização de programas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis que incorporem a abstinência sexual como um meio de prevenção. Em 2006, sugeriu ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Educação, a distribuição de obras do Novo Testamento nas escolas públicas brasileiras.⁴⁰ Todos os seus projetos foram arquivados.

O pastor Milton Cardias (PTB), da Igreja Assembléia de Deus, totalizou 40.802 votos, ficando com a primeira suplência de seu partido, mas, em 2003, acabou ocupando a cadeira do seu titular, o então deputado Edir Oliveira que, acabou assumindo a

³⁹ Panfleto político da campanha presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, no a no de 2002, dirigida aos evangélicos e intitulada “Carta aos Evangélicos”.

⁴⁰ Fonte: <http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes> Pesquisado em 06/12/2007.

Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social na Gestão do Governo de Germano Rigotto. Um das propostas de emenda à Constituição Federal, de autoria do deputado Milton Cardias, daria nova redação ao Inciso I do Art. 19 da Constituição Federal, que permitiria à União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios, o auxílio pecuniário às Igrejas e cultos religiosos.⁴¹ Em 2003, lançou projeto propondo a obrigatoriedade da veiculação, nas redes de televisão de canal aberto, de programas religiosos por no mínimo três horas da programação diária. Propôs ainda, em 2004, um projeto que dispunha sobre o serviço voluntário na construção de templos religiosos. Ainda em 2004, solicitou a alteração da Lei n.º 8.989, de 1995, com a redação dada pela Lei n.º 10.754, de 2003, ao isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os veículos destinados a entidades religiosas, nas condições que estabelece.⁴² Todos os seus projetos foram arquivados.

O deputado federal Paulo Gouvêa (PL), pastor da Universal, permaneceu na câmara federal durante dois mandatos, de 1998 a 2006. Entre os projetos de sua autoria, aqueles que vincularam a questão religiosa são os seguintes: em 2004 propôs projeto buscando estabelecer normas sobre prestação de assistência religiosa modificando a Lei 9982, de 14 de julho de 2000⁴³ e acrescentando-lhe o seguinte:

“O atendimento previsto (...) poderá ser feito fora dos horários normais de visitação pública. (...) O acesso às dependências das entidades definidas nesta Lei será condicionado à apresentação de credencial específica, a ser emitida pela administração de cada estabelecimento, que manterá registro unificado desses documentos. (...) Cópias do texto desta Lei serão afixadas em locais de fácil acesso ao público. (...) A ausência do cumprimento desta norma sujeitará o estabelecimento a multa”.⁴⁴

Os seus projetos de lei de número 634/2003 e 635/2003 têm um interesse profundo em proteger as entidades, sobretudo as religiosas, de possíveis pro juízos decorrentes do enquadramento das mesmas no Novo Código Civil Brasileiro. Ele assim justifica a sua proposição contrária à inclusão das entidades religiosas como pessoas jurídicas de direito privado.

“A edição da lei n.º 10.406/02, Código Civil, trouxe em seu bojo profundas alterações na matéria concernente às igrejas e aos partidos políticos, que no código anterior eram classificadas como pessoa jurídica de direito privado, perfeitamente identificadas, a primeira no inciso I do artigo 16, como sociedade religiosa, o segundo como pessoa jurídica independente e especial,

⁴¹ Fonte: http://www.ptbrs.org.br/curric_cardias.php Pesquisado em 05/12/2007.

⁴² Fonte: <http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes> Pesquisado em 06/12/2007.

⁴³ A Lei 9982, de 14 de julho de 2000, estabelece que os religiosos de todas as denominações podem ter acesso a hospitais públicos ou privados bem como os estabelecimentos prisionais civis ou militares para dar assistência religiosa aos pacientes interessados e internados.

⁴⁴ Fonte: <http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes> Pesquisado em 06/12/2007.

no inciso III do mesmo artigo, estando a questão até então pacífica e sem controvérsia. O novo código admitiu apenas ter tipos de pessoa jurídica de direito privado, artigo 44, a saber, associação, sociedade e fundação. A partir da sua vigência os partidos políticos e as igrejas, bem como suas entidades mantenedoras, entraram numa espécie de limbo jurídico/legal, na lei civil, porque não podem ser associação, já que não se enquadram na definição legal do artigo 53, pois não tem fins econômicos *strito sensu*. Não podem também serem sociedades, porque a definição do artigo 981, as afasta totalmente daquela possibilidade. Resta para as igrejas serem consideradas fundações, pois assim permite o artigo 62, ocorre porém que a instituição de uma fundação tem que seguir, além das normas do atual código, mais a lei específica que trata daquelas organizações, cujas normas inviabilizam, para as igrejas, sua instituição. Quanto aos partidos políticos nem isto é possível, porque não foi contemplado a possibilidade deles se organizarem como fundação, já que seus fins não se enquadram nas possibilidades legais do artigo 62. Há também a ressaltar que com a entrada em vigor da lei 10.406/02, as atuais entidades religiosas e os partidos políticos estão sem definição jurídica, porque não podem ser associação, nem sociedade, pois os seus fins são religiosos ou políticos e a transformação em fundação, para as igrejas é inviável legal, técnica e operacionalmente, além de contrária ao fim a que se destinam, pois fundação também não pode ter fim econômico, já que pela definição legal, só podem ser instituídas, segundo o artigo 62, se tiverem fins morais, culturais, ou de assistência, além do religioso, quanto aos partidos políticos, a própria lei orgânica que os rege, n.º 9.096/95, os impedem de serem fundações. Ressalva-se assim a possibilidade, embora remota, das igrejas se tornarem pessoas jurídicas, via fundação, mas aos partidos políticos não. Ora, todos sabemos que uma entidade religiosa, não pode se cingir a apenas um fim, pois a sua própria manutenção, já presume movimento financeiro, não é este no entanto o seu fim teleológico, uma igreja tem fins pastorais, evangélicos, envolve questões de fé, que por si só é uma questão complexa, portanto limitar sua definição jurídica a uma única possibilidade é contrariar o bom senso, a lógica da sua essência, é agredir a história milenar desta instituição, cujo início se perde na bruma do tempo. Quanto aos partidos políticos tem natureza própria, seus fins são políticos, não se caracterizam pelo fim econômico ou não, assim não podem ser associação ou sociedade, nem fundação, porque não tem fim cultural, assistencial, moral ou religioso. Como apenas três são as pessoas jurídicas de direito privado, Art. 44 CC, vê-se de plano que os partidos políticos, são hoje pessoas jurídicas que não gozam de definição legal alguma. Isto não pode continuar e exige pronta e urgente intervenção legislativa, que resolva a questão. Com a atual lei civil, não há como fundar-se novos partidos e os existentes estão sem definição legal, no tocante a sua classificação como pessoa jurídica, ou seja, não tem personalidade jurídica. Ao governo e ao parlamento acredito não seja interessante a manutenção do *status quo* trazido pela novel lei, porque a confusão que logo se estabelecerá, demonstrará a conveniência deste projeto e da modificação proposta, que acredito terá a aprovação unânime de todos os meus pares, porque penso que nesta Casa, todos, de uma forma ou de outra, acreditam em Deus e sua Obra na terra e especialmente no Brasil, onde predomina amplamente um povo cristão, assim como todos sem exceção pertencem a algum partido político. Por estas razões e muito mais por outras que serão agregadas, pela sabedoria do conjunto dos deputados e deputadas chegaremos, porque isto é condição *sine qua non* para a votação em plenário, com um projeto que realmente corrija a distorção verificada com a edição da lei que se pretende alterar, fruto talvez da falta de uma análise mais profunda dos legisladores que a editaram, inclusive do próprio proponente, que ao votá-la, na anterior legislatura, não foi alertado pela sua assessoria, até porque sendo pastor evangélico e deputado federal, não iria votar e aprovar lei que viesse a propiciar a possibilidade de qualquer

prejuízo a todas as igrejas e aos partidos políticos. Deputado Paulo Gouvêa”.⁴⁵

O projeto de lei 635/2003 determinava que a ‘fundação’ somente se constituiria para fins morais, culturais ou de assistência, excluindo as entidades religiosas que poderiam se organizar como sociedade religiosa ou associação, alterando assim, o Código Civil. Segundo o deputado Paulo Gouvêa,

“Com a entrada em vigor da lei nº. 10.406/02, Código Civil, em 10 de janeiro de 2003, trouxe no parágrafo único do artigo 62, a imposição de que as entidades religiosas, deveriam SOMENTE, (grifei), se organizar na forma de FUNDAÇÃO, (grifei também), alterando o que até então vinha, pela lei anterior, Código Civil de 1.916, se organizando como sociedade religiosa, associação ou até mesmo fundação, de acordo com a intenção dos seus fundadores, estava a questão pacificada. Agora, a imposição legal constante no citado dispositivo que se pretende alterar, configura uma agressão a todos os dispositivos que até então regulava a matéria e em não deixando alternativa a que outra forma possa ser utilizada, especialmente a forma de associação, deixa de atender o dispositivo constitucional constante no inciso VI do artigo 5º. Busca assim a alteração proposta, possibilitar que também pela forma associativa, possam as entidades religiosas se organizarem enquanto pessoa jurídica, livrando-as da “camisa de força” imposta com a atual redação, que só prevê a forma de fundação para aquelas pessoas jurídicas de direito privado que tenham fins religiosos”.⁴⁶

Cabe ressaltar que dos projetos encaminhados pelo referido deputado, o PL 634/2003 transformou-se em norma jurídica e o PL635/2003 foi arquivado. Em relação a reação dos evangélicos sobre a aprovação do novo Código Civil, Ricardo Mariano afirma que no início do processo, grupos de evangélicos promoveram diversos debates para melhor compreender “as implicações e exigências dos dispositivos legais fixados pelo novo Código Civil para as associações religiosas”. Mas o assunto foi se tornando cada vez mais polêmico entre as igrejas evangélicas causando uma certa histeria no que diz respeito às interpretações que muitos faziam à cerca do novo Código. Isso se transformou numa série de boatos alarmistas em torno do Código Civil (Mariano, 2006, p.78). Para muitos evangélicos, com a instituição da nova lei, poderia ocorrer uma série de prejuízo às instituições religiosas, tais como,

“taxação de dízimos, confisco de bens, prisão de pastores, fechamento de igrejas, intervenção estatal na administração eclesiástica, cerceamento da liberdade religiosa, obrigatoriedade de officiar casamentos homossexuais, dentre outras medidas e sanções, compuseram os principais temores desses religiosos com a promulgação e implementação da nova lei” (Mariano, 2006, p.79).

⁴⁵ Fonte: <http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes> Pesquisado em 06/12/2007.

⁴⁶ Fonte: <http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes> Pesquisado em 06/12/2007. O grifo é do deputado.

Mas, em 22 de dezembro de 2003, o presidente Lula decretou e sancionou a Lei 10.825 que rezava o seguinte:

“Art. 1º Esta lei define as organizações religiosas e os partidos políticos como pessoas jurídicas de direito privado, desobrigando-os de alterar seus estatutos no prazo previsto pelo art.2.031, da Lei n.º 10.406 – Código Civil.

Art. 2º O art. 44 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

I – as associações;

II – as sociedades;

III – as fundações;

IV – as organizações religiosas;

V – os partidos políticos.

§ 1º São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao Poder Público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao funcionamento.

Brasília, 22 de dezembro de 2003.

182º da Independência e 115º da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Márcio Thomaz Bastos”.⁴⁷

Na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 2002, Manoel Maria com o apoio de mais 18 deputados lançou um projeto de lei que acrescentaria parágrafo único ao Artigo 176 da Constituição Estadual. O que estava sendo solicitado era a isenção da licença de alvará ou qualquer outro documento para o funcionamento de templos religiosos. Mais uma vez teve um de seus projetos arquivados, mas justificou a aprovação do mesmo dizendo que:

“A Constituição da República, no inciso VI do art. 5º, diz que é inviolável a liberdade de consciência e de crença. Sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei a proteção a locais de culto e suas liturgias. É obrigatório entender-se que os cultos religiosos são definitivamente livres e que a legislação estabeleceu, tão somente, garantia de proteção aos locais onde eles se realizam. Ademais, o inciso VIII do art. 30, da mesma Constituição, em harmonia com o dispositivo citado, permite aos municípios promoverem, apenas "no que couber", o adequado ordenamento territorial, mediante o planejamento e o controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano. A expressão "no que couber" mantém a liberdade dos cultos e o dever de se garantir a proteção aos locais onde eles se realizam. a proposição em tela visa a explicitar, no texto da Constituição Estadual, a liberdade do culto religioso, comprometida em muitos municípios, por intoleráveis equívocos. Deputado Manuel Maria”.⁴⁸

Ainda em 2002, Eliseu Santos apresentou um Projeto de Lei dispendo sobre fatos relacionados com a liberdade de crença religiosa, determinando a administração pública

⁴⁷ Cartilha composta de 29 páginas, elaborada pelo gabinete do deputado Federal Paulo Gouvêa em 2005, intitulada “Um Sentinela no Congresso”, sobre a Lei n.º 10.825/2004, de autoria do deputado, que alterou o art. 44 do novo Código Civil, garantindo, assim, às organizações religiosas total liberdade de criação, organização, funcionamento e estrutura interna. Centro de Documentação e Informação.

⁴⁸ Fonte: http://proweb.procergs.com.br/lista_proposicao.asp Pesquisado em 05/12/2007.

e a entidades privadas o respeito e a observância a doutrinas religiosas no Rio Grande do Sul, sob a seguinte redação:

“Projeto de Lei nº 137 /2000 Deputado(a) Eliseu Santos

Art. 1º - O processo seletivo para investidura de cargos, função ou emprego, nas estruturas do Poder Público Estadual, na administração direta e indireta, das funções executiva, legislativa e judiciária, e, ainda, as avaliações de desempenho funcional e outras similares, realizar-se-ão com respeito às crenças religiosas da pessoa, propiciando a observância do dia de guarda e descanso, celebração de festas e cerimônias em conformidade com a doutrina de sua religião ou convicção religiosa.

Parágrafo 1º - Quando inviável a promoção de certames em conformidade com o caput, dar-se-á a pessoa a alternativa de realizar a prova no primeiro horário em que lhe permitam suas convicções, ficando o candidato incomunicável desde o horário regular previsto para os exames até o início do horário alternativo previamente estabelecido.

Parágrafo 2º - Considera-se primeiro horário, para efeitos desta lei, à luz das convicções religiosas dos judeus ortodoxos, adventistas do sétimo dia, entre outras análogas, o término do interregno dos pores-do-sol de sexta-feira a sábado.

Parágrafo 3º - aplica-se também o disposto neste artigo a realização de provas de acesso a cursos, em qualquer nível, de instituições educacionais públicas e privadas.

Art. 2º - É assegurado ao aluno, por motivo de crença religiosa, requerer a instituição educacional em que estiver regularmente matriculado, seja ela pública ou privada, e de qualquer nível, que lhe sejam aplicadas provas e trabalhos em dias não coincidentes com o período de guarda religiosa.

Parágrafo 1º - A instituição de ensino fixará data alternativa para a realização das atividades estudantis, que devesse coincidir com o período ou turno em que o aluno estiver matriculado, contando com sua expressa anuência, se em turno diferente daquele.

Parágrafo 2º - Para o gozo dos direitos dispostos neste artigo, o aluno comprovará, preferencialmente, no ato de matrícula, esta condição de crença religiosa, através de declaração da instituição religiosa a que pertença.

Parágrafo 3º - O aluno, caso venha a se congregar a uma instituição religiosa no decorrer do ano letivo, gozará dos mesmos direitos, com a apresentação de declaração após a sua congregação.

Art. 3º - Os servidores públicos civis de qualquer das funções que compõem a estrutura do Estado, da administração direta e indireta, gozarão do repouso semanal remunerado preferencialmente aos domingos, ou em outro dia da semana, a requerimento do servidor, por motivo de crença religiosa, desde que compense a carga horária exigida pelo estatuto e regime único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul ou legislação especial.

Art. 4º - esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - revogam-se as disposições em contrário.

Deputado Eliseu Santos”.⁴⁹

Contudo a proposição foi vetada pelo então governador Olívio Dutra, por ser apreciada pelas instâncias competentes e julgada inconstitucional. Segue a justificativa do veto:

“Veto Total ao Projeto de Lei nº 137 /2000

Poder Executivo

Of. GG/SL - 341 - Porto Alegre, 10 de julho de 2002.

Senhor Presidente:

⁴⁹ Fonte: http://proweb.procergs.com.br/lista_proposicao.asp Pesquisado em 05/12/2007.

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar-lhe que, utilizando da prerrogativa que me é conferida pelos parágrafos 1º e 2º do artigo 66, combinado com o artigo 82, inciso VI, da Constituição Estadual, decidi vetar, na íntegra, o Projeto de Lei n 137/00, de autoria do deputado Eliseu Santos, aprovado em sessão plenária do dia 18 de junho de 2002. O projeto de lei em epígrafe dispõe sobre fatos relacionados com a liberdade de crença religiosa, determinando a administração pública e a entidades privadas o respeito e a observância às doutrinas religiosas no Rio Grande do Sul. A negativa de sanção justifica-se por razões de constitucionalidade e de conveniência administrativa. Ao dispor sobre o processo seletivo para investidura de cargo, função ou emprego, nas estruturas do Poder Público Estadual, a proposta fere o princípio da independência e harmonia dos poderes do Estado, por interferir em área de gestão administrativa, versando sobre a organização da administração pública, direta e indireta, impondo atribuições e responsabilidades que somente poderiam ser definidas por projeto de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, nos ditames dos artigos 61, parágrafo Iº, IIº, "e" e 84, VI, "a", da Constituição Federal, e nos termos dos artigos 60, II, "d" e 82, II e VII, da constituição estadual. cumpre mencionar que o parágrafo único do artigo 5 da Constituição do Estado consigna serem reciprocamente indelegáveis as funções próprias de cada poder. O descumprimento deste comando pelos poderes constituídos poderá provocar o rompimento do equilíbrio que deve ser mantido em suas relações institucionais, em prejuízo do regime democrático e do interesse público. Ademais, conforme o caput do artigo 207, da Constituição Estadual, compete ao Conselho Estadual de Educação, órgão administrativo autônomo, determinar as diretrizes do Sistema Estadual do Ensino. Assim, padece, também, de vício material o Projeto de Lei em estudo, ao dispor sobre a matéria em seu artigo 2º. Há, portanto, visível inconstitucionalidade formal e material, por interferência do poder legislativo, ao extrapolar competências constitucionais a ele atribuídas. após as considerações pontuadas, passo a abordar as razões de conveniência que me levam a negar prosseguimento a proposta em exame. Algumas considerações devem ser feitas em relação ao Projeto de Lei em tela. A Constituição Federal inscreve entre os direitos e garantias fundamentais a liberdade religiosa, dispondo em seu artigo 5º, inciso VI: "é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;". Portanto, cumpre aos poderes públicos não dificultar o exercício dos cultos religiosos e protegê-los, impedindo que de algum modo sejam cerceados. Entretanto, o tratamento que se está a dispensar no Projeto de Lei em apreço acaba por violar diretamente o princípio constitucional da igualdade, na medida em que extrapola a defesa da liberdade religiosa dando tratamento diferenciado aquelas pessoas que se congregam a uma determinada religião. A liberdade de crença inclui a liberdade de escolha da religião, a liberdade de aderir a qualquer seita religiosa, o direito de mudar de religião, mas também compreende a liberdade de não praticar religião alguma. No plano da conveniência administrativa, a aprovação da proposta parlamentar geraria inarredável desorganização em realização de concursos públicos, que têm contado com a participação de um contingente expressivo de candidatos. Quando dispõe, por exemplo, que os certames sejam realizados com observância do dia de guarda e descanso, celebração de festas e cerimônias em conformidade com a doutrina da religião ou convicção religiosa do candidato, e se isso não for possível, que lhe seja permitido realizar a prova no primeiro horário em que lhe permitam suas convicções, o Projeto de Lei ignora que na realidade atual milhares de candidatos realizam concursos públicos, sendo impossível exigir a comprovação da opção religiosa de cada um. Do mesmo modo, a incomunicabilidade dos candidatos prevista no parágrafo 1º do artigo 1º, oneraria financeira e administrativamente os competidores. Faz-se mister, ainda, registrar a extrema dificuldade de operacionalizar o parágrafo 2º do artigo 1º do projeto que assim dispõe: "considera-se primeiro horário, para

efeitos desta lei, à luz das convicções religiosas dos judeus ortodoxos, adventistas do sétimo dia, entre outras análogas, o término do interregno dos pores-do-sol de sexta-feira a sábado." e, finalmente, no que tange ao artigo 3º do Projeto de Lei, impõe-se consignar que a regra ali contemplada certamente trará entraves de ordem organizacional, na medida em que não há como mensurar o número de servidores que estejam congregados a alguma instituição religiosa que institua período de guarda colidente com o horário oficial de expediente nas repartições públicas. Embora exista, na proposição, previsão de compensação de carga horária, é inviável o estabelecimento de horários especiais para alguns servidores. Agrega-se ao exposto que, a despeito dos elevados objetivos que norteiam o Projeto de Lei em tela, e palmar que ele está em descompasso com o princípio da razoabilidade, o qual deve pautar as decisões administrativas. Assim, por afrontar dispositivos constitucionais e afigurar-se inconveniente, decidi vetar integralmente o Projeto de Lei n 137/00. Dessa forma, com a devolução da matéria a essa egrégia casa, oportunizo a possibilidade de seu reexame.

Atenciosamente,

Olívio Dutra,

Governador do Estado.

Excelentíssimo Senhor Deputado Sérgio Zambiasi,

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado,

Palácio Farroupilha.

Nesta Capital".⁵⁰

No ano de 2004, o primeiro suplente a deputado do PTB Eliseu Santos, assumiu algumas vezes a cadeira de titular na Assembléia Legislativa e, nestas circunstâncias propôs um Projeto de Lei que fizesse o Estado reconhecer a recém criada FAIERGS (Federação das Associações e Igrejas Evangélicas do Rio Grande do Sul) como entidade representativa das mesmas, no intuito de firmar futuros convênios com a administração pública. Segue sua justificativa para tal solicitação:

“O presente Projeto de Lei, após seu trâmite ordinário, beneficiará as igrejas evangélicas ao reconhecer a sua Federação como entidade representativa, apta a firmar convênios com a Administração pública. Fundada em 20 de dezembro de 2003, a FAIERGS tem como missão coordenar a defesa dos interesses das Igrejas Evangélicas no Estado do Rio Grande do Sul. Para cumprir essa prerrogativa, se faz necessário que a Federação atue junto ao sistema legal, administrativo e político, visando resguardar os seus direitos e, em contrapartida, zelar pelo fiel cumprimento da legislação pertinente às igrejas. A FAIERGS, que conta com mais de 500 igrejas filiadas, prevê, em seu Estatuto, a capacitação de Entidades Sociais, visando a aplicação do Estatuto do Idoso, Estatuto do Deficiente Físico e Mental, Direito das Mulheres e Estatuto da Criança e do Adolescente. A FAIERGS ainda poderá orientar Entidades na montagem de processo para a aquisição de rádios e TVs comunitárias. A sua estrutura jurídica, entre outras atribuições, vai atuar na regulamentação de terrenos e templos irregulares. Com esse cunho social e com as futuras parcerias dos governos Federal, Estadual e Municipal, a FAIERGS deve beneficiar muito as suas filiadas. Espero que a Assembléia Legislativa e o Governo do Estado reconheçam a FAIERGS, como entidade máxima de representação das Associações e Igrejas Evangélicas. Deputado Eliseu Santos”.⁵¹

⁵⁰ Fonte: http://proweb.procergs.com.br/lista_proposicao.asp Pesquisado em 05/12/2007.

⁵¹ Fonte: http://proweb.procergs.com.br/lista_proposicao.asp Pesquisado em 05/12/2007.

Foi com a intenção de defender os interesses das igrejas evangélicas sobretudo no que tange aos projetos e entidades sociais criadas e mantidas pelas mesmas que Eliseu redigiu esta proposição. Caso fosse aprovada, as igrejas, através das entidades, poderiam pleitear convênios e verbas públicas para aplicar em seus projetos assistenciais. O projeto de lei foi arquivado, mas, em 2005, o deputado Manuel Maria, Pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular, reapresentou o mesmo projeto na Assembléia Legislativa. Em abril de 2006, Manoel Maria (PTB), renunciou ao cargo de deputado para assumir o uma vaga no da AGERGS (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul).

O Deputado e pastor Sérgio Peres foi o parlamentar evangélico que apresentou menor número de proposições na Assembléia Legislativa.⁵² O único projeto de lei que fez referência aos evangélicos no intuito de beneficiar os templos religiosos foi arquivado. Tratava-se da solicitação de proibir a cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) nas contas de serviços públicos estaduais das Igrejas e templos de qualquer culto. Ele assim apresentou sua solicitação que foi apreciada e, arquivada, pelos demais deputados:

“Projeto de Lei n.º 211 /2003

Proíbe a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais à igrejas e templos de qualquer culto.

Art. 1º – Fica proibida a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais próprios, delegados, terceirizados ou privatizados de água, luz, telefone e gás, de igrejas e templos de qualquer culto, desde que o imóvel esteja comprovadamente na propriedade ou posse das igrejas ou templos e sejam usados para a prática religiosa.

Parágrafo único – Nos casos em que o imóvel não for próprio, a comprovação do funcionamento deverá se dar através de contato de locação ou comodato devidamente registrado, ou ainda, da justificativa de posse judicial.

Art. 2º – São definidas, para efeito do artigo 1º, as contas relativas a imóveis ocupados por igrejas ou templos de qualquer culto, devidamente registrados e reconhecidos pela autoridade competente através do alvará de funcionamento.

Art. 3º – Os templos deverão requerer, junto às empresas prestadoras de serviços, a isenção a que têm direito, a partir da vigência desta lei.

Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 29 de Abril de 2003. Deputado Sérgio Peres”.⁵³

Em entrevista realizada com o referido deputado na Assembléia Legislativa, ele faz menção a todas as dificuldades pelas quais passou para legislar. Argumenta ainda, a morosidade na apreciação dos projetos de lei e a burocracia pelos quais devem passar,

⁵² Fonte: http://proweb.procergs.com.br/lista_proposicao.asp Pesquisado em 05/12/2007.

⁵³ Fonte: http://proweb.procergs.com.br/lista_proposicao.asp Pesquisado em 05/12/2007.

através do processo natural de tramitação dos mesmos. Mas, conforme afirma, ele não esperava ser escolhido pela Igreja para concorrer, pois alega nunca participado da política e, uma semana antes de acabar o prazo de inscrição junto ao TRE para aqueles que desejam concorrer a cargos eletivos, a Igreja Universal solicitou o seu título e o filiou ao PL (Partido Liberal) sem que ele soubesse. Sobre sua atuação como parlamentar ele assim se manifesta:

“A gente vem para a vida pública e passa a conhecer os órgãos públicos, a gente passa a sentir o problema da burocracia, e vê que muito técnico não adianta e também muito político não resolve. Que para o técnico, as vezes, falta o bom senso e, o político as vezes trabalha em função do seu eleitor. (...) A gente sabe hoje que poucos projetos de lei podem ser feitos que venham a beneficiar a comunidade, devido às limitações legislativas (...) hoje, todo projeto sem custo não existe. As vezes julgam o projeto inconstitucional. Então o que acontece muito é que o deputado passa a encaminhar problemas de pessoas e abre portas [para elas]. Quer dizer, se você é um cara que fez um financiamento para habitação na caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil, uma casinha que tu não consegue pagar e as vezes tu não consegue falar com o gerente. Então esse cidadão tem o seu deputado, vem aqui na Assembléia. O deputado marca uma audiência com o gerente, vai lá no banco e leva o eleitor junto, ele toma um cafezinho e conta o problema. Isso não quer dizer que vai resolver, mas pelo menos ele chegou lá devido à quem? A ter um representante na Assembléia Legislativa. Porque quando se trata de uma autoridade, tu sabe que é tratado diferente. Eu quando fui funcionário metalúrgico, eu nunca fui convidado para tomar um café no Banco do Brasil, eu nunca fui convidado para ir discutir algo com a FIERGS, eu nunca fui convidado por uma instituição forte porque não tinha interesses. Quando passa a ter um voto, tu sabe que é um jogo de interesses.”⁵⁴

O deputado afirma não ter trabalhado só para os seus eleitores ou nas questões religiosas, pois argumentou ter criado outros projetos que também foram barrados na Assembléia pela sua inconstitucionalidade. Segundo ele, criou um grande projeto que iria alavancar a metade sul do Estado e beneficiar agricultores de toda região Sul. O intuito era criar uma grande CEASA (Central de Abastecimento Agrícola), espécie de uma filial da qual já existe em Porto Alegre, para escoar a produção dos pequenos agricultores da região. O deputado também falou o porque dessa insistência das igrejas evangélicas em ter representantes políticos no parlamento. Para ele, a igreja é uma entidade como as demais e os órgãos legais exigem uma série de documentações e autorizações para que se possa legalizar a abertura de um templo religioso. Por isso ele afirma que:

“(...) quando a igreja tem um vereador ou deputado lhe representando, o pastor liga para ele, e para a sua assessoria já preparada para agir em determinadas situações e fica bem mais fácil de chegar ao prefeito, ao governador, enfim, de chegar aos órgãos públicos. Isso passa a ser mais ágil,

⁵⁴ Entrevista realizada com o ex-deputado e pastor da Igreja Universal, Sérgio Peres, no seu gabinete da Assembléia Legislativa, no dia 07/12/2006.

porque passa a ter uma pessoa pública que está te representando e já sabe os tramites a seguir. As vezes o pastor nem sabe qual a secretaria que tem que necessita ir para tratar de determinados assuntos. Porque ele não é preparado para aquilo. Toda semana, todos os meses tinham pastores me procurando aqui, querendo saber como faziam para abrir igrejas ou aumentar o espaço dos seus templos”.⁵⁵

Como pode-se observar, desde a década de 90, com a entrada de representantes evangélicos do Rio Grande do Sul na Câmara Federal ou na Assembléia Legislativa Gaúcha, inúmeras proposições foram realizadas pelos mesmos com o intuito de beneficiar a sociedade como um todo. Contudo, citei aqui somente aquelas que por um motivo ou outro procuravam defender o segmento evangélico, do qual eram representantes. Contudo, grande parte dos projetos eram arquivados por apresentar problemas de compatibilidade com a Carta magna, ou sejam eram considerados inconstitucionais. Isso nos leva a fazer a seguinte reflexão: não estariam estes representantes do povo equivocados, talvez por pura ingenuidade e desconhecimento legislativo, ao trazer para a esfera pública e secular, questões religiosas de ordem privada e pessoal. Não analisei aqui proposições de deputados de outros Estados, mas observei que a maior parte deles apresenta a caracteriza de beneficiar um segmento religioso, às custas de um Estado democrático, pluralista e laico, o que, segundo a Constituição, fere totalmente os princípios da isonomia e do respeito aos demais credos religiosos existentes no país.

1.5. As religiões de matriz africana e sua relação com a política no Brasil

Apesar de sua importância cultural no país, os cultos afro-brasileiros são os que menos força exercem no campo político brasileiro e gaúcho (Oro, 2006, p.132).

Conforme Oro (1996), os primeiros umbandistas a ingressarem em cargos políticos foram os deputados estaduais Átila Nunes e Moab Caldas, eleitos em 1960. Átila era um radialista que já havia sido vereador em 1958, conquistando uma vaga na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro em 1960. Morreu em 1968, “em pleno exercício do mandato”. Moab Caldas era gaúcho e grande apoiador do PTB de Leonel Brizola e João Goulart. Foi reeleito por dois mandatos consecutivos até ser cassado pelo regime militar em 1968. Veio a falecer em 2007 (Oro, 2006, 133).

⁵⁵ Entrevista realizada com o ex-deputado e pastor da Igreja Universal, Sérgio Peres, no seu gabinete da Assembléia Legislativa, no dia 07/12/2006.

No Estado de São Paulo, as relações entre umbanda, política e Estado nunca foram pacíficas ao longo dos anos (Concone; Negrão, 1985). Até 1964, por força dos segmentos religiosos dominantes (catolicismo e protestantismo em constante expansão) a umbanda foi severamente perseguida. Com o golpe militar, este segmento religioso, assim como os pentecostais, acabam sendo cooptados politicamente pelas forças de Estado. Na abertura do processo de redemocratização, em 1982, vários candidatos pertencentes à umbanda de São Paulo concorreram sem alcançar êxito nas urnas (Concone; Negrão, 1985). Uma das causas desse fracasso é explicitado da seguinte forma:

“a falta de unidade e fragmentação em federações e confederações rivais que, envolvidas na luta pelo monopólio da representação da Umbanda e sua mediação com a sociedade inclusiva, buscam todas desqualificar as adversárias e legitimar-se a si próprias. O momento eleitoral foi especialmente revelador deste quadro, atuando cada uma delas em faixa própria e independente” (Concone; Negrão, 1985, pp.73-74).

A partir de 1985, lideranças de matriz afro-brasileira passaram a participar com mais intensidade da vida pública em todos os Estados do país, “seja por indicação de algum partido, em razão de sua presumível liderança, seja pelo cargo que ocupam no contexto dessas religiões, geralmente líderes de uma federação” (Oro, 2006, p.133), candidatando-se a cargos eletivos, sobretudo para as assembleias legislativas estaduais. Contudo, poucos são aqueles que se elegem para o cargo de deputado estadual. O que fica mais evidente, segundo Oro (2006), é a eleição de pais e mães-de-santo para as câmaras de vereadores, sobretudo em grandes metrópoles brasileiras e cidades de porte médio (Oro, 2006, p.133).

Na capital maranhense, desde o início da década de 80, o pai-de-santo Sebastião de Jesus Costa, o ‘Sebastião do Coroado’, vem logrando se eleger e reeleger ao mandato de vereador na capital São Luís. Concorreu ao cargo de deputado estadual por duas oportunidades, em 1998 e 2002, sem, contudo, lograr êxito. O sucesso em suas constantes reeleições a vereador pode ser explicado pelo trabalho assistencialista que realiza na região (Oro, 2006, p.134).

Em Porto Alegre, depois de Moab Caldas, nenhum outro candidato de matriz africana logrou ser eleito para os cargos de vereador ou deputado estadual e federal. Jorge Verardi e Ailton Albuquerque, renomados pais-de-santo em Porto Alegre, concorreram para o cargo de deputado estadual nos anos de 1990 e 1998,

respectivamente. Contudo, nenhum foi eleito. O primeiro fez 1.408 votos⁵⁶, ficando como suplente pelo seu partido, o PDT. O segundo alcançou a margem de 3.425 votos. Nas eleições municipais de 2000, se lançaram ao cargo de vereador no município de Porto Alegre cinco candidatos de matriz afro-brasileira, sendo quatro pais-de-santo e um presidente de terreiro, que assim se apresentaram publicamente durante a campanha. Nenhum deles logrou se eleger. Juntos somaram 5.643 votos. Nas eleições municipais de 2004 foram dois pais-de-santo e uma mãe-de-santo que lançaram candidatura à vereança na capital. O objetivo principal desses candidatos era conquistar uma vaga na câmara de vereadores para fazer frente aos constantes ataques das igrejas pentecostais e neopentecostais, sobretudo da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) (Oro, 2006, p.134). Conforme Oro (2006), as religiões afro argumentavam que,

“o poder dessas igrejas e sua impunidade diante da “guerra santa” que movem diariamente contra as religiões afro-brasileiras, nos seus templos e em suas mídias, radicava no fato de que elas detêm uma bancada política, sendo o campo político tão ou mais importante do que o jurídico enquanto espaço privilegiado de garantia de legitimidade social” (Oro, 2006. p.135).

Apesar do discurso de defesa dos candidatos representantes das religiões afro, nenhum deles conquistou os votos necessários para assumir uma cadeira na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre. E o que ocorreu na capital gaúcha é um fenômeno que vem se repetindo em outras capitais e cidades brasileiras, ou seja, a dificuldade das religiões de matriz africana, em eleger representantes na esfera pública (Oro, 2006, p.135).

As religiões de matriz afro-brasileira sempre tiveram dificuldade para eleger membros para representá-las em casas legislativas. Uma das causas está no reduzido capital social de que dispõem para apoiar e eleger seus representantes a cargos públicos. Em virtude do sincretismo religioso, muitos freqüentadores das religiões de matriz africana preferem ser identificados apenas como católicos. Esse mascaramento é evidenciado sobretudo se comparados os números do IBGE com outras pesquisas (Prandi, 2003, p.16).

Outra razão que prejudica a eleição de candidatos africanistas para cargos públicos é, como afirma Prandi, a diferença, a autonomia, a auto-suficiência e a concorrência entre os terreiros. Esses pequenos grupos congregam em torno de um pai ou mãe-de-santo e, “embora se cultivem relações protocolares de parentesco iniciático

⁵⁶ Dados referente à votação dos candidatos, retirados da página do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul. <http://www.tre-rs.gov.br>. Pesquisado em 04/01/2007.

entre terreiros (...), não há nenhuma organização institucional que os unifique ou que permita uma ordenação mínima capaz de estabelecer planos e estratégias comuns” (Prandi, 2003, p.24). Ao contrário das religiões católica e pentecostal, que acompanharam as mudanças ocorridas nos últimos 20 anos, na forma de oferecer seus serviços religiosos, as religiões de matriz africana não se massificaram, ou seja, continuaram agindo em pequenos grupos distintos entre si, chamados de família-de-santo, onde o pai ou a mãe-de-santo são as lideranças de maior poder e, portanto, mais respeitadas no terreiro (Prandi, 2003, p.25). Existiria um *ethos* de constante disputa entre os terreiros, desqualificador de outras casas. Mesmo que a religião afro pudesse se fortalecer com a união de grupos e terreiros, Prandi lembra que essa possibilidade é bastante remota (Prandi apud Oro, 2006, p.136).

Outro fato que deve ser analisado é de ordem histórico-cultural. Tais religiões estabeleceram-se no Brasil através do sistema escravagista, mas tiveram maior importância a partir do século XIX, quando passaram a se organizar. Nesse período, o catolicismo era a religião oficial do Brasil e a única tolerada pela lei. Segundo Oro (2006), “para fazer frente aos ataques e acusações que sofria da sociedade envolvente, especialmente o candomblé estabeleceu com ela uma relação de clientelismo e de busca de favores, que se mantém até o presente (Oro, 2006, p.136).

Segundo Prandi, “as religiões de matriz africana desenvolveram a seguinte concepção de participação política: mais assistencialista e clientelista e menos representativa e eletiva”. Para ele, o fato de as religiões de matriz afro-brasileira não estarem organizadas internamente de forma a eleger seus representantes a cargos eletivos, “não significa que estes grupos não estejam agindo politicamente em defesa dos seus interesses” (Prandi apud Oro, 2006, p.137).

Na Bahia, o deputado estadual Paulo da Anunciação (PT), presidente da CECAD (Comissão Especial para Assuntos da Comunidade Afro-Descendente da Assembléia Legislativa da Bahia), solicitou ao Prefeito de Salvador, Antonio Imbassahy, em 2002, que os imóveis que funcionam como locais de culto afro-brasileiro sejam isentos do pagamento de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), como ocorre com as igrejas cristãs (Oro, 2006, p.137). Um ano depois, o CECAD promoveu em Salvador um ato de solidariedade em defesa das religiões de matriz africana. Reunidos no terreiro do Candomblé Tumbenci, a mãe-de-santo do local, Geurena Passos Santos, juntamente com os deputados estaduais Emiliano José (PT), então presidente do CECAD e seu colega Álvaro Gomes (PC do B), membro titular da referida instituição, discutiram

alternativas para minimizar a intolerância religiosa praticada pelas igrejas neopentecostais, sobretudo pelos constantes ataques e campanhas contra as religiões de matriz africana, protagonizados pela Igreja Universal do Reino de Deus (Oro, 2006, p.137).

Em São Paulo, após serem ofendidas por programas da Rede Record e pela Rede Mulher, as religiões de matriz africana, através do INTECAB (Instituto Nacional de Tradição e Cultura Afro-Brasileira), moveram ação judicial contra as referidas emissoras, garantindo em lei, o direito de responder às ofensas nos próprios programas onde ocorreram as ofensas verbais. Em 2005, as entidades religiosas resolveram se unir e mover novo processo judicial contra as emissoras de televisão, envolvendo inclusive a TV Gazeta e a Rede Globo, por difundirem programações, “que, na perspectiva do INTECAB são tão ofensivos à religião, quanto os da Universal” (Oro, 2006, p.138)

Segundo Oro, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou em 26/05/2005 matéria intitulada: “Candomblé dá ‘tapa de luva’ na Record”, na qual explicita o direito de resposta das religiões de matriz africana, determinado pela Justiça Federal, frente às freqüentes acusações e ofensas a que são submetidas pelas emissoras de televisão. Segundo a matéria, o direito de resposta veio em forma de programa televisivo. Cem pais-de-santo rigorosamente trajados com suas indumentárias religiosas gravaram um programa com duração de uma hora. Contudo, criaram um programa que não visava defender a sua religião mas, sim, discutir o diálogo entre as religiões. O programa contou com a participação de 80 convidados de outras religiões: católicos, protestantes, budistas, judeus e muçulmanos, transformando-se assim, num evento ecumênico (Oro, 2006, p.139).

Nota-se que a preocupação maior das religiões de matriz africana não está em ofender ou desqualificar as denominações religiosas que as perseguem com uma certa freqüência, mas em discutir alternativas e saídas para uma convivência pacífica entre todas as tradições religiosas existentes no Brasil através do diálogo religioso.

Também preocupada em defender os interesses políticos das religiões de matriz africana, surgiu em junho de 1997, por intermédio da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a ONG (Organização Não-Governamental) Comissão Afro. Juntamente com a INTECAB/SP, o SOUESP (Superior Órgão de Umbanda do Estado de São Paulo) e outras federações, a ONG Comissão Afro tem por objetivos agir em defesa das religiões afro-brasileiras e participar das entidades que discutem o diálogo religioso e do Fórum do Ensino Religioso. Por meio de sua inserção nessas atividades, a referida ONG

conquistou, através de uma lei, o espaço de culto em quatro cemitérios municipais do Estado de São Paulo. Contudo, conforme Oro, (2006), a lista de reivindicações a ser alcançada pela Comissão é bastante ampla, como se pode visualizar através do seu *site*⁵⁷ na internet. Todos os anos a referida ONG realiza o ENERAD (Encontro Estadual das Religiões Afro-descendentes) e divulga o informativo TAMBOR (Oro, 2006, pp.139-141).

A mais polêmica das conquistas por parte das religiões de matriz africana no campo político talvez seja a que ocorreu no Rio Grande do Sul a partir de 2003. Em 29/04/2003 foi aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado e sancionada em 21/05/2003, pelo então governador Germano Rigotto, a Lei n.11.915 que dispõe sobre o Código Estadual de Proteção dos Animais. O projeto de lei para a aprovação do Código foi de autoria do então deputado estadual Manoel Maria (PTB), um pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular que cumpria seu quarto mandato à frente da Assembléia Legislativa. O problema do Código para os adeptos dos rituais afro-brasileiros residia no capítulo I, em seu artigo segundo, proibindo a agressão física que pudesse causar sofrimento a qualquer tipo de animal, bem como dar morte que não seja rápida e indolor, quando o animal for utilizado para consumo humano (Oro, 1996, 140).

O artigo citado acima era fruto da segunda versão do Projeto de Lei, pois na primeira, que foi modificada, “figurava claramente a interdição do ritual do sacrifício de animais”, ficando vedada a realização de qualquer atividade, inclusive cerimônias religiosas que envolvessem maus tratos ou a morte de animais (Oro, 2006, p.141).

Várias entidades, adeptos e agentes religiosos dos cultos afro-brasileiros (Batuque, Candomblé e Quimbanda) se mobilizaram e foram buscar apoio na Assembléia Legislativa para salvaguardar o direito à sua livre expressão religiosa e de cultos resguardado pela Constituição Federal. O deputado estadual Edson Portilho (PT), de origem negra, militante de movimentos sociais em defesa do negro e simpatizante das religiões afro-brasileiras, prontamente se dispôs a defender o livre exercício dos cultos afros, incluindo a ‘sacralização’ e o sacrifício de animais (Oro, 2006, p.141).

Para criar um adendo ou emenda para ser estabelecido ao Art. 2º do Código Estadual de Proteção aos Animais, objetivando a permissão para o sacrifício de animais nos cultos de matriz africana, o deputado Edson Portilho fez o Projeto de Lei 282/2003, justificando-o com base na liberdade de consciência e de crença e no livre exercício dos

⁵⁷Site oficial da ONG Comissão Afro: www.sandraepega.com.br

cultos religiosos, assegurados no Art. 5º da Constituição Federal, e no impedimento ou a perturbação de uma cerimônia ou prática de culto religioso, considerado crime no Art.208 do Código Penal. Segundo ele, após a aprovação da lei que instituiu o Código Estadual de Proteção aos Animais, muitos “Templos Religiosos de matriz africana vêm sendo interpelados e autuados sob influência e manifestações de setores da sociedade civil que usam indevidamente esta lei para denunciar ao poder público, práticas que, no seu ponto de vista, maltratam os animais”. O objetivo principal do deputado era acrescentar ao Art.2º do Código Estadual de Proteção aos animais, um Parágrafo Único com os seguintes dizeres: “Não se enquadra nessa vedação o livre exercício dos cultos e liturgias de matriz africana” (Oro, 2006, p.141).

Em 29/06/2004, a comunidade afro-religiosa lotou as dependências do plenário da Assembléia Legislativa do Rio grande do Sul para acompanhar a votação do Projeto de Lei 282/2003, de autoria do dep. Edson Portilho, que autorizava o sacrifício de animais em práticas religiosas. Por unanimidade dos deputados presentes, a matéria recebeu 32 votos a favor e 2 votos contrários⁵⁸ à sua aprovação. Conforme Edson Portilho, “as práticas realizadas nos rituais não estão enquadradas no código, não existe nenhuma crueldade. O que existe é uma sacralização desses animais, que são venerados e depois consumidos pelos próprios religiosos ou doados a entidades carentes” (Agência de Notícias da AL/RS, 29/06/2004). Proponente do Código, o dep. e pastor da IEQ rebateu dizendo que “a liberação para as religiões de matriz africana oficializa a matança, simplesmente” (Agência de Notícias da AL/RS, 29/06/2004). Para ele, o Código tem por objetivo garantir a proteção e o respeito aos animais, sem desrespeitar as religiões. Para o babalorixá Pedro de Oxum Docô, o sacrifício de animais nas práticas religiosas de matriz africana tem por objetivo engrandecer a vida. Segundo ele, 96% dos animais sacrificados nos rituais realizados em sua casa são congelados e posteriormente doados para a comunidade carente do bairro Partenon (Agência de Notícias da AL/RS, 29/06/2004).

Em julho de 2004, o governador Germano Rigotto (PMDB) resolveu sancionar, “com ressalvas, o projeto 282/2003, dispondo que fica proibido a utilização em rituais de matriz africana, o sacrifício de espécies ameaçadas de extinção, animais silvestres e

⁵⁸ Os votos contrários ao Projeto de Lei 282/2003, que seria incorporado ao Capítulo I, artigo 2 do Código Estadual de Proteção dos Animais, partiram de dois deputados evangélicos. O deputado Manuel Maria (PTB), pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular e proponente do Projeto de Lei que instituiu o referido Código, e o deputado Edemar Vargas, pastor da Assembléia de Deus.

rituais com requintes de crueldade” (Oro, 2006, p.142). Cabe lembrar que, mesmo para buscar a sanção do governador, os religiosos tiveram que vir a público mais de uma vez para pressionar o Estado pela assinatura do projeto. A “criação do Projeto de Lei de autoria do dep. Edson Portilho foi fruto de um GT (grupo de trabalho) que envolveu representações de outros parlamentares, Ministério Público, governo do Estado e dos próprios religiosos”⁵⁹.

Inconformados com a derrota, as associações e entidades de proteção e defesa dos animais partiram para uma nova disputa. Em 17/10/2004, protocolaram junto ao TJ/RS (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul), uma ADin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), solicitando a retirada do parágrafo único aprovado pelo governador para integrar o Art.2º da Lei Estadual 11.915/2003, ou seja, o Código Estadual de Proteção dos Animais, alegando sua inconstitucionalidade.

O vereador da câmara municipal de Porto Alegre, Beto Moesch⁶⁰, foi um dos pivôs para que a ADin fosse protocolada Junto ao TJ/RS. Marcou audiência com o Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Roberto Bandeira Pereira. Este ingressou com o protocolo, solicitando a retirada do ordenamento jurídico do parágrafo único do Art. 2º, da Lei 11.915/03, acrescentado pela Lei 12.131/04, e argumentando inconstitucionalidade da Lei por dois motivos. Primeiro porque a Lei 12.131/04 tratou de matéria penal, cuja competência legislativa seria privativa da União que possuiria legislação pertinente para julgar o caso, ou seja, a Lei Federal de Crimes Ambientais. Segundo, porque no seu entendimento, a Lei desrespeitava o princípio da isonomia previsto no Art.5º, caput da Constituição Federal, ou seja, se todos são iguais perante a lei, não se pode abrir exceções apenas para os cultos de matriz africana, pois estaria incompatível com a natureza laica do Estado, conforme o Art. 19, I da Constituição de 1988 (Possebon, 2007, p.93).

Finalmente, depois de cansativas batalhas judiciais, a comunidade afro-religiosa do Rio Grande do Sul pôde comemorar. Em 18/04/2005, a ADin foi julgada inconstitucional, porém, a vitória foi apertada. Dos 25 desembargadores que compõe o Órgão Especial do Tribunal de Justiça, apenas 14 votaram a favor da Lei 12.131/04, de autoria do dep. Edson Portilho. Nessa ocasião, assim como em todos os momentos de

⁵⁹ Essa referência está explícita numa cartilha eleitoral criada pelo Deputado Edson Portilho, intitulada: “Edson Portilho: o deputado que defendeu o direito de expressão religiosa de matriz africana”.

⁶⁰Atualmente o vereador Beto Moesch é Secretário Municipal do Meio Ambiente do Município de Porto Alegre.

decisão, os religiosos de matriz africana se mobilizaram e se fizeram presentes lotando as galerias do Tribunal de Justiça Estadual (Possebon, 2007, p.96).

Conforme Oro, essas vitórias só foram possíveis graças “à mobilização política levada a efeito conjuntamente por diferentes atores sociais”. Muitos destes tiveram papel decisivo para manter assegurados “os seus rituais de comunicação com o divino e, de acordo com a sua concepção religiosa, da mais forte oferenda que se pode fazer aos deuses, que é o sacrifício de animais” (Oro, 2006, p.143). As conquistas das batalhas travadas pelo Poder Público revelam que o direito e a garantia constitucional da liberdade de consciência e de culto não é algo que seja pacífico para as religiões de matriz africana (Oro, 2006, p.143). Contudo, a batalha ainda não terminou, pois as entidades de defesa dos animais ingressaram com uma nova ADin, dessa vez no STF (Supremo Tribunal Federal), após a interposição de recurso extraordinário pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul. Cabe agora ao STF apreciar e emitir parecer sobre a constitucionalidade da Lei 12.131/04 (Possebon, 2007, p.100). De qualquer modo, ficou evidente que o estigma, o preconceito e a discriminação em relação às religiões de matriz africana estão muito presentes na sociedade gaúcha, sobretudo quando alguns segmentos da sociedade se uniram para indiretamente, através do Código Estadual de Defesa dos Animais, tolher o direito de ‘sacralizar’ e sacrificar animais, prática comum e considerada fundamental em seus rituais de comunicação com o transcendente.

2. OS CANDIDATOS RELIGIOSOS NO RIO GRANDE DO SUL NAS ELEIÇÕES DE 2006

A linha que separa o político do religioso no Brasil tem se tornado muito tênue, sobretudo nas últimas décadas com o avanço da religião evangélica na esfera pública. Percebe-se “uma penetração ou reabertura dos espaços públicos – institucionalizados ou não – à ação organizada de grupos e organizações religiosas (...)” (Burity, 2001, p.29). As igrejas e organizações religiosas voltaram a público, ganharam visibilidade na sociedade e, através disso, procuram manter “interlocução com as autoridades civis e políticas, publicam manifestos”, organizam grandes concentrações públicas de fiéis e apóiam abertamente candidatos a cargos eletivos (Burity, 2001, p.33).

Desde a abertura democrática no Brasil, temos assistido, a cada eleição, o aumento do número de candidatos a cargos eletivos, sobretudo ao legislativo. Como já foi explicitado no capítulo anterior, nota-se, entre esses candidatos, número expressivo de agentes religiosos, sejam eles líderes carismáticos ou apenas membros de alguma instituição religiosa (Oro, 2007, p.7). Por ocasião do pleito eleitoral, eles costumam expor a sua condição e o seu vínculo religioso com a intenção de aproximar os fiéis de sua candidatura, obter o apoio da instituição religiosa à qual pertencem e, assim, formar uma base eleitoral de apoio religioso.

Como veremos adiante, alguns candidatos conseguem obter esse apoio com o poderoso auxílio das instituições religiosas às quais pertencem, pois algumas igrejas “não deixam de se fazer presente no campo político, mobilizando-se na perspectiva de eleger seus representantes” (Oro, 2004, p.10). Esse é o motivo pelo qual muitos candidatos que não possuem um vínculo religioso forte, por ocasião das eleições buscam aproximar-se de grupos religiosos, principalmente dos pentecostais, afro-brasileiros e espíritas, visando tentar ampliar seu eleitorado.

Segundo Oro, em uma pesquisa realizada com vereadores da capital gaúcha e deputados estaduais do Rio Grande do Sul, muitos afirmaram que sua aceitação social aumenta quando expressam publicamente algum vínculo religioso. A seu ver, o fato de a maioria dos políticos gaúchos entrevistados terem se pronunciado em favor do vínculo entre religião e política, “centraliza-se no reconhecimento do forte peso que a religião, sobretudo o catolicismo, detém na formação histórica do Rio Grande do Sul e do Brasil, que chegou a moldar culturalmente as identidades regional e cultural” (Oro, 2001, p.167).

Muitos candidatos religiosos aproveitam o fato de estarem vinculados a uma determinada igreja ou religião para galgar espaços de poder na política em nome da sua fé. Uma vez eleitos, saem em defesa da ordem social, da moral cristã e dos bons costumes e, não raro, brigam pela legitimação e pelo reconhecimento daquilo que prega a sua doutrina religiosa como sendo algo universal e que deve ser aceita por todos os cidadãos. Um exemplo foi a tentativa do ex-deputado federal pelo Rio grande do Sul Pastor Reinaldo (PTB), pertencente à Igreja do Evangelho Quadrangular, que, em 09/05/2006, apresentou uma proposição requerendo junto ao Executivo e ao Ministério da Educação, a distribuição de, no mínimo, um exemplar do Novo Testamento nas escolas públicas de todo o país. Veja-se a redação de sua proposição:

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação:

Considerando que o Ministério da Educação, por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), distribui gratuitamente, a cada ano, mais de 120 milhões de livros para todos os alunos das oito séries da rede pública de ensino fundamental e para parte dos alunos da rede pública de ensino médio; Considerando que o custo das edições comercializadas no País é muito alto e que o acesso a bibliotecas públicas é ainda limitado, as obras distribuídas pelas escolas públicas são, incontáveis vezes, os únicos livros a que alunos carentes e suas famílias têm alcance;

Considerando que, em virtude da impossibilidade de pagar por um exemplar, a despeito de o Brasil ser um país cristão, a maioria das crianças e adolescentes brasileiros jamais tiveram contato com a Bíblia ou com o Novo Testamento – livros de regra e fé que norteiam nossa sociedade, nossos costumes e influenciam profundamente a cultura nacional;

Considerando que distribuição gratuita de edições populares do Novo Testamento em todas as escolas oficiais já foi política pública de grande alcance neste País, à época do Governo João Batista Figueiredo;

Considerando que a leitura da Bíblia, ou do Novo Testamento, propicia contato com princípios éticos e morais e com valores cristãos de importância fundamental para o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania – tarefas primordiais da educação brasileira, como determina o art. 206 da Constituição Federal;

Vimos propor a inclusão, a partir de 2007, do Novo Testamento no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e no Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), para que a ele tenham acesso todos os alunos das escolas públicas brasileiras.

Sugerimos, ainda, que a escolha da edição e a definição do quantitativo de exemplares a ser adquirido seja feita pelas próprias escolas, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de Educação, de acordo com os critérios estabelecidos por esse Ministério. Aguardamos o acolhimento de nossa sugestão, com a certeza de que a preservação dos valores maiores de nossa sociedade – o respeito pela pessoa humana, a proteção à família e aos princípios que representa – neste momento, depende apenas da sensibilidade sobre a importância e o significado do acesso de cada brasileiro aos princípios éticos e aos valores cristãos.⁶¹

⁶¹ Proposição 8897/2006 de autoria do ex-deputado Pastor Reinaldo (PTB/RS). Fonte: www.camara.gov.br. Pesquisado em 03/02/2008.

Esta foi uma tentativa, entre tantas outras realizadas por políticos evangélicos, de tentar impor para o conjunto da população algo que é particular do seu credo religioso. A proposição foi arquivada por sua inconstitucionalidade, visto que fere o artigo 5º da Constituição que, entre outras coisas, defende a liberdade de consciência e de crença de todos os cidadãos. Nesse caso, se a referida proposta fosse aprovada haveria discriminação às demais crenças religiosas existentes no país. Em seu pedido, pastor Reinaldo alega ser o Brasil um país de maioria cristã.

Embora o Estado brasileiro seja juridicamente laico, como afirma Mouffe, “na medida em que atuem nos limites constitucionais, não há nenhuma razão porque os grupos religiosos não devam intervir na arena política para debater a favor de ou contra certas causas” (Mouffe apud Burity, 2001, p.37). E é isso que membros, agentes e instituições religiosas vêm fazendo no âmbito da esfera política. Cada vez mais veremos a participação e o engajamento dos mesmos no campo da política. Para Burity, “os partidos e candidatos que não levam os grupos religiosos em seu discurso e estratégia correm sério risco de se complicarem ou inviabilizarem eleitoralmente” (Burity apud Oro, 2004, p.9).

Em 2006, o panorama eleitoral da participação de religiosos na política, já observado em outras eleições, se repetiu. Agentes religiosos e as próprias instituições religiosas se mobilizaram para conquistar cadeiras na Assembléia Legislativa gaúcha ou na Câmara Federal. Por ocasião das eleições majoritárias de 2006, acompanhei a atuação de candidatos que tornaram público o seu vínculo religioso durante a campanha eleitoral no Estado do Rio Grande do Sul. A observação ocorreu mediante a consulta sistemática das *home-pages* do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e do TRE (Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul) e da visita a partidos políticos e a templos religiosos. Consultei funcionários de partidos políticos, visitei algumas igrejas e participei de shows gospel e cultos religiosos, a fim de descobrir e entrevistar candidatos até então desconhecidos. Também assisti à propaganda eleitoral gratuita de rádio e televisão para identificar candidatos.

Ao todo identifiquei 67 candidatos que empregaram sua identidade religiosa como atributo político para conquista de votos e, realizei 27 entrevistas no período que antecedeu as eleições e no período pós-eleitoral imediato. Destas, somente três não foram com candidatos religiosos, a saber, o pastor Carlos Dreher, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, o Pe. Roberto Paz, responsável pelo setor de comunicação da Arquidiocese de Porto Alegre e promovido a bispo diocesano em

dezembro de 2007, e Dom Dadeus Grings, Arcebispo da Arquidiocese de Porto Alegre. O que motivou estas três entrevistas⁶² foi procurar desvelar, através dessas lideranças eclesiais, seu posicionamento frente a questões políticas e ao fato de não apoiarem candidatos ou lançarem membros do clero a cargos eletivos.⁶³

Pela Igreja Universal do Reino de Deus, foram entrevistados o Pastor Carlos Gomes e o Bispo Paulo Roberto, ambos candidatos oficiais da igreja, e o pastor Sérgio Peres, que até 2007 era deputado estadual. Peres registrou seu nome junto ao Tribunal Regional Eleitoral como candidato à reeleição, mas, por deliberação interna da Universal, acabou apenas apoiando a candidatura do pastor Carlos Gomes, que saiu vitorioso nas urnas e lhe sucedeu na Assembléia Legislativa. A candidata Adi de Brum, que disputava uma vaga para a Assembléia Legislativa e, se dizia adepta da Igreja Universal também foi entrevistada.

A Assembléia de Deus do Rio Grande do Sul não oficializou candidatos nas eleições de 2006. Contudo, a maior parte dos candidatos evangélicos no Estado pertenciam a essa denominação. Segue o nome dos candidatos assembleianos entrevistados que concorreram a uma cadeira na Assembléia Legislativa: Atacílio Fortunato (PP), Alisson Steinbrenner (PP), Willis Taranger (PSC) e Nelson Moraes (PMDB), evangelistas no municípios de Camaquã, Porto Xavier, Porto Alegre e Campo Bom, respectivamente. Este último também é vereador e atual presidente da Câmara Municipal de Campo Bom. O Pastor Edemar Vargas (PTB) já era deputado estadual e concorreu à sua 5.^a reeleição consecutiva. Já o Pastor Roberto Nogueira (PTB), entrevistado na cidade de Carazinho onde é vereador, concorreu à Câmara Federal, juntamente com o assembleiano Enio Antônio Souza (PSDC), do município de Sapucaia do Sul.

Foram seis os candidatos que concorreram em nome da Igreja do Evangelho Quadrangular, contudo foi possível entrevistar somente três: O Pastor Uberani Barbosa

⁶² Não foi possível realizar entrevistas com lideranças eclesiais de igrejas evangélicas devido ao tempo. No entanto entrevistei um número considerável de candidatos evangélicos que possuíam o carisma de líder religioso em muitas denominações.

⁶³ É importante destacar que três candidatos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil elegeram-se deputados federais, sem utilizarem a categoria “candidatos luteranos” ou “candidatos religiosos” em suas respectivas campanhas. Foram os deputados Luis Carlos Heinze (PP), Onyx Lorenzoni (DEM) e Júlio Redecker (PSDB), falecido em acidente aéreo no ano de 2007. Na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, tivemos três candidatos que pertencem à Igreja Católica, mas não empregaram categorias religiosas em suas campanhas no último pleito eleitoral. Dois deputados reeleitos, pertencentes ao Partido dos Trabalhadores: Dionilso Marcon e Elvino Bohn Gass. O outro candidato é Miki Breier, ex-seminarista, ex-vereador de Gravataí e militante de movimentos da Igreja Católica. Miki elegeu-se deputado estadual pela primeira vez pelo PSB.

(PTB), concorreu a deputado estadual e foi o candidato oficial da denominação. O Pastor Luiz Rogério Muzel (PTB), filho do ex-deputado Manoel Maria, também concorreu à Assembléia Legislativa à revelia da igreja. Outro candidato não oficial foi o obreiro Adão Owicki (PV), pertencente à igreja no município de Charqueadas, que concorreu a uma cadeira na Câmara dos Deputados.

As igrejas Batista Betel e Batista Filadélfia também contaram com candidatos. Foram entrevistados Cláudio Conceição (PSDB), da Igreja Batista Filadélfia de Porto Alegre, e Airton José de Souza (PSDB), vereador na cidade de Canoas e membro da denominação. No município de Tapes entrevistei o ex-vereador Martinho Santos (PL), pertencente à Igreja Batista Betel. Os três candidatos pleitearam uma cadeira na Assembléia Legislativa.

Candidatos evangélicos de outras denominações religiosas também foram entrevistados: Pastor Elói Adam Aires (PSDC), da Igreja Pentecostal Cristã, de Santa Maria, concorreu a deputado federal. O Pastor Almir Guedes (PL), da Igreja Sara Nossa Terra, em Caxias do Sul, e a obreira Nelsa Ribeiro (PL), da Igreja Internacional da Graça de Deus, em Porto Alegre, concorreram a uma cadeira na Assembléia Legislativa.

Entre as religiões de matriz africana, apenas um candidato explicitou seu vínculo religioso. Foi o pai-de-santo Tony de Exu Rei ou Tony de Oxum (PTB), como ficou conhecido na divulgação de sua candidatura para deputado estadual. Apesar de várias tentativas de entrevistá-lo, o mesmo não foi localizado. Já o ex-deputado Edson Portilho (PT), que concorreu à reeleição pela segunda vez, declarou, em entrevista, ser apenas simpatizante das religiões afro. No entanto, por ocasião das eleições lançou uma cartilha intitulada “Edson Portilho: o deputado que defendeu o direito de expressão religiosa de matriz africana”⁶⁴, visando conquistar votos dos adeptos e praticantes desse segmento religioso.

Os candidatos entrevistados que se identificaram como católicos foram Sadi Cordeiro (PV), pároco na cidade de Rio Grande, que se licenciou de suas funções eclesiais por ocasião das eleições e que, ao não se eleger deputado estadual, mudou-se posteriormente para o Estado do Amazonas para realizar serviços missionários. Em Porto Alegre, concorreu a deputado federal o vereador João Carlos Nedel (PP), membro ativo de vários movimentos católicos. Outro entrevistado foi o candidato a deputado

⁶⁴ Os motivos pelos quais o deputado Edson Portilho defendeu o direito de expressão religiosa das religiões de matriz africana estão amplamente expostos no primeiro capítulo deste trabalho.

federal Juliano Paz (PSB). Ligado à Pastoral da Juventude e ex-vereador no município de Gravataí, é assessor parlamentar do deputado estadual Miki Breier (PSB).

Atualmente, onze candidatos que concorreram à Assembléia Legislativa ou à Câmara Federal exercem mandatos de vereador em municípios do Rio Grande do Sul. Destes, um é católico. Os demais são evangélicos.⁶⁵ Dos 67 candidatos, nada menos que 44 deles exercem cargos religiosos: são dois bispos evangélicos, 23 pastores, três presbíteros, doze evangelistas, dois obreiros, um padre, um pai-de-santo. O demais se enquadram como simpatizantes e membros: um simpatizante das religiões afro, cinco membros da Igreja Católica e 17 de igrejas evangélicas.

No site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), somente quatro candidatos que concorriam ao cargo de deputado estadual declararam oficialmente ter por ocupação o cargo de sacerdote ou membro de ordem religiosa. Apenas dois candidatos religiosos lograram ser eleitos para a Assembléia Legislativa. Trata-se do Pastor Carlos Gomes (PPS) e do Bispo Paulo Roberto (PTB), ambos da Igreja Universal. Entre os candidatos à Câmara Federal, somente dois registraram no TSE ter como ocupação o cargo de sacerdote ou membro de ordem religiosa. Apenas um candidato religioso teve êxito, elegendo-se deputado federal. Contudo, na identificação do candidato para a urna eletrônica vários apresentavam a descrição “Pastor”, “Pr”, “Bispo”, “Obreiro” ou “Evangelista”, junto a seus nomes. Dos 67 candidatos religiosos que disputaram uma vaga para deputado estadual ou federal, apenas seis tentaram a reeleição, mas nenhum obteve êxito. Boa parte dos demais candidatos participou do processo eleitoral pela primeira vez, sem ter experiência política prévia. Seis candidatos declararam ser natural de outros estados da Federação.

Em relação ao tipo de atividade ocupacional declarado no TSE, os candidatos pesquisados declararam possuir diferentes profissões. As que apareceram apenas uma vez foram as carreiras de administrador, médico, terapeuta, músico, alfaiate, agente administrativo, engenheiro, contador e arquivista (9 candidatos). Aparecem na lista também servidores públicos (3), professores (3), empresários (5), advogados (3), técnicos em contabilidade e agronomia (2), ocupante em cargo de comissão (1), estudante (1), comerciantes (3), representantes comerciais (3), aposentados (3). Nada

⁶⁵ Em dezembro de 2005, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul publicou uma revista intitulada “*Sondagem dos Vereadores: quem são os vereadores do Rio Grande do Sul?*”, na qual revelou que 83,1% dos vereadores gaúchos são católicos, 11,9% são evangélicos, 1,2% se declararam espíritas enquanto que só 0,10% disseram pertencer a alguma religião de matriz africana.

menos que 13 candidatos declararam possuir outras ocupações, o que nos impossibilita de classificá-los para fins de traçar o perfil profissional dos mesmos. Sete candidatos que concorriam a deputado expressaram ser sua ocupação a de parlamentar, como vereador. O mesmo ocorreu com 4 deputados que concorriam à reeleição. Conforme Oro, “este caso sugere que se trata de políticos que, além de viverem “para a política”, vivem “da política”, segundo a clássica proposta de M. Weber (1972)” (Oro, 2001, p.165).

A igreja que mais teve candidatos foi a Assembléia de Deus, somando 22 no total. Em segundo lugar, aparecem juntas as igrejas do Evangelho Quadrangular, Internacional da Graça de Deus e Universal do Reino de Deus, com 6 candidatos cada. A igreja Batista Filadélfia aparece com 3 candidatos, seguida pelas igrejas Batista Betel, Batista Brasileira e Adventista do Sétimo Dia, todas com 2 candidatos. As demais igrejas pentecostais somaram 4 candidatos. Um candidato não apresentou denominação religiosa. Foi Paulo Gouvêa que, em 2002, foi eleito deputado como pastor pela Universal, mas que concorreu sem denominação em 2006, sem obter êxito.

Igrejas históricas, como a Presbiteriana e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, tiveram um candidato cada. Um sacerdote da Igreja Católica decidiu concorrer e outros 5 membros lançaram-se candidatos. Já as religiões de matriz afro-brasileira tiveram como candidatos um pai-de-santo e um simpatizante.

Do total de 67 candidatos religiosos, apenas quatro eram mulheres, todas concorrendo como membros de alguma igreja. Esse fato denota a pequena presença da mulher na política apesar de a Lei Eleitoral obrigar os partidos políticos a distribuir suas candidaturas para, no mínimo, 30% de mulheres. Segundo a participação das mulheres em instituições religiosas, Maria das Dores Campos⁶⁶ afirma que:

“(…) é preciso lembrar que os evangélicos encontram-se entre os grupos religiosos que apresentam as maiores taxas de fiéis do sexo feminino em suas fileiras. Para ser mais precisa, a proporção de mulheres – 56% - é superior em cinco pontos percentuais à representação feminina na população brasileira – 51% –, e só perde para os espíritas, onde as mulheres representam 59,7% dos recenseados. Deve-se lembrar ainda que, em várias denominações pentecostais – IURD, Evangelho Quadrangular, Deus é Amor, etc -, a desproporção entre os homens e as mulheres mostra-se maior do que aquela encontrada no conjunto dos evangélicos, o que acaba por dar um rosto feminino ao pentecostalismo. (...) No que se refere à participação dos pentecostais na política eleitoral, registrou-se o aumento do número de mulheres nos distintos níveis do poder legislativo do Estado do Rio de Janeiro, mantendo-se porém, a preferência das lideranças religiosas pelas

⁶⁶ Sobre a questão de gênero e pentecostalismo, ver Maria das Dores Campos (2000), Clara Mafra (1998).

candidaturas masculinas e o controle dos homens na atuação política feminina” (Machado, 2005, p.2).

No Rio Grande do Sul nunca houve um representante do sexo feminino eleito para a Assembléia Legislativa e para a Câmara Federal advindo do meio pentecostal, do católico e de matriz africana. Já o Rio de Janeiro teve como representantes políticas uma governadora e uma deputada evangélica, Rosinha Garotinho e Benedita da Silva, respectivamente (Campos, 2002, p.127). A atual Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (PT), elegeu-se senadora pelo Acre como candidata evangélica da Assembléia de Deus.

Em relação aos critérios de escolaridade dos 67 candidatos gaúchos, 23 declararam ter o ensino médio completo, 18 disseram ter curso superior completo, seguidos de 07 com o ensino médio completo e sete com o ensino fundamental incompleto. Seis candidatos disseram ter superior incompleto e outros seis o fundamental incompleto. Essas diferenças observadas no processo de escolarização dos candidatos também estão muito presentes entre os seus fiéis como afirma Maria das Dores Machado. Segundo ela “em matéria de educação (...), os pentecostais se caracterizam por baixos níveis de instrução (...), uma vez que possuem sobretudo o curso de alfabetização de adultos, o antigo primário, o primeiro grau” (Machado, 2005, p.5). Para Ricardo Mariano a maioria dos pentecostais possui baixa escolaridade. Falando especificamente dos adeptos da Igreja Universal, ele afirma:

“Os adeptos da Universal não se restringem mais somente aos estratos pobres da população; encontram-se também nas classes médias, incluindo atletas, artistas, empresários e profissionais liberais. Ao lado e por meio disso, o pentecostalismo vem conquistando crescente visibilidade pública e reconhecimento social, aprofundando raízes nas mais diversas áreas da sociedade brasileira” (Mariano Apud Tavolaro, 2007, p.243).

De maneira geral, os candidatos encontram-se distribuídos em vários partidos políticos e compondo diversas alianças partidárias. A sigla que mais candidatos apresentou foi o PTB, num total de 16, seguido de perto pelo PL, com 11 candidatos. A distribuição de candidatos nos demais partidos ficou assim constituída: PSDB (7), PHS (4), PSC (4), PMDB (4), PSB (4) e PP (4). Em seguida surgem o PV (3), PSDC (3), PAN (3), PPS (2) e, por último, o PT, com apenas 1 candidato.

O Partido Liberal era tido como uma sigla que agregava grande parte de políticos da Igreja Universal⁶⁷ em todo o país. Desde o senador Marcelo Crivella (PRB/RJ),

⁶⁷ Até 2004, cabia ao deputado federal Bispo Rodrigues, da IURD, como representante político da instituição, escolher os candidatos da igreja que iriam concorrer a cada eleição, bem como distribuí-los

passando pelo ex-deputado Paulo Gouvêa, até o deputado estadual gaúcho, Sérgio Perez. Quando vários deputados federais, muitos pertencentes ao PL, foram acusados de envolvimento com lavagem de dinheiro e formação de quadrilha em um esquema de compra de votos conhecido como “mensalão”, durante o primeiro mandato do presidente Lula entre 2005/2006, muitos migraram para outras siglas.

Em meio à crise do “mensalão”, alguns dissidentes do PL ligados à igreja Universal, optaram por criar um novo partido. Inicialmente chamado de Partido Municipalista Renovador quando foi fundado em 2005, atualmente se chama Partido Republicano Brasileiro. No entanto, essa sigla já é motivo de polêmica, pois muitos dizem que as assinaturas de novos filiados foram colhidas nas portas dos templos da Igreja Universal. Segundo notícia divulgada pela *Folha Online*, de 28/11/2007, “o PRB foi o partido que mais cresceu em número de filiados entre os meses de setembro e novembro de 2007, segundo balanço do TSE. De 8.023 filiados em setembro, o partido chegou a 120.992 em novembro - um aumento de 1.408,06%.”⁶⁸ Segundo alguns analistas, o PRB teria nascido com uma forte tendência de reunir deputados evangélicos, sobretudo os da Igreja Universal, em uma única sigla.

Em face das denúncias acerca do esquema do ‘mensalão’, o PL do Rio Grande do Sul, presidido pelo então deputado bispo Paulo Gouvêa, decidiu manter-se cauteloso em relação às denúncias realizadas pelo dep. Roberto Jéfferson (PTB/RJ). Na época, o único deputado gaúcho do PL a se manifestar contra os denunciados foi Sérgio Peres, da Universal. Segundo ele, o presidente nacional do PL era uma pessoa muito “dura”, que ameaçava expulsar do partido quem não cumprisse suas ordens. Peres disse acreditar em 90% do que Jefferson revelou. Em torno da polêmica, ele acabou abandonando o PL e migrou para o PTB. O presidente estadual do PL no Estado, deputado Paulo Gouvêa, nega ter recebido ofertas em dinheiro em troca de apoio ao governo. Para ele, o

em partidos conforme o tipo de eleição. Mas a sigla preferida pela IURD era o PL (Partido Liberal) até a igreja afastar o Bispo Rodrigues de suas funções eclesiais, depois que a mídia denunciou sem envolvimento com Waldomiro Diniz, acusado de uma série de irregularidades junto a LOTERJ. Após seu afastamento, o Bispo Rodrigues perdeu o poder que tinha dentro da igreja, perdeu seu prestígio e seu carisma junto aos seus colegas bispos e pastores, bem como dos fiéis. Em 2005, conforme veiculação da *Folha Online* do dia 13/01/2005, a IURD começou a planejar a fundação de um novo partido político para se desvincular do PL, onde a Igreja estava perdendo espaço, devido ao crescimento da sigla partidária. Segundo o ex-presidente do extinto PL, Valdemar Costa Neto, a IURD defendia mais os seus interesses do que os do partido. O novo partido teria o nome de PMR (Partido Municipalista Renovador). Segundo a *Folha Online*, foram colhidas mais de 400 mil assinaturas fiéis da IURD, nas postas dos templos iurdianos, após os cultos. A partir de 2006 o partido passou a se chamar PRB (Partido Republicano Brasileiro).

⁶⁸ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u349352.shtml> Pesquisado em 07/10/2007.

‘mensalão’ estaria restrito a um pequeno grupo da cúpula partidária.”⁶⁹ Por isso, decidiu continuar à frente do partido no Rio Grande do Sul e concorrer como “cabeça de chapa” à reeleição em 2006, lançando vários outros candidatos religiosos, ligados sobretudo à Igreja Internacional da Graça de Deus. Com a derrota de todos os candidatos que concorriam pelo partido, inclusive do Deputado Paulo Gouvêa, o PL (Partido Liberal) deixou de existir no Rio Grande do Sul. Em nível nacional, o PL se desfez em 21 de dezembro de 2006, quando anunciou sua fusão com o PRONA, partido do deputado Enéas Carneiro⁷⁰, surgindo assim, o PR (Partido da República).

2.1. Os candidatos católicos

O Brasil permanece um país de maioria católica, por que, conforme Censo do IBGE de 2000 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em cada dez brasileiros sete se declararam católicos. O último Censo Demográfico apontou que 73,6% da população brasileira se declarava católica. Entre 2006 e 2007, o Instituto Datafolha⁷¹ realizou oito pesquisas nacionais, entrevistando 44.642 pessoas, sendo que 64% declararam ser católicas, o que significa uma queda de quase 10 pontos percentuais em sete anos.

O Estado do Rio Grande do Sul também apresentou suas peculiaridades em relação ao Censo Demográfico, conforme a pesquisa “Retratos das Religiões no Brasil”, realizada pela Fundação Getúlio Vargas e publicada, em parte, no Jornal *Zero Hora* de 17 de julho de 2005. Segundo os dados da FGV, o Estado se destaca por ter o município mais católico, o mais evangélico e o mais afro-brasileiro do país.

O município de Nova Alvorada abrange um percentual de 100% de católicos, segundo dados do próprio IBGE. Outros três municípios gaúchos aparecem com o mesmo índice de católicos: Nova Roma do Sul, União da Serra e Vespasiano Correa. Dos 14 municípios brasileiros que têm população católica superior a 99,5%, 13 são gaúchos, localizados entre a região serrana e o planalto médio do Estado. Estes índices podem ser explicados, em boa parte, pelas levas de imigrantes italianos, predominantemente católicos, que se instalaram nessas regiões a partir de 1875.

⁶⁹ Jornal *Correio do Povo*, 15/06/2005.

⁷⁰ O Deputado Enéas Carneiro (PR, ex-Prona) faleceu em 06/05/2007, em decorrência de uma leucemia, tipo de câncer que atinge o sangue.

⁷¹ http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=447 Pesquisado em 09/09/2007.

Contudo, segundo os dados do Censo Demográfico de 2000, a hegemonia católica está diminuindo devido ao elevado crescimento das denominações evangélicas, sobretudo a partir da década de 70. Em 1991, os católicos somavam 83% da população brasileira e os evangélicos apenas 9,1%. No Censo Demográfico de 2000, saltaram para 15,4%, enquanto os católicos caíram para 73%. Os seguidores de outras religiões, como espíritas, neo-cristãos, umbandistas, católicos brasileiros, budistas, islâmicos, hinduístas, adventistas, testemunhas de Jeová, judeus e outros, somaram apenas 3,6% de brasileiros. Já os que se declaram sem-religião subiram de 4,8% para 7,3%.

Uma parte da cúpula eclesiástica católica, na tentativa de frear o avanço pentecostal, apoiou e estimulou o avanço da Renovação Carismática Católica, movimento que cresceu rapidamente no Brasil utilizando a mídia eletrônica e grupos leigos de oração e lideranças carismáticas, como o formado pelo Padre Marcelo Rossi em São Paulo. No auge de seu sucesso midiático, programas televisivos de auditório, chegavam a disputar, aos domingos, qual deles iria exibir *flashes* das missas carismáticas do referido padre e cantor, que reunia mais de cinco mil fiéis a cada culto. Para fazer frente ao crescente número de evangélicos ocupando cadeiras na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, nas Assembléias Legislativas estaduais, em prefeituras e Câmaras de Vereadores espalhadas pelo país, alguns católicos (leigos, sacerdotes, freis, irmãos religiosos) decidiram concorrer a cargos eletivos, sem, contudo, ter o consentimento e o apoio da igreja oficial.

A Igreja Católica, por determinação oficial, não apóia candidatos políticos. A cada eleição, porém, a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) edita cartilha para orientar os fiéis, oferecendo “critérios de discernimento” e de “escolha dos candidatos” e orientações para a ação “à luz de princípios éticos e cristãos”.⁷² Nas “orientações”⁷³ de 2006, enfatiza a ética, as lutas por justiça social, a proteção da vida e do meio ambiente, a ampliação da participação popular nos debates e políticas públicas, a democratização do Estado, o combate à corrupção, às políticas de cunho neoliberal e instrui sobre as funções dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

No Rio Grande do Sul, um padre, Sadi Cordeiro (PV), e cinco leigos, Paulo Savaris (PMDB), Juliano Paz (PSB), João Carlos Nedel (PP) Dirceu Franciscon (PL) e Miki Breier (PSB), disputaram as eleições, empregando os termos “católico” e “católico

⁷² Os documentos da CNBB de 2002 e 2006 estão nos sites: www.cnbb.org.br e <http://www.adital.com.br>.

⁷³ CNBB. Eleições 2006: orientações da CNBB. Documentos da CNBB nº. 82. São Paulo : Paulinas, 2006, 64 p.

praticante” em seus santinhos. Os dois primeiros disputaram uma vaga na Assembléia Legislativa, enquanto os demais concorreram ao cargo de deputado federal. Apenas Miki Breier foi eleito para deputado estadual com 21.823 votos. Nedel, vereador de Porto Alegre e ministro da eucaristia, destacou-se por seu apetite e empenho para tentar cativar o eleitorado católico apelando para a defesa da moral, de valores e de princípios cristãos tradicionais. No material da campanha, invocou a reação da maioria católica para eleger cristãos contra a corrupção e a imoralidade, exclamando: “Nós, católicos, somos 80% do eleitorado brasileiro. É preciso acordar essa maioria silenciosa. Grande parte desse continente continua votando em candidatos anticristãos, os quais defendem o aborto, a eutanásia, a liberação das drogas e o casamento de homossexuais. Tudo contrário aos princípios da igreja”. Seu discurso conservador, sua vereança na capital e sua campanha entre os católicos, apesar de contar com o apoio implícito de muitos padres e bispos, contudo, não foram suficientes para elegê-lo. Obteve apenas 16.720 votos.

2.2. Perfil social dos candidatos católicos

Todos os candidatos católicos que concorreram em 2006 são do sexo masculino e são ativos na vida religiosa e política. Em geral possuem, instrução superior e fazem parte da classe média. João Carlos Nedel (PP) é vereador na cidade de Porto Alegre. Em uma de suas propagandas políticas por ocasião de sua candidatura a deputado federal, afirma “trabalhar para fazer da política o encontro dos valores cristãos com o bem comum”. Declara também ter um “passado limpo, sério e inatacável”. Identifica-se como católico praticante e afirma ser um dos vereadores que mais produzem na Câmara Municipal de Porto Alegre. Natural de Cerro Largo, veio para Porto Alegre em 1961, onde concluiu seus estudos em contabilidade e exerceu suas atividades profissionais em várias empresas, chegando a atuar como Diretor de Desenvolvimento da Secretaria do Desenvolvimento e de Assuntos Internacionais.

Em sua *home-page*⁷⁴, pode-se encontrar no seu perfil uma lista de associações e entidades que preside ou participa como membro. Afirma ser fundador e um dos coordenadores do Grupo de Vereadores Católicos de Porto Alegre. Declara ter um

⁷⁴ Fonte: www.nedel.com.br Pesquisado em 02/02/2008.

espírito agregador, solidário e associativo. É casado, pai de dois filhos e um ferrenho defensor dos direitos da família.

Juliano Paz, natural de Gravataí, casado, membro da Igreja Católica, foi vereador pelo PSB de 2001 a 2004. Reside em uma comunidade carente chamada Morada do Sol, no município de Gravataí, desde que nasceu. Foi presidente do Grêmio Estudantil quando cursou o ensino médio e, influenciado pelo deputado estadual Miki Breier, na época seu professor de filosofia, resolveu entrar para a política.

Apesar de a Igreja Católica desaconselhar membros do episcopado e do clero a participar da política partidária, sobretudo como candidatos, na condição de cidadãos, padres e bispos têm o “direito de participar ativamente da política e, como as demais pessoas, chegar ao exercício de funções públicas em favor de toda a comunidade” (Oliveira, 2002, p.278). Foi o que ocorreu com Sadi Cordeiro. Sacerdote católico, natural de Santa Maria, realizava suas funções eclesiais como padre na diocese de Rio Grande/RS, até licenciar-se para concorrer ao cargo de deputado estadual pelo PV. Pe. Sadi tem 40 anos, e orgulha-se de dizer que nasceu no dia 4 de outubro, dia de São Francisco de Assis, patrono da ecologia. Pe. Sadi se diz ecologista, militante das causas sociais, adepto da Teologia da Libertação, de movimentos sociais como o MST e da esquerda católica.

Num fato inusitado ocorrido na Câmara de Vereadores de Pelotas em 22 de janeiro de 2008, o vereador Cururu Insaurriaga (PV), seu colega de partido, em plenária durante a Sessão Representativa, vestiu-se com uma túnica branca e uma coroa de espinhos e realizou um suposto exorcismo para expulsar as energias negativas geradas pelo vodu que aparecera naquela Casa Legislativa dias antes. Sobre esse feito, Pe. Sadi teceu a seguinte crítica ao seu colega, através de uma mensagem enviada para a Secretaria Municipal de Comunicação do Partido Verde de Porto Alegre:

Estimada Amiga Sandra, me alegro por perceber que ainda há gente prudente e madura no PV, vossa pessoa. Continue protestando e alertando sobre atitudes infelizes como essa realizada pelo nosso irmão Cururu na Câmara Municipal de Pelotas. A meu ver, não como padre, mas como cidadão que quer uma política madura e séria, feita de atos pensados e prudentes, não posso aceitar como ato político essa infeliz atitude. Infelizmente a meu ver, teremos que amargar, engolir mais essa. Até a data de hoje sofremos preconceitos devido a “tanguinha”, e os comentários sobre a defesa da maconha”. A meu ver, não precisamos de tais atos para fazer o PV conhecido. Isso faz com que o povo nos veja como um partido de imaturos e loucos. Vamos sim fazer o PV ter seu verdadeiro sentido defendendo a vida aonde ela estiver ameaçada. Por exemplo, vamos somar na defesa da Amazônia, cada dia mais explorada por madeireiros e latifundiários. Vamos somar na luta contra o deserto verde, que a governadora Ieda está criando no RS. Entre tantas atitudes positivas que poderemos criar ou realizar para

promover o PV e a vida em meio ao nosso povo, principalmente os mais pobres, creio que esse ato não soma para ajudar o partido e muito menos o povo. Concluo sugerindo ao nosso querido Vereador Cururu, que um ato significativo, mais que limpar a Câmara de Vereadores de Pelotas dos espíritos maus, seria agrupar os ecologistas de Pelotas e região e fazer uma limpeza das ruas da cidade, ou do Canal São Gonçalo, que se encontra muito poluído e cheio de lixo, principalmente de garrafas plásticas...Seria um gesto concreto, nobre e realmente proveitoso. Com respeito e estima ao Cururu e a todos que o apóiam, sonho com um PV mais maduro do que esse teoricamente ecológico. Devemos nos colocar em Defesa da Vida antes de qualquer ato populista. Um Grande Abraço Verde a todos do PV-RS.⁷⁵

Atualmente, Sadi Cordeiro está residindo na periferia de Manaus, no Estado do Amazonas, onde exerce suas funções eclesiais como missionário junto a comunidades carentes.

2.3. Trajetória religiosa dos candidatos católicos

Em relação à trajetória religiosa dos candidatos católicos, diferentemente dos evangélicos que normalmente se convertem a determinada denominação religiosa em idade adulta, eles quase sempre já nascem em famílias católicas praticantes, recebem os primeiros ensinamentos na família, são batizados, freqüentam a Igreja e, posteriormente, integram-se a algum movimento religioso, seja ele Grupo de Jovens, de Casais, etc. Não raro, muitos freqüentaram e estudaram em seminários (casas de formação para o sacerdócio).

O vereador João Carlos Nedel (PP) orgulha-se de dizer que nasceu em berço católico, tendo recebido de seus pais a orientação e o acompanhamento na religião, o que, segundo ele, lhe valeu uma formação voltada para a solidariedade e o bem comum. Afirma ter participado em sua juventude de diversos movimentos da Igreja. Atualmente participa dos seguintes movimentos: Cursilhos de Cristandade, Encontros Paroquiais, Encontros de Família, Encontro de Casais com Cristo (ECC), Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), Movimento do Diálogo, Grupo de Vereadores Católicos e do Movimento Político pela Unidade. É ministro da Eucaristia e, na arquidiocese, foi membro do Conselho Econômico. Atualmente coordena o grupo de vereadores católicos de Porto Alegre e, em 2007, foi membro do Conselho Consultivo que preparou o Fórum da Igreja Católica no Rio Grande do Sul. Segundo Nedel,

“a missão do cristão é evangelizar em todos os campos e o campo da política é o que está precisando de maior atuação nesse setor. Evangelizar a política é

⁷⁵ Fonte: <http://www.grupos.com.br/group/pvrs/> Pesquisado em 08/02/2008.

um grande trabalho que a igreja precisa realizar e que a população toda precisa ter esses mandamentos do amor que Cristo nos deixou”.⁷⁶

A esse respeito, a CNBB, em seu documento sobre as eleições de 2006, contendo as orientações para seus fiéis, argumenta que a crise ética e política podem ser superadas e tornar-se ocasião de amadurecimento para as instituições democráticas do país, buscando a construção de um Brasil mais justo, solidário e onde impere o bem comum. Segundo o Catecismo da Igreja Católica, a política deve ter um compromisso com a verdade tornando-a “uma das mais altas expressões da caridade cristã. É a busca do bem comum, consistindo no respeito pela pessoa, na exigência do bem comum e na existência de uma ordem justa e duradoura”.⁷⁷ Segundo afirmação do Papa Bento XVI, a política deve ser uma missão específica para os fiéis leigos, que devem assumi-la enquanto cristãos, buscando trabalhar por uma ordem social justa, através de “funções legislativas e administrativas que se destinam a promover e organizar institucionalmente o bem comum”.⁷⁸

O candidato católico Juliano Paz (PSB) pertence à Igreja Católica desde o nascimento. Mora em uma comunidade da periferia de Gravataí, onde os Freis Franciscanos decidiram abrir uma comunidade e assumir uma paróquia. Conforme Juliano, foi lá que ele deu seus “primeiros passos” como católico praticante. Ele se diz um católico leigo, atuando em várias pastorais, sem cargo na comunidade, apesar de atuar como catequista durante mais de 8 anos, fazer parte de grupos de oração e de família, liderar grupos de jovens, ministrar cursos de batismo, entre outras atividades ligadas ao trabalho pastoral. Atualmente ele coordena a pastoral de comunicação na Comunidade Santa Rita de Cássia.

Sobre sua participação na comunidade católica, Juliano Paz assim se refere:

“minha comunidade é vinculada desde 1995 aos freis franciscanos e tem uma visão bastante progressista e avançada. O Padre que lá esteve anterior aos freis franciscanos já era muito ligado aos movimentos sociais, às pastorais sociais da Igreja Católica e que também desperta a sensação de que alguma coisa precisa ser feita não só dentro do templo, mas fundamentalmente na sociedade. Nós tínhamos vínculo com a Pastoral da Juventude, participávamos dos DNJs (Dia Nacional da Juventude), mas o nosso grupo tinha uma tarefa local, pois atuava ali dentro da comunidade e se relacionava com outros grupos da volta”.⁷⁹

⁷⁶ Entrevista realizada com João Carlos Nedel no dia 08/02/2007, em seu Gabinete, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

⁷⁷ CNBB. Eleições 2006: orientações da CNBB. Documentos da CNBB nº. 82. São Paulo : Paulinas, 2006.

⁷⁸ CNBB. Eleições 2006: orientações da CNBB. Documentos da CNBB nº. 82. São Paulo : Paulinas, 2006.

⁷⁹ Entrevista realizada com Juliano Paz no dia 20/12/2007, no Gabinete do deputado estadual Miki Breier.

O candidato Sadi Cordeiro (PV) é presbítero, ou seja, padre diocesano. Nascido e criado em família católica, ele conta que sua mãe foi a maior responsável pela sua formação na fé católica, fazendo com que todos na sua família tivessem uma participação eclesial e cidadã ativa. Sadi começou como catequista, mas não tinha idéia de seguir a vida religiosa. Aos 16 anos conheceu o PT e juntou-se aos fundadores para auxiliar na militância e fortalecimento do partido recém-criado. Aos 19 anos, passou a trabalhar na empresa de Correios e Telégrafos. Nessa época efervescia em sua mente as idéias marxistas e socialistas que havia aprendido por intermédio dos companheiros de partido e pela forte influência da Comunidade de Base na qual participava e, onde estavam instalados os freis capuchinhos que trabalhavam em sua paróquia. Nesse período, Sadi diz que seus ideais políticos, sociais e, seu vínculo com a igreja foram se solidificando. Ele afirma que sua fé ajudava a impulsionar seus sonhos e sua luta por uma sociedade mais justa. Contudo, sua militância na vida política era mais forte que seus vínculos eclesiais.

Nos correios, passou a fazer parte do sindicato e assumiu a coordenação da secretaria regional do sindicato dos correios de Santa Maria. A partir daí, aprofundou ainda mais sua militância, pois participava de vários eventos políticos e eclesiais. Dentre eles, o Encontro Nacional de CEBs que ocorreu em sua cidade. Foi amadurecendo seus ideais políticos e sua fé. Conheceu, então, uma congregação de padres missionários, os Combonianos, através de uma revista chamada “sem Fronteiras”. Foi convidado pelos missionários a iniciar uma caminhada de discernimento junto à congregação. A partir de 1992, ano em que entrou na congregação, ficou morando dois anos com os missionários em Curitiba. Nesse período foi convidado a fazer seus estudos no exterior, possivelmente nos EUA. Contudo, ainda tinha vínculos com a empresa de correios, por intermédio do sindicato. Resolveu parar com os estudos eclesiásticos. Mas com o aconselhamento do padre reitor, abandonou os missionários e encaminhou-se para a vida diocesana. Foi um tempo em que esteve afastado da vida política e partidária. Uma freira comentou que havia uma diocese que estava carente de sacerdotes, motivando-o a ingressar na diocese de Rio Grande para completar meus estudos. Completou os estudos de teologia em Pelotas, onde também participava discretamente da vida política no Partido dos Trabalhadores. Em 19 de março de 2000 foi ordenado padre. Daí em diante ocupou importantes cargos pastorais e também na direção de uma

escola. Foi nesse período que despertou para a possibilidade de concorrer a cargos eletivos.

2.4. Trajetória política dos candidatos católicos

As trajetórias políticas dos candidatos católicos variam conforme sua trajetória religiosa, sua ideologia política, os movimentos pelos quais participou na juventude e a influência que um determinado segmento da Igreja exerceu sobre sua caminhada como católico.

O candidato João Carlos Nedel começou sua trajetória política no extinto segundo grau, atuando no movimento estudantil, quando foi membro da USLE (União São-Luizense de Estudantes). Integrou o Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Econômicas durante o período que cursou a faculdade de contabilidade. Segundo ele, um encontro em que participou em 1985 ajudou a moldar sua consciência para alavancar sua participação na política partidária:

“Em 1985 eu participei do encontro de reflexão da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE). E lá teve duas palestras, entre outras. Mas duas que me chamaram muita atenção. É a responsabilidade social do cristão e a responsabilidade política do cristão. E aí eu me conscientizei que eu estava fazendo pouco até então, nesses dois setores. No campo social eu estava até realizando algumas coisas em um nível razoável de atuação, mas na política eu não tinha nenhuma atuação. E me conscientizei o quanto é importante participar dessa parte política porque tudo passa pela política. Por exemplo: o que a gente estuda, os impostos que a gente paga, o trânsito, a saúde, etc. Tudo é política. Então se os bons não estiverem na política, os maus vão tomar conta e vão tomar o espaço. Então um dos problemas sérios que nós temos na política é que os bons se omitem da política. E as vezes até se desencantam. Eu acho que tem algumas razões para desencantar, mas nós cristãos somos depositários da esperança. No momento em que nós cristãos, perdermos a esperança de fazer vigorar a esperança, então para que vivemos? Então, nós temos muita responsabilidade nesse setor de continuar dando esperança ao povo, à sociedade, lutando pelo bem comum. Então, acho que o cristão deve participar muito mais da política”.⁸⁰

Como católico, ajudou a fundar o PDC (Partido Democrata Cristão) no Rio Grande do Sul, sendo o seu vice-presidente regional. Em meio à reforma partidária e a fusão de partidos, na década de 90, o PDC fundiu-se com o PDS, formando o PPR, que um ano depois transformou-se no PP (Partido Progressista), uma das principais forças políticas de direita no Brasil. É ex-presidente da Associação de Vereadores do PP no Rio Grande do Sul e atualmente é um dos membros dos Diretórios Regional e

⁸⁰ Entrevista realizada com João Carlos Nedel no dia 08/02/2007, em seu Gabinete, na Câmara de vereadores de Porto Alegre.

Metropolitano, além de fazer parte da Executiva Estadual do partido. Em 1994, Nedel decidiu concorrer a deputado estadual. Com 7.200 votos não conseguiu se eleger, mas disse ter contribuído muito com a legenda do partido. Em 1996 foi eleito vereador de Porto Alegre, com 5.107 votos, tendo significativa participação de votos do eleitorado católico. Em 2000 foi reeleito vereador com 6.039, mais uma vez com o auxílio expressivo do voto católico. Em 2002, colaborou com seu partido e concorreu como candidato a primeiro suplente de José Hugo Mardini (PPB), que disputava uma vaga ao Senado Federal, não obtendo êxito. Em 2004 mais uma vez concorreu à reeleição pela segunda vez, saindo-se vitorioso novamente, com 6.787 votos. Em todas as eleições de que participou, ele atribuiu 60% dos seus votos aos movimentos católicos nos quais participa. Em 2006, sob o pedido insistente do presidente de seu partido, Francisco Turra, ele decidiu concorrer ao cargo de deputado federal, quando obteve 16.720 votos. Mesmo sendo a maior votação por ele já obtida em todas as suas candidaturas, o número de votos não foi suficiente para conduzi-lo a uma cadeira na Câmara Federal.

Juliano Paz, candidato pelo PSB, teve sua trajetória política marcada pelo envolvimento no movimento estudantil e no movimento católico social, onde a maioria era ligada ao PT (Partido dos Trabalhadores), mas ele optou por filiar-se ao PSB. Segundo ele, sua chegada na política tem a ver com a questão religiosa. Juliano assim se expressa sobre sua gênese na vida política:

“Eu descobri a necessidade de fazer política com a militância no grupo de jovens que eu coordenei durante três anos, em que nós realizávamos vários trabalhos e ações comunitárias em função da vida, da comunidade, da construção de um mundo justo e fraterno, através das pregações dos valores cristãos. E nós vimos que as muitas coisas que nós queríamos fazer travavam nos órgãos oficiais, às vezes por falta de alguém que nos ajudasse a abrir uma porta, descobrir um caminho”.⁸¹

Essas foram as razões que projetaram Juliano no universo da política. Em 1996, com apenas 18 anos concorreu a vereador, pela primeira vez no município de Gravataí. Contudo, não foi eleito. Mas em 2000, concorrendo pela segunda vez, conquistou uma cadeira na Câmara de Vereadores. Em 2006 decidiu concorrer ao cargo de deputado federal sabendo que suas chances de eleger-se eram mínimas. Contudo, ele queria contribuir com seu partido para que o mesmo ultrapassasse o número de votos necessários para alcançar a chamada cláusula de barreiras, tamanha a dedicação e paixão que nutre pelo PSB. Ele diz ser filiado ao PSB desde 20 de setembro de 1995. E foi nesse partido que ele vislumbrou a possibilidade de fazer valer seus princípios de

⁸¹ Entrevista realizada com Juliano Paz no dia 20/12/2007, no Gabinete do deputado estadual Miki Breier.

cristão sem que isso interferisse em sua ideologia socialista. Ou seja, ele declara perfeitamente possível aliar a ideologia socialista ao credo cristão. Juliano Paz garantiu aos dirigentes do partido que alcançaria cerca de 3.000 votos, mas acabou obtendo 4.880. Porém, não se elegeu. A maior parte dos votos foram conquistados dentro de sua própria comunidade religiosa, no município de Gravataí.

O padre Sadi Cordeiro iniciou sua trajetória política aos 16 anos de idade. Segundo ele, sempre que podia participava de alguma forma de manifestação política, desde a chamada “panfletação”, divulgação de candidatos, até a participação em comícios e apoio direto a candidatos que tinham vínculos, caminhada pastoral e eram filiados ao PT (Partido dos Trabalhadores). A maior parte da sua vida política ocorreu dentro do PT. Hoje ele está filiado ao PV, no qual procura aliar sua vida pastoral à atividade política ligada aos movimentos sociais ou às realidades de vulnerabilidade social. Padre Sadi chegou a ser Secretário de Assistência Social, Habitação e Trabalho, no município de Mostardas-RS. Na ocasião, segundo ele, percebeu que desenvolvendo um trabalho ético era possível transformar e criar políticas públicas pensando no bem comum. Decidiu, então, concorrer a cargos eletivos, pois imaginava que, com uma posição política favorável, como um cargo público, poderia ajudar na transformação de muitas realidades sociais através de projetos socializantes e políticas públicas. Contudo, como padre diocesano, Sadi Cordeiro sabia de um problema que lhe acompanhava e que ele próprio relata:

“A maioria dos católicos não gosta de ter o padre envolvido em questões políticas ou com vínculo partidário. No contexto que vivemos, sobretudo com esse cenário político, a política partidária e o próprio político representam para o povo algo sujo, impuro, sem ética. Portanto na ótica do povo, o padre sendo chamado à santidade, deve estar longe desse mundo. O povo quer ver e ter o padre como alguém imaculado. Nesse prisma entram as questões de celibato e outras realidades onde o mundo está corrompido e do qual o padre deve ficar bem longe”⁸²

Nos últimos anos, aumentou o número de padres filiados a partidos políticos e que, em épocas eleitorais, concorrem como candidatos a cargos públicos. Isso tem gerado polêmica e, não raro, mal-estar na hierarquia da instituição e até entre fiéis ou paroquianos que defendem que padres não devem se filiar a partidos políticos, muito menos se colocarem à disposição dos mesmos para exercer funções públicas. Mas há também grande número de católicos que defende a presença dos padres “nesta espécie de ‘areópago’ moderno, assim como se considera algo normal a atuação direta do padre

⁸² Entrevista realizada com o Padre Sadi Cordeiro, via e-mail, em dezembro de 2007.

em outros espaços, como a educação, a mídia, a jurisprudência e assim por diante” (Oliveira, 2002, p.260).

Diante de tal situação, pode-se afirmar que não existe uma posição unânime no episcopado. Mesmo os bispos mais conservadores, que costumam impor posições duras e proibitivas, muitas vezes não conseguem impedir que determinados sacerdotes se envolvam diretamente com a política partidária candidatando-se a cargos públicos. Além disso, o próprio Direito Canônico é favorável que isso aconteça, quando a juízo da autoridade eclesiástica competente, desde que seja para defender os direitos da Igreja ou para promover o bem comum. Assim, poderiam os clérigos assumir funções públicas na política partidária. “Na própria tradição da Igreja Católica há vários exemplos de bispos e de padres que, em determinadas situações, assumiram, até de forma permanente, o exercício de funções públicas do poder cível” (Oliveira, 2002, p.261).

No caso da candidatura do Pe. Sadi Cordeiro, ele afirma que não enfrentou qualquer posição contrária de seus superiores à sua candidatura. Segundo ele, seus colegas de vocação e seu bispo, com alguns pesares, respeitaram o fato de ele se lançar candidato. Contudo, ele alega não ter recebido nenhum auxílio econômico, material ou moral, por parte da Igreja em apoio à sua candidatura. Mas também salienta que todos respeitaram sua opção.

2.5. Igreja Católica: orientações aos fiéis no universo da política

A CNBB, as dioceses e até mesmo as paróquias estão sempre atentas aos acontecimentos políticos. A cada pleito eleitoral a CNBB lança cartilhas ou documentos para orientar os fiéis para o voto ético, através de métodos pedagógicos que ficaram conhecidos na década de 70 como o “Ver, Julgar e Agir”. Também incentiva o leigo a participar da política partidária de uma maneira mais direta e concreta, concorrendo a cargos políticos, tendo em vista sempre os valores da doutrina social da Igreja e do bem comum.

Um fenômeno social que perpassa os limites continentais é o descrédito generalizado que acomete o universo da política em todo o mundo. Parece que a política não desperta mais paixões como em décadas anteriores. Hoje parece que os cidadãos costumam dar muito mais valor ao futebol, a novelas, programas de televisão, jogos e tudo que possa exercer uma certa atração sobre os mesmos na chamada “sociedade do espetáculo”. E, nisso, “os católicos manifestariam exatamente o fenômeno comum a

todos. Seriam fiéis representantes da cultura dominante da América Latina. Porém, não se pode aceitar que os católicos sejam cópias fiéis da cultura dominante” (Comblin, 1998, p.272).

Um dos motivos de baixa participação do clero na política começa pelos ditames da doutrina católica oficial que afirma ser missão do episcopado e do clero somente o atendimento espiritual e religioso, buscando animar espiritualmente os leigos. O Sumo Pontífice dirige e define a política da Igreja, realiza visitas oficiais a outros países e é recebido sempre por chefes de Estado, realiza discursos e apelos aos povos. Nesse sentido, ele estaria realizando o papel reservado aos leigos. Segundo Comblin, “quem pratica a política é o Papa, e os leigos são chamados para prolongarem sua política. Nem aos episcopados é lícito tomar iniciativas distintas daquelas que são tomadas pelo Papa. Os bispos são puros repetidores” (Comblin, 1998, p.272). Para Comblin, a Igreja Católica,

“exige posição privilegiada em relação às outras religiões – exige ser tratada na América Latina como a religião nacional, deixando que as outras sejam apenas toleradas. Nem sempre consegue todas essas vantagens, mas luta para consegui-las. Mobiliza os leigos para que o Estado conceda tais vantagens à Igreja Católica” (Comblin, 1998, p.273).

Os leigos, por sua vez, sabem que a Igreja os convoca e estimula a participar da política quando é necessário defender seus interesses institucionais e mantê-la em posições sociais privilegiadas. Esse interesse toma visibilidade em discursos e cartilhas lançados pelo episcopado, orientando o clero a não concorrer a cargos políticos, ensinando os fiéis a escolher de forma “ética” seus candidatos, quando não incita os católicos a assumirem posições de candidatos políticos. Segundo afirmação do Pe. Sadi Cordeiro (PV):

“Na Igreja Católica, o exercício da cidadania acontece através da participação política partidária dos leigos, orientando-os, a partir da fé, a contribuir, através da política, na transformação da sociedade. Para o bem da Unidade da Igreja e de acordo com a suas normas gerais, ela orienta que os padres não se filiem a partidos políticos e tampouco se candidatem a cargos públicos. Cabe aos padres e religiosos criar núcleos de reflexão política e social em suas paróquias estimulando a um bom discernimento a votar em candidatos que defendam a vida e o bem comum. A Igreja Católica jamais se expressa com apoio oficial a algum candidato, mesmo sendo ele bispo, padre ou religioso”.⁸³

⁸³ Entrevista realizada com o Padre Sadi Cordeiro, via e-mail, em dezembro de 2007.

Em relação a esses núcleos de discussão, a Igreja Católica possui 27 escolas de Fé e Política⁸⁴ espalhadas pelo Brasil. Em Porto Alegre, conforme afirma o Padre Roberto Paz, responsável pelo setor de comunicação da Arquidiocese e pela Pastoral dos Políticos, existe a Escola do Bem Comum, comprometida em reunir o clero e principalmente os católicos políticos e leigos, para discutir questões sociais e políticas, procurando chegar a um discernimento mais apurado sobre os valores e a Doutrina Social da Igreja e orientar a formação de futuros candidatos a cargos públicos e de líderes de conselhos paritários municipais. Lideranças que devem estar presentes nas associações de bairro e em suas comunidades e possam colaborar para construir uma democracia participativa. Conforme o Pe. Roberto Paz,

“a forma de mostrar a hegemonia da Igreja ou defender só os seus direitos em relação à sociedade civil não é, por certo, a forma que o Concílio Vaticano II nos coloca. A Igreja deve ser servidora. Como ela se coloca servidora da sociedade civil, o mais correto é que ela só forneça lideranças que estejam bem preparadas no sentido da ética, do bem comum, com instrumental para, realmente, criar uma sociedade mais justa e mais fraterna, através da política partidária e de outros setores da sociedade. Pois, o candidato cristão não é aquele que simplesmente defende a Igreja face à sociedade civil, mas é aquele que, na sociedade civil, age de acordo com critérios cristãos”.⁸⁵

Ele critica as igrejas evangélicas que, durante a formação da Assembléia Constituinte Nacional, em 1987, ajudaram a formar o chamado Grupo Democrático também conhecido como “centrão”, que reunia parlamentares do PMBD, PFL, PDS, PTB e de outros partidos menores, representantes de diversos segmentos sociais. Aí se encontravam os representantes mais conservadores da sociedade e, entre eles, a maior parte dos deputados evangélicos, que procuravam defender seus interesses e de suas instituições religiosas. Cita ainda o caso de muitos deputados evangélicos que concorriam à reeleição em 2006, mas não foram reconduzidos às suas cadeiras de deputado em razão das acusações de corrupção que pesaram sobre eles nas últimas eleições, sobretudo com o envolvimento de muitos no escândalo que ficou conhecido como “sanguessugas”.

Roberto Paz menciona a política como a arte e a ciência do bem comum, uma política de comunhão. E, para que possa haver respeito ao leigo e à sua liberdade de consciência, a Igreja não deve exigir que o cristão vote neste ou naquele candidato, pois isso seria uma forma de crime eleitoral e estaria contra os princípios da liberdade

⁸⁴ Para saber mais sobre as escolas, acessar a *home-page* do Centro Nacional Fé e Política ‘Dom Hélder Câmara’ – CEFEP <http://www.cefep.org.br/escolasfeepolitica/> ou www.cnbb.org.br.

⁸⁵ Entrevista realizada com o Pe. Roberto Paz, em fevereiro de 2007, nas dependências da Paróquia Nossa Senhora da Paz, em Porto Alegre.

religiosa. A prática de certas instituições religiosas de forçar seus fiéis, mesmo que de forma simbólica, a votarem num determinado candidato não levaria a uma responsabilidade cívica e, certamente, reproduziria mecanismos de dominação do fiel leigo. A Igreja Católica não costuma se posicionar desta forma, até porque, como afirma Dom Dadeus Grings⁸⁶, arcebispo da Arquidiocese de Porto Alegre, a Igreja Católica se posiciona pelo bem comum e busca a liberdade de expressão dos católicos e dos cristãos em geral. Segundo ele,

“Os bispos lançaram em 2006 um documento para as eleições gerais no país, buscando dar a sua orientação aos fiéis em relação aos problemas sociais, políticos e em relação à corrupção. Orientar da importância que tem trabalhar na política e lutar pelo bem comum. E aí, é claro, com a porção de problemas que existem na política. Então, é preciso evitar esses abusos, como a corrupção e tantos outros problemas políticos que nós enfrentamos. A Igreja olha pelo bem comum e tem credibilidade para isso, porque ela não visa cargos. A Igreja não é partido. Os partidos estão sempre disputando cargos públicos ou eleitorais. Quer dizer, eles querem ser eleitos, então, eles têm propostas. Quando alguém vai ser candidato, costuma fazer promessas e tentar cumpri-las. A Igreja Católica, como não tem nada disso, então tem muito mais a dizer. Por isso que ela também faz questão de não tomar partido entre os partidos políticos. A Igreja não é um partido a mais. E também não quer que seus líderes, ou seja, o clero, tanto os padres como os diáconos, se envolvam na política. Até para os diáconos que querem concorrer, existe uma exceção no direito canônico. Mas aqui no Brasil, os bispos decidiram optar que os diáconos seguissem a mesma norma dos clérigos, ou seja, não podem ser candidatos. Exatamente para a sociedade não dizer que a Igreja é interesseira e quer cargos políticos. A Igreja tem a sua missão própria e específica”.⁸⁷

Segundo Dom Dadeus, a Igreja se interessa pela política, porque, como afirmava o Papa João Paulo VI, ela é um meio excelente de praticar a caridade e lutar pelo bem comum. Ao contrário de muitos deputados evangélicos, que, conforme ele, envergonharam suas igrejas e seus fiéis envolvendo-se em escândalos e sendo acusados de corruptos, a Igreja Católica luta por princípios e não por barganhas. Os atos ilícitos dos deputados evangélicos comprometeram a sua credibilidade frente à sociedade e até mesmo seus fiéis e fez com que, nas últimas eleições, diminuísse o número de representantes evangélicos na Câmara Federal. A Igreja Católica opõe-se a esses

⁸⁶ Além dos já mencionados Documentos da CNBB e Cartilhas Eleitorais elaboradas pelas Pastorais Sociais da Igreja Católica e Luterana, cabe mencionar que o Arcebispo Dom Dadeus Grings lançou cartilha Eleitoral por ocasião das eleições gerais de 2002, onde sugere que “a campanha eleitoral deve tornar-se uma excelente escola de educação cívica e renovar a esperança do povo”. Em 2004, lançou nova cartilha política, dessa vez por ocasião das eleições municipais. Mais bem elaborada que a de 2002, Dom Dadeus afirma na cartilha que “é no município que se desenvolve a verdadeira política e se imprime o autêntico espírito do trabalho pelo bem comum. Ali as pessoas-cidadãs sentem concretamente os problemas e projetam as soluções. Numa palavra: é ali que elas vivem e ali devem fazer política, procurando promover o bem comum”.

⁸⁷ Entrevista realizada com Dom Dadeus Grings, no dia 08/02/2007, nas dependências da Mitra Arquidiocesana de Porto Alegre.

abusos. A política está desprestigiada e por isso ela precisa que os bons políticos não se omitam. A Igreja Católica faz a sua parte incentivando os bons cidadãos a entrarem na política e a não se omitirem frente às injustiças sociais. Ele afirma:

“até existe no Congresso a Pastoral dos Políticos, onde o clero se reúne com os deputados para conversar sobre problemas do bem comum. Mas nós não vivemos num regime de cristandade e, por isso, a Igreja não impõe as suas coisas. Ela propõe e a pessoa segue livre. Assim, nós podemos criticar os deputados. Eles votam contra ou a favor algum projeto, mas nós criticamos quando seus votos não correspondem ao anseio da população. Não da Igreja, pois se assim o fosse, eles não estariam sendo democráticos. Estariam votando contra aquilo para o qual foram eleitos. E aí que entra a nossa função de denunciarmos essas mazelas todas que acontecem. E realmente a política ficou muito desmerecida e por isso que a gente insiste até na campanha eleitoral de escolher pessoas dignas que tenham competência. Não adianta ter boa vontade se não tem competência. Não adianta nada se a pessoa não tem visão. Honestidade e lealdade”.⁸⁸

A Igreja, procura manter politicamente visível dentro da sociedade e, mesmo não apoiando partidos políticos e, tampouco candidatos oficiais, porque, segundo Dom Dadeus, isso cheira à corrupção. Ele diz que houve a época da Liga eleitoral Católica na década de 30, em que muitos candidatos eram eleitos com o voto católico, mas depois não correspondiam aos anseios da população. Apesar disso, a Igreja Católica não fica alheia em relação à sua contribuição a cada pleito eleitoral, pois participa orientando os fiéis.

2.6. Candidatos dos cultos de religiões de matriz africana

Em todos os estados brasileiros onde houve a presença do negro e seus descendentes, também desenvolveram-se as crenças nos deuses africanos, juntamente com o sincretismo religioso com o catolicismo. Alguns cultos passaram a ser conhecidos em algumas regiões e desconhecidos em outras por fatores atribuídos à regionalização, ao tamanho das populações negras e indígenas em relação à de brancos, à influência de algumas etnias e à repressão aos cultos. Desse modo, pode-se encontrar variações regionais do Candomblé que, na Bahia é conhecida como Candomblé, como Tambor-de-Mina no Maranhão e como Batuque no Rio Grande do Sul (Silva, 1994, p.83). A Umbanda popularizou-se a partir da década de 50 e tem sido majoritária entre as religiões afro-brasileiras, pois logo que foi criada nas décadas de 20 e 30, no Rio de

⁸⁸ Entrevista realizada com Dom Dadeus Grings, no dia 08/02/2007, nas dependências da Mitra Arquidiocesana de Porto Alegre.

Janeiro, “espalhou-se pelo Brasil todo como religião universal sem limites de raça ou etnia, geografia e classe social” (Prandi, 2003, p.20).

As religiões de matriz africana (Umbanda, Candomblé e Batuque) apresentam uma representação surpreendente na população do Rio Grande do Sul, perdendo somente para o Rio de Janeiro na proporção de seguidores e ultrapassando a Bahia em sete vezes na proporção dos que declaram pertencer a essas religiões. A cidade de Rio Grande desponta como o município com maior proporção de seguidores (6,78%) dos cultos afros. Dos 15 municípios brasileiros com maior percentual de afro-brasileiros, 13 são gaúchos.⁸⁹ Mas, como afirma Reginaldo Prandi, “é preciso observar que, no caso das religiões afro-brasileiras, o Censo oferece sempre cifras subestimadas de seus seguidores” (Prandi, 2003, p.16). Esse fato se deve aos fatores históricos que influenciaram o desenvolvimento dessas religiões e o conseqüente sincretismo religioso, sobretudo com a religião católica e seus santos. Hoje, muitos brasileiros, quando questionados em relação a seu credo religioso, afirmam ser católicos, mas muitas vezes omitindo o fato de freqüentar terreiros e centros de umbanda ou candomblé. Assim, o Censo não é uma fonte inteiramente fidedigna para precisar o número de seguidores efetivos das religiões afro-brasileiras. Pesquisas feitas com metodologias mais precisas indicam uma diferença grande comparada com os resultados do Censo Demográfico do IBGE. Essas diferenças podem ocorrer pelo simples motivo de que “numa região os afro-brasileiros declaram mais frequentemente que noutras sua identidade religiosa sem o disfarce católico ou espírita” (Prandi, 2003, p.17).

Mas, entre uma pesquisa e outra, o que os dados disponíveis apontam é para uma diminuição de adeptos das religiões afro-brasileiras nos últimos 20 anos. Conforme Prandi, “de 1980 a 1991 os afro-brasileiros perderam 30 mil seguidores declarados, perda que na década seguinte subiu para 71 mil. A tabela abaixo pode ilustrar melhor esses dados e verificar, em contrapartida, o avanço dos pentecostais.

Religiões declaradas nos censos do Brasil em 1980, 1991 e 2000 (população Residente)

Religião	1980	1991	2000
Católicos	89,2	83,3	73,7
Evangélicos	6,6	9,0	15,4
Espíritas	0,7	1,1	1,4
Afro-brasileiros	0,6	0,4	0,3
Outras religiões	1,3	1,4	1,8
Sem religião	1,6	4,8	7,3
TOTAL (*)	100%	100%	100%

(*) Não inclui religião não declarada e não determinada Fontes: IBGE, Censos demográficos

⁸⁹ Jornal *Zero Hora*, 17/07/2005. “Onde está a fé gaúcha”.

O declínio de adeptos das religiões afro-brasileiras pode ser o resultado de uma gama de fatores e variantes sociais a ser analisadas. Mas certamente elas estariam associadas “às novas condições da expansão das religiões no Brasil, no contexto do mercado religioso” (Prandi, 2003, p.18). Isso implica dizer que certas igrejas se desenvolvem e expandem o número de fiéis e templos, em parte, às custas das religiões afro-brasileiras. O exemplo principal é o da Igreja Universal do Reino de Deus que, em seus cultos, costuma atacar os deuses e entidades da Umbanda e do Candomblé, classificando-as como religiões do “mal”, malgrado muitos elementos das religiões afro sejam constitutivos da identidade de muitas igrejas neopentecostais que se utilizam de rituais para expulsar possessões demoníacas, entre outras (Mariano, apud Prandi, 2003, p.19).

Muitas federações e representantes de religiões afro têm procurado se defender destes constantes ataques sofridos buscando um diálogo mais próximo com o poder político local e regional e, também, lançando pais-de-santo, mães-de-santo, filhos-de-santo ou adeptos como candidatos a cargos eletivos.

Na legislação municipal de 1993-1996, sob o comando do então prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro⁹⁰, as religiões afro-brasileiras conseguiram uma aproximação nunca antes alcançada em outra parte do Estado. Foi em algumas gestões do PT de Porto Alegre, que ficou 16 anos à frente do Executivo Municipal (1989 a 2004), que essas religiões conseguiram obter um apoio mais concreto, interagindo diretamente com o Poder Executivo (gabinete do Prefeito, Secretarias da Cultura e do Meio ambiente). Mas, como lembra Oro, tudo isso não aconteceu sem que houvessem conflitos. Contudo, desde 1996, através da aprovação de uma Lei Municipal, e por intermédio da Secretaria da Cultura e do Legislativo Municipal, comemora-se a Semana da Umbanda e dos cultos Afro-brasileiros. “Os eventos desta Semana (...) iniciam-se no dia 15 de novembro com uma sessão de Umbanda e encerram-se em 20 de Novembro, Dia Nacional da Consciência Negra” (Oro, 2002, p.365). Os locais escolhidos pelos adeptos da religião, em concordância com o Executivo municipal, são o Parque da Harmonia e o Mercado Público Municipal. Outra atividade muito próxima que consta como lei Municipal é a Festa de Oxum, realizada oficialmente, também, desde 1996, no dia 8 de dezembro, na praia de Ipanema. Ari Pedro Oro ressalta que ambas as atividades estão

⁹⁰ Atualmente Tarso Genro é Ministro da Justiça do Governo Lula.

incluídas no calendário de eventos da prefeitura de Porto Alegre (Oro, 2002, p.365), o que representa importantes vitórias às religiões de matriz africana frente à constante discriminação e ataques advindos dos grupos pentecostais.

Outra iniciativa de parceria das entidades africanistas (Afrobrás, Aliança Umbandista e Africanista do Estado e o Conselho Superior da Umbanda dos Cultos Afros) com o poder público (Secretarias Estadual e Municipal do Meio Ambiente) foi o lançamento de uma cartilha intitulada “A Educação Ambiental e as Práticas das Religiões Afros-Umbandistas”, destinada a orientar “as Casas de Religião e funcionários do poder público municipal e estadual sobre procedimentos em relação a cultos e colocação de trabalhos religiosos no meio ambiente”. Trata-se de um caderno que orienta sobre o material a ser utilizado nas oferendas, os locais impróprios para a realização das mesmas, o uso de velas, bebidas, etc. Ainda orienta sobre o horário de funcionamento das Casas e os instrumentos de percussão sonora a serem utilizados, para não infringirem a Lei do Silêncio e preservarem o meio ambiente (Oro, 2002, 366).

Apesar de todas essas conquistas das religiões de matriz afro-brasileiras sinalizarem para uma aproximação com o poder público municipal e estadual, os “representantes dessas religiões” não têm conseguido “ingressar diretamente no campo da política mediante a condução pelo voto” (Oro, 2002, p.367), não obstante as sucessivas tentativas tanto em nível municipal quanto estadual.

Nas eleições de 2006, as religiões afro-brasileiros foram representadas por dois candidatos a deputado estadual no Rio Grande do Sul: Toni de Exu Rei (PTB) e Edson Portilho (PT). Num de seus santinhos, o candidato Toni de Exu se proclamou “o único candidato para defender a religião africana, a umbanda e a exubanda” sobretudo, pelos rotineiros ataques promovidos pelas denominações evangélicas, através de “mentiras e difamações”. O candidato classificou as denominações evangélicas de “máquina eletrônica de lavar dinheiro à custa da fé do povo”. Preterido pelos grupos afros, obteve apenas 1.731 votos, sem eleger-se.⁹¹

Mas o principal candidato dos afros foi o petista Edson Portilho, que concorria à reeleição. Apesar de ser apenas simpatizante das religiões de matriz africana, no seu último mandato sobressaiu-se como defensor dos cultos afro-brasileiros no Rio Grande do Sul, sendo decisivo na luta contra a lei que instituiu o Código Estadual de Proteção

⁹¹ Mesmo destino teve o candidato a deputado estadual Ademir de Souza (PL), que se identificou como membro da Seicho-no-iê, de origem oriental. Proporcional ao tamanho inexpressivo de seu grupo religioso em todo o Brasil e no Rio Grande do Sul, sua votação alcançou apenas 925 votos.

aos Animais, de autoria do deputado e pastor da Igreja Quadrangular, Manoel Maria (PTB). O código, segundo material de propaganda eleitoral do candidato, constituía “um instrumento legal para proibir os africanistas de exercerem livremente seus rituais religiosos”, para “perseguir os batuqueiros”. A mobilização dos grupos afros, que, entre outras ações, reuniram cerca de mil pessoas na Assembléia Legislativa em julho de 2003, e de Portilho, como seu representante político, garantiu a aprovação da Lei 1.131, de 22 de julho de 2004, que acrescentou parágrafo único ao artigo 2º da Lei 11.915, excetuando, nas proibições estabelecidas pelo Código Estadual de Proteção aos Animais, o sacrifício ritual efetuado pelas religiões de matriz africana. Embora tenha recebido o apoio majoritário de lideranças de entidades afro-brasileiras e do movimento negro, Portilho não foi reeleito, o que comprova mais uma vez a debilidade eleitoral dos cultos afro-brasileiros.

2.7. Perfil social dos candidatos de cultos de religiões de matriz africana

O dois candidatos que concorreram a deputado estadual dizendo-se representantes das religiões afro-brasileiras são de origem afro-descendente. O candidato Antônio Carlos Machado apresentou-se nas eleições como Toni de Exu Rei ou Toni de Exu, pela linhagem que representa dentro da Quimbanda e da Exubanda. É pai-de-santo e casado com a mãe-de-santo Vera de Oxum/Pomba Gira Rainha. Contudo, na sua ficha de divulgação junto ao TSE, o referido candidato apresenta-se como solteiro, comerciante e tendo completado o ensino médio. Foram poucas as informações⁹² obtidas sobre o candidato, apesar das sucessivas e frustradas tentativas de localizá-lo para entrevistá-lo visando compreender as razões de sua candidatura, bem como delinear um pouco de sua trajetória religiosa e política.

Edson Portilho, natural do município de Sapucaia do Sul, atuava como professor de matemática na Rede Pública Estadual até antes de concorrer a cargos eletivos e, na

⁹² Para falar do candidato Toni de Exu, utilizo as poucas informações que possuo, como alguns santinhos, sua ficha de declaração como candidato junto ao TSE e um artigo publicado na Revista Debates do NER 2006 pelos colegas Daniel F. de Bem, Rafael Derois e Cíntia Aguiar de Ávila intitulado: “*A política da encruzilhada: considerações sobre a política interna das religiões Afro-brasileiras no processo eleitoral riograndense*”. Tampouco os referidos colegas chegaram a entrevistá-lo pessoalmente, tamanha a dificuldade de agendar horário com o mesmo. As informações mais substanciais do referido artigo foram obtidas através dos relatos realizados pelo Sr. Vladimir, que trabalhava juntamente com Toni de Exú. Após as eleições, uma amiga que mora no município de Viamão conseguiu localizar a casa onde residia o candidato. Lá chegando, foi informada pelo atual morador que Toni de Exú havia vendido o imóvel logo após as eleições e mudado para o Estado da Bahia.

Assembléia Legislativa, tentou a reeleição a seu terceiro mandato como deputado estadual. Militante do Partido dos Trabalhadores desde 1985, é ligado ao MNU (Movimento Negro Unificado). A questão “racial” foi sempre um dos eixos do mandato do Deputado Estadual Edson Portilho, pois sempre defendeu a causa dos trabalhadores e dos negros nas suas atividades como parlamentar. Atualmente, voltou a lecionar na rede estadual de ensino.

2.8. Trajetória religiosa dos candidatos de cultos de religiões de matriz africana

Muito pouco pode-se falar sobre a trajetória religiosa de Edson Portilho, uma vez que o mesmo se declara católico não-praticante e apenas simpatizante das religiões de matriz africana. Porém, foi por seu intermédio, enquanto deputado estadual, que essas religiões conseguiram uma das maiores conquistas já obtidas no Estado do Rio Grande do Sul: criar uma emenda ao Código Estadual de Proteção aos Animais, permitindo o sacrifício de determinados animais em seus rituais religiosos. Foi ele que, enfrentando todos os preconceitos e a pressão de diversos segmentos, encampou, junto com os religiosos, uma luta que durou mais de dois anos. Para o deputado, a aprovação da Lei nº 12.131/04 foi uma vitória conjunta, pois os religiosos de matriz africana se mobilizaram contra a intolerância religiosa em todo o Estado, conquistando, através da luta e da resistência, uma vitória histórica. Por ocasião das eleições, ele lançou um caderno intitulado “Religião Africanista: uma vitória contra a intolerância”, no qual afirma que:

“A história da humanidade caminha por trilhas marcadas pelas lutas contra a intolerância e o preconceito. Em todos os segmentos há indivíduos que não conseguem respeitar as diferenças, ou aceitar que somos todos membros de uma comunidade chamada Terra. Na religião não é diferente. Há grupos que são incapazes de aceitar outra religião que não seja a sua. São pessoas que não conseguem ver que cada um, a seu modo, tem sua forma de acreditar, de orar para seu Deus. E, acreditando que só sua religião é a certa, tentam, de todas as formas, oprimir as outras, muitas vezes disfarçados de cumpridores da lei, defensores do planeta, guardiões da paz. A intolerância tentou acabar com um ritual fundamental para a religião de matriz africana. Assim, acabaria com a religião”.⁹³

O deputado Edson Portilho critica, de forma indireta, o deputado e pastor da Igreja Quadrangular, Manoel Maria, autor da lei que criou o Código Estadual de Defesa dos Animais, e, as religiões neopentecostais, sobretudo a Universal do Reino de Deus,

⁹³ Caderno Religião Africanista: uma vitória contra a intolerância, produzido pelo gabinete do ex-deputado Edson Portilho.

que, frequentemente, acusa as religiões afro de disseminarem o mal através de possessões demoníacas, feitiços e da realização de “trabalhos” e rituais, através dos quais evocariam espíritos malignos ou “entidades espirituais” para se apossar de determinadas pessoas, prejudicando sua vida de todas as formas, seja na esfera financeira, familiar, amorosa ou espiritual. Seria o que os pastores da Igreja Universal chamam de “encosto”.

Tony de Exu Rei é pai-de-Santo da Nação Cabinda. Segundo seu assessor Vladimir, Pai Toni tem mais de 40 anos de iniciação na religião e foi um incansável protagonista na criação do Conselho Federativo dos Cultos Afro-Umbandistas do Conesul, a Afroconesul, estando a frente dessa instituição nos últimos 12 anos, que foi fundada com o objetivo de ter atuação internacional, sobretudo nos países do Cone Sul, como Argentina e Uruguai, devido à transnacionalização que ocorreu com as religiões de matriz africana nas últimas décadas (Ávila, Derois, Bem, 2006, pp.43).

2.9. Trajetória política dos candidatos de cultos de religiões de matriz africana

Edson Portilho iniciou sua carreira política como professor da rede estadual de ensino, por onde lecionou por mais de 19 anos. Sendo diretor de uma escola estadual, lutou pela implantação do ensino médio na mesma. Ingressou no PT em 1985, onde ocupou os cargos de presidente, tesoureiro e secretário sindical do partido, em Sapucaia do Sul. Foi eleito vereador de sua cidade em 1988, integrando a primeira bancada petista. Concorreu a prefeito em 1996, 2000 e 2004, obtendo votações expressivas, sem sucesso. Foi eleito deputado estadual em 1998 e reeleito em 2002. Seu principal objetivo na Assembléia Legislativa foi ter atuado em defesa dos movimentos pela igualdade racial, da educação, da valorização da saúde pública, dos direitos dos trabalhadores e de políticas públicas para a juventude. Foi o relator do projeto de lei que criou a UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, e autor de projetos de inclusão social que beneficiaram a população gaúcha. Em conjunto com o movimento negro, Edson Portilho criou diversos projetos de lei para promover a inserção e a inclusão dos negros. Exemplo disso são as Leis nº 11.731, que dispõe sobre a regularização fundiária de áreas ocupadas por remanescentes de comunidades quilombolas, Lei nº 11.572, que dispõe sobre a inclusão de negros nas propagandas dos poderes públicos do Estado do Rio Grande do Sul e a lei que garantiu a liberdade de expressão aos religiosos de matriz africana, através do sacrifício de animais. Ainda,

através do PL 227/2006, propôs que fosse instituído, no calendário oficial de eventos do Estado, o “Dia da Umbanda” a ser comemorado no dia 15 de novembro de cada ano, justamente no dia em que foi aprovado um projeto para comemorar o “Dia do Evangélico”.

Pouco pode-se falar sobre a trajetória política do candidato Toni de Exu, uma vez que não foi possível entrevistá-lo. Ao que parece, ele concorreu pela primeira vez a um cargo eletivo em 2006, quando disputou uma cadeira para a Assembléia Legislativa, pelo PTB. Em um de seus santinhos, ele afirma ter “uma vida marcada por desafios, com projetos espalhados por todo Estado”. Afirma-se idealista e não temer desafios. Um homem de posição forte que quer lutar contra o desrespeito aos cidadãos, às crianças de rua e aos praticantes das religiões afro-brasileiras. Conclama o eleitor a acreditar e lutar junto com ele contra essa máquina que aí está. Finaliza pedindo que o eleitor pense antes de cumprir com seu compromisso eleitoral, votando em quem realmente quer mudar a realidade da população.

A Afroconesul, entidade que Tony de Exu coordena juntamente com sua esposa, foi umas das suas principais estruturas de campanha. Outras pessoas ligadas à federação e com relação de parentesco religioso se empenharam em difundir a campanha de Toni, mas duas pessoas merecem destaque especial nesse processo de campanha, pois, segundo Derois (2007), estas teriam “qualificações específicas” como assessores políticos de Toni: são a Mãe Dilse de Oxum e Vladimir. Ambos religiosos da Afroconesul. A primeira seria uma importante articuladora entre o universo religioso e o mundo da política, através da influência pessoal que exerce junto a estas duas esferas. O segundo teria a confiança de Toni de Exu por trabalhar com ele há mais de 8 anos. Coube a ele desempenhar o papel de relações públicas da campanha, visitando e negociando apoio em templos e casas de religião (Derois, Bem, Ávila, 2007, p.44).

Mas a estratégia principal para a conquista de votos foi o chamado corpo-a-corpo e o auxílio de cabos eleitorais que iam aos centros de religião onde Toni não conseguia chegar, seja pela distância ou outras visitas pré-agendadas. As visitas de Toni às casas religiosas aconteciam em dia de sessões ou festas e sempre antes de iniciar os rituais, ele pedia a palavra, discursava em favor das religiões afro e alertava para a necessidade de se ter um representante que defendesse os interesses da religião na Assembléia Legislativa. Contudo, a maior parte dos templos religiosos visitados eram filiados à Afroconesul. Isso reforça as afirmações já realizadas no primeiro capítulo de que, existe grande rivalidade entre as federações e entidades religiosas de matriz

africana. O comitê de campanha do candidato alimentava a esperança de que os mais de dez mil associados da Afroconesul pudessem transformar seus votos em capital político e dobrar a votação através do auxílio sobretudo da clientela que frequenta as casas de religião (Derois, Bem, Ávila, 2007, p.45).

Toni de Exu usou a propaganda obrigatória no rádio e na televisão. Contudo, membros do seu partido não o censuraram de fazer ataques diretos aos evangélicos, assim como consta em um dos seus santinhos. Outra estratégia para baratear o custo de sua campanha e atrair mais votos foi fazer “dobradinha” com o candidato a deputado federal Eliseu Padilha (PMDB). Ainda, na fase de campanha, Toni promoveu dois grandes eventos religiosos na tentativa de atrair mais votos: as Curimbas de Exu. Em seus discursos, Toni enfatizava sempre a necessidade de representar as religiões afro e assim defendê-los legalmente das ameaças de igrejas evangélicas, sobretudo da Universal, que estaria atacando os afros, mas ao mesmo tempo utilizando-se de rituais oriundos dos cultos afros-umbandistas (Derois, Bem, Ávila, 2007, p.45). Durante a campanha, Toni de Exu utilizou três identidades diferentes para se dirigir aos adeptos das religiões africanistas e à sociedade em geral:

“A primeira denominação foi como Toni de Exu rei. (...) esta identificação teve como objetivo atingir o eleitorado adepto da quimbanda. Inclusive, em diversos momentos como em discursos e material impresso, é usado o termo *Exubanda*, numa valorização ao culto do *Povo de Exu*, a linha religiosa que tem apresentado o maior crescimento ao longo das últimas décadas. A segunda denominação usada foi como pai Toni de Oxalá. Esta identificação foi acionada para rematar a confiança e os votos do “povo africanista” e também porque durante as aparições nas propagandas de TV e Rádio, a exposição da identificação com a quimbanda poderia ser negativa, já que fora das religiões afro-brasileiras é comum a associação da entidade exu com o diabo ou outras manifestações do mal. A terceira, a não identificação religiosa, apenas o nome Toni, foi utilizada durante as “dobradinhas” com o candidato Eliseu Padilha. (...) nestes materiais de divulgação o conteúdo também se fez diferente, não estando centralizada a defesa da religião afro-umbandista” (Derois, Bem, Ávila, 2007, p.47).

As Curimbas realizadas pelo candidato se caracterizaram pelo teor festivo do evento, onde vários terreiros encontram-se para realizar rituais às entidades, de forma conjunta e unificada. São festas públicas e organizadas normalmente em locais maiores, como clubes. A primeira Curimba promovida por Toni contou com a presença de mais de duas mil pessoas, muitas delas oriundas dos 16 ônibus fretados pelo candidato. O evento foi realizado no Centro Comunitário Vida, na zona norte da Capital, e o seu auge ocorreu com a presença de mais de uma centena de entidades de exus, pomba-giras e ciganos que incorporaram durante a realização da festa religiosa. A segunda Curimba foi realizada no Clube Farrapos e contou com a presença de 100 participantes. Esse

numero reduzido deve-se ao fato de não haver fretamento de ônibus para este segundo evento. O candidato Eliseu Padilha⁹⁴, que fazia “dobradinha com Toni de Exu, participou e discursou nos dois eventos.

Todos os esforços empenhados por Toni de Exu Rei na tentativa de unir os “irmãos africanistas” em torno de sua candidatura foram fracassados, pois o mesmo esperava realizar no mínimo 25.000 votos e encabeçar ao menos uma suplência no PTB. Contudo, mais uma vez as tentativas de eleger uma liderança africanista foram em vão, consolidando ainda mais o histórico de fracasso político que os candidatos têm enfrentado a cada pleito eleitoral, tanto esfera municipal como na estadual.

2.10. As religiões de matriz africana: em busca de sua defesa na política

Ao longo das décadas, como já foi visto no primeiro capítulo, as religiões de matriz africana têm buscado uma aproximação com o poder público, sobretudo para barganhar espaços de defesa e maior visibilidade social junto a autoridades políticas. No município de Porto Alegre, esse segmento religioso conseguiu importantes vitórias e no período em que o PT esteve à frente da Prefeitura, aparecendo no calendário de eventos do município. Nas últimas décadas, vários religiosos de matriz africana já tentaram, via eleitoral, obter cargos públicos com o objetivo principal declarado de defender os interesses das religiões afros, sobretudo contra a forte carga de discriminação e preconceito que carregam. O discurso eleitoral proferido pelos pais-de-santo de Porto Alegre para as comunidades religiosas tem se repetido ao longo dos últimos pleitos eleitorais: representar as religiões no legislativo municipal e estadual com o objetivo de defender os direitos de expressarem-se livremente e, “para mostrar sua força perante à sociedade e, sobretudo, perante os evangélicos pentecostais, que estão (...) se mostrando abertamente críticos em relação às religiões Afro-brasileiras” (Oro, 2002, p.368).

Mas outras formas de aproximação entre a o campo da política e das religiões de matriz africana também foram se desenvolvendo ao longo dos anos. Um exemplo é a concessão de *comendas e títulos honoríficos*, que recebem algumas lideranças afro através da governança local. Em 1996, o então governador Antonio Brito (PMDB) condecorou o babalorixá Cleon de Oxalá com a mais alta comenda do Estado: a

⁹⁴ Não se pôde descobrir qual a ligação que tal candidato mantém com as religiões afro: se é apenas um simpatizante ou um freqüentador das cerimônias religiosas. Tampouco se sabe quais os motivos que o levaram a fazer “dobradinha” com o candidato Toni de Exu Rei.

medalha *Negrinho do Pastoreio*. Por seu turno, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre condecorou três conhecidos Pais-de-santo com o título de cidadãos de Porto Alegre. Os agraciados foram: Ailton de Oxum, Jorge de Xangô e o já falecido Adalberto Pernambuco Nogueira (Oro, 2002, p.366). Adalberto foi, durante muitos anos, presidente do CEUCAB/RS (Conselho Estadual da Umbanda e dos Cultos Afro-Brasileiros do Rio Grande do Sul) e um grande articulador entre o mundo da política e as religiões afro. “Devido a seu carisma e bom trânsito na esfera pública, tem contribuído para as religiões afro-brasileiras conquistarem maior e melhor espaço tanto no campo político quanto no campo religioso institucional” (Oro, 2002, p.366).

Adalberto Pernambuco Nogueira foi um apoiador da Frente Popular nas últimas eleições, chegando a fazer parte de seu Conselho Político. Logo após a vitória do PT nas eleições de 2000, foi nomeado membro do Conselho Municipal de Cultura. Adalberto também comparecia em muitos cultos ecumênicos por ocasião de festividades cívicas e religiosas (Oro, 2002, 367), pois o mesmo era membro ativo e representante das religiões de matriz africana no DIR-POA (Grupo de Diálogo Inter-religioso de Porto Alegre), composto por lideranças religiosas do budismo, hinduísmo, catolicismo, islamismo, espiritismo, protestantismo, judaísmo e fé Baha’i. Os encontros deste grupo ocorrem uma vez por mês em forma de reunião-almoço, nas dependências da ACM (Associação Cristã de Moços) de Porto Alegre, e é coordenado por uma leiga, Alfa Scavone. O babalorixá Clóvis de Xangô foi o escolhido pela CEUCAB/RS para substituir Adalberto neste grupo de diálogo.

Em relação às disputas eleitorais, os pais e mães-de-santo continuam não alcançando êxito nos pleitos eleitorais dos quais têm participado. A última grande derrota nas urnas foi a de Toni de Exu, que concorreu a deputado estadual no pleito de 2006. Grande parte do insucesso político dos candidatos afros pode ser atribuído “ao modelo organizacional das religiões afro-brasileiras que repousa sobre uma variedade de federações e uma pulverização de terreiros, sendo todos ao mesmo tempo autônomos e rivais entre si” (Oro, 2002, p.368).

3. A CAMPANHA ELEITORAL DOS CANDIDATOS EVANGÉLICOS NO RIO GRANDE DO SUL NAS ELEIÇÕES DE 2006

No terceiro capítulo, serão analisados o perfil, a trajetória religiosa e política dos candidatos evangélicos e as interfaces entre o campo religioso e político, através da campanha eleitoral na disputa por cadeiras na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal.

3.1. Candidatos de igrejas pentecostais e protestantes

A presença de lideranças religiosas pentecostais na política partidária é muito recente. Há duas décadas muitas denominações pentecostais “demonizavam” a política. O pastor e deputado federal Lincoln Portela⁹⁵ (PL/MG) afirma que, durante muito tempo “os evangélicos foram discriminados e estiveram alienados”, mas hoje as igrejas participam da vida da nação e os fiéis são “os faxineiros, os engenheiros, os médicos e por que não os políticos?”⁹⁶

Com o crescimento vertiginoso do número de evangélicos no país⁹⁷, muitas lideranças eclesiásticas justificam sua participação na esfera político-partidária, alegando a necessidade de participar da vida pública do país, para, desta forma, defender “os interesses do povo menos favorecido, procurando proporcionar-lhe o que o Estado, muitas vezes, deixa de dar, levantando a bandeira da ética cristã, da moral e bem-estar da sociedade”.⁹⁸ Desse modo, os evangélicos começam a traduzir sua expansão numérica em presença no parlamento. Para aumentar o número de representantes evangélicos na Câmara e nas Assembléias Legislativas e seu poder de negociação política a cada eleição, os evangélicos vêm se mobilizando cada vez mais.

⁹⁵ Entrevista concedida ao Programa Brasil em Debate, da TV Câmara, no dia 18/11/2005.

⁹⁶ Nas entrevistas, constatei que 65% dos candidatos religiosos concorria pela primeira vez a um cargo eletivo e estavam recém-filiados a partidos políticos. No caso dos candidatos da Igreja Universal, o pastor Carlos Gomes (PPS) e o bispo Paulo Roberto (PTB) assinaram suas fichas de filiação somente no ano das eleições, porém, em siglas partidárias diferentes.

⁹⁷ De acordo com o IBGE, atualmente, somam-se mais de 10% de pentecostais no Brasil e, conforme projeções do próprio IBGE, em 15 anos metade da população brasileira poderá ser evangélica.

⁹⁸ Afirmção do ex-Deputado Federal Almir Moura, PFL-RJ, em entrevista concedida ao Programa Brasil em Debate, da TV Câmara, no dia 18/11/2005. Cabe afirmar que o ex-deputado foi investigado pela Polícia Federal, sob suspeita de envolvimento no esquema das compras superfaturadas de ambulâncias, conhecido como o “escândalo dos deputados sanguessugas”. Como sua defesa não foi convincente, foi expulso do partido. Mas sua pena maior veio das urnas, ao não conseguir se reeleger para a Câmara dos Deputados.

Algumas denominações criaram até conselhos políticos para escolher, tutorar e acompanhar o desempenho de seus candidatos oficiais.

O número crescente de candidatos religiosos a cargos públicos eletivos pode ser explicado, em parte, pelo crescimento vertiginoso de fiéis pentecostais e neopentecostais em todo o território nacional. Se outrora esses grupos religiosos se auto-excluíaam do universo ‘mundano’ da política, com a expansão pentecostal e sua conseqüente complexificação, muitas lideranças pastorais perceberam que a porta de entrada para legitimar valores e a moralidade cristã e defender interesses corporativos de suas instituições religiosas passava pela participação na política partidária. Assim foi se constituindo e consolidando a chamada bancada evangélica no Congresso Nacional e nas assembléias legislativas.

No Censo Demográfico de 2000, os evangélicos saltaram de 9,05% para 15,4% comparado ao Censo de 1991. Já os católicos diminuíram de 85,7% para 73%, ou seja, tiveram uma perda de 11,9 pontos percentuais em número de fiéis. Os evangélicos eram 13 milhões em 1991 e duplicaram para 26 milhões em 2000. Outro dado apontado pelo Censo de 2000 refere-se à diminuição dos grupos protestantes tradicionais (luteranos, presbiterianos, batistas, anglicanos e metodistas) de 35% em 1991, para 27,4% do conjunto dos evangélicos em 2000.

O município de Quinze de Novembro, no Rio Grande do Sul, figura como o mais evangélico do Brasil, com mais de 80% da sua população pertencente ao luteranismo. Mas dentre as religiões que mais crescem no Estado, figuram as igrejas pentecostais. Segundo as estatísticas, em apenas uma década, elas conseguiram dobrar o número de templos. Em certos municípios, chegam a contabilizar um terço da população. As igrejas pentecostais, porém, atraem, majoritariamente, extratos de baixa renda. Lajeado do Bugre é o município que possui o Idese (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico para os Municípios do Rio Grande do Sul) mais baixo e é o mais pentecostal do Estado, com 35,22% da população.⁹⁹ Conforme Ari Pedro Oro,

“o pentecostalismo é uma religião que atrai e converte as populações de baixa renda porque tem discurso e práticas que apontam para a solução imediata dos problemas, sendo que o rosto do pentecostalismo no Estado é representado pela ¹⁰⁰Assembléia de Deus.”¹⁰¹.

⁹⁹ Jornal *Zero Hora*, 17/07/2005, “Onde está a Fé Gaúcha”.

¹⁰⁰A Assembléia de Deus é a terceira maior igreja em território gaúcho. Nas eleições para deputado estadual e federal em 2006, foi a denominação com o maior número de candidatos, 12 para deputado federal e 10 para deputado estadual, sendo que nenhum deles conseguiu se eleger.

¹⁰¹ Jornal *Zero Hora*, 17/07/2005, “Onde está a Fé Gaúcha”.

Isso explica, em parte, o elevado número de adeptos e lideranças da denominação que concorreram a cargos eletivos nas eleições de 2006. Ao todo foram 22 candidatos da Assembléia de Deus, 6 da Igreja Universal, 6 da Igreja Internacional da Graça de Deus, 6 da Igreja do Evangelho Quadrangular, 2 da Igreja pentecostal Cristã, 2 da Igreja Adventista do 7º Dia, 3 da Igreja Batista Filadélfia, 2 da Igreja Batista Betel e 2 da Igreja Batista Brasileira. As Igrejas Sara Nossa Terra, O Brasil Para Cristo, Pentecostal Apostólica do Brasil, Universal do Reino de Cristo, Metodista Wesleyana, Presbiteriana e IECLB foram representadas por um candidato, cada uma. O pastor Paulo Gouvêa concorreu sem denominação.

3.2. Perfil social dos candidatos pentecostais e protestantes

Tratar do perfil social dos candidatos pentecostais e protestantes é discorrer sobre as diferenças existentes entre os mesmos, sejam elas sociais, financeiras, de escolaridade, de gênero e de denominação. O quadro do pleito eleitoral de 2006 no Rio Grande do Sul ilustrou quão heterogênea foi a corrida eleitoral dos candidatos evangélicos. Uma das hipóteses para tamanha diferença entre o perfil dos candidatos pode estar na própria diversidade de denominações encontradas no universo pentecostal. Foram mapeadas nada menos que 16 denominações evangélicas entre as igrejas pentecostais, neopentecostais e históricas que tiveram algum candidato. É passível de questionamentos se, diante de tamanha variedade, “é possível encontrar homogeneidade de comportamento político e eleitoral” dos evangélicos (Bohn, 2004, p.03).

Apenas quatro mulheres evangélicas concorreram em 2006. Trata-se de Sueli de Jesus, evangelista da Universal e líder comunitária. Neusa Ribeiro, adepta da Graça de Deus e coordenadora de um projeto assistencial que ampara pessoas portadoras do vírus HIV. O projeto não tem sede. Um de seus projetos se eleita, era ampliar suas dimensões, tornando-o mais visível, maior e mais dotado de recursos públicos. Outra candidata mulher foi a advogada Adi de Brum, também adepta da Universal. Adi mantém um projeto assistencial com o objetivo recolher doações de roupas e móveis para distribuir a pessoas necessitadas. Por último aparece a candidata a deputada federal Fernanda Machado Inácio, adepta da Igreja Batista Brasileira. Das três candidatas, somente Adi possui escolaridade Superior. Sueli e Nelsa têm o ensino médio completo e Fernanda está cursando o ensino superior e trabalhando como estagiária. Fernanda foi uma das candidatas mais novas a concorrer no pleito de 2006, com apenas 26 anos de idade. A

média de idade das outras três candidatas está acima dos 50 anos. A renda difere em função de sua escolaridade.

A escolaridade dos demais candidatos apresenta-se bem diversificada. Dos 56 candidatos evangélicos do sexo masculino que concorreram em 2006, 13 completaram a faculdade e 4 possuem ensino superior incompleto. A maioria, isto é, 18 candidatos completaram o ensino médio completo. Oito candidatos não terminaram o médio, sete completaram o ensino fundamental e cinco não conseguiram terminar o ensino fundamental. Esse quadro demonstra as diferenças entre a escolaridade dos candidatos evangélicos. Acompanhei casos de candidatos com escolaridade mediana ou baixa, que contavam com o apoio de sua instituição religiosa, ou, exercia cargo de vereador ou de deputado.

Apesar de haver vários candidatos que concorriam à reeleição e outros exerciam cargo de vereador em alguns municípios (o que pressupõe que possuem renda superior a 5 salários mínimos na maioria dos casos), na sua grande totalidade os candidatos podem ser classificados de classe média ou média baixa. Mesmo os que exercem algum cargo eclesial, como pastor, por exemplo, muitas vezes reside em imóveis da igreja. Outros são presbíteros ou obreiros, cargos que geralmente não são passíveis de remuneração, o que os obriga a exercer uma atividade profissional para se manterem dentro de um padrão de vida básico.

Do total de 60 candidatos que concorreram a deputado estadual ou federal e explicitaram seus vínculos religiosos, 23 eram pastores, 17 se apresentaram como membros, 12 eram evangelistas, 3 presbíteros, 2 bispos e 2 obreiros. A média de idade da grande maioria dos candidatos era 50 anos. Destes, 10 concorreram como vereadores de municípios do interior do Estado e cinco já eram deputados e concorriam à reeleição. Da totalidade de candidatos evangélicos, apenas seis eram divorciados e quatro solteiros. Os outros 50 candidatos disseram-se casados.

3.3. Trajetória religiosa dos candidatos pentecostais e protestantes

Grande parte dos entrevistados se converteu em alguma denominação evangélica, depois de ter passado pelo catolicismo. Em alguns casos, passaram por mais de uma denominação. Na igreja foram exercendo diversas atividades pastorais ao longo dos anos, até chegar ao posto de bispo, pastor, presbítero, evangelista ou obreiro. Entre aqueles que se declararam apenas membros, sobretudo as duas mulheres entrevistadas,

observou-se uma flutuação das mesmas em religiões diferentes até identificarem com alguma em específico.

O pastor Carlos Gomes, da Universal, afirma ser evangélico há 22 anos, sempre na mesma igreja. Natural da Bahia, veio para o Rio Grande do Sul em missão, já como pastor da Igreja, há cerca de três anos. Segundo ele, “quando a pessoa se torna ministro da palavra de Deus, não tem mais residência fixa, a exemplo do Senhor Jesus Cristo”. Criou-se numa família pobre e com sérios problemas estruturais. Seu pai era alcoólatra e aos 12 anos passou a seguir o caminho do pai. Disse já ter bebido até “cair”. Nesta época sua mãe freqüentava a Igreja Universal, passando a levá-lo às reuniões com ela. A partir deste “encontro com Jesus”, ele diz que a harmonia passou a reinar em seu lar. Carlos ajudava seus pais para aumentar a renda. Vendia frutas e verduras na feira. Na igreja, foi batizado aos 13 anos e, não parou mais de participar dos cultos. Aos 19 anos foi conduzido ao cargo de pastor da Universal. Eleito deputado estadual no Rio grande do Sul em 2006, faz o seguinte relato:

“Eu me sinto assim numa obrigação como deputado. Eu passei por uma trajetória muito grande e nessa passagem eu conheci muitas pessoas que não conseguiram chegar na metade de onde eu cheguei. Claro, é uma vitória, até porque eu não almejava ser deputado. Nunca passou pela minha cabeça. Então, hoje como parlamentar eu me sinto na obrigação de lutar por essas pessoas que estão onde eu outrora estive, ou seja, naquela situação de pobreza, às vezes sendo obrigado a ter que largar o colégio, a faculdade. Quero lutar por aquelas pessoas que têm dificuldade de se inserir no mercado de trabalho por falta de uma qualificação. Vou defender também a criação de meios via governo ou parceria com os empresários, para disponibilizar mais cursos, a fim de que essas pessoas de baixa renda possam se qualificar e não ficar tão distantes de onde elas estão para alcançar uma melhor posição na sociedade”.¹⁰²

Outro candidato eleito pela Universal foi o Bispo Paulo Roberto. Natural de São Paulo, ele diz estar ligado à igreja desde 1987. Paulo Roberto foi coroinha da Igreja Católica e ajudou nas equipes de liturgia. Algumas decepções de cunho existencial o tiraram do catolicismo, fazendo-o migrar para a Igreja Universal, onde diz ter encontrado aquilo que procurava no plano espiritual. Ele conta que se converteu à igreja pela mesma forma como tantos outros milhares acabam se convertendo, ou seja, por problemas financeiros. Ele era proprietário de uma loja de motocicletas que foi à falência. Foi quando um amigo o convidou a freqüentar as reuniões da igreja. No início achou que não iria adiantar muito, mas acabou aprovando o modo como a igreja trabalhou. Com a situação de falência revertida, ele passou a ser assíduo freqüentador

¹⁰² Entrevista realizada com pastor e deputado estadual Carlos Gomes, da Igreja Universal, em seu gabinete na Assembléia Legislativa, no dia 07/02/2007.

dos cultos iurdianos. Isso ocorreu em 1987. Com o passar dos anos, foi ocupando todos os cargos na hierarquia da igreja, desde obreiro até chegar a posição de bispo. Segundo ele, o bispo passa a acumular cargos e funções de muita responsabilidade na igreja, dependendo de sua área de atuação.

O ex-deputado e pastor Sérgio Peres converteu-se à Universal aos 24 anos. Até então era católico. Depois de conhecer a Universal, não parou de freqüentá-la. Começou em Gravataí, cidade onde morou na década de 90. Passou a freqüentar os cultos três vezes por semana, até que o pastor local o convidou a participar das reuniões de discipulado, um serviço voluntário que realizava aos sábados à tarde. Depois de um ano, foi promovido a obreiro da igreja, onde, segundo ele, se recebe o poder do Espírito Santo para impôr as mãos e orar pelos irmãos. Conheceu sua esposa na igreja e, depois de dois anos, casaram. Após onze meses casado, foi promovido a pastor auxiliar e, dois anos e meio depois, a pastor titular. Passados seis anos, chegara o momento de uma nova promoção: dessa vez a pastor regional, onde atuou por três anos. Sérgio Peres diz que nesses 13 anos atuando como liderança eclesial da igreja, passou por diversas cidades gaúchas, entre elas, Porto Alegre, Bento Gonçalves, Farroupilha, Caxias, Bagé, Cachoeirinha e Gravataí.

A candidata Adi de Brum disse ser evangélica e participar da Universal há cerca de cinco anos. Antes de se converter, afirmou ter passado por outros credos. Foi católica, Testemunha de Jeová e participou da Seicho-no-ie.

Nelsa Ribeiro, candidata a deputada Estadual pelo PL, disse participar da Igreja Internacional da Graça de Deus desde setembro de 2006, ou seja, um mês antes do pleito eleitoral. Até então, havia participado da Universal durante 12 anos. Afirma que sua conversão ocorreu em função de uma crise familiar, com os filhos viciados em drogas. Segundo ela, seu refúgio espiritual converteu-se em resultados positivos, pois hoje seu filho abandonou o uso de drogas e é um empresário e publicitário bem sucedido. Na Universal, Nelsa conta que foi promovida a evangelista, permitindo-lhe converter pessoas nas vilas, nos bairros, nos presídios. Ela decidiu sair da Igreja por ter conhecido “o outro lado” da Universal:

“Quando me afastei do meu trabalho pastoral para concorrer a deputada estadual, acabei me afastando da Igreja Universal e conhecendo o outro lado da igreja, que eu não conhecia. Eu esperava que a Igreja Universal respeitasse todos os candidatos que estavam concorrendo pela igreja, independente do partido ou com quem estivesse. Eu fui proibida de distribuir os meus santinhos na porta da igreja. Só os candidatos deles podiam aparecer ali. Eu cheguei a conversar com um pastor da igreja, mas ele disse que isso era ordem superior. Mas eu disse que a rua era pública e na rua eu ia distribuir

meus santinhos e assim eu fiz. Mas não fui feliz no retorno esperado. A Igreja Universal não respeitou os outros candidatos que eram membros da igreja. Eles diziam que toda igreja teria de votar somente nos seus candidatos e, que os outros candidatos não poderiam receber votos. Eu saí da igreja porque me senti mal. Quando eu vi que o que eles estavam fazendo não era uma coisa bíblica, então eu resolvi sair da igreja. Um dia o bispo Darlan, da Igreja Universal, falou em um culto que não iria nem orar pelas pessoas que não votassem nos candidatos da igreja, porque eles estavam orando e jejuando. Então, eles queriam o voto e quem não votasse nos candidatos deles, Deus não abençoaria mais. Talvez eles [os membros] tivessem esse medo. Só que Deus não se envolve com mentiras. E o que o bispo falou era uma mentira, porque Deus abençoa sempre”.¹⁰³

O candidato da Assembléia de Deus Atacílio Fortunato afirma que sua conversão ocorreu aos 18 anos de idade, na cidade de Joinville-SC. Há 27 anos ele é membro ativo da denominação. Fortunato atua como evangelista da igreja, realizando campanhas de conversão em várias cidades do Estado. Segundo ele, a principal atribuição do evangelista é “converter almas para Jesus e livrá-las do mal”. Para ele, ser evangélico é uma Graça de Deus:

“Quando eu casei, minha esposa já era evangélica. O meu finado sogro era pastor. E hoje eu tenho três filhos, a mais velha tem 22 anos, o outro menino 19, e o outro tem 15 anos. Então, graças a Deus, nós aqui na cidade de Camaquã temos um trabalho social com uma banda evangélica, a qual os meus filhos participam tocando instrumentos. É a banda ‘Arautos de Cristo’. Nós temos fotos, temos e-mail, os meninos estão no orkut. E quem quiser ver pode observar, é uma banda muito linda composta de 36 jovens. A maioria jovens e adolescentes. Então, meus filhos desde criança participam desta banda. Então, aqui em casa todos somos evangélicos, graças a Deus”.¹⁰⁴

Atacílio revelou que sua mãe era católica e que, desde pequeno, ele também muito da igreja. Fez a primeira comunhão e a crisma e participou dos trabalhos pastorais realizados pela igreja. Aos 18 anos foi participar de um culto evangélico por curiosidade. Disse que se sentiu muito bem e acabou se convertendo.

Outro candidato da Assembléia de Deus entrevistado foi o evangelista Alisson Steinbrenner. Nascido na Igreja Evangélica de Confissão Luterana, converteu-se à Assembléia de Deus no dia no dia 2/03/2003, na cidade de Palmeira Das Missões, onde, segundo ele, fez um propósito com Deus de seguir a Jesus Cristo fielmente. O evangelista Willis Taranger, filho de missionários da Assembléia de Deus no Rio Grande do Sul, nasceu num lar evangélico pertencente à Assembléia de Deus. Seus avós foram um dos casais fundadores do movimento pentecostal na Suécia. Ao longo de 50 anos, Willis tem acompanhado a história da denominação no Rio Grande do Sul.

¹⁰³ Entrevista realizada com a candidata a deputada estadual pelo PL nas eleições de 2006, Nelsa Ribeiro, no dia 07/02/2007, na Praça da Matriz, em Porto Alegre.

¹⁰⁴ Entrevista realizada com o candidato a deputado estadual pelo PP, nas eleições de 2006, Atacílio Fortunato, no dia 11/09/2006, em sua residência, no município de Camaquã.

O pastor Ronaldo Nogueira é pastor da Assembléia de Deus, mas atualmente está mais envolvido com a atividade de vereador no município de Carazinho. Ele conta que seus avós foram pioneiros da Assembléia de Deus no Estado, passando os costumes religiosos para seus pais. Afirma que nasceu assembleiano. Em relação à atividade de pastor, Nogueira relata:

“Em março de 2001, fui ordenado pastor, depois de concluir o curso de teologia junto à escola de Educação Teológica da Assembléia de Deus que tem a sede em Campinas, São Paulo. A igreja possui uma escala, uma hierarquia de cooperadores. Tem o auxiliar, o diácono, o presbítero, o evangelista e o pastor. Para chegar a pastor, não precisa necessariamente ser investido desses cargos. Depende do momento, da vocação e de haver concluído o curso de teologia. Mas, em especial, o candidato a pastor precisa ser vocacionado. É importante ressaltar que todas as minhas atividades exercidas na igreja são realizadas sem remuneração. Eu sempre tive uma atividade paralela. Primeiro, como representante comercial, depois como presidente de uma cooperativa habitacional e agora como vereador”.¹⁰⁵

O pastor Uberani Barbosa foi o candidato oficial da Igreja do Evangelho Quadrangular à Assembléia Legislativa. Ele conta que ingressou na igreja com 13 anos de idade e já atua como pastor da denominação há 30 anos. Uberani afirma que sua igreja é dividida em 40 regiões no Estado. Ele é superintendente da região Vale do Jacuí, abrangendo 19 templos, com sede na cidade de Cachoeira do Sul. Seu colega de denominação, pastor Luiz Rogério Muzel, afirma ter nascido nos ‘fundos’ de uma igreja, pois seu pai, o ex-deputado Manoel Maria, pastoreava uma igreja no interior de São Paulo. Muzel afirma ter trabalhado lado-a-lado com seu pai a partir da adolescência, sobretudo, porque passou a auxiliar nos serviços pastorais e, fez parte da banda da igreja, na qual tocava teclado. Já em Porto Alegre, ele desenvolveu um trabalho como liderança juvenil, auxiliando jovens da Quadrangular em todo o Estado. Adão Owicki, obreiro da Quadrangular, concorreu a deputado federal. Disse estar há cinco anos participando ativamente da igreja. Contudo, confessa ter passado por outros credos religiosos. Foi católico e espírita, e também freqüentou centros de umbanda e candomblé por curiosidade.

Elói Adam Aires é pastor da Igreja Pentecostal Cristã, a qual ajudou a fundar no Rio Grande do Sul. Ele conta que era católico, chegou a fazer a primeira comunhão, mas aos 13 anos passou a freqüentar os cultos de uma igreja evangélica com o

¹⁰⁵ Entrevista realizada com o candidato a deputado federal pelo PTB nas eleições de 2006, Pastor Ronaldo Nogueira, no dia 22/09/2006, em seu gabinete na Câmara Municipal de Vereadores de Carazinho.

consentimento de seu pai. Aos 16 anos já pregava em público com seu irmão, que também queria ser pastor. Em sua trajetória religiosa dois fatos curiosos ganham destaque. O primeiro ocorreu em 1971, no município de Rio Pardo, quando um obreiro orou por uma menina parálitica e a fez caminhar. O padre e o médico do município acusaram-no de charlatanismo e o delegado o prendeu. Quando o pastor Elói soube do incidente, estava na cidade de Cachoeira do Sul. Imediatamente ligou para outros pastores e presbíteros. Todos se deslocaram até Rio Pardo para prestar apoio ao obreiro. Decidiram, então, realizar um culto contra a proibição do delegado. Quando o culto teve início, a polícia invadiu a casa e os prendeu. Passaram a noite presos na delegacia. No outro dia foram interrogados e, ao entardecer, colocados em dois camburões da Polícia Militar e levados ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), em Porto Alegre, sob a acusação de subversão. Sofreram ameaças físicas e vexação moral. Os pastores e líderes religiosos foram humilhados, tendo que tirar fotos em várias posições. Na noite seguinte, durante forte chuva em Porto Alegre, foram liberados.

O segundo episódio envolvendo o pastor Elói Aires ocorreu em 1972, quando ele e seu irmão pregavam na praça central de Sapucaia do Sul. Dias antes da pregação, eles haviam distribuído um folheto divulgando o evento. No destaque do folheto, dizia “Irmãos Adam: trinta noites de Deus em praça pública”. Ele conta que no meio de uma pregação ao estender a mão para recolher a oferta dos fiéis, alguém o segurou e lhe mostrou a carteira policial anunciando a prisão. Elói e seu irmão pediram para terminar o culto, recebendo o consentimento dos policiais. Quando terminou, os dois pregadores saíram “nos braços” da polícia, diante de 90 fiéis, direto para o DOPS. Não houve qualquer reação por parte dos fiéis, pois temiam o regime militar. O jornal *Zero Hora* publicou uma nota sobre o incidente:

“Durante 20 horas estiveram presos os pastores da Igreja Pentecostal Cristã; Elói Adam Aires e Carlos Alberto Adam Aires. Eles foram detidos na noite de quinta feira última, pelas autoridades policiais de Sapucaia do Sul, quando faziam pregação em praça pública. A polícia suspeitou da intenção dos religiosos e, após detê-los, encaminhou-os para o Departamento de Ordem Política e Social em Porto Alegre. Elói, estudante de teologia em São Paulo e vice presidente nacional das Igrejas Pentecostais Cristãs e Carlos Alberto que é pastor de Sapucaia do Sul, passaram a noite recolhidos ao xadrez do DOPS. Na tarde de ontem, após serem ouvidos pelo delegado Sérgio Krause, chefe de investigações daquele departamento, foram liberados, pois ficou provado que em suas pregações, os pastores não tinham qualquer intenção subversiva”.¹⁰⁶

¹⁰⁶ Jornal *Zero Hora*, 30/12/1972. “DOPS libera religiosos”.

O candidato Cláudio Conceição, candidato a deputado estadual disse congregar há 18 anos na Igreja Batista Filadélfia de Porto Alegre. Ele disse que nasceu numa família católica. Foi logo depois de sua conversão, que começou a pensar em lançar um jornal para o público evangélico, para dinamizar a juventude, já que foi líder juvenil. Mais tarde, criou o Jornal Rio Grande Gospel, voltado aos evangélicos.

Outro candidato da Batista Filadélfia foi o vereador Airton Souza, de Canoas. Ele conta que morou em Santa Catarina na infância e adolescência e foi seminarista da Igreja Católica. Mas com 15 anos a família teria que ajudar no custeio de seus estudos. Foi o momento em que resolveu desistir dos estudos. Mudou-se para Porto Alegre em 1982 em busca de emprego. Sua primeira ocupação foi na rodoviária de Porto Alegre, limpando os banheiros. Depois, tornou-se ajudante de pedreiro. Nesse momento, em 1983, conheceu um rapaz que o convidou a participar dos cultos da igreja de Canoas, onde se converteu.

Martinho Santos é da Igreja Batista Betel, reside na cidade de Tapes, onde foi o primeiro vereador evangélico na história do município. Concorreu a uma vaga na Assembléia Legislativa. Afirma que antes de entrar para sua atual denominação, foi membro da Quadrangular. Sua mãe foi da Igreja Batista por mais de trinta anos e uma de suas irmãs é pastora da Igreja Nazareno, no município de Guaíba. Desta forma, Santos diz que seus primeiros passos religiosos foram na Nazareno. Afirma que nasceu católico, mas raramente frequentou celebração ou missa. Em um momento de tribulação, na juventude, ele diz ter tido uma experiência nas religiões de matriz africana. Depois converteu-se à Igreja Quadrangular e, em seguida foi para a Batista Betel por trabalhar como assessor parlamentar do ex-deputado Eliseu Santos, atual vice-prefeito de Porto Alegre, que foi seu padrinho de casamento e congregava na Batista Betel.

3.4. Trajetória política dos candidatos pentecostais e protestantes

A trajetória política partidária dos candidatos evangélicos pode ser classificada como heterogênea. Ora, a participação na política está intrinsecamente ligada à denominação religiosa e à fidelidade que deposita na hierarquia eclesiástica da instituição, ora decorre de motivações pessoais, mesmo sem o apoio da denominação.

Verificou-se entre os candidatos entrevistados que muitos têm sua origem político-partidária traçada pela própria família, o que os estimula ainda mais a seguir o

legado de participação política. Outros já exerceram ou exercem cargos eletivos como vereador ou deputado. Mas há uma minoria que iniciou sua trajetória político-partidária pouco antes das eleições de 2006.

Os deputados eleitos pela Igreja Universal, bispo Paulo Roberto e pastor Carlos Gomes, nunca haviam concorrido a algum cargo político e nem sequer possuíam filiação partidária até o início de 2006. Foram escolhidos pela cúpula eclesiástica como candidatos oficiais da igreja, devido sua presença na mídia da denominação como apresentadores de programas na TV e no rádio.

Paulo Roberto afirma que nunca foi filiado a um partido político. A filiação no PTB veio justamente em função de sua escolha para concorrer como candidato da igreja. Contudo, ele diz que sempre simpatizou com a política, embora nunca tenha manifestado o interesse de fazer parte de uma agremiação partidária. Afirmou que as instituições que mais trabalham pelo social no Brasil atualmente são as igrejas evangélicas. Contudo, reclama que muitas vezes esse trabalho não é divulgado na mídia, quase não ganha visibilidade. É aí que entra o desejo da igreja de fazer mais pelo social por meio da via política.

Carlos Gomes afirmou nunca ter concorrido a algum cargo eletivo antes de se candidatar a deputado estadual no pleito de 2006. Cogita a hipótese de ter sido escolhido pelas lideranças da igreja pela atuação como coordenador de trabalho social. Em relação a candidatura, ele assim se manifesta:

“Quando você sabe que foi aprovado por um grupo de pessoas que te apóiam, que acreditam em você para concorrer, a reação para quem não espera é de surpresa. Você toma um susto. Aí você se pergunta: Mas porque eu? E depois as pessoas vão te dizendo porque você. Então, hoje, eu entendo mais por causa da minha consciência. Você se torna uma pessoa consciente daquilo que tem que defender em virtude daquilo que você passou. Então, eu acho que Deus tem um propósito comigo aqui na política e eu estou aqui também para atender esse propósito. Eu creio que, através da política, nós podemos fazer alguma coisa que possa ajudar a população que mais precisa”.¹⁰⁷

Afirma que sua filiação ao PPS, partido pelo qual foi eleito, não se deu por escolha sua, mas, sim, da própria igreja. Contudo, ele conta que o partido o acolheu muito bem e sua votação pôde contribuir com a legenda.

A candidata Adi de Brum afirma há 15 anos que busca elerger-se a um cargo político. Pelo fato de ser mulher e ter realizado estudos de pós-graduação em direito político, ela sempre tentou ser acolhida por alguma sigla partidária para concorrer. Ela

¹⁰⁷ Entrevista realizada com o deputado eleito, pastor Carlos Gomes, da Igreja Universal, em seu gabinete, na Assembléia Legislativa, no dia 07/02/2007.

reclama das poucas oportunidades políticas oferecidas pelos partidos às mulheres. Em 2000 estava filiada ao PSB, mas negaram-lhe a candidatura à vereança na capital. Em 2002 migrou para o PL, que a acolheu e lhe ofereceu uma das vagas do partido para concorrer a deputada estadual. Em 2006, repetiu o feito, novamente pelo PL. Contudo, não teve êxito em nenhum dos pleitos que concorreu.

O pastor Uberani Barbosa, candidato oficial da Igreja Quadrangular em 2006, afirma que sua trajetória política tem origem na família. Afirma que a política está no “sangue” e que atua em partidos desde 1982. Fato que o levou a concorrer a vereador no município de Cruz Alta e a vereador e vice-prefeito no município de Cachoeira do Sul. Teve êxito nas duas vezes que concorreu a vereador. Contudo, afirma que seu objetivo sempre foi representar o povo evangélico, pois, segundo ele, cada segmento da sociedade tem os seus representantes. Apesar de atualmente estar no PTB, Uberani já passou por várias siglas partidárias, entre elas o extinto PDS, o PP e o PSDB.

A Igreja Quadrangular teve como candidato não-oficial, o pastor Luiz Rogério Muzel. Segundo ele, sua trajetória política está intrinsecamente ligada à trajetória de seu pai, o ex-deputado Manoel Maria, pois Muzel trabalhou diretamente com seu pai como assessor parlamentar, durante o período em que este permaneceu na Assembléia Legislativa. Luiz Rogério afirma que não tinha intenções de concorrer em 2006, mas o PTB o convidou. Ele afirma ter contado com o apoio incondicional de seu pai, inclusive na propaganda eleitoral, onde os dois saíram juntos nos santinhos. Outro candidato que concorreu pela Quadrangular foi o obreiro Adão Owicki, de Charqueadas. Concorrendo à Câmara Federal, ele afirma que foi um dos fundadores do PT no município, mas antes mesmo de ocorrer os escândalos envolvendo o partido a partir de 2002, ele se desligou e se filiou ao Partido Verde, pelo qual concorreu. Além de atuar no partido, também faz parte de movimentos ambientais.

O pastor Edemar Vargas, ex-deputado por quatro mandatos consecutivos, explica que, durante 10 anos, realizou um trabalho de evangelização na Praça XV, no centro de Porto Alegre, onde se reunia com outros membros da igreja, aos domingos para orar pelos transeuntes. Recebeu um convite para entrar na política e decidiu concorrer a vereança na capital, sem, contudo, ter êxito nessa ocasião. Posteriormente, retornou ao campo político concorrendo a deputado estadual em 1990 e, com apoio da Assembléia de Deus, conseguiu sua primeira eleição. Afirmou que em seu primeiro mandato descobriu não existir conflito entre a igreja e a política e que esta seria uma “porta” para que os políticos evangélicos pudessem atuar mais em prol da sociedade.

Edemar Vargas foi o primeiro deputado evangélico a realizar um encontro estadual de políticos evangélicos.

Na cidade de Carazinho, o pastor e vereador da Assembléia de Deus Ronaldo Nogueira concorreu à Câmara Federal e afirmou ter uma paixão por política desde os tempos de colégio, quando foi líder estudantil. Em 1992 filiou-se ao PTB e ajudou a consolidar a construção do partido em seu município, que, hoje, conta com mais de 1.800 filiados. Ele afirma ter simpatia pelo PTB desde de criança, pois seus avós e seus pais eram trabalhistas. Está há quatro mandatos a frente da Câmara Municipal como vereador e, em 1998, concorreu a deputado estadual pelo PTB, sem lograr êxito.

O evangelista Atacílio Fortunato afirma que foi um dos primeiros evangélicos da Assembléia de Deus a se lançar candidato a vereador no município de Camaquã em 1992. Ele afirma que obteve a suplência, mas não recebeu o apoio que necessitava da sua igreja e dos fiéis, pois muitos ainda não aceitavam o envolvimento com a política partidária. Atacílio atua em partidos políticos desde 1990 e já concorreu a vereador em três oportunidades. Antes de ingressar no PP, ele passou pelo PMDB e pelo PDT. Apesar de ter concorrido por esses partidos, nunca obteve oportunidade de atuar junto à prefeitura em um posto político como cc (Cargo de Confiança).

Outro evangelista da Assembléia de Deus, Willis Taranger, afirma que participa da política partidária há muitos anos. Mas a primeira vez que concorreu a um cargo eletivo foi em 2000, quando o PTB o convidou a sair candidato a vereador pelo partido, experiência importante para sua continuidade na política. Afirma estar convicto de que a representação política por parte de lideranças é fundamental para que a igreja desenvolva seus projetos e obras sociais

O evangelista Alisson Stainbrenner afirma que sua vinculação política teve início em 1982, quando seu pai concorreu a vereador da cidade de Porto Xavier e foi eleito. Posteriormente, foi eleito vice-prefeito e duas vezes prefeito. Atualmente sua mãe é vice-prefeita do município. Ele afirma nunca ter trocado de partido e concorrer a um cargo eletivo pela primeira vez em 2006, quando foi candidato a deputado estadual pelo PP.

O membro da Igreja Batista Filadélfia de Porto Alegre, Cláudio Conceição, confessou que não tinha inclinação para a política, e nunca foi uma de suas maiores aspirações concorrer a cargos eletivos. Mas, como inspetor de polícia, e como cristão, fazia muitas palestras para jovens que estavam em fazendas de recuperação de dependentes químicos. Foi, então, que sentiu “o chamado” de Deus para fazer algo a

mais por esses jovens. Uma semana depois encontrou-se por acaso, num hipermercado de Porto Alegre, com o presidente do PL no Estado, ex-deputado Paulo Gouvêa, que o convidou a filiar-se ao partido e concorrer a vereador, em 2000. Concorreu a vereador e obteve 1.900 votos, sendo o quinto mais votado do partido. Em 2002, lançou-se candidato estadual pelo PL, obtendo mais de sete mil votos, sendo o segundo mais votado do partido. Em 2004, trocou de sigla partidária. Filiou-se no PSDB e concorreu a vereador por esse partido. Não se elegeu, mas ficou na suplência do partido, tendo assumido a vereança durante quatro vezes entre 2004 e 2006.

O vereador Airton Souza também pertence a Igreja Batista Filadélfia de Canoas. Afirma que entrou na política em 2000 por intermédio de um pastor de sua denominação. Até então nunca tinha imaginado filiar-se a algum partido político ou concorrer a cargos eletivos. Como naquele ano ninguém da igreja manifestou o interesse em concorrer, o pastor da igreja filiou Airton no PMM. Ele foi o mais votado do partido, mas não foi eleito. Posteriormente, migrou para o PSDB, partido pelo qual concorreu a vereador em 2004, conquistando uma das vagas à Câmara Municipal.

Martinho Santos é membro da Igreja Batista Betel e ex-vereador na cidade de Tapes. Em 1999, a convite do deputado Sérgio Zambiasi, Martinho assumiu a liderança do PTB em Tapes. Em 2000, concorreu a vereança em Tapes, sendo o primeiro vereador evangélico do município. Não obstante, a Igreja Quadrangular, a qual pertencia não o apoiou naquelas eleições, pois o pastor local considerava a política coisa do “demônio”. Martinho descobriu que o referido pastor era filiado ao PMDB e estava apoiando outro candidato. Martinho denunciou o fato ao deputado Manoel Maria, que enviou uma carta ao pastor, afirmando que a Quadrangular foi uma das primeiras igrejas a criar um conselho político partidário no meio evangélico, solicitando ao pastor que o apoiasse ou liberasse os fiéis a votar em qualquer candidato. O pastor negou-se a apoiar Martinho. Este fez a campanha indo de casa em casa e conversando com muitos fiéis, o que lhe rendeu um bom resultado nas urnas e o levou a ocupar uma cadeira na câmara de vereadores de Tapes.

Pode-se notar a mobilidade na trajetória política dos candidatos evangélicos, uns tendo mais afinidade com o universo político, tendo herdado essa motivação pessoal para concorrer a cargos públicos, em muitos casos, da própria família. Em outros casos, percebe-se que alguns candidatos entram no meio político por intermédio de trabalhos sociais que realizavam e outros entraram por força de indicação de sua própria denominação religiosa, caso da Igreja Universal.

3.5. Candidatos evangélicos oficiais e não-oficiais

As três principais denominações pentecostais que utilizam estratégias corporativas para conquistar espaço na política “com a preparação dos membros para votarem em candidatos oficialmente escolhidos pelas lideranças denominacionais” são a Universal do Reino de Deus, a Quadrangular e a Assembléia de Deus (Baptista, 2007, p. 271).

Nas eleições de 2006 no Rio Grande do Sul, o Conselho Estadual de Diretores da Igreja do Evangelho Quadrangular realizou uma prévia interna com pastores e bispos um ano antes das eleições, decidindo apoiar oficialmente dois de seus cinco candidatos. A prévia ocorreu em 2005, na cidade de Santa Maria. Os candidatos escolhidos foram: Uberani Barbosa, para deputado estadual, e Reinaldo Santos, que tentava a reeleição no Congresso Nacional, ambos pelo PTB.¹⁰⁸ Já os candidatos não oficiais concorreram mesmo sem o apoio oficial da denominação. Apesar do apoio oficial, Uberani e Reinaldo não lograram êxito nas urnas, assim como os demais candidatos da Igreja Quadrangular. Na convenção para escolher seus candidatos oficiais, Uberani afirma que recebeu cerca de 90% dos votos dos pastores, que, secretamente escolheram e oficializaram os dois candidatos.

A Igreja Quadrangular não se opõe aos pastores e membros que concorrem à revelia da denominação. Mas não os apoia eleitoralmente. Foi o caso do candidato a deputado estadual, Luiz Rogério Muzel. Apesar de ter feito um investimento financeiro invejável a outros candidatos, Muzel logrou fazer apenas 5.864, enquanto que o candidato oficial da igreja para a Assembléia Legislativa fez 15.474. O total de votos da Igreja do Evangelho Quadrangular obtidos na disputa de uma vaga para deputado federal chegou a 21.338, número insuficiente para eleger o candidato oficial da igreja, pois o último candidato do PTB a eleger-se deputado estadual fez 23.430 votos. Luiz Rogério Muzel afirmou que concorreu à revelia da igreja porque queria criar uma alternativa para os que não iriam votar no candidato oficial da Igreja. Ele afirma que as prévias da Quadrangular em 2005 foram consideradas ilegais pela cúpula nacional:

“As prévias realizadas em 2005 foram declaradas ilegais pelo Conselho Nacional da Igreja Quadrangular, porque elas não seguiram os trâmites legais conforme o estatuto da Igreja e conforme o regulamento político da mesma. Então, teve prazos que não foram respeitados. Uma série de regras que juridicamente tornariam aquela prévia ilegal. Tanto que ela foi declarada ilegal pelo Conselho Nacional de Diretores da Igreja. Então, a minha candidatura entrou neste intervalo em que o Conselho Nacional declarou que as prévias da Quadrangular no Rio Grande do Sul não foram feitas

¹⁰⁸ Jornal *Zero Hora*, 06/08/2006. “Venha a nós o vosso voto”.

corretamente. Ela está anulada. Aí, depois de eu já ter sido lançado candidato pelo partido é que tomaram [a cúpula de pastores gaúchos da Quadrangular] a decisão dentro do Estado em apoiar aquele resultado das prévias de Santa Maria. Então, no período que eu entrei como candidato foi antes de uma decisão baseada naquela prévia que estava anulada”.¹⁰⁹

O candidato Luiz Rogério Muzel tenta legitimar sua candidatura, uma vez que as prévias estariam anuladas e a Igreja Quadrangular não teria candidato oficial até o momento de lançamento de sua candidatura. Luiz Rogério critica a igreja pela escolha do nome do candidato oficial e enaltece seu pai, o ex-deputado Manoel Maria, afirmando que o próximo candidato oficial teria que ser alguém com o perfil de seu pai. Segundo ele, o candidato oficial, Pastor Uberani, contava com o apoio da maioria das lideranças eclesiais, mas não contava com o apoio das bases da igreja.

O candidato oficial da igreja para deputado federal era o deputado e pastor Reinado, que concorria à reeleição. Apesar de ter obtido 33.930 votos, não logrou reeleger-se. Seus votos, somados aos outros três candidatos que concorreram a deputado federal, totalizaram 51.586.

A Igreja Universal lançou dois candidatos oficiais: bispo Paulo Roberto (PTB), para deputado federal, e pastor Carlos Gomes (PPS), para estadual. Ambos foram os únicos candidatos de denominações pentecostais eleitos no Rio Grande do Sul em 2006. Ao lado deles estão os luteranos reeleitos Onyx Lorenzoni (PFL), Júlio Redecker (PSDB) (falecido em acidente aéreo em 2007) e Luiz Carlos Heinze (PP), sendo que nenhum deles teve apoio das denominações luteranas. Outros cinco candidatos se identificaram como pertencentes à Universal, incluindo o deputado federal Paulo Gouvêa, acusado de sanguessuga, mas nenhum deles recebeu apoio da denominação. No Rio Grande do Sul, após retirar o apoio eleitoral de Paulo Gouvêa¹¹⁰ e afastá-lo da Igreja Universal, a cúpula eclesial conseguiu eleger seus candidatos oficiais. Conforme afirma Oro, a Igreja Universal possui uma maneira própria de fazer política desde 1997, pois:

¹⁰⁹ Entrevista realizada com o candidato a deputado estadual pelo PTB nas eleições de 2006, Pastor Luiz Rogério Muzel, no dia 25/01/2007, nas dependências da AGERGS, em Porto Alegre.

¹¹⁰ Nas eleições de 2002, quando Paulo Gouvêa concorreu a deputado federal pelo PL/RS, como candidato oficial da Igreja Universal do Reino de Deus, obteve mais de 100.000 votos. Transcorridos três anos de seu mandato, Gouvêa ainda pertencente à Igreja Universal, preparava-se para concorrer à reeleição. Porém, uma série de denúncias de corrupção acabaram abalando a sua reputação tanto no Congresso Nacional quanto na cúpula da Igreja Universal, que acabou por afastá-lo. Com isso, o deputado perdeu o apoio da igreja e, consequentemente, dos fiéis, que, a pedido dos pastores iudianos, só votam nos candidatos oficiais da Igreja. A prova de que muitas denominações religiosas influenciam diretamente na conquista de votos dos fiéis é demonstrada pelo número de votos que Gouvêa obteve nas urnas em 2006, se comparados com os obtidos em 2002. Sem o apoio da Igreja Universal, apenas pouco mais de 7.000 eleitores optaram em votar no ex-deputado.

“(…) adotou, no âmbito nacional, o modelo corporativo da “candidatura oficial”, cujo número de candidatos para os distintos cargos eletivos depende do capital eleitoral de que dispõe. Dessa forma realiza, antes das eleições, uma campanha para os jovens de 16 anos obterem seu título eleitoral e efetua uma espécie de “recenseamento” de seus membros/fiéis, no qual figuram seus dados eleitorais. Tais dados são apresentados aos bispos regionais que, por sua vez, os transmitem ao Bispo Rodrigues. Juntos deliberam quantos candidatos lançam em cada município ou Estado, dependendo do tipo de eleição, baseados no quociente eleitoral de partidos e no número de eleitores recenseados pelas igrejas locais. Uma vez lançados os candidatos, usam os cultos, as concentrações em massa e a mídia própria (televisão, rádio, jornal) de acordo com a legislação eleitoral para fazer publicidade dos mesmos (...) na IURD a escolha dos candidatos é prerrogativa única e exclusiva dos dirigentes regionais e nacionais da Igreja, segundo seus próprios cálculos e interesses Não há nenhuma consulta democrática aos membros das igrejas locais. Estes recebem, no momento oportuno, o(s) nome(s) que devem apoiar. Muitas vezes, trata-se de pessoas pouco conhecidas pelos “irmãos de fé” (Oro, 2003, p.57).

O deputado Carlos Gomes, eleito pela Universal em 2006, afirma que faltou às demais igrejas um projeto mais definido em torno de um ou dois candidatos. Mas o que houve, segundo ele, foi uma grande ‘pulverização de votos’ nos diversos candidatos da mesma denominação. Seria necessário priorizar e centralizar o apoio em torno de uma ou duas candidaturas. Conforme ele, o mérito de sua eleição é de sua igreja e de seus eleitores que precisam de um representante na política. Ele foi o escolhido como representante do povo gaúcho, mas afirma que seu suporte ou seu reduto eleitoral principal são os evangélicos.

A Assembléia de Deus que, desde 1990, vinha mantendo pelo menos um representante evangélico na Assembléia Legislativa, em 2006 optou por não apoiar candidatos oficiais. Nas últimas eleições, a secretaria política da Assembléia de Deus da região sul decidiu não realizar a convenção para escolher candidatos oficiais para estimular o lançamento de novas candidaturas, mesmo sabendo que essa decisão poderia “pulverizar” a votação. Outra decisão importante, tomada pela cúpula nacional, foi a migração partidária de candidatos. Após anos escolhendo o PTB como partido preferencial para concorrer, a igreja aconselhou que os candidatos se abrigassem no PSC (Partido Social Cristão), visto que nessa sigla teriam alguma chance de assumir cargos nos diretórios, o que não ocorria no PTB.¹¹¹

Para o candidato Willis Taranger, o fato de não ter eleito nenhum candidato no pleito de 2006 comprova a importância e a necessidade de criar uma unidade denominacional para apoiar um ou dois nomes. O ex-deputado e pastor Edemar Vargas

¹¹¹ Fonte: Jornal *Zero Hora*, 06/08/2006. “Venha a nós o voto”.

afirma que a Assembléia de Deus nunca teve candidatos oficiais, mas, em 1990, quando se elegeu pela primeira vez para a Assembléia Legislativa, recebeu o apoio da igreja juntamente com outros dois candidatos. Nos pleitos posteriores ele atribui suas sucessivas reeleições a seu trabalho pessoal como parlamentar. Credita seu insucesso no pleito de 2006 à candidatura de outros membros da igreja. Como o evangelista Willis Taranger e o pastor João de Deus Antunes que juntos obtiveram 14.817 votos. Somados com os 14.284 obtidos por Edegar Vargas chega-se ao total de 29.101 votos. Somados aos votos de candidatos do interior, Edegar teria sido reeleito. Ao todo, os candidatos da Assembléia de Deus que concorreram ao posto de deputado estadual obtiveram 58.012 votos, ou seja, o suficiente para eleger pelo menos um candidato. Edegar Vargas atribuiu o fracasso de sua denominação no pleito de 2006, a “meia dúzia de pessoas” da denominação que, por questões pessoais, acabaram prejudicando e desabrigoando a comunidade assembleiana.

A Igreja Internacional da Graça de Deus lançou um candidato oficial, Adelar Ivan Bayer (PTB). Outros quatro se lançaram por conta própria, sem obter sucesso eleitoral. Os cinco somaram apenas 9.209 votos. A Igreja Evangélica Pentecostal Cristã teve dois candidatos, mas apenas um recebeu o apoio oficial: bispo Volmar dos Santos (PMDB), que é vereador na cidade de Dom Pedrito. As denominações Brasil para Cristo, Sara Nossa Terra, Presbiteriana do Brasil, Universal do Reino de Cristo e Adventista do Sétimo Dia tiveram um candidato cada. As igrejas Batista Filadélfia e Batista Betel, juntas, contaram com sete candidatos, nenhum deles oficial.

Como era de se esperar, na campanha os candidatos evangélicos lançaram diversas propostas moralistas e corporativistas, que prometiam cumprir em seus mandatos, como: a defesa da união da família, da moral cristã, dos bons costumes e da liberdade religiosa; auxiliar cidadãos e entidades civis e religiosas; criar mecanismos para frear as leis de liberação do aborto e do casamento civil de pessoas do mesmo sexo; angariar recursos para desenvolver projetos sociais das igrejas; adquirir ônibus com palco e sonorização para as “cruzadas de evangelismo”; realizar programas em rádios evangélicas e defender a construção de templos religiosos sem atender as especificações da Lei do Estatuto das Cidades. As causas mais restritamente moralistas e corporativistas são as únicas capazes de unir os políticos evangélicos como uma bancada ou frente parlamentar. Vinculados a diversos partidos e igrejas concorrentes no mercado religioso, sua atuação parlamentar, na maioria das votações, costuma obedecer às pressões e escolhas partidárias (Fonseca, 2002). Priorizar propostas moralistas e

corporativas na campanha visa a atender a interesses específicos de sua base eleitoral. Daí seu uso freqüente e estratégico nas campanhas.

3.6. Assembléia de Deus: muitos são os candidatos, poucos os eleitos

Concorrendo com 12 candidatos a deputado estadual e 10 a federal, a Assembléia de Deus não concentrou a votação do rebanho em candidaturas oficiais e, por isso, não conseguiu eleger representante algum. Até mesmo Edemar Vargas (PTB/RS), deputado estadual em quatro mandatos consecutivos na Assembléia Legislativa, não logrou se eleger. O insucesso não decorreu somente da fragmentação dos votos em seus candidatos, mas também do boicote de parte do eleitorado assembleiano, em reação ao protagonismo de políticos da denominação na máfia das sanguessugas. Com isso, o total de votos obtidos pelos 12 candidatos da Assembléia de Deus a deputado estadual (53.934) foi inferior à votação do deputado oficial da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Pastor Carlos Gomes (66.454). Fenômeno que se repetiu para deputado federal: os dez candidatos da Assembléia de Deus obtiveram 81.711 votos, enquanto o Bispo Paulo Roberto, sozinho, alcançou 84.123 votos.¹¹² Lideranças da AD sabem que as dificuldades de eleger candidatos no pleito de 2006 se deve ao fato de um grande número de membros se lançarem candidatos, dividindo assim, os votos dos fiéis.

Desde 1990, a Assembléia de Deus vinha mantendo deputados a nível estadual. Edemar Vargas foi eleito 4 vezes consecutivas e Eliseu Santos permaneceu na Assembléia por dois mandatos. Mas, mesmo em pleitos anteriores, quando a cúpula assembleiana declarou apoio oficial a determinado candidato, não coibiu outros membros ou adeptos de concorrer a cargos eletivos, tampouco proibiu os fiéis de escolherem os candidatos de sua confiança (Oro, 2003, p.59).

Em nível nacional, a CGADB (Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil), realizou em Brasília em 2001, uma convenção geral para constituir oficialmente uma Comissão Política Nacional que, mais tarde, deu origem ao Conselho Político Nacional. Um dos objetivos da convenção era elaborar um plano de estratégias eleitorais para o pleito de 2002. Uma das estratégias foi cumprida com o lançamento do projeto “Cidadania AD Brasil”. (Soares Filho, 2006, p.52).

¹¹² Números obtidos no site do Superior Tribunal Eleitoral, em 08/10/2006.

Com o objetivo ampliar o número de lideranças religiosas na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Legislativas, o projeto “Cidadania AD Brasil – A valorização do voto evangélico” foi criado oficialmente em agosto de 2001 (Soares Filho, 2006, p.52). Em 4/08/2001, a jornalista Elvira Lobato, publicou a seguinte reportagem no Jornal Folha de S. Paulo:

“A convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil aprovou ontem no Rio um projeto de atuação política, em âmbito nacional. O plano tem como meta a eleição de pelo menos um deputado federal por Estado em 2002 e o apoio explícito a candidatos para governador, senador e presidente. A aprovação do projeto que vai fixar metas também para as eleições municipais em 2004, coloca a Assembléia de Deus em um novo patamar, o da criação política organizada, como já faz a Igreja Universal do Reino de Deus. O presidente da convenção, pastor José Welligton Bezerra da Costa, disse que serão feitas prévias eleitorais nos Estados para a indicação dos candidatos a deputado e que os pré-candidatos deverão ter pelo menos três anos de vínculo religioso”.¹¹³

Apesar do sucesso alcançado pelo projeto nas eleições de 2002 e 2004, com a eleição de vereadores, deputados estaduais e federais em todo Brasil, a convenção das Assembléias de Deus no Rio Grande do Sul parece não ter aderido fielmente ao projeto nacional, no pleito de 2006.

Entre os vários argumentos dos pastores assembleianos do Rio Grande do Sul para que a denominação continuasse sua trajetória política a nível nacional, encontram-se o argumento da ética enquanto ideologia a ser seguida pelos parlamentares evangélicos eleitos e a preocupação com as questões sociais que permeiam a sociedade. O envolvimento político funcionaria como espécie de “vitrine de propostas” da Assembléia de Deus (Pedde, 2005, p.151). Já a política seria percebida “como uma possibilidade de moralização e de fortalecimento da família, da sociedade e da nação” (Pedde, 2005, p.153).

3.7. Igreja do Evangelho Quadrangular: representantes de Deus no parlamento

A Igreja do Evangelho Quadrangular do Rio Grande do Sul vinha mantendo um representante no parlamento estadual desde 1990. Trata-se do pastor Manoel Maria que, em 2006, se licenciou da Assembléia Legislativa para assumir o cargo de delegado na AGERGS. Com a eleição de lideranças religiosas a cargos públicos, a Quadrangular procura defender seus interesses institucionais, a ética cristã na política, ou seja, “num

¹¹³ Fonte: Jornal *Folha de S. Paulo*, 04/08/2001.

espaço contaminado pela corrupção, pela ausência de honestidade” (Pedde, 2005, 156). A igreja procura atuar como um grupo de pressão como tantos outros (Pedde, 2005, p.156).

A Quadrangular possui uma coordenação política para montar estratégias com o objetivo de escolher, em convenção de pastores, candidatos oficializados pela mesma, para concorrer a cargos públicos (Bandini, 2003, p.80) Divididos por comissões, os pastores realizam determinadas tarefas e funções, tais como:

“nomeação; fiscalização de trabalhos; recebimento de relatórios; cobrança dos candidatos no sentido de fidelidade aos princípios bíblicos, éticos e doutrinários durante a eleição e depois de eleito; conscientização do ministério das responsabilidades de cada um e da importância da união. A cúpula da denominação está totalmente envolvida neste projeto político e a maneira de trabalhar a política é muito sectária” (Bandini, 2003, p.80).

A igreja mantém uma coordenação nacional para assuntos políticos, a CONAPIEQ (Coordenação Nacional de Política da Igreja do Evangelho Quadrangular). Ela é uma espécie de fio condutor das ações políticas e do projeto político da igreja, a Cidadania Quadrangular (Bandini, 2003, p.80). Uma cartilha sobre as temáticas em que a igreja se posiciona contra ou a favor foi produzida pela CONAPIEQ e distribuída entre suas lideranças para desenvolver consenso para se posicionar contra o divórcio, o casamento civil de pessoas do mesmo sexo, o aborto, a pena de morte, a corrupção (Bandini, p.83).

Para a escolha, o lançamento e o apoio de candidaturas oficiais na Quadrangular, a denominação adota um modelo corporativo. Mas seu modo de escolha dos candidatos difere da Igreja Universal e da Assembléia de Deus, pois “enquanto essas igrejas não realizam prévias internas, a Quadrangular assim procede, de maneira semelhante ao que ocorre nos partidos políticos” (Oro, 2003, 60), demonstrando que o fator democrático na escolha dos candidatos pode ser eficaz na disputa eleitoral (Oro, 2003, 60).

3.8. Igreja Universal do Reino de Deus: votos sagrados, candidatos de Deus.

No pleito eleitoral de 2006, a única denominação religiosa a eleger seus representantes políticos foi a Universal. Adotando estratégias corporativistas, a igreja utiliza de forma ilegal os cultos e outras manifestações religiosas para divulgar o nome e o número dos candidatos oficiais. Em alguns casos, os próprios candidatos são apresentados no púlpito (Oro, 2003, 58). A liderança eclesial escolhida para concorrer é, normalmente, a que se sobressai e tem mais visibilidade.

A cada pleito eleitoral, dentre todas as igrejas evangélicas, a que mais vem se destacando é a Universal, seja “seja em função de sua presença quantitativa, seja devido às estratégias de atuação adotadas para alcançar seus objetivos políticos e eleitorais (Conrado, 2001, p.85). Os meios de comunicação da igreja, sejam eles o jornal, o rádio e a televisão são amplamente utilizados na corrida eleitoral. Conrado destaca a importância do Jornal *Folha Universal* neste processo:

“podemos dizer que a *Folha Universal* marca o período eleitoral no cotidiano pentecostal da IURD. O período eleitoral pode ser pensando como um momento em que conflitos são explicitados, identificações são instauradas e um “mercado de bens simbólicos” (como imagens, retóricas, discursos) tomam corpo e espaço no âmbito da vida social. Na IURD, este período é evidenciado justamente pela *Folha Universal*, que dá o sinal de largada, anunciando e apresentando os candidatos escolhidos pela cúpula, mobilizando os fiéis para regularizar o título de eleitor, combatendo os candidatos externos, construindo a representação política e o “voto corporativo” (Conrado, 2001, p.87).

Embora a Universal seja uma das denominações evangélicas e que se pode visualizar as mais baixas taxas de escolaridade e de renda entre a membresia, a *Folha Universal* distribuída semanalmente na porta dos templos, parece ter criado hábito de leitura em seus frequentadores. Explorando assuntos gerais como esportes, beleza, culinária, ciência, o jornal tem seu rosto institucional. Quando trata de outras religiões, na maioria dos casos acaba expondo o lado negativo da Igreja Católica e das religiões de matriz africana, sobretudo quando se trata de denúncias contra algum de seus membros, como os casos de padres pedófilos, por exemplo. Uma ou duas páginas do jornal são inteiramente destinadas à política, para destacar os candidatos da denominação em época de campanha e para aludir aos projetos de lei realizados por políticos ligados à igreja (Conrado, 2001, p.89). Em 1994, a *Folha Universal* demonizou a candidatura de Lula, acusando-o de comunista ligado à Igreja Católica. Já em 1998, a Igreja Universal realizou diversos confrontos com o governo federal em questões relacionadas à liberdade religiosa das igrejas evangélicas. A decisão da igreja não foi se voltar contra a candidatura de FHC, mas o jornal passou a dar visibilidade a outros candidatos, inclusive Lula, que ganhou nova imagem melhor e mais palatável aos evangélicos, como publicou a edição 317 da *Folha Universal*:

“Com uma bagagem política muito mais farta e sem a radicalidade que o fez perder muitas oportunidades nas eleições passadas, o candidato do Partido dos Trabalhadores entra na briga pelas este ano com chances maiores de vencer (...). Com uma consciência de classe bem definida e possuidor de uma franqueza e força pouco vistas em outros políticos. Lula se encaixa no estereótipo que o partido e o povo desejam (...). Ao contrário do que

aconteceu nas eleições passadas. Lula mostrou-se bem mais afinado com as questões religiosas e até disposto a ouvir o povo evangélico”¹¹⁴.

Os fiéis auxiliam na campanha dos candidatos. O grupos de jovens que se reúnem aos sábados e domingos com a intenção de evangelizar na época das eleições tornam-se verdadeiros cabos-eleitorais, saindo às ruas, sobretudo nas avenidas diante dos templos, para panfletagem. Foi o que ocorreu nas portas do Templo Maior nas eleições de 2006, localizado na avenida Júlio de Castilhos, centro de Porto Alegre. Estrategicamente, a Universal alugou duas salas comerciais no outro lado da avenida em frente da sede e as transformou em comitê eleitoral de seus candidatos. Mais ao lado estava o 5º andar de um prédio comercial, igualmente locado pela igreja para a equipe de campanha se reunir e definir as estratégias eleitorais. As grandes concentrações de fiéis são outra forma de campanha eleitoral. Várias igrejas se organizam em caravanas para estar presente nestes eventos, “o que acaba funcionando também como carreata para os candidatos” (Fonseca, 1996, p.68). A presença dos candidatos nestes eventos é certa, pois outra estratégia eleitoral da igreja é fazer com que compareçam nas grandes concentrações (Fonseca, 1996, 68).

Entre as motivações que conduzem a IURD a participar na política partidária, está a idéia de que a denominação tem sido muito perseguida nos últimos anos, visando se opor a leis que possam prejudica-la. A Igreja Universal se percebe “injustiçada e perseguida pela mídia, pela opinião pública, (...), pela forma como a legislação é aplicada contra ela (...). Portanto, estar onde a legislação é concebida e cobrada (...) é o caminho mais curto para não padecer sob suas determinações” (Pedde, 2005, pp.161-162).

3.9. Do palanque ao púlpito: a legislação que proíbe a campanha em templos religiosos

Em 2006, o Tribunal Superior Eleitoral divulgou a Resolução N.º 22.261, Instrução N.º107, sob a relatoria do Ministro Gerardo Grossi. Trata-se de uma nova lei eleitoral que impôs mais limites e uma série de proibições aos candidatos e partidos políticos, como por exemplo, distribuir brindes (camisetas, chaveiros, bonés, etc) aos eleitores ou mesmo usar auto-falantes a menos de 200 metros de casas públicas, como

¹¹⁴ Jornal *Folha Universal*, edição 317.

hospitais e casas de saúde, pendurar propagandas e estandartes em postes de iluminação pública, etc. Dentre elas, está a lei que proíbe a campanha eleitoral em templos religiosos. Contudo, assistindo a alguns cultos religiosos antes do pleito eleitoral de 2006 e através das entrevistas pude constatar que a Lei foi desrespeitada por muitas denominações e candidatos religiosos, que se aproveitando do fato de serem lideranças em suas igrejas, utilizaram o púlpito para pregar a Palavra de Deus e, em seguida, divulgar suas candidaturas.

Desrespeitando a nova legislação eleitoral, a Igreja Universal realizou campanha eleitoral em seus cultos em Porto Alegre e demais municípios do Estado, divulgando o nome dos “candidatos de Deus”, ou seja, dos pastores candidatos da Igreja Universal, convidando seus fiéis a votar nos mesmos, para evitar de votar em candidatos classificados pelos pastores iurdianos como candidatos “do mal” ou do “demônio”. “Votem nos candidatos de Deus”, dizia o pastor. “Precisamos purificar a política. Expulsar o demônio de lá. O pastor Carlos Gomes e o Bispo Paulo Roberto são homens de Deus”, repetia aos gritos, o pastor que comandava a reunião religiosa das 11hs, no dia 02/09/2006.¹¹⁵ Sobre isso, o candidato da igreja a deputado federal bispo Paulo Roberto se defende:

“Olha, vou repetir aqui uma pergunta feita ao candidato a governador do Estado do Rio de Janeiro, Bispo Marcelo Crivella. Algum candidato de outra igreja lhe perguntou como fazia para ter os votos da igreja também. “O senhor precisa dar uma abertura para a gente, para eu ter uns ‘votinhos da igreja também’, dizia o tal candidato. Aí o Bispo respondeu da seguinte maneira: se o povo da igreja vota em mim, e quando se tem um trabalho de longos anos e quando a gente fez um trabalho aonde essas pessoas se sentiram beneficiadas pelo trabalho que você fez, elas têm uma gratidão. Então pela gratidão dessas pessoas, pelo trabalho que a gente faz é que a gente recebe o apoio. Então dizer que eu tenho apoio total da igreja e dos membros da igreja é até, pode-se dizer que é gratidão pelo trabalho que um pastor de uma igreja pode fazer, pode realizar dentro de uma cidade, dentro de uma comunidade, dentro de uma igreja aonde ele atua. E isso com certeza, quando se faz qualquer coisa por uma pessoa no sentido de ajudá-la, ela acaba ficando grata a você pelo resto da vida”.¹¹⁶

O outro deputado eleito pela Universal, pastor Carlos Gomes (PTB), adiantou que sua campanha foi pautada em poucos discursos, o que contraria o que acompanhamos em sua campanha, pois tem-se a comprovação de que os templos da

¹¹⁵ Durante a campanha eleitoral, visitei a Igreja Universal durante os cultos, comprovando a prática ilegal, segundo a legislação eleitoral vigente, de pastores convidando os fiéis a votar nos candidatos oficiais da igreja.

¹¹⁶ Entrevista realizada com o candidato a deputado federal pelo PTB nas eleições de 2006, Bispo Paulo Roberto, no dia 13/09/2006, nas dependências do comitê político do candidato situado em frente ao Templo Maior da Igreja Universal do Reino de Deus, em Porto Alegre.

Universal foram verdadeiros palanques onde os próprios pastores falavam em nome dos candidatos e, além disso, foram utilizadas muitas estratégias de marketing eleitoral, tais como caminhões de auto falante, material eleitoral impresso (santinhos, adesivos de carro), bandeiraços e caminhadas. Carlos Gomes afirma o seguinte:

“Minha campanha não foi pautada e baseada em discursos. Até porque eu pensava assim: Que discurso teremos para fazer? A não ser o que nós já fazemos. Nós fizemos muitas viagens, muitas visitas. Nós tivemos aí votos em mais de 367 municípios e o que prova que nós viajamos bastante e conhecemos muitos municípios, grandes pequenos, enfim.

Carlos Gomes sugere que não teria discurso algum para fazer, o que evidencia que sua eleição não contou com uma retórica política tradicional, com promessas de realizar grandes projetos, mas sim, baseou-se numa retórica religiosa visando “purificar” o meio político. O deputado Carlos Gomes (PPS) ainda afirmou ter feito votos em mais de 367 cidades do Rio Grande do Sul. Contudo, a maior parte dos votos veio de 110 municípios¹¹⁷ gaúchos que possuem ao menos um templo da IURD.

Outra denominação que facilitou essa prática foi a Igreja do Evangelho Quadrangular, pois, na mesma data, estive na sede da denominação de Novo Hamburgo, onde me encontraria com o candidato oficial da escolhido pela mesma, Pastor Uberani Barbosa. Durante o culto das 19 h, fomos para uma sala separada do templo, onde ele concedeu a entrevista. Disse aquela noite, seria apresentado aos fiéis pelos pastores locais como candidato oficial da igreja, por isso não poderia se alongar na entrevista. Ao som de hinos e louvores que se escutava ao fundo, pastor Uberani se referiu da seguinte maneira em relação à sua campanha junto aos fiéis de sua igreja:

“Nós estamos agora na reta final. Eu priorizei a minha região, que é Cachoeira do Sul. Agora eu estou permanente lá. Mas a gente viajou muito, eu viajei muito. Fizemos todas as regiões do Estado. Quer dizer, o trabalho foi feito. Mas, veja, agora eu estou aqui em Novo Hamburgo e não estava nos meus planos, mas os pastores insistiram para eu me fazer presente aqui hoje. Então, eu estou aqui. Já tivemos um bandeiraço hoje em Cachoeira do Sul, apesar de todo o frio e a chuva. Tinha umas 80 pessoas comigo no centro da cidade. (...) sempre recebi o apoio total da minha igreja. (...) Já existe uma orientação da Igreja para isso e assim como eu falei que cada Igreja tem seus representantes, a Quadrangular também tem seus representantes e essa visão é passada pelos pastores aos membros da igreja”.¹¹⁸

O candidato a deputado federal pastor Elói Adam Aires (PSDC) também disse ser contrário à prática de utilizar o púlpito para fazer campanha eleitoral, mas confessou

¹¹⁷ Fonte: www.igrejauniversal.org.br Pesquisado em 24/02/2008.

¹¹⁸ Entrevista realizada com o candidato a deputado estadual pelo PTB nas eleições de 2006, Pastor Uberani Barbosa, no dia 02/09/2006, na sede da Igreja Quadrangular de Novo Hamburgo.

que ao final das reuniões religiosas “lembrava” os fiéis que o pleito eleitoral estava próximo e, que ele era uma opção, pois estava concorrendo. Ele afirma o seguinte:

“A gente fala assim para os fiéis: é o teu voto e o da tua família. Você é da igreja, mas o teu tio não é, o teu amigo ou o colega de serviço não é. Então, vamos formar uma rede. Então, é lógico que começa por ti. Ai pede para o seu familiar. Por exemplo, um fiel pode arrumar quantos votos? Tem o da esposa e os parentes dela também, e assim vamos indo. Então, a orientação para os fiéis é por aí. (...) Eu não sei se mereço o voto dos fiéis, mas eles têm que analisarem, pois têm os critérios e o livre arbítrio. Agora eu digo assim, não tenho prata nem ouro, mas eu tenho caráter, tenho vergonha na cara, tenho testemunho de vida. Sou pastor há 39 anos e nunca comprei uma casa para mim. Sempre vivi para a comunidade, Eu acho que há alguns princípios que eu tenho. Então se isso aí também vale, posso fazer votos. Mas isso fica a critério do fiel eleitor”.¹¹⁹

Alguns candidatos evangélicos opuseram-se à possibilidade de fazer campanha dentro dos templos religiosos. Para Cláudio Conceição, candidato a deputado estadual e membro da Igreja Batista Filadélfia, como político ele não procura entrar dentro da igreja, pois, a seu ver, ela não foi feita para fazer política, mas sim para pregar a palavra de Deus. Já o candidato Ronaldo Nogueira (PTB), da cidade de Carazinho, Pastor da Assembléia de Deus, afirma que “quem vive do altar tem que viver para o altar”. Segundo ele, “não pode haver mistura nesse sentido”. Ele assim se refere à relação entre religião e política:

“Eu sempre procuro desvincular o comprometimento político com o comprometimento da fé. Têm muitos irmãos na igreja que têm os seus compromissos locais. Muitos têm outras intenções de votos em outras pessoas e nem por isso eles deixam de ser meus irmãos. Não existe nenhum comprometimento porque a missão da igreja não é fazer política e, sim, pregar o evangelho e ensinar todas as coisas que Jesus mandou. A igreja tem que ser desvinculada do compromisso político. A igreja não é um partido político”.¹²⁰

Para uma das lideranças mais importantes e respeitadas dentro da Assembléia de Deus do Rio Grande do Sul, o candidato e evangelista Willis Taranger (PSC), falar de política em púlpito de igrejas é algo inadmissível. A seu ver, “uma pessoa que sai de casa, (...) e traz sua família e senta no banco de uma igreja, ele vem para ouvir algo espiritual. Ele não vem para ouvir um político falar de política no púlpito da igreja”.

Foi com a intenção de coibir esta prática cada vez mais difundida nos templos religiosos em época de eleições que o deputado federal Carlos Souza (PP-AM) protocolou em 15/08/2007, o Projeto de Lei N.º 1785/2007, proibindo a propaganda

¹¹⁹ Entrevista realizada com o candidato a deputado federal pelo PSDC, pastor Elói Adam Aires, realizada no dia 20/09/2006, no seu escritório, junto ao templo religioso em que é pastor, na cidade de Santa Maria.

¹²⁰ Entrevista realizada com o candidato a deputado federal pelo PTB nas eleições de 2006, Pastor Ronaldo Nogueira, no dia 22/09/2006, no seu gabinete de vereador na Câmara Municipal de Vereadores de Carazinho.

partidária ou de candidato realizada em igreja, sinagoga, centro espírita, terreiro e demais templos religiosos e em "site" sob a responsabilidade das entidades ou de seus ministros; em propriedade particular destinada ao público como estabelecimento comercial e de diversão pública. A idéia do deputado seria aprimorar a nova legislação do TSE, existente desde 2006.¹²¹ No entendimento do referido deputado,

“As igrejas e os templos de qualquer religião são locais de acesso público, (...). Desse modo, a propaganda ali realizada tem o condão de afetar o equilíbrio do pleito, ainda mais pelo fato de que os fiéis tendem a seguir os conselhos e recomendações que recebem de seus pastores, podendo, deste modo, ser facilmente influenciados por qualquer propaganda eleitoral veiculada nos recintos dos templos ou igrejas. Isso reconheceu diversas vezes o Tribunal Superior Eleitoral, que julgou propaganda eleitoral irregular (Lei 9.504/97, art. 37) a declaração e pedido de voto em candidato por celebrante de culto (...); a celebração de culto em benefício de candidato (...); a afixação de cartazes de candidato em templo (...); e a colocação de placas em templos. O que buscamos com a presente proposição é exatamente tornar permanente, mediante inscrição em lei do que é hoje uma interpretação da Justiça Eleitoral, tal garantia de maior igualdade na disputa pelos cargos eletivos, incluindo conseqüências mais severas para a desobediência legal. Certos de contribuir para uma democracia cada vez mais sólida, contamos com o apoio dos nobres pares para sua aprovação”.¹²²

O projeto de lei encontra-se em tramitação na CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) da Casa e o seu relator é justamente o deputado George Hilton (PP-MG), pertencente à Igreja Universal do Reino de Deus. Certamente, o proponente da lei vai encontrar pela frente muitas barreiras criadas para a aprovação de seu projeto de lei sobretudo pela bancada evangélica, que adota tais práticas em períodos eleitorais.

3.10. A campanha eleitoral dos candidatos evangélicos

Mais uma vez os evangélicos compareceram em grande número para disputar as eleições de 2006, em todo o Brasil. No Rio Grande do Sul, a percentagem de evangélicos que concorreu chegou a quase 10% do total de candidatos à Assembléia Legislativa e à Câmara Federal. O candidato pentecostal, de maneira geral, sabe que para obter bom desempenho na corrida eleitoral deverá concentrar “esforços na divulgação da candidatura no âmbito dos distritos eclesiais que o apóiam. Contudo, deverá fazê-lo consciente de que se trata de um ambiente de igreja” (Baptista, 2007, p.318), onde falar de política pode ser considerado um tabu, sobretudo para as gerações mais antigas do pentecostalismo. Contudo, a grande vantagem do candidato pentecostal

¹²¹ Fonte: www.camara.gov.br Pesquisado em 05/01/2008.

¹²² Fonte: www.camara.gov.br Pesquisado em 05/01/2008.

é fazer parte de uma comunidade religiosa, onde os votos dos fiéis são direcionados de forma natural a alguém “representante de Deus” no parlamento.

Analisando a filiação partidária da maioria dos candidatos evangélicos, pode-se afirmar que grande parte concorreu por partidos políticos ideologicamente de “direita”, ou seja, mais conservadores em alguns aspectos e menos doutrinários em outros. Em eleições anteriores, o PTB em nível estadual e o PL a nível nacional foram os partidos escolhidos pela maior parte dos candidatos evangélicos. “Há partidos que não convêm para as igrejas pentecostais e neopentecostais, porque são agremiações que exigem disciplina ideológica dos filiados. (...) É o caso dos partidos de esquerda, mas também se aplica a alguns de direita (...)” (Baptista, 2007, p.256). Alguns candidatos escolhem o partido político, onde, de acordo com a proporcionalidade do mesmo, conseguem se eleger com um menor número de votos, se comparados a outros partidos.

Compareceram 38 candidatos entre pentecostais e históricos para concorrer à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, sendo que os pentecostais juntos somaram 170.086 votos, enquanto que os históricos fizeram 56.461 votos, perfazendo um total geral de 226.547 votos de evangélicos. Segundo dados oficiais do TSE, os votos para deputado estadual no Rio Grande do Sul somaram 5.997.049¹²³. Dessa forma, pode-se afirmar que os evangélicos a preferência de 3,7% do total de votos válidos, pelos nomes levantados nessa pesquisa. Os evangélicos que concorreram a deputado federal somaram 262.812 votos, o que representou 4,4% dos votos válidos para deputado no Rio Grande do Sul, posto que 5.962.088¹²⁴ eleitores votaram para deputado federal.

Dos candidatos entrevistados, três pertenciam à Igreja Universal: o pastor Carlos Gomes (PPS), o Bispo Paulo Roberto (PTB) e a advogada e adepta da igreja Adi de Brum (PL). A campanha dos dois primeiros candidatos teve uma logística toda especial por parte da Universal, uma vez que os dois eram os candidatos oficiais da mesma. Ocorreram caminhadas e bandeirações cujo início partiam sempre dos frente aos templos da denominação. O próprio comitê central dos candidatos oficiais da Igreja estava localizado em frente à Catedral da Fé, ou Templo Maior da Universal, localizado na Av. Julio de Castilhos, no centro de Porto Alegre. Durante a campanha, a Universal também investiu muito em material gráfico, adesivos para carros e caminhões de auto-falantes. Certa tarde, durante o término de um culto, resolvi sair pelo estacionamento privativo da

¹²³ Fonte: www.tse.gov.br Pesquisado em 02/02/2008.

¹²⁴ Fonte: www.tse.gov.br Pesquisado em 02/02/2008.

Igreja Universal e pude constatar que havia no local uns 100 a 150 carros, todos com adesivos do pastor Carlos Gomes e do Bispo Paulo Roberto. Em nenhum dos santinhos dos candidatos era mencionado o nome dos candidatos a governador ou presidente que os mesmos estavam apoiando. Isso denota a autonomia dos candidatos em relação às agremiações partidárias onde estavam filiados.

A Igreja Universal parecia um grande partido apoiando dois candidatos na corrida eleitoral. Isso porque, apesar de serem de partidos distintos, seus santinhos eram praticamente iguais, do mesmo formato e com chavões na parte inferior dos mesmos. O chavão utilizado pelo bispo Paulo Roberto era “O Amigo do Povo”, já o pastor Carlos Gomes utilizava o “Tá Ligado”. Essas terminologias se popularizaram nos seus programas radiofônicos e de televisão apresentados antes das eleições, nas emissoras pertencentes à Universal. Em uma de suas propagandas eleitorais, Paulo Roberto afirma que “é preciso ter fé, coragem, dedicação e mais amor a terra da gente. Só assim, vamos restaurar a esperança de nosso povo e alcançar o progresso desejado e merecido”, por fim terminava afirmando: “Nós acreditamos na Renovação Política!” A candidata Adi de Brum, filiada ao PL, não recebeu qualquer apoio da Igreja Universal, distribuía santinhos fazendo dobradinhas com o candidato a deputado federal Paulo Gouvêa e com a atual Governadora Yeda Crusius. Apresentou em seus santinhos o slogan “Fazer política sem corrupção”.

A Assembléia de Deus optou por não apoiar candidatos oficiais em 2006. Ao todo, foram 22 os candidatos que se identificaram com a igreja e buscaram delimitar territórios religiosos com a intenção de atrair o maior número possível de apoiadores e fiéis assembleianos. O candidato a deputado federal Enio Souza, membro da igreja, declarou-se contrário à prática de campanha dentro de templos religiosos. Por esse motivo, não recebeu o apoio de muitos fiéis ou lideranças da igreja, apesar de ter feito dobradinha, em alguns ‘santinhos’, ao lado do candidato a deputado estadual presbítero Gelson Domingues. A campanha de Enio foi baseada em recursos próprios. Já o pastor e Deputado Edemar Vargas (PTB) concorreu ao seu quinto mandato como deputado estadual. Em sua campanha no rádio e na televisão, conclamava os evangélicos a votarem nele, afirmando ser “o deputado dos evangélicos e o representante da Igreja Assembléia de Deus”. Uma das hipóteses mais prováveis para a não reeleição de Edemar Vargas é a possível ‘pulverização’ de votos que houve em torno dos demais candidatos que concorreram procurando representar a Assembléia de Deus. O evangelista Atacílio Fortunato (PP) realizou uma campanha modesta, recebeu o apoio

de um colega de partido, do qual recebeu cerca de 50.000 panfletos, onde saía em dobradinha com o mesmo. O candidato em questão era Vilson Covatti. Atacílio reclamou que muitas lideranças da igreja costumam apoiar candidatos que possuem maior capital social ou econômico, seja ele, pertencente ou não à Assembléia de Deus. O evangelista Alisson Steinbrenner¹²⁵ (PP) realizou modesta. Contudo, fez um bom número de votos, pois, recebeu além de pastores, o apoio de muitos agricultores e empresários da região. Sua mãe é a atual vice-prefeita de Porto Xavier. O pastor Ronaldo Nogueira é vereador na cidade de Carazinho e sua campanha eleitoral ocorreu na região e municípios vizinhos. Para as lideranças assembleianas, Ronaldo optou por enviar malas diretas com carta-compromisso e santinhos a serem distribuídos entre os fiéis da igreja. Em um deles, saiu em dobradinha com o pastor João de Deus, candidato a deputado estadual. O santinho dizia que os dois estavam “unidos na fé”. Outro vereador que concorreu como representante da Assembléia de Deus foi o candidato a deputado federal Nelson Moraes (PMDB). Sua campanha foi modesta. Entre seu material de campanha havia um ‘santão’ no qual ele apresentava sua plataforma de atividades, suas principais realizações como vereador e uma galeria de fotos ao lado de personalidades reconhecidas do PMDB gaúcho, como o senador Pedro Simon. Uma de suas propostas era trabalhar pela obtenção de recursos para o desenvolvimento de projetos sociais de igrejas evangélicas. Nelson Moraes adotou o seguinte slogan de campanha: “trabalho, dedicação e fé”. Abaixo do seu número de candidato estava a seguinte passagem bíblica: “tudo posso Naquele que me fortalece”. O último candidato entrevistado da Assembléia de Deus foi o evangelista Willis Taranger. Concorreu a deputado estadual pelo PSC (Partido Social Cristão) pela afinidade com o regimento do partido, que busca ampliar a importância dos valores cristãos na sociedade. Em um de seus santinhos, Willis fez dobradinha com o candidato e membro da Assembléia de Deus, Elias Domingues (PSC). Taranger empregou o slogan: “uma vida dedica ao social”. Apresentava seu currículo resumido, e afirmava quais seriam seus principais projetos na Assembléia Legislativa. No último deles, prometia defender os princípios cristãos e a família. Na mesma propaganda eleitoral, Willis solicitava a seus eleitores: “não anule seu voto, renove!”.

¹²⁵ O candidato foi entrevistado via correio eletrônico devido às dificuldades de reunir-se com ele pessoalmente, uma vez que ele reside no município de Porto Xavier, extremo noroeste do Rio Grande do Sul.

Na cidade de Santa Maria concorreu a deputado federal pelo PSDC, o candidato e pastor da Igreja Pentecostal Cristã, Elói Adam Aires. Realizou uma das campanhas mais modestas entre os evangélicos, pois disse ter gasto somente R\$400.00 em propaganda política. Reclamou muito das lideranças de seu partido, que prometeram apoio financeiro para a campanha, mas não cumpriram. Isso fez com que Elói optasse em reproduzir seu santinho em máquina foto-copiadora, evitando gastos com material gráfico. No santinho, afirmava que “agora é a vez da Social Democracia Cristã – PSDC”, pois “renovar é preciso”. Enfatizava que o PSDC era “um partido de fé e que mantinha “compromisso com a família”. Segundo ele, “é preciso fé e coragem para mudar”.

A Igreja do Evangelho Quadrangular contou com dois candidatos oficiais. Um deles foi possível entrevistar. Trata-se do candidato a deputado estadual, pastor Uberani Barbosa (PTB). Num de seus santinhos, Uberani fazia dobradinha com o candidato oficial que concorria a reeleição como deputado federal, pastor Reinaldo (PTB). O candidato Uberani fez uma campanha modesta em termos financeiros, mas contou com o apoio oficial de sua denominação. No verso de seu santinho em que fazia dobradinha com o pastor Reinaldo, podia-se ler o seguinte sobre Uberani: “candidato a deputado estadual, natural de Itaqui, tendo sua escola política em duas importantes cidades do RS, Cruz Alta e Cachoeira do Sul, como vereador.” Por último, o panfleto afirma que “ambos concorrem como candidatos oficiais da igreja, indicados em Convenção Extraordinária.” Um forte concorrente de Uberani foi o candidato Rogério Muzel dos Santos (PTB), pastor da IEQ e filho do ex-deputado e também pastor Manoel Maria, que concorreu à reeleição da igreja. Em seu santinho, Rogério saiu em foto ao lado do pai, na tentativa de atrair os eleitores de Manoel Maria em eleições anteriores. Contudo, vale lembrar que em todas as ocasiões em que logrou se eleger, Manoel Maria era o candidato oficial da sua igreja. No santinho, Manoel Maria saía em favor de seu filho: “ética, seriedade e respeito que se aprende em casa.” Já Rogério Santos afirmava que era necessário “renovar para transformar!”. Outro candidato entrevistado pertencente à IEQ foi o obreiro Adão Nunes Owicki (PV). Empresário, Adão fez uma campanha muito solitária e contou somente com o apoio de fiéis de sua igreja, no município de Charqueadas. Em seu santinho, Owicki afirmava ser “um projeto limpo para o Rio Grande” e, se eleito, iria ser o representante da região carbonífera. Ele assim se manifestava em seus santinhos: “você hoje deve estar como eu, enjoado com tantas

promessas. Chega! Vamos mudar, vamos renovar por pessoas sérias e honestas que cumpram sua palavra e defendam o povo com garra.”

O candidato Martinho Santos (PL) concorreu a deputado estadual e sua campanha foi considerada modesta pelo próprio candidato. Martinho recebeu material de propaganda de seu partido. Uma das principais propagandas para divulgar sua candidatura, foi o “Informativo Martinho Santos”. Nesse documento, ele apresentava um pouco de sua trajetória pessoal e da sua vida pública, afirmando ser membro da Igreja Batista Betel e o primeiro vereador evangélico na história do Poder Legislativo de Tapes. Relata as leis municipais criadas por ele, com destaque para a que homenageia as igrejas do município. Diz ter concorrido como deputado estadual à convite do ex-deputado Paulo Gouvêa (PL) e, apresenta seus projetos para a futura legislatura, menciona ter escrito um livro intitulado “A política e a igreja”, divulga um jingle com letra de sua própria autoria. Em outro santinho, o candidato solicita a ajuda dos eleitores para defender a causa evangélica. Em entrevista, Martinho alega que sua votação foi prejudicada em virtude de ter saído em dobradinha com o ex-deputado Paulo Gouvêa, acusado de participar do esquema dos deputados sanguessugas.

Cláudio Conceição, membro da Igreja Batista Filadélfia de Porto Alegre, concorreu a deputado Estadual pelo PSDB. Recebeu recursos financeiros do partido e de lideranças eclesiais. Realizou uma campanha modesta, mas diz ter viajado para muitas cidades, para divulgar sua candidatura. Contudo, Conceição tinha um grande trunfo em suas mãos. Proprietário do jornal *Rio Grande Gospel*, durante três edições, ele pôde explicitar sua candidatura no interior do jornal. Também aproveitou para colocar um santinho no mesmo, antes de enviar para o assinante. No santinho, Cláudio Conceição afirma que “Deus é fiel!”. No verso do mesmo, faz mais uma afirmação evangélica, “O Rio Grande do Sul é do Senhor Jesus Cristo!”. Cláudio ainda se apresenta como servidor público da polícia civil há mais de 15anos. Formado em Comunicação Social pela Famecos/PUCRS, afirma ser um dos líderes da igreja Batista Filadélfia e contar com o apoio de seu pastor, Samuel Espíndola. Durante sete anos esteve à frente da juventude batista.

O candidato a deputado estadual Airton Souza (PSDB) também pertence à Igreja Batista Filadélfia, mas no município de Canoas, onde é vereador. Em março de 2006, Airton lançou o informativo n.º 02 intitulado: “Airton Notícias: compromisso, trabalho e companheirismo – Informativo Gabinete Vereador Airton Souza”. A manchete do informativo era: “PSDB vai ter candidato a deputado estadual.” Abaixo, o vereador

Airton, cotado para ser o candidato, aparece em foto abraçado à Geraldo Alckmin e ao lado do prefeito e da primeira dama da cidade de Canoas. No informativo, o vereador Airton assina um artigo intitulado “Por uma nova conduta política”, ressaltando seus principais projetos de lei aprovados na câmara municipal. Na última página, destaca a revitalização da Praça da Bíblia realizada pela administração municipal, por sua solicitação. Em uma de suas propagandas políticas para deputado, Airton afirma ser um “homem de princípios e valores em Deus.

“nesta minha vida pública, tenho procurado ser um instrumento de apoio, para igrejas, pastores, e lideranças; sendo um elo de ligação entre o poder público e a sociedade, e de algumas conquistas já fizemos parte! Uma vez que nos pautemos por valores cristãos, a atuação de um parlamentar faz a diferença na defesa da população, buscando garantir os direitos dos cidadãos.”¹²⁶

Na mesma propaganda, apresenta uma foto com sua família, afirmando ser ela a base de tudo e a célula principal de uma sociedade. Mais uma vez ganha destaque a revitalização da Praça da Bíblia que foi realizada a seu pedido. Ele ainda afirma sobre si mesmo:

“ O vereador Airton Souza tem na religião evangélica a sua referência de fé. Busca atuar na promoção humana e melhor qualidade de vida para todos. Airton tem uma atuação especial junto aos pastores, com quem vem reunindo-se quinzenalmente com o objetivo de traçarem juntos algumas ações. Uma delas, já contempladas, trata da revitalização da Praça da Bíblia. Durante as reuniões com os evangélicos, foram apresentadas várias sugestões para unir mais o trabalho das diversas Igrejas Evangélicas de Canoas. Uma delas propõe a formação de uma associação das igrejas para o desenvolvimento de atividades sociais, voltadas para pessoas carentes e o desenvolvimento das famílias de nossa comunidade.”¹²⁷

Este ‘santão’ foi dirigido ao público evangélico da cidade de Canoas e outras regiões. Nele sete pastores de igrejas evangélicas de Canoas abriram o voto para Airton e deixaram seu depoimento sobre a importância de eleger um candidato evangélico confiável e honesto. Airton ainda aproveita o espaço da propaganda para dizer o que pensa sobre Deus, família, educação, habitação, emprego, saúde, drogas e segurança. No final recebe o apoio do prefeito de Canoas, Marcos Ronchetti (PSDB).

A candidata Nelsa Ribeiro pertencia à Igreja Universal até pouco antes das eleições, quando ao perceber que não receberia o apoio, mesmo que informal da igreja, decidiu se transferir para a Igreja Internacional da Graça de Deus. Concorrendo a deputada estadual pelo PL, saiu em dobradinha com o ex-deputado e candidato à

¹²⁶ Informativo de campanha política do candidato a deputado estadual Airton Souza (PSDB).

¹²⁷ Informativo de campanha política do candidato a deputado estadual Airton Souza (PSDB).

reeleição, Paulo Gouvêa. Mesmo crendo em sua inocência, ela afirma que o fato de ter saído ao lado do deputado após as denúncias de corrupção contra ele, podem ter contribuído para minimizar seu prestígio junto ao eleitorado evangélico. Já o candidato a deputado estadual Almir Guedes (PL), pastor da Igreja Sara Nossa Terra, não contou com apoio nenhum do seu partido, realizando uma campanha “pobre”, com poucos recursos financeiros próprios. Ele afirma em entrevista que o fato de já ter concorrido a vereador na cidade de Caxias do Sul pode tê-lo ajudado na conquista dos votos que obteve.

A campanha dos candidatos evangélicos foi pautada pela retórica moralista que prega a defesa dos bons costumes e das causas cristãs, procurando, entre outras coisas, defender as igrejas evangélicas contra os ataques do “maligno”, cristalizados em projetos e leis que supostamente poderiam prejudicar o segmento pentecostal. Os projetos políticos são embasados sobretudo em políticas de inclusão social, por meio propostas de cunho assistencialista, ressaltando a defesa dos direitos dos menos favorecidos, dos marginalizados, a criação de empregos, a recuperação de drogados.

3.11. Em busca dos votos de Deus: os redutos eleitorais

Muitas igrejas, apesar de não apresentarem candidatos oficiais no pleito de 2006, demarcaram territórios para que alguns candidatos pudessem sair beneficiados em sua votação. Existem denominações que durante toda a corrida eleitoral mantiveram um forte controle sobre os fiéis, traduzindo esse comportamento em votos nas urnas. Contudo, outras igrejas quase não deram importância pelo fato de terem uma liderança eclesial disputando um cargo eleitoral.

Muitos candidatos pentecostais buscam conquistar as melhores oportunidades na de voto evangélico na disputa eleitoral porque sabem que “ a presença no espaço público habilita-os a participarem dos jogos de poder, onde terão acesso a recursos aplicáveis na competição religiosa” (Baptista, 2007, p.240).

Por ocasião do pleito eleitoral de 2006, se verificou que os redutos eleitorais dos candidatos evangélicos não se resumiram somente à sua denominação religiosa. Muitos procuraram se cercar de outros tipos de pertencimento, como os votos dentro do seu segmento profissional, de um determinado grupo de amigos, de sua cidade natal, de outras igrejas. Enfim, a maior parte dos candidatos entrevistados relataram que se

eleitos, não iriam fazer um governo para os evangélicos, de forma a excluir a população não evangélica. Este discurso foi estratégico, sobretudo, para convencer eleitores não simpáticos à causa evangélica. Por isso, muitos candidatos optaram pela estratégia de elaborar deferentes discursos e materiais de campanha, de forma a atrair a credibilidade de outros setores da sociedade. Sobre a presença dos evangélicos no campo da política, Regina Novaes afirma que,

“Além das denominações grandes e conhecidas, há um imenso conjunto de micro denominações independentes entre si que, em muitas situações, se resumem a um ‘ponto de culto’ localizados em casas ou salas de uma favela ou bairro periférico. É possível que estes fiéis busquem por iniciativa própria ou do pastor, votar em candidatos evangélicos. No entanto nada garante que outros tipos de pertencimentos, lealdades e adesões familiares ou locais, não influenciem os votos dos membros da igreja. Em resumo, não há garantia de consensos entre denominações, nem de que os evangélicos votem necessariamente de acordo com a orientação do pastor, nem podemos dizer que os evangélicos votem sempre em evangélicos” (Novaes, 2002, p.86)

Aliada ao conjunto de fatores advindos dos escândalos envolvendo políticos evangélicos nos últimos anos, essa pode ser uma outra hipótese para a não eleição e reeleição da maior parte dos candidatos evangélicos. A cada pleito eleitoral observa-se o aumento gradativo de candidatos que explicitam o vínculo com alguma denominação pentecostal, mesmo que não reconheçam a igreja como principal reduto eleitoral, o que pode ser contraditório, ou, apenas uma oportunidade do candidato para falsear ou despistar das lentes sociais, quais são seus redutos e segmentos sociais em que pretende conquistar eleitores.

Em sua grande maioria, os candidatos evangélicos que concorreram a deputado em 2006 e, exercem juntamente com suas funções pastorais, outra atividade profissional, procuraram atrair para si os votos de fiéis de distintas denominações, buscando o apoio, sobretudo de pastores, pois estes são considerados carismáticos no sentido weberiano da expressão, o que proporciona ao candidato uma certa vantagem, pois, em muitos casos, contar com o apoio oficial do pastor reflete é contar com o voto do rebanho de fiéis guiado por ele. Mas, sabendo que os fiéis nem sempre correspondem às expectativas de alguns candidatos, estes aproveitam o fato de pertencerem a outros segmentos sociais, onde normalmente exercem suas atividades profissionais, como meio de dilatar suas possibilidades de votos nas urnas.

De forma geral, percebe-se a partir da fala dos candidatos entrevistados que, a maior parte dos redutos eleitorais concentrou-se de fato na denominações religiosas, desmembradas em seus templos, associações, grupos de orações, projetos assistenciais, entre outros. Os candidatos que tiveram um maior poder financeiro para aplicar na

campanha, viajaram mais. Muitos percorreram regiões estratégicas do Estado, outros preferiam municípios onde se concentra maior número de fiéis da sua igreja ou de outras denominações quando algum a liderança da mesma decidida abrir seu voto para este ou aquele candidato. A forma encontrada por aqueles candidatos que não dispunham de recursos para viagens de grande curso, ou de um planejamento mais estratégico com comitês distribuídos em outros municípios, optaram por utilizar serviços de correio para enviar mala direta a todas as igrejas de sua denominação no Rio Grande do Sul e, em alguns casos, até mesmo para pastores de outras igrejas. Além da propaganda eleitoral gratuita, muitos candidatos também veiculavam seus nomes em jornais ou rádios de seus municípios ou região, em jornais ou revistas gospel. Em outros casos, alguns optaram por atingir o público evangélico pelas vias virtuais, através de sites de relacionamento, e-mails, e, até mesmo através de sites pessoais que foram hospedados durante a campanha. Uma das únicas igrejas que abriu mão de todos esses recursos já citados foi a Universal, devido ao projeto corporativista e carismático da instituição para eleger seus candidatos oficiais. O pastor Carlos Gomes e o Bispo Paulo Roberto foram eleitos com votos oriundos de todos os municípios que possuem templos da Universal, sem que, para isso, tivessem que visitá-lo. Suas campanhas se restringiram à região metropolitana de Porto Alegre. Nos templos do interior, os pastores recebiam as orientações da cúpula sobre as estratégias de campanha a serem utilizadas (as mesmas usadas no Templo Maior, em Porto Alegre) para ganhar a credibilidade da membresia e direcionando o voto dos fiéis para os candidatos da Igreja.

3.12. Os gastos de campanha

Cada vez mais, em época de eleições, percebe-se candidatos a cargos públicos buscando filiar-se ou aliar-se a partidos considerados fortes, sobretudo financeiramente, prevendo um auxílio pecuniário para os gastos de campanha. Não obstante, muitos candidatos recebem quantias significativas em dinheiro, depositadas em sua conta corrente pessoal aberta por ordem do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), exclusivamente para realizar movimentações financeiras de gastos com a campanha e para realizar a prestação de contas após seu término.

No entanto, em 9 de fevereiro de 2006, os deputados federais aprovaram Projeto de Lei que limitaria os gastos nas campanha eleitorais. O Congresso Nacional passaria a definir um valor limite a ser gasto em cada candidatura, conforme aplicação da nova lei. Os valores seriam fixados de acordo com a natureza da candidatura. Segundo a lei, um

candidato a governador teria um valor de gastos superior a de um candidato a deputado estadual. A nova lei também obriga os candidatos a prestar conta da “origem dos recursos recebidos” e dos gastos realizados “durante a corrida eleitoral”. Passadas as eleições, os candidatos são obrigados a divulgar junto à Justiça Eleitoral o nome de pessoas ou empresas que realizaram doações em espécie para a campanha. A distribuição de brindes, a realização de *showmícios* e a utilização de *outdoors* para os candidatos estaduais e federais também estão proibidas. A lei determina ainda que, no ato do registro dos candidatos junto ao TSE, os partidos divulguem o valor máximo de sua campanha, não podendo ultrapassar o “teto definido” pela legislação. A lei é clara ao determinar que, “se um candidato usar bens públicos para fazer propagandas, como postes de iluminação, pontes e passarelas, terá de pagar multa que varia de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil”.¹²⁸

Os gastos dos candidatos evangélicos nas eleições de 2006 foram considerados muito heterogêneos, pois enquanto uns dispunham de cifras elevadas para aplicar na divulgação de suas candidaturas, outros, filiados a partidos menores que não lhes forneceram apoio financeiro, dispunham de recursos pessoais mínimos, fazendo com que utilizassem serviços de fotocópias em preto e branco para distribuir seus ‘santinhos’, abstendo-se de se utilizar serviços de gráficas, de audiovisual e de cabos eleitorais.

A média do valor máximo de gastos divulgada junto ao TSE, pelos diversos partidos em que os 12 candidatos da Igreja Assembléia de Deus concorriam à deputado federal ficou em R\$ 433.330,00. Os cinco candidatos a deputado estadual da Igreja Universal do Reino de Deus divulgaram uma média máxima de R\$480.000,00. A Igreja Internacional da Graça de Deus também apresentou cinco candidatos no Estado e, a média máxima de gastos junto ao TSE foi de R\$360.000,00. Os candidatos estaduais da Igreja do Evangelho Quadrangular foram dois e apresentaram R\$500.000,00 como valor máximo de gastos, cada um. A Igreja Adventista do Sétimo Dia também apresentou dois candidatos com uma média máxima de gastos estipulada em R\$500.000,00. Com três candidatos à Assembléia, a Igreja Batista Filadélfia ficou com uma média máxima de R\$700.000,00. As Igrejas Presbiteriana, Batista Brasileira, Batista Betel, Luterana, Pentecostal Universal do Reino de Cristo, Pentecostal Apostólica do Brasil, O Brasil

¹²⁸ Publicado em *FolhaOnline*, 09/02/2006. Fonte: www.folha.com.br. Pesquisado em 07/10/2007.

para Cristo, Sara Nossa Terra, Pentecostal Cristã, com um candidato cada, tiveram uma média máxima de gastos no valor de R\$ 466.660,00.¹²⁹

No que se refere aos gastos máximos estipulados pelos partidos aos candidatos evangélicos que concorriam a uma cadeira na Câmara Federal, o quadro apresentado foi o seguinte: 10 candidatos da Igreja Assembléia de Deus, distribuídos em diversos partidos, tiveram uma média máxima de gastos estipulada em R\$383.000,00. A Igreja do Evangelho Quadrangular teve quatro candidatos que, juntos, tiveram uma média máxima de gastos de R\$700.000,00. O único candidato que concorreu a deputado federal pela Igreja Universal do Reino de Deus declarou ao TSE um valor máximo de gastos de R\$800.000,00. O candidato Paulo Gouvêa, concorria pelo PL, não tinha denominação religiosa e declarou um valor total de gastos estimado em R\$600.000,00. Os demais evangélicos pertencentes às igrejas Batista do Brasil, Batista Betel, Pentecostal Cristã, Metodista Wesleyana e Internacional da Graça de Deus tiveram uma média máxima de R\$740.000,00 registrados junto ao TSE.¹³⁰

Na prática, ao analisar as prestações de conta dos candidatos, e o que relataram nas entrevistas, o montante dos gastos de cada um é muito menor do que os valores divulgados no TSE. Alguns candidatos não ultrapassaram 1% do gasto máximo que haviam previsto. O deputado estadual Edemar Vargas (PTB), pastor da Assembléia de Deus, teve uma receita de R\$62.975,07. A maior parte desta quantia foi proveniente de doações do próprio partido e de empresas como a Aracruz Celulose. Seus gastos contabilizaram os exatos 62.975,07. A maior parte dos gastos ocorreu com despesas postais, combustível, abertura de uma página na internet e publicidade de materiais impressos, placas, estandartes, faixas e carros de som.¹³¹

Os candidatos Atacílio Fortunato (PP) e Alisson Steinbrenner (PP), ambos evangelistas da Igreja Assembléia de Deus, tiveram gastos bem menores que a campanha de Edemar Vargas. Alisson apresentou ao TSE uma receita de R\$11.192,98, oriundos na maior parte de recursos próprios, seguido de doações de amigos e uma contribuição do partido. Teve uma despesa total no valor de R\$8.761,42, sendo que aplicou a verba unicamente em publicidade por materiais impressos.¹³²

¹²⁹ Fonte: www.tse.gov.br Pesquisado em 25/01/2008.

¹³⁰ Fonte: www.tse.gov.br Pesquisado em 25/01/2008.

¹³¹ Fonte: www.tse.gov.br Pesquisado em 25/01/2008.

¹³² Fonte: www.tse.gov.br Pesquisado em 25/01/2008.

O nome do candidato Atacílio Fortunato não foi encontrado junto às prestações de contas no TSE, contudo, em entrevista, ele relata que sua campanha seria muito ‘pobre’ e com pouquíssimos recursos financeiros. Ele assim relata sua situação financeira em relação à sua campanha:

“Eu, por enquanto, não tenho estimativa nenhuma de gastos, porque eu não tenho dinheiro para gastar. Então, estou fazendo o que posso e quando entra alguma ‘coisinha’[dinheiro] que os amigos me dão, a gente gasta. Mas até agora, eu acho que não gastei dois mil reais. Tem umas dívidas para gente para pagar. Graças a Deus, eu tenho crédito com um pessoal que confia na gente. Vou pagar parcelado, então os gastos que eu fiz vou pagar mais adiante. Quem sabe Deus está me provando nesse sentido financeiro. Porquê eu estou sendo provado, as ‘portas’ não querem se abrir e eu não sei porque. Talvez eles [eleitores e empresários] acham que a gente é uma pessoa humilde, simples e não vai se eleger. Então eles não querem investir. Preferem investir em cima das grandes figuras que já estão eleitas, mas Deus sabe de tudo. Então, se Deus quiser eu vou vencer o poder econômico, eu vou vencer os ‘figurões’, eu vou vencer tudo e, humildemente, vou sentar numa cadeira da Assembléia Legislativa”.¹³³

Questionado sobre em que área da campanha ele estaria tendo maiores despesas, Fortunato respondeu que não estava tendo gastos elevados porque contava com o apoio voluntário de amigos, sobretudo pessoas conhecidas e ligadas à sua igreja, que contribuíam como cabos eleitorais voluntários, com dinheiro em espécie. Além disso, segundo relato do próprio candidato, um amigo lhe emprestou um carro para que pudesse se locomover melhor durante a corrida eleitoral.

Uma importante liderança da Igreja Assembléia de Deus no Rio Grande do sul é o evangelista Willis Taranger, por ser filho de Nils e Mary Taranger, missionários suecos que desembarcaram em Porto Alegre em 1946. O casal foi responsável pela fundação de várias igrejas no interior do Estado. Por ocasião da sua candidatura a deputado estadual, o candidato relatou que seus gastos de campanha estavam estimados em menos de R\$10.000,00.

“Eu acho que a minha campanha não chegou a 10 mil reais. Se baseou em santinhos que ganhei, ganhamos do partido da governadora. Alguns santinhos eu fiz, pois recebi uma doação de papel e fiz numa gráfica, e depois, gastei basicamente com a gasolina que usei nas viagens. (...) Minha campanha foi muito sozinha, eu não tive uma estrutura captadora de recursos, eu não tinha um planejador. Não houve nada disso, até porque eu não tinha estrutura pra isso. (...) Minha única mídia foi colocada pela governadora, em horário político. Então, eu acho que apareci três vezes na TV”.¹³⁴

¹³³ Entrevista realizada com o candidato a deputado estadual pelo PP, nas eleições de 2006, Atacílio Fortunato, no dia 11/09/2006, em sua residência, no município de Camaquã.

¹³⁴ Entrevista realizada com o candidato a deputado estadual pelo PSC, nas eleições de 2006, Willis Taranger, no dia 16/01/2008, na Sede da Igreja Assembléia de Deus, no bairro Floresta, em Porto Alegre.

O valor de suas despesas junto ao TSE aparece zerado, o que subentende-se que, oficialmente, ele não teve gastos na campanha eleitoral. Os três candidatos assembleianos entrevistados que concorreram a deputado federal foram o pastor Ronaldo Nogueira (PTB) e o evangelista Nelson Santos de Moares (PMDB) e o membro da igreja, Enio Souza (PSDC). Talvez por ser vereador há mais de quatro mandados no município de Carazinho, sempre pelo mesmo partido, mais da metade dos R\$38.624,40 apresentados como receita ao TSE, foram oriundos de receitas partidárias, seguindo de recursos do próprio vereador e doações de pessoas físicas (amigos, correligionários). Durante a entrevista, o candidato disse que não tinha mais do que R\$30.000,00 em recursos para aplicar na sua campanha.

“As minhas maiores despesas estão sendo em material gráfico e combustível. Se eu tivesse dinheiro eu ia gastar até uns cem mil reais até porque, sem dúvida nenhuma, eu faria muito mais votos. Mas eu não tenho lá muito dinheiro e também não estou buscando dinheiro de empresários ou de grupos, porque eu não quero ser comprometido, eu quero ser livre. Os recursos para essas despesas gráficas e de combustível vieram do meu partido através de mecanismos legais. Agora as demais atividades são de pessoas voluntárias. Você mesmo viu algumas pessoas me ligando e eu dizendo para elas não gastarem, irem devagar, porque eu não quero que ninguém se sinta frustrado na hipótese de nós não sairmos vitoriosos. Nós precisamos mudar essa mentalidade, essa cultura de que para ser eleito precisa gastar muito dinheiro, precisa comprar votos, precisa fazer isso e aquilo. Não, em absoluto, se alguém não começar a fazer um trabalho diferente nós não vamos ter aquela sociedade que todos nós queremos”.¹³⁵

De fato, não constam doações de empresas na prestação de contas oficial do candidato. Em relação ao seus gastos, o mesmo valor de receita foi gasto, em sua grande maioria, com publicidade em materiais de campanha, aluguéis de bens móveis, de carros de som, combustível e pagamento de pessoal.¹³⁶ Na ocasião em que Ronaldo foi entrevistado, disse não estar contando com o apoio de sua igreja e se posicionar contrário a isso. No entanto, logo após a entrevista, um de seus cabos eleitorais me conduziu até a estação rodoviária de Carazinho, mas antes passou na empresa de Correios para postar uma “mala direta” com mais de 200 cartas, endereçadas a pastores da Assembléia de Deus no Rio Grande do Sul. Também confessou que dias antes ele já havia postado mais de trezentas cartas, todas com endereço certo: pastores e membros assembleianos.

¹³⁵ Entrevista realizada com o candidato a deputado federal pelo PTB nas eleições de 2006, Pastor Ronaldo Nogueira, no dia 22/09/2006, no seu gabinete de vereador na Câmara Municipal de Vereadores de Carazinho.

¹³⁶ Fonte: www.tse.gov.br Pesquisado em 25/01/2008.

O evangelista Nelson Santos de Moares (PMDB), vereador e presidente da Câmara Municipal de Campo Bom, foi entrevistado no dia 16/02/2007. Relatou que sua campanha foi bastante modesta para um candidato a deputado federal, pois gastou cerca de R\$100.000,00, tendo muitas despesas com alimentação, sobretudo dos irmãos da igreja que se colocavam à disposição para lhe auxiliar na campanha. Contudo, segundo o próprio candidato, eram muito pobres. O partido lhe concedeu um suporte financeiro significativo e alguns empresários amigos também o apoiaram com doação de verbas. A Assembléia de Deus lhe deu o apoio necessário através do voto dos fiéis.

Na prestação de contas oficial, junto ao TSE, consta que o candidato teve uma receita de R\$38.948,51, o que destoa em muito dos R\$100.000,00 que ele diz ter gasto, por ocasião da entrevista. Os empresários amigos doaram R\$2.000,00 ao todo. O candidato utilizou menos de R\$5.000,00 em recursos próprios, sendo o restante repassado pelo diretório municipal do partido. Na verdade, os dados oficiais mostram que suas maiores despesas ocorreram com publicidade em materiais de campanha impressos, placas, estandartes, faixas, jornais e revistas, locação de bens móveis para provável montagem de diretório de campanha e despesas com combustíveis. Os gastos com alimentação que o candidato citou na entrevista não aparecem na prestação de contas oficial.¹³⁷

O candidato Enio Souza (PSDC) disse que não recebeu auxílio algum do partido, alegando que o mesmo era ‘pequeno’ e não tinha condições financeiras para auxiliar os candidatos. Dessa forma, alegou estar bancando a própria campanha em termos financeiros. Enio aproveitou a vinda ao Rio Grande do Sul do candidato a presidência da República por seu partido, José Maria Eymael (PSDC). Participou de comícios e realizou algumas viagens pelo interior do Estado com Eymael. Dessa forma aproveitou para divulgar sua candidatura sem que, com isso, tivesse maiores despesas, pois se enquadrava nas despesas do diretório nacional do partido. E se manifestou contrário ao fato de candidatos receberem auxílio pecuniário para suas respectivas campanhas.

“Eu sou contrário a candidatos políticos receberem apoio financeiro para suas campanhas. Enquanto alguém tiver financiando a campanha de candidatos e políticos, a política vai se encontrar sempre neste ‘mar de lama’ que se encontra hoje. Eu sou contra alguém dar dinheiro para fazer campanha política. A minha campanha é humilde e pequena que está se tornando grande, mas com dinheiro próprio e muito pouco. Minhas estimativas de gastos ficam em torno de R\$4.000,00. Com esse dinheiro eu consegui fazer

¹³⁷ Fonte: www.tse.gov.br Pesquisado em 25/01/2008.

uma campanha excelente, capaz de eleger um deputado federal. Dentro desse valor, eu estou gastando mais com material de campanha”¹³⁸.

Em sua prestação de contas oficial, o candidato teve como receita R\$2.580,09 provenientes exclusivamente de recursos próprios. Sua despesa total foi de R\$2.817,97. Quase 100% desta verba foi aplicado na produção de materiais impressos para sua campanha.

Outro candidato do mesmo partido (PDSC), mas de outra denominação, a Igreja Pentecostal Cristã, foi o pastor Elói Adam Aires. Elói relatou que seus gastos se resumiram a R\$400,00, provenientes da doação que recebeu de um amigo. Contudo, criticou muito seu partido, que havia prometido enviar material publicitário com as fotos do candidato a presidente, Jose Maria Eymael, do candidato a governador Pedro Couto e dos candidatos a deputado federal e estadual. Conforme Elói, Pedro Couto, que também era presidente do partido no Estado, prometeu cerca de 50.000 ‘santões’, contudo a executiva estadual do partido alegou diversas desculpas e não enviou o material impresso para divulgar a sua candidatura. No entanto, aponta Elói, os gastos oficiais do candidato a Governador pelo partido contabilizaram mais de R\$50.000,00. O candidato Elói acabou fazendo uma fotografia sua e reproduzindo-a através de fotocópias em preto e branco e distribuindo aos conhecidos. A verba recebida de um amigo também serviu para divulgar sua candidatura em jornais da região de Santa Maria na última semana de campanha. Não foram encontrados os dados de sua prestação de contas junto ao TSE, o que provavelmente nem ocorreu por sua total falta de verbas.

Os candidatos entrevistados da Igreja Batista Filadélfia foram dois pertencentes ao PSDB e concorriam a uma cadeira na Assembléia Legislativa. Cláudio Conceição, membro da Igreja Batista Filadélfia de Porto Alegre, policial civil e proprietário do Jornal Rio Grande Gospel, tendo uma boa tiragem entre o público evangélico do Rio Grande do Sul. Airton de Souza, pertencente à Batista Filadélfia da cidade de Canoas, onde é vereador. Conceição viajou pelo Estado em campanha e diz ter gasto sua verba apenas com combustível, pois costumava se hospedar e alimentar na casa de conhecidos e amigos da igreja. Durante os meses de campanha, utilizou seu jornal mensal para divulgar sua candidatura à Assembléia, mas fez dois modelos de “santinho”: um para atingir o público evangélico e outro para a classe policial. Os dados oficiais apontam que Cláudio Conceição teve uma receita de R\$5.585,00, provenientes de doações

¹³⁸ Entrevista realizada com o candidato a deputado federal pelo PSDC nas eleições de 2006, Enio Souza, no dia 25/01/2007, em São Leopoldo.

realizadas pelo pastor Nils Alberto de Gusmão Bergsten, seu amigo, e do Comitê Estadual do PSDB. Sua despesa corresponde ao mesmo valor da receita, sendo registrados somente os gastos com materiais publicitários. O vereador Aírton disse em entrevista que sua estimativa de gastos ficaria em torno de 70 a 80 mil reais. Em consulta à home-page do TSE, sua receita declarada foi de R\$43.679,00, ou seja, praticamente a metade do que ele havia declarado informalmente, antes das eleições. Essa verba proveio em maior parte de doação do diretório municipal e estadual do PSDB, de auxílio de amigos e de recursos do próprio candidato. Sua despesa foi de R\$43.662,51 e seus maiores gastos foram com publicidade em jornais e revistas, com materiais impressos, faixas, placas e combustível. Vale lembrar que o referido deputado mantinha dois comitês eleitorais na cidade de Canoas.

Três foram os candidatos entrevistados pertencentes à Evangelho Quadrangular. Um deles era candidato oficial da igreja. pastor Uberani Barbosa. Ele relata que os gastos com a campanha estão sendo muito reduzidos.

“Estou gastando muito pouco. Eu tenho muitos amigos. Por exemplo, agora eu estou aqui em Novo Hamburgo e aí o pastor me oferece pouso, então não estou tendo despesas. Na verdade, outro dia eu fui para a fronteira e visitei São Gabriel, Alegrete, Livramento, Itaqui, Uruguaiana, São Borja e eu não parei em nenhum lugar nem almoçar sequer. Porque quando eu vou para esses lugares, a gente almoça, janta e pousa na casa dos colegas pastores. Então, a despesa é mínima. Mas estamos gastando na gasolina que está um pouco cara. Outra coisa: o nosso material de campanha não é jogado na rua. O nosso material vai para as pessoas certas e nos locais certos”.¹³⁹

A receita oficial do candidato Uberani junto ao TSE foi de R\$9.815,22 e, de fato pode ser considerada baixa, sobretudo, se comparada com a receita dos demais candidatos entrevistados que concorriam à Assembléia Legislativa. A origem desta verba provém de repasses do partido, de doações de amigos e outro candidato e do próprio Uberani, que desembolsou R\$2.900,00 em sua campanha. Seus principais gastos ocorreram com combustíveis, como declarou, com materiais de divulgação de campanha.¹⁴⁰

Outro candidato da Quadrangular que concorreu à Assembléia Legislativa foi o Pastor Luiz Rogério Muzel (PTB), filho do ex-deputado Manoel Maria. Ao contrário do

¹³⁹ Entrevista realizada com o candidato a deputado estadual pelo PTB nas eleições de 2006, Pastor Uberani Barbosa, no dia 02/09/2006, na sede da Igreja Quadrangular de Novo Hamburgo, por ocasião da visita do candidato à igreja, no momento de uma reunião religiosa, quando ele seria apresentado como candidato oficial aos fiéis.

¹⁴⁰ Fonte: www.tse.gov.br Pesquisado em 25/01/2008.

Pastor Uberani, Luiz Rogério diz ter gasto muito em hospedagem e também em gasolina. Mas quando viajava para outros municípios, hospedava-se em hotéis.

“Eu parto de um princípio. Eu busco respeitar o espaço do pastor e da família dele, por mais que a gente tenha intimidade e seja amigo de todos eles, mas eu estou a trabalho. Eu não estou ali para..., eu gosto de ir na casa dele para estar com ele, ter prazer de estar com ele. Então, eu estava ali a trabalho e não para estar visitando”.¹⁴¹

Segundo ele, os cerca de R\$50.000,00 obtidos para sua campanha são oriundos em grande parte de recursos próprios, com o auxílio do seu pai e de amigos da família. Os dados oficiais do TSE demonstram que o pastor teve uma receita de R\$50.177,35 e a origem da mesma condiz com o que o candidato relatou anteriormente, acrescentando porém, uma boa quantia recebida do Comitê Financeiro do partido. Já, as suas despesas ocorreram na sua grande maioria, com transporte, deslocamento, combustível, despesas postais, contas de telefone, publicidade em jornais, revistas, placas, estandartes, faixas, carros de som, criação e inclusão de páginas na internet, hospedagem e alimentação.¹⁴² O candidato a deputado federal Adão Owicki, obreiro da Igreja do Evangelho Quadrangular, tem receita e despesas zeradas na sua prestação de contas junto ao TSE. Contudo, na entrevista realizada com o mesmo, ele relata que sua estimativa de gastos era de, no máximo, R\$10.000,00 e, que estava aplicando na divulgação através de *banners*, panfletos e materiais de campanha em geral. Disse também ter muitas despesas com combustível.¹⁴³

O ex-deputado federal Paulo Gouvêa não apresentou prestação de contas junto ao TSE. Contudo, percebe-se que seu investimento financeiro foi altíssimo, sobretudo em material de divulgação impresso, os quais tive a oportunidade de colher junto ao Diretório Estadual do Partido. Certa vez, aguardei uma tarde inteira no diretório, pois havia marcado a entrevista com a secretária de seu comitê, que, na verdade, funcionavam juntos. Não foi possível realizar a entrevista porque o mesmo não compareceu, mas permitiu fazer algumas observações da movimentação no local a uma semana das eleições. Naquela tarde, o gerente de uma empresa que havia lhe fornecido material gráfico o procurou no local, aguardou e fez telefonemas para pessoas próximas do deputado, na tentativa de receber por seus serviços prestados. No entanto, a promessa

¹⁴¹ Entrevista realizada com o candidato a deputado estadual pelo PTB nas eleições de 2006, Pastor Luiz Rogério Muzel, no dia 25/01/2007, nas dependências da AGERGS, em Porto Alegre.

¹⁴² Fonte: www.tse.gov.br Pesquisado em 25/01/2008.

¹⁴³ Entrevista realizada com o candidato a deputado federal pelo PV nas eleições de 2006, Obreiro Adão Nunes Owicki, no dia 07/09/2006, nas dependências de um shopping center localizado no município de Charqueadas/RS.

de pagamento por parte do comitê era o primeiro ou segundo dia útil após as eleições. Mas o proprietário da gráfica negava o acordo, prevendo que o deputado poderia perder as eleições e dificultar ainda mais o pagamento do material impresso.

Quatro candidatos que concorreram pelo PL à Assembléia Legislativa foram entrevistados, contudo somente um oficializou sua prestação de contas junto ao TSE: Pastor Almir Guedes, da Sara Nossa Terra, na cidade de Caxias do Sul, onde mantém uma livraria evangélica junto à sede da igreja. Ele afirma que não recebeu qualquer tipo de auxílio de seu partido, seja ele logístico ou financeiro. Seu gasto oficial na campanha foi de R\$6.472.00, proveniente 100% de recursos próprios. Suas despesas corresponderam a R\$6.468.11. Sua verba de campanha, na maior parte, foi aplicada em combustível, produção de material de divulgação, como jingles, vinhetas, slogans e divulgação com publicidade em jornais e revistas.¹⁴⁴

O candidato Martinho Santos disse ter feito uma campanha “pobre” e relata ter gasto em torno de R\$20.000,00, segundo seus cálculos. Disse também que não contou com cabos eleitorais, mas muitas pessoas se ofereceram para trabalhar em sua campanha como voluntárias. Suas maiores despesas de campanha foi com o marketing, o material publicitário. Já a candidata Nelsa Terezinha Ribeiro, da Igreja Internacional da Graça de Deus, disse ter recebido apoio do PL, do deputado Paulo Gouvêa e da equipe do partido. Segundo ela, muitos candidatos do partido receberam o material e o apoio que precisavam. Disse também ter gasto muito pouco em recursos próprios. A candidata Adi de Brum, da Igreja Universal, fez muita campanha “corpo-a-corpo” na “esquina democrática”, entregando santinhos e conversando com o eleitorado. Ela calcula ter investido entre 10 a 15 mil reais em sua campanha. Suas maiores despesas foram com material gráfico e pagamento de cabos eleitorais.

A Igreja Universal do Reino de Deus lançou dois candidatos oficiais, únicos eleitos entre os evangélicos. O nome do candidato Sérgio Peres, ex-deputado estadual pela Universal, aparece registrado no TSE, porém sua prestação de contas está zerada. Isso ocorreu porque meses antes das eleições, a cúpula da Universal decidiu que o pastor Carlos Gomes (PSB) iria concorrer em seu lugar. Na entrevista realizada com o deputado Carlos Gomes ele diz achar que os gastos com sua campanha ficaram em torno de R\$80.000,00, mas não soube dizer com qual atividade teve maiores despesas durante a corrida eleitoral. Seu colega, Bispo Paulo Roberto (PTB), que concorria a

¹⁴⁴ Fonte: www.tse.gov.br Pesquisado em 25/01/2008.

deputado federal, disse que não tinha estimativas de gastos, mas que não pretendia gastar muito. Questionado se a Igreja Universal estava contribuindo financeiramente com sua campanha, ele respondeu o seguinte:

“A maioria dos recursos da minha campanha são dos meus colaboradores, de algumas poucas empresas que apostam na nossa eleição, mas é mais pessoas físicas, companheiros que querem me ver deputado. Mas não se faz campanha se não tiver material, você não viaja se não tiver gasolina. Por isso, digo que é num conjunto de coisas que estou tendo maiores gastos”.¹⁴⁵

Dados oficiais da prestação de contas dos dois candidatos eleitos pela Universal apontam que foram eles os que mais apostaram financeiramente em suas respectivas campanhas. O bispo Paulo Roberto apresentou uma receita de R\$122.638,68, enquanto que seu par, pastor Carlos Gomes, teve uma receita de R\$83.285,00. A análise também demonstra que no caso do Bispo Paulo Roberto 97,91% de sua receita é oriunda de doações realizadas por pessoas físicas. Já o pastor Carlos Gomes conquistou a simpatia de 96,54% de pessoas físicas que colaboraram com doações em dinheiro na sua campanha.¹⁴⁶

Do total de doações para a campanha do pastor Carlos Gomes, apenas R\$2.885,00 foram doados pelo Comitê Eleitoral de seu Partido. Os outros R\$80.400,00 são fruto de doações realizadas por 56 pessoas físicas. Em relação ao total de doações recebidas pelo bispo Paulo Roberto, apenas R\$2.565,28 foram repassados pelo Comitê Único do PTB. Os R\$120.073,40 restantes foram doação de um total de 103 pessoas físicas, muitas das quais realizaram doações para os dois candidatos. Suponho que, estes recursos possam ter vindo diretamente da igreja, sendo repassados para terceiros, que apenas emprestaram o nome para fins de comprovação legal da prestação de contas junto ao TSE.

Em relação aos gastos de cada candidato nas eleições de 2006, o quadro revela que houve grande heterogeneidade entre as candidaturas. Enquanto muitos gastavam cifras elevadas, provenientes de doações de empresários, dos partidos ou até mesmo de recursos próprios, outros realizaram uma campanha extremamente ‘pobre’, o que sugere um panorama de desigualdade financeira e, conseqüentemente, uma desigualdade na corrida eleitoral. Alguns candidatos nem apresentaram suas respectivas prestações de

¹⁴⁵ Entrevista realizada com o candidato a deputado federal pelo PTB nas eleições de 2006, Bispo Paulo Roberto, no dia 13/09/2006, nas dependências do comitê político do candidato situado em frente ao Templo Maior da Igreja Universal do Reino de Deus, em Porto Alegre.

¹⁴⁶ Fonte: www.asclaras.org.br Pesquisado em 05/02/2008.

conta junto ao Tribunal Superior Eleitoral, contrariando a lei que os obriga a fazer tal declaração.

3.13. O escândalo dos deputados ‘sanguessugas’ e seu impacto nas eleições de 2006

O uso de identificação religiosa foi uma constante na campanha de dezenas de candidatos religiosos, sobretudo evangélicos, ao legislativo no Rio Grande do Sul. E suas estratégias são as mais diversas. Em relação aos principais grupos religiosos investigados nesse trabalho, excetuando os casos em que foi concedido apoio denominacional oficial, como nas igrejas Quadrangular e Universal, por exemplo, os candidatos evangélicos tentaram obter o apoio de lideranças eclesiásticas. Sua predileção por essa estratégia leva em conta a forte influência dos pastores pentecostais sobre o rebanho de fiéis, que, como revela Simone Bohn (2004), tem baixa exposição aos meios de comunicação e à imprensa escrita, mas, em compensação, constitui uma clientela muito exposta à autoridade dos dirigentes eclesiásticos, por sua elevada frequência semanal aos cultos e atividades religiosas. Autoridade eclesial que, em muitos casos transforma-se facilmente em autoridade política no caso da orientação eleitoral para votar nas candidaturas de “irmãos” da igreja, mas que não obtém o mesmo efeito para os candidatos não evangélicos a cargos legislativos e majoritários.

Muitos candidatos evangélicos entrevistados responderam ter participado em mais de uma religião antes de criar raízes e ocupar cargos eclesiásticos nas denominações evangélicas que frequentam atualmente. O curto período de filiação em partidos políticos com fins eleitorais também reflete a histórica opção de muitos religiosos pelo campo espiritual. Conforme se constatou nas entrevistas, a grande maioria dos candidatos possui considerável trajetória político-partidária, as vezes, estritamente ligada à igreja à qual pertence. Deste modo, as “portas de entrada” aos partidos acabam sendo as próprias igrejas. Dificilmente algum partido se opõe à filiação de lideranças religiosas, pois os consideram candidatos em potencial e possuidoras de um reduto eleitoral evangélico.

Mas, em 2006, após as denúncias da Controladoria Geral da União, veio à tona o escândalo do superfaturamento na compra de ambulâncias envolvendo 72 deputados federais, sendo 28 deles, quase um terço dos envolvidos com as denúncias de corrupção,

da bancada evangélica.¹⁴⁷ Esse fato acabou desencadeando uma crise na cúpula de algumas denominações evangélicas e também em partidos políticos dos deputados evangélicos denunciados. Para o pastor Ricardo Gondim, da Assembléia de Deus Betesda, a igreja urge fazer uma reforma ética:

“Por favor, não insistam em me pedir que seja misericordioso com esses ratos alados: eles sugaram o sangue de brasileiros pobres. A única sugestão que tenho para eles é que cada um amarre uma corda no pescoço e se jogue de uma ponte para dentro de qualquer esgoto”.¹⁴⁸

Alguns foram expulsos de suas igrejas, enquanto outros tiveram que trocar de partido. Em decorrência disso, dos 60 deputados evangélicos que concorriam à reeleição em nível federal, somente 15 conseguiram a reeleição na Câmara dos Deputados. Nenhum dos deputados evangélicos denunciados conseguiu se reeleger.

As denúncias de corrupção, amplamente divulgadas pela mídia no período que antecederam as eleições de 2006, pesaram contra a frente parlamentar evangélica e seus representantes, formada por 60 deputados federais e 3 senadores, repercutindo, em parte, contra outros candidatos evangélicos que pleiteavam uma vaga a deputado nas eleições de 2006, segundo avaliaram alguns dos candidatos entrevistados.

Como afirma Mariano, “tudo fazia crer que a bancada evangélica continuaria ampliando pouco a pouco seu tamanho, até a hecatombe das sanguessugas, que feriu de morte o elevado orgulho moral desse grupo religioso minoritário em solo nacional” (Mariano, Dantas, Hoff, 2006, p.69). O retrospecto político dos evangélicos era excelente, pois a cada pleito aumentavam o número de cadeiras federais ocupadas chegando a ter seu número de deputados duplicado em pouco menos de 20 anos. Em 1986, 32 parlamentares evangélicos foram eleitos para a Câmara Federal. Em 1990, houve uma diminuição de 9 deputados, pois somente 23 lograram ser eleitos para a Congresso Nacional. Mas, em 1994, a conjuntura política mais uma vez favoreceu os evangélicos que elegeram 4 senadores e 26 deputados. Em 1998, a eleição de deputados evangélicos alcançou um número recorde até então: 49 parlamentares eleitos. Mas em 2002 esse número foi ultrapassado chegando ao maior número de parlamentares evangélicos eleitos na história do Congresso Nacional: 59 deputados federais e 4 senadores (Mariano, Dantas, Hoff, 2006, p.69). Não foram contabilizados aqui o número de parlamentares eleitos pelas Assembléias Legislativas, com exceção do Rio Grande do Sul, objeto do presente estudo.

¹⁴⁷ Jornal *Maná do Sul*, julho de 2006, p.3.

¹⁴⁸ Jornal *Maná do Sul*, julho de 2006, p.3.

Em 2003, devido ao amplo número de deputados evangélicos no Congresso, foi criada a Frente Parlamentar Evangélica, formada por 60 parlamentares pertencentes a diversos partidos e denominações religiosas e “compondo a terceira maior bancada do Congresso Nacional” (Mariano, Dantas, Hoff, 2006, p.69). Contudo, frente às denúncias de corrupção que assolaram o universo político dos evangélicos, foram contabilizados apenas 40 deputados federais evangélicos que lograram se eleger nas eleições gerais de 2006 para a legislatura de 2007 a 2010. Isso significa dizer que a cifra de deputados eleitos diminuiu praticamente um terço em relação às eleições de 2002.

A Operação Sanguessuga foi deflagrada pela Polícia Federal em 3 de maio de 2006, através de levantamentos realizados pela Controladoria Geral da União. Foram descobertos que verbas do Fundo Nacional de Saúde estavam sendo utilizadas de forma irregular na aquisição de ambulâncias superfaturadas para prefeituras de todo o Brasil. Vários atores foram identificados como participantes do esquema. Entre eles, a empresa Planam, de propriedade de Luiz Antonio Vedoim e, vários políticos (prefeitos, deputados federais, senadores) assessores parlamentares e funcionários do Ministério da Saúde. O esquema funcionava assim: O proprietário da Planam propunha a parlamentares “a elaboração de emendas ao orçamento para a liberar recursos para que as prefeituras comprassem ambulâncias, ônibus e equipamentos médicos, vendidos superfaturados por sua empresa” (Mariano, Dantas, Hoff, 2006, p.69). Uma vez aprovadas as emendas, a empresa tratava de elaborar editais de licitação, redigindo os documentos de compra e venda dos equipamentos e controlando todo o processo. A recompensa para aqueles que colaboravam com o esquema da ‘máfia’, eram propinas que variavam entre 10% e 15% do valor das emendas (Mariano, Dantas, Hoff, 2006, p.69). Em 14 de junho de 2006, após sofrer muita pressão da opinião pública e dos partidos de oposição, as lideranças governistas envolvidas não conseguiram impedir a abertura da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) das “Sanguessugas”, para investigar as possíveis irregularidades. Poucos dias depois, no mês de julho, seria divulgada a lista contendo 72 nomes de parlamentares envolvidos, dentre os quais encontravam-se 28 evangélicos, ou seja, quase a metade da bancada evangélica eleita em 2002. Em 10 de agosto, 27 parlamentares evangélicos tiveram acesso a um relatório da CPMI que recomendava a abertura de processo para a cassação dos mesmos. São eles: Adelor Vieira, Agnaldo Muniz, Almeida de Jesus, Almir Moura, Cabo Júlio, Carlos Nader, Edna Macedo, Heleno Silva, Isaías Silvestre, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Pinheiro, José Divino, Josué Bemgton, Lino Rossi, Magno Malta,

Marcos Abramo, Marcos de Jesus, Neuton Lima, Nilton Capixaba, Pastor Amarildo, Paulo Baltazar, Paulo Gouvêa, Raimundo Santos, Reginaldo Germano, Vieira Reis, Wanderval Santos. Segundo afirmação de Vedoim, a bancada evangélica “esteve na origem da máfia” e recebeu “ao menos, R\$ 5,3 milhões dos cerca de R\$ 9 milhões que a família Vedoim afirma ter pago como "comissão" pelo direcionamento de emendas”. Os donos da Planan afirmam que Lino Rossi (PP/MT) teria sido o primeiro parlamentar a receber a propina, espalhando o esquema para os colegas de bancada.¹⁴⁹

A Igreja Assembléia de Deus estava representada por 22 deputados federais, dos quais 10 estavam envolvidos na participação do esquema ilegal da “máfia das sanguessugas”: Adelor Vieira (PMDB/SC), Agnaldo Muniz (PP/RO), Cabo Julio (PMDB/MG), Carlos Nader (PL/RJ), Gilberto Nascimento (PMDB/SP), Gilberto Nascimento (PMDB/SP), Isaías Silvestre (PSB/MG), Neuton Lima (PTB/SP), Nilton Capixaba (PTB/RO), Pastor Amarildo (PSC/TO) e, Raimundo Santos (PL/PA). (Mariano, Dantas, Hoff, 2006, p.69).

Adelor Vieira (PMDB/SC), líder da bancada evangélica na Câmara dos Deputados foi acusado de receber R\$26 mil em dinheiro e outros R\$14 mil em serviços gráficos, provavelmente, material político elaborado para a campanha de sua reeleição. Em troca, Adelor “teria apresentado emenda orçamentária de R\$560 mil em favor da Sociedade de Assistência Social e Educacional Deus Proverá (Sasedesp), ligada à sua Igreja” (Mariano, Dantas, Hoff, 2006, p.69). Apesar de receber o apoio de sua igreja, Adelor não foi reeleito, defendeu-se das acusações com o auxílio da Sasedesp que emitiu carta negando sua participação em qualquer ato ilícito. Mesma atitude tiveram duas gráficas que prestavam serviços ao deputado. Estas alegavam que nunca receberam qualquer espécie em dinheiro oriunda da Planam (Mariano, Dantas, Hoff, 2006, p.69).

Deputados pertencentes a outras denominações também não escaparam das acusações da CPMI. Almir Moura (PFL/RJ), representava a Igreja Internacional da Graça de Deus. Já, os deputados Jefferson Campos (PTB/SP) e Josué Bengtson (PTB/BA) pertenciam à Igreja do Evangelho Quadrangular. O deputado Lino Rossi (PP/MT), batista envolvido, foi considerado o principal pivô do esquema, por ser o responsável em apresentar grande parte dos demais deputados envolvidos ao dono da Planan, Luiz Vedoim. O Senador Magno Malta (PL/ES), outro batista envolvido no escândalo, teria utilizado um carro Fiat Ducato, oferecido por Rossi e pago por Vedoim, para fazer o

¹⁴⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u81306.shtml>

deslocamento de sua banda gospel “Tempero do Mundo”. Contudo, o senador nega ter apresentado qualquer emenda “para compra de ambulâncias descumprindo sua parte no trato com Vedoim” (Mariano, Dantas, Hoff, 2006, p.71).

Entre todas as denominações religiosas envolvidas, a Igreja Universal foi a mais afetada pelo escândalo das sanguessugas. Nada menos de 14 dos seus 16 deputados federais foram denunciados: Almeida de Jesus (PL/CE), Bispo Vieira Reis (sem partido/RJ), Bispo Wanderval (PL/SP), Edna Macedo (PTB/SP), João Batista (PP/SP), João Mendes de Jesus (sem partido/RJ), Pastor Heleno (PL/SE), Jorge Pinheiro (PL/DF), José Divino (sem partido/RJ), Marcos Abramo (PP/SP), Marcos de Jesus (sem partido/PE), Reginaldo Germano (PP/BA), Zelinda Novaes (PFL/BA) e o gaúcho Paulo Gouvêa (PL/RS). O ex-deputado e ex-coordenador político da Igreja Universal, Carlos Rodrigues, também foi acusado e preso pela polícia no início da Operação Sanguessuga. A irmã do bispo Macedo, deputada Edna Macedo (PTB/SP) “foi acusada de receber R\$40 mil, dos quais R\$30 mil em dinheiro para si e o restante na conta de seu filho Otávio José Bezerra Sampaio, que foi preso junto com Rodrigues” (Mariano, Dantas, Hoff, 2006, p.72). Conforme afirma Mariano,

“A ênfase na posse de uma ética superior, bíblicamente fundamentada, foi sempre poderosa bandeira eleitoral brandida por candidatos evangélicos para legitimar, em seu meio religioso, sua inversão na política partidária e tentar conquistar o voto de seus irmãos de fé. (...) Esse forte orgulho moral foi, em parte, ladeira abaixo com a irrupção das sanguessugas evangélicas. Terminou em ressaca moral. Outros escândalos já atingiram políticos evangélicos, como os ocorridos na Constituinte e na CPI dos Anões do orçamento, mas nenhum dos anteriores foi tão abrangente, impactante e vexaminoso como o atual. Pelo dissabor, pela frustração e pela revolta causados no eleitorado evangélico, era esperada a vingança dos irmãos nas urnas. Foi o que aconteceu” (Mariano, Dantas, Hoff, 2006, p.73).

Com o escândalo, a Igreja Universal procurou se proteger para tentar “minimizar os danos à reputação da denominação” (Mariano, Dantas, Hoff, 2006, p.72). Sua cúpula eclesial decidiu afastar da igreja todos os envolvidos, bem como retirar-lhes o apoio eleitoral, imprescindível para qualquer candidato da igreja que queira se eleger, tamanho o sistema corporativista e seu carisma institucional (Oro, 2003, p.57).

Mesmo com seu afastamento, o deputado gaúcho e ex-pastor da Igreja Universal, Paulo Gouvêa, decidiu concorrer à reeleição, apostando no seu carisma pessoal e embasado na condição de ser o presidente estadual do PL, até sua fusão com o Prona. Embora as tentativas para entrevistá-lo a fim de ouvir sua versão sobre as denúncias que

o incriminavam, nenhuma foi bem-sucedida.¹⁵⁰ Para tentar minimizar o impacto negativo causado pelas denúncias envolvendo-o no escândalo dos deputados sanguessugas, Gouvêa confeccionou diversos materiais de campanha contradizendo o que evidenciava as denúncias. Em setembro de 2006, passou a encaminhar ao eleitorado um ofício assinado a punho por ele, com os seguintes dizeres:

“Prezado Irmão (a),
Estou lhe encaminhando este informativo para esclarecer toda a verdade sobre a inclusão do meu nome na lista dos acusados da CPMI das ambulâncias (sanguessugas). Tive meu nome exposto e maculado na mídia devido a uma acusação infundada e leviana, de pessoas que para se beneficiarem da ‘Declaração Premiada’ me acusaram, juntamente com demais colegas parlamentares, de ter recebido verbas para liberar emendas na área da saúde. Ser condenado antecipadamente e sem provas, é prejudicar 8 anos e trabalho em favor do Povo Gaúcho. Esse informativo é para que você conheça o outro lado da história. Peço o seu apoio nesta caminhada, pois quero contar com o seu voto, dos seus amigos e familiares, para que no dia 1º de outubro a justiça seja feita. Verdade Sim, Injustiça Não! Vamos continuar trabalhando.
Paulo Gouvêa
Deputado Federal – PL
2233”¹⁵¹

Junto ao ofício, acompanhava um informativo de quatro páginas onde a manchete do mesmo era “Conheça o outro lado da história!!!”. Nele, o deputado apresentava a “verdade” sobre a inclusão de seu nome na lista dos acusados pela CPMI. Aproveitava o espaço também para apresentar o número de emendas e projetos de lei de sua autoria,

¹⁵⁰ Durante vários dias antes das eleições, procurei fazer contato com o Deputado Paulo Gouvêa, através de sua irmã que trabalha na Prefeitura Municipal de Charqueadas e também através de seu comitê de campanha, que se localizava junto à sede estadual do Partido Liberal, na avenida Julho de Castilhos, em Porto Alegre. As várias visitas realizadas no local não culminaram com a entrevista, mas renderam um bom material eleitoral sobre Paulo Gouvêa e outros candidatos evangélicos que concorriam pelo mesmo partido. Dois dias antes das eleições, numa sexta-feira à noite, me foi recomendado pela secretária estadual do partido, que eu aparecesse na última reunião que o PL iria realizar para organizar questões de ordem prática, como fiscalização nas zonas eleitorais, distribuição do material de campanha que havia sobrado etc. Saí mais cedo da faculdade e me dirigi até esse encontro que ocorreu no salão de reuniões de um hotel nobre no centro de Porto Alegre. Fiquei observando a movimentação da sala de reuniões, lotada de candidatos e cabos eleitorais. O único ausente era justamente quem eu tanto desejava entrevistar: o deputado Paulo Gouvêa. Quase findada a reunião, o referido deputado liga a todos os presentes e avisa que não conseguiria chegar a tempo, visto que atrasou-se numa reunião de campanha no município de Rolante. Como eu estava dentro da sala de reuniões, pude escutar sua conversa por meio do celular em “viva-voz”, onde ele pedia o empenho e a dedicação de todos até o último minuto das eleições, até que um dos candidatos a deputado estadual presente, pediu a palavra e perguntou a Paulo Gouvêa: - Onde será a festa da vitória? Após este momento me retirei da sala de reuniões e, frustrado pela sua ausência, fui embora. Mas persistindo na tentativa de entrevistá-lo, após as eleições fiz incessantes contatos em 5 dos telefones celulares que o próprio deputado disponibilizara para que seus eleitores pudessem fazer contato. Após as eleições, todos foram desligados, e a secretaria do diretório estadual do PL somente me informou que o deputado estaria em Brasília, se recuperando da derrota. Meses mais tarde, fui informado pela sua irmã, funcionária pública, que o mesmo estaria morando em Brasília, onde abrira um pequeno comércio de frutas.

¹⁵¹ Ofício confeccionado em setembro de 2006 e distribuído para o eleitorado, por ocasião do pleito eleitoral que ocorreu em 1 de outubro de 2006.

nos oito anos à frente da Câmara dos Deputados. Segue um trecho do texto do ex-deputado no referido informativo:

“Já há alguns anos a Polícia Federal vinha gravando conversas telefônicas nos gabinetes da câmara e, durante este período de investigações não existe uma conversa telefônica sequer do meu gabinete com esta empresa (PLANAM). **Desafio** aos **Vedoim** provarem qualquer tipo de envolvimento comigo ou com algum dos meus assessores. Não temo passar pela avaliação do Povo Gaúcho, porque acredito que o eleitor é bem informado, e saberá avaliar os fatos de acusação e de defesa que hora faço neste informativo. Pergunto ainda, se o negócio envolveria o montante de R\$100.000,00 (Cem mil reais), porque eu ficaria com R\$30.000,00 e não faria questão de receber os R\$70.000,00 restantes? Reafirmo, nunca fiz negócios com essa empresa, e infelizmente não disponho de espaço e nem tempo necessário para provar minha isenção nessas acusações, nem meios de comunicar-me com o eleitor gaúcho. Mas se você confia e quer me ajudar, busque os esclarecimentos referentes as acusações, e conferindo minha defesa neste informativo, então poderá fazer sua própria avaliação. Sei que você está decepcionado com a política brasileira pois eu também estou. Tenho convicção plena da minha inocência, e minha consciência limpa, por isto não recuarei. Somente o tempo provará que estou sendo injustiçado!!! Um forte abraço, e que Deus lhe Abençoe!”¹⁵²

A Igreja Universal resolver afastar Paulo Gouvêa com o intuito de preservar a instituição e de “vender” uma imagem à sociedade, de não tolerar Bispos ou pastores políticos, envolvidos em escândalos ou irregularidades. Paulo Gouvêa, então, buscou apoio de lideranças de outras igrejas. A última página de seu informativo traz o depoimento de três lideranças sociais. O Presidente da Executiva Municipal do PL em Porto Alegre, Cirne Plácido Tissato, afirma que, como um dos fundadores do PL em Porto Alegre, não poderia deixar de registrar o excelente trabalho realizado pelo deputado Paulo Gouvêa na presidência estadual do PL no Rio Grande do Sul. Já o pastor Adão Madeira, Presidente da Associação Internacional Missionária de Gideões Missionários, destacou o trabalho, o compromisso e a lealdade do deputado com o povo brasileiro. O pastor Adão lhe oferece apoio porque reconhece na pessoa de Paulo Gouvêa, honestidade e desempenho de suas funções parlamentares em favor da nação. O Capitão da Brigada Militar, Enir Garcia dos Reis, primeiro suplente do PL a deputado federal, resolveu apoiar Paulo Gouvêa por se identificar com suas causas e, pelo apreço à sua conduta moral, pela sua humildade, honestidade e pelos seus interesses em defender a família militar.

Em outro material de campanha dirigido aos evangélicos e intitulado “Carta ao Povo Cristão”, Paulo Gouvêa relembra que foi de sua autoria a lei federal n.º 10.825/2004, que daria total liberdade de criação, funcionamento e estruturação interna

¹⁵² Informativo Eleitoral deputado Paulo Gouvêa, p.02.

para as organizações religiosas. Na prática, segundo ele, se o novo Código Civil fosse cumprido sem essa ressalva legislativa, as igrejas poderiam enfrentar diversos problemas. Ele cita alguns exemplos:

“O casamento entre pessoas do mesmo sexo. A direção da igreja não poderia negar-lhes esse direito, ou correria o risco de sofrer processo, sendo assim, obrigada pelo Poder Público a celebrar o casamento, mesmo que estas pessoas não praticassem a doutrina (convertido) da Igreja. É importante lembrar que sem a alteração do novo Código Civil, as Igrejas seriam obrigadas a doar cerca de 70% de seus dízimos e ofertas. O Ministério Público poderia interferir nas atividades das igrejas a qualquer momento, mediante solicitação do associado, sendo o órgão fiscalizador das igrejas. As igrejas poderiam perder todos os seus bens”.¹⁵³

No verso desse material, Gouvêa faz referência ao Estatuto da Cidade e ao estudo de impacto de vizinhança para a abertura de novos templos religiosos, que passou a ser lei federal. Para o deputado, essa seria mais uma lei que estaria discriminando os evangélicos e contra a “obra de Deus”. Para resolver mais esse “empecilho”, ele diz ter encaminhado um projeto de lei “para retirar as Igrejas dessa exigência absurda”, por isso ele solicitava o apoio do eleitorado para continuar “defendendo a obra de Deus”.¹⁵⁴

A candidata Nelsa Ribeiro, que concorreu a deputada estadual pelo PL, fez dobradinha com Paulo Gouvêa. Ela concorria como membro da Igreja Internacional da Graça de Deus, mas antes disso participou durante 12 anos da Igreja Universal do Reino de Deus. Ela conta ter recebido apoio total de toda a equipe do PL, sobretudo do deputado Paulo Gouvêa que a convidou para concorrer. Afirma ter ganho todo o material de campanha do próprio partido e ter gasto muito pouco do próprio bolso. Cita como fator negativo o fato de ter saído em dobradinha com o deputado Paulo Gouvêa:

“O fato de o deputado Paulo Gouvêa ter sido acusado de participar da máfia das sanguessugas prejudicou muito, não só a campanha dele, mas a nossa também porque a gente estava fazendo dobradinha com ele. Mas até agora ninguém provou nada contra ele. E até provar o contrário ele é inocente. Mas talvez por esse motivo que os candidatos que fizeram dobradinha com ele fizeram poucos votos. E o fato de ele não estar mais na Universal também prejudicou ele, porque a maioria dos votos dele eram de fiéis da igreja. Eu fui até pedir uns conselhos para o deputado Sérgio Perez da Universal, que é muito meu amigo. Então ele me falou: ‘– Olha, Nelsa, se tu te candidatar agora, ninguém ainda te conhece e fazendo dobradinha com o Paulo Gouvêa, aí tu não vai ganhar voto mesmo, tu não vai fazer mil votos’. E ele acertou, porque eu fiz só 176 votos. Mas eu trabalhei para fazer 16 ou 17 mil votos e não consegui atingir talvez por causa do escândalo todo. Por causa da dobradinha com o Paulo Gouvêa. Eu fiquei muito abalada porque eu não esperava esse resultado. O que o Paulo Gouvêa sempre comentou conosco é que a equipe de candidatos do PL não faria menos que cinco mil votos cada um e ele garantia 80 mil votos sozinho. Então, a intenção dele era eleger dois

¹⁵³ Material de campanha eleitoral do deputado Paulo Gouvêa intitulado “Carta ao Povo Cristão”.

¹⁵⁴ Material de campanha eleitoral do deputado Paulo Gouvêa intitulado “Carta ao Povo Cristão”.

ou três candidatas estaduais e dois federais, sendo que ele era um. Mas esse objetivo não foi atingido”.¹⁵⁵

Martinho Santos, candidato a deputado estadual pelo PL, diz ter recebido de Paulo Gouvêa o convite para filiar-se no partido. Como é ligado à Igreja Batista Betel e foi o primeiro vereador evangélico do município de Tapes no período de 2000-2004, Gouvêa viu nele um candidato em potencial para a Assembléia Legislativa. Martinho assim se pronuncia:

“O Paulo Gouvêa é um grande amigo meu, inclusive hospedou-se várias vezes em minha casa. Ele fez uma pesquisa em cima do meu nome e achou que eu tinha certo potencial. Eu não me arrependi de ter concorrido a Deputado. Eu me arrependo é de que em certos momentos eu acreditei muito no homem em vez de acreditar mais em minha fé. Mas me serviu de experiência, pois conheci muitas pessoas. Tive a oportunidade de levar Jesus para muitas pessoas, oportunidade de resgatar almas perdidas, tive oportunidade de levar os projetos evangélicos para muitos municípios até mesmo para políticos que não eram evangélicos”.¹⁵⁶

Em relação ao fato de o deputado Gouvêa ter seu nome citado no escândalo da máfia das sanguessugas, Martinho afirma que muitos outros candidatos que iriam concorrer pelo PL, fazendo dobradinha com o deputado, acabaram desistindo. Segundo Martinho Santos,

“Até que provem o contrário, Paulo Gouvêa está isento de qualquer ato ilícito, até porque eu também já fui acusado de atos que não havia praticado. Eu também já fui injustiçado. Por isso, resolvi dar crédito para ele. Fiz minha fala no rádio, na televisão e no meu informativo sempre dando apoio a ele. Até acredito que custou caro para mim, pois muitos eleitores acreditaram que o Paulo Gouvêa era culpado. (...) Fui fiel ao projeto. Agora se fui prejudicado ao fazer a dobradinha com o Paulo Gouvêa, é falta de conhecimento do próprio eleitor que acreditou no que a Revista Veja falou. Mas podem ter certeza que o Gouvêa vai fazer muita falta na Câmara dos Deputados. Ele foi o único deputado a favor dos templos religiosos constituídos. Tanto dos templos da Igreja Católica quanto das evangélicas e também dos templos afros. Hoje não tem nenhum deputado que vá se levantar a favor deste projeto. É bem provável que se tente fazer uma reforma no Código Civil e se tire os direitos adquiridos dos evangélicos. Coisa que o Deputado Paulo Gouvêa defendeu com unhas e dentes. Então esse reconhecimento o povo evangélico não teve com o Gouvêa. Se ele teve envolvimento com ambulância, isso deveria ser julgado dentro da Câmara dos Deputados. Se eu tivesse oportunidade de falar com o Paulo Gouvêa agora, eu diria a ele para voltar para a Obra de Deus, esquecer a política e voltar a servir a Deus. Ele foi afastado da Igreja Universal porque ele começou a se destacar demais e o Bispo Edir Macedo não aceita isso. Cortou “as asas” do Paulo Gouvêa”.¹⁵⁷

¹⁵⁵ Entrevista realizada com a candidata a deputada estadual pelo PL nas eleições de 2006, Nelsa Ribeiro, no dia 07/02/2007, nas dependências da Praça da Matriz, em Porto Alegre.

¹⁵⁶ Entrevista realizada com o candidato a deputado estadual pelo PL nas eleições de 2006, Martinho Santos, no dia 24/02/2007, em sua residência, no município de Tapes/RS.

¹⁵⁷ Entrevista realizada com o candidato a deputado estadual pelo PL nas eleições de 2006, Martinho Santos, no dia 24/02/2007, em sua residência, no município de Tapes/RS.

Embora o Rio Grande do Sul não tenha tradição de eleger muitos deputados evangélicos para a Assembléia Legislativa, as eleições de 2006 resultaram num saldo negativo para esse segmento: em 1998, quatro candidatos evangélicos se elegeram para a Assembléia, na legislação posterior (2002-2004) haviam três deputados estaduais evangélicos, enquanto que as eleições de 2006 determinou a permanência de apenas um representante. O mesmo ocorreu na Câmara dos Deputados onde havia três deputados do Rio Grande do Sul. Os três concorreram à reeleição, mas nenhum obteve êxito. Somente o Bispo Paulo Roberto, da IURD, estreante em eleições, conquistou a vaga na Câmara dos Deputados.

Segundo a maior parte dos candidatos entrevistados, os evangélicos sentiram-se traídos pelos escândalos com seus representantes no Congresso Nacional. Foi como se algo tivesse manchado a reputação dos fiéis que lotam os templos das igrejas evangélicas no Brasil e no Rio Grande do Sul. Aqueles que haviam sido eleitos pelos evangélicos para combater o “demônio” na política, e levantar a bandeira da ética, da moral e de preceitos bíblicos como fonte norteadora de suas ações, acabaram sendo envolvidos pelo “demônio”, denunciados em supostas irregularidades e, conseqüentemente, perdendo a credibilidade dos evangélicos que, “se consideram uma espécie de reserva moral da sociedade” (Oro, 2001, 61).

O candidato a deputado estadual pelo PTB, e pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular, Luiz Rogério Muzel, se disse decepcionado com a atuação de seus colegas pastores em Brasília, no que diz respeito aos escândalo da máfia das sanguessugas. Ele acredita que a diminuição de candidatos evangélicos eleitos para a Câmara Federal e para as Assembléias nos Estados reflete o posicionamento dos fiéis evangélicos que, se sentindo envergonhados e traídos, preferiram dar uma resposta nas urnas.

“Depois do ocorrido lá em Brasília, do escândalo da máfia das ambulâncias, do envolvimento dos evangélicos, os fiéis acharam por bem não votar mais em candidatos evangélicos. Se é para ir à Brasília e fazer aquilo que os evangélicos acusados fizeram, então é melhor não mandar ninguém. Nas eleições de 2002, três candidatos evangélicos: o Dep. Edegar Vargas (PTB), o Dep. Eliseu Santos (PTB) e o meu pai, Dep. Manoel Marial (PTB), fizeram 130.000 votos, os três juntos. Nesta última eleição, eu fiz um cálculo, 21 candidatos evangélicos juntos, não fizeram 100.000 votos. (...) Eu credito o resultado das urnas ao acontecido lá em Brasília. Pelo menos 67% (sic) dos deputados envolvidos eram evangélicos. (...) O reflexo foi no Brasil todo. Então foi uma rejeição, que, na verdade, fazendo uma análise pós-eleição, eu cheguei a conclusão de que os eleitores evangélicos estão certos. Eles

tomaram uma dianteira pela ética, que o povo brasileiro não tomou. O restante do eleitorado não tomou”¹⁵⁸.

O candidato a deputado federal Paulo Roberto (PTB) é bispo da Igreja Universal do Reino de Deus em Porto Alegre. Paulo Roberto goza de grande prestígio na cúpula da Igreja. Seu nome foi o escolhido para concorrer a deputado, substituindo Paulo Gouvêa, que foi afastado da igreja. Em relação a esse episódio, o Bispo Paulo Roberto assim se refere:

“Olha, tem deputados aí, não posso falar por eles, mas estão envolvidos no esquema. Só que a credibilidade da igreja não pode ser (...) manchada pelo seguinte fato: mesmo que eles não estavam envolvidos, eles foram afastados de seus cargos, foram afastados das candidaturas, a igreja afastou politicamente esses deputados de qualquer atividade política relacionada e ligada à Igreja. Então a igreja em si não tem nenhuma mancha em relação a essa questão. Porque? Eu digo que se todos os partidos políticos e até mesmo a igreja católica, se fizesse o que nós fazemos, ou seja, se tirassem ou substituíssem o acusado dessa função de representabilidade do povo. se todas as igrejas de modo geral fizessem isso, eu acho que essa ‘pouca vergonha’ que a gente está vendo no país hoje, essa corrupção escandalosa, seria bem menos visível. Por exemplo a gente têm alguns parlamentares que sim, se envolveram com alguma coisa de escândalo, alguma coisa que estavam realmente envolvidos. Esses não só foram afastados politicamente, mas como também afastados das funções pastorais. Não são mais pastores e se quiserem ser membros da igreja, serão apenas membros da igreja. Então, uma posição da igreja, da direção da igreja, é uma posição de uma instituição séria. Se como eu digo: se todos os partidos políticos, se todas as igrejas. Se você fizer alguma coisa fora da igreja que lhe tire a confiança, ou que seja considerado um desvio de conduta, seria normal a sua igreja dizer o seguinte: você está afastado das suas funções espirituais pelo seu desvio de conduta. Eu acho que a maior credibilidade que a igreja encontra dentro dos fiéis é justamente isso. Qualquer desvio de conduta cometida que seja comprovada, ele deixa de exercer as funções pastorais, ele deixa de ser um pastor, ele deixa de ser um membro ativo, dentro da instituição. Seriedade maior que essa infelizmente a gente não encontra por aí”¹⁵⁹.

Em relação a todos os deputados federais envolvidos com escândalos ou irregularidades políticas, essa foi a postura adotada pela Igreja Universal. Foi assim com o Bispo Rodrigues, ex-coordenador político da igreja em nível nacional, foi assim também com Paulo Gouvêa, ex-deputado federal, ambos afastados da instituição. Outras igrejas preferiram ser mais cautelosas em relação ao afastamento ou expulsão de seus membros. Em alguns casos continuaram até mesmo apoiando os denunciados da máfia das sanguessugas. Foi o caso da Igreja Assembléia de Deus. Para muitos de seus líderes, o escândalo não passava de uma ‘jogada política’ “para reduzir a bancada evangélica e,

¹⁵⁸ Entrevista realizada com o candidato a deputado estadual pelo PTB nas eleições de 2006, Pastor Luiz Rogério Muzel, no dia 25/01/2007, nas dependências da AGERGS, em Porto Alegre.

¹⁵⁹ Entrevista realizada com o candidato a deputado federal pelo PTB nas eleições de 2006, Bispo Paulo Roberto, no dia 13/09/2006, nas dependências do comitê político do candidato situado em frente ao Templo Maior da Igreja Universal do Reino de Deus, em Porto Alegre.

com isso, facilitar a aprovação de projetos polêmicos, como a discriminação do aborto (Mariano, Dantas, Hoff. 2006, p.72).

3.14. Propostas de campanha e projetos políticos

Para além do imaginário estereotipado que se formou a respeito das posições dos políticos evangélicos sobre projetos corporativos que venham a beneficiar somente o povo evangélico ou defender os costumes e a moral cristã, como a indissolubilidade do matrimônio heterossexual ou suas posições contra o aborto, muitos candidatos defenderam idéias e projetos visando atender às necessidades e os anseios de toda a população. São raras as exceções em que candidatos propõe apenas desenvolver atividades assistencialistas, fisiológicas, e paternalistas.

Para além de suas propostas e projetos políticos, sabe-se que a atuação de um político pentecostal depende de uma série de variantes. Há de se levar em conta a condição de sua classe social, sua origem, a denominação religiosa a qual pertence, sua filiação e os compromissos partidários, as forças políticas que apoiaram sua candidatura e outros fatores que podem influenciar seus projetos e seu modo de agir politicamente (Baptista, 2007, p. 337).

A partir das entrevistas foi possível mapear esferas sociais onde os candidatos gostariam de agir caso fossem eleitos: saúde, segurança pública, educação, agricultura e pecuária, orçamento público estadual, precatórios, reforma política, reforma tributária, reforma previdenciária, reforma do código penal, valorização dos profissionais da saúde, valorização dos direitos dos trabalhadores, incentivo à economia gaúcha, programas de bem estar ao idoso, projetos de inclusão no mercado de trabalho, leis de incentivo ao micro crédito rural, incentivo à qualificação profissional, ressocialização de pessoas marginalizadas pelos vícios e pela falta de oportunidades, programas de habitação.

O candidato a deputado federal Ronaldo Nogueira (PTB), pastor da Assembléia de Deus e vereador no município de Carazinho, elaborou um grande programa de governança, caso viesse a ser eleito. Chamado de “Vida para o Brasil”, o programa prometia oferecer estrutura profissional, habitacional e emocional. Ronaldo se dizia um político com visão, motivação, liderança, criatividade e grande capacidade de realização. Por isso, afirmava que, como deputado federal, iria implantar esse programa

com o objetivo de criar mecanismos de atuação no meio social de acordo com princípios cristãos, oferecendo ao cidadão brasileiro a oportunidade para se integrar na sociedade através da qualidade de vida proporcionada pela geração de emprego e renda, planejamento familiar e melhor relacionamento social e espiritual. Segundo ele, através deste programa, milhares de pessoas iriam ser beneficiadas com a melhoria na qualidade de vida. Especial atenção seria dada ao projeto de instrução espiritual, onde professores de educação religiosa iriam agir na preservação dos valores morais e espirituais do ser humano. Ronaldo Nogueira assim se expressa sobre seus projetos políticos:

“Eu tenho desenvolvido um trabalho aqui na Câmara Municipal de Carazinho, representando não somente os evangélicos, mas aquelas pessoas que votaram para mim, independente de serem ou não evangélicos, através das minhas atividades e da minha dedicação como político. E essa dedicação tem que ter resultados notórios, os resultados têm que ser vistos e têm que ser resultado da atuação parlamentar. Não pode ser algo abstrato onde a população não vê o que você está fazendo. Aqui em Carazinho, por exemplo, mais de 600 famílias foram beneficiadas com a casa própria através de um trabalho por mim realizado. E a minha atuação parlamentar vai resultar em benefícios na vida do cidadão, no dia-a-dia, na vivência dentro do país. Sendo ele um evangélico ou não. Com a minha atuação ele tem que ser beneficiado. (...) Eu sou muito pequeno, sou muito fraco para eu ter a pretensão de dizer que eu vou ser deputado federal para defender a igreja. Quem defende a igreja é o Senhor Jesus. Comigo ou não a igreja vai continuar realizando a sua missão e realizando o seu trabalho. É lógico que a minha atuação no Congresso Nacional vai ser de acordo com os princípios bíblicos e a minha atuação vai refletir, assim como o Sol, que reflete sobre todas as pessoas”.¹⁶⁰

O ex-vereador do município de Tapes, Martinho Santos (PL), membro da Igreja Batista Betel, criou um informativo no qual seu eleitor podia comprovar as benfeitorias realizadas por ele na vida pública, como político. Nesse informativo, ele propunha criar projetos para duplicar a rodovia federal BR 116 na metade sul do estado, transformar em lei estadual as leis municipais que criaram atos solenes para homenagear, as igrejas e o Dia do Pastor Evangélico. Criar projetos para beneficiar crianças e adolescentes, idosos, deficientes pessoas com necessidade de medicação continuada. Na esfera da educação, criar leis para ampliar o acesso da população carente ao ensino universitário, através da compra de vagas nas universidades ou faculdades locais e propor a ampliação de estágios universitários. Na esfera religiosa, propunha defender as instituições religiosas para que pudessem construir seus templos onde lhes for mais conveniente, lutando para derrubar a lei do Estatuto das Cidades que prevê um estudo de impacto de

¹⁶⁰ Entrevista realizada com o candidato a deputado federal pelo PTB nas eleições de 2006, Pastor Ronaldo Nogueira, no dia 22/09/2006, no seu gabinete de vereador na Câmara Municipal de Vereadores de Carazinho.

vizinhança antes de construir qualquer templo religioso. Ele assim se refere sobre essa temática polêmica:

“Eu venho defendendo o povo de Deus no meu município (Tapes) com leis que fazem com que os governantes reconheçam que a igreja faz parte da sociedade. Tenho feito com que estas leis, a exemplo de Tapes, também surtam efeitos em dezenas de outros municípios. Tenho um compromisso com o povo de Deus, porque não me envergonho do evangélico, sinto-me bastante agradecido a este Deus que me escolheu para representar seu povo junto à política, pois este mesmo Deus que me ama, ama o político e a você. Povo de Deus, assumo um compromisso de chegar a Assembléia Legislativa e ali defender com garra e determinação esta causa, como também não farei discriminação a qualquer um que me procurar, serei a voz em busca de justiça para todos”.¹⁶¹

O vereador do município de Campo Bom, evangelista da Assembléia de Deus e candidato a deputado federal Nelson Moraes (PMDB), construiu seu programa de governo e resolveu chamá-la de “Plataforma de Atividades em Defesa da Valorização da Vida”, por meio do qual buscava obter recursos para repassar a entidades que comprovadamente atuem na inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social, oferecer assistência para a criação de fazendas e casas de recuperação de dependentes químicos e apoiar a criação de albergues para abrigar a população carente idosos e familiares de doentes internados em hospitais da capital gaúcha.

Cabe recordar que, na última legislatura, alguns deputados não-evangélicos quase tiveram seu mandato cassado por manter casas de albergue para receber familiares de doentes que se encontravam internados em hospitais de Porto Alegre. O Ministério Público abriu inquérito contra esses deputados, pois foi registrada denúncia de que havia material de campanha política no interior dos albergues. Vale dizer também que essa constitui uma prática assistencial tradicional de cunho meramente eleitoreiro.

Para o deputado e pastor da Assembléia de Deus Edemar Vargas (PTB), que estava há quatro mandatos consecutivos à frente da Assembléia e tentava a sua quinta reeleição, o mais importante não eram as propostas e os projetos a serem realizados, apesar de ele ter apresentado diversos projetos de lei e ter realizado uma verdadeira cruzada contra as drogas.¹⁶² Para ele, o mais importante era que o povo evangélico continuasse com seus representantes políticos. Ele assim se pronunciou sobre sua provável reeleição que acabou não ocorrendo:

¹⁶¹ Informativo do candidato a deputado estadual Martinho Santos (PL).

¹⁶² Sua Igreja, Assembléia de Deus, possui projetos assistenciais e casas de recuperação de alcoólatras e dependentes químicos espalhados por todo o Estado.

“Se fosse reeleito, eu acho que nós continuaríamos com essa representação íntegra, autêntica dos evangélicos, relampejando sempre aqui nas nossas ações, em nossos pronunciamentos, em nossas atitudes, em nosso andar, em nosso falar, sempre relampejando os evangélicos. Isso eu acho que é o mais importante: a representação. Que todos vejam em nós, relampejam na nossa vida, a representação dos evangélicos. Não precisa nem dizer quem eu sou, o que eu sou, de onde eu vim. Todos sabem, sou identificado, sou conhecido, sou respeitado. Todos me respeitaram durante todo esse período. Então, eu acho que o mais importante seria a representação. O evangélico ter um representante aqui no parlamento, independente de projetos. Porque às vezes é uma ‘entulhação’, apresentar dezenas de projetos que se tornam lei, mas não são cumpridos. Acho que o importante é nós termos os nossos representantes, porque o nosso povo não quer saber qual é o meu salário, quanto eu ganho. Ele quer saber que eu o represente com integridade e autenticidade”¹⁶³.

Entre todos os deputados evangélicos que foram eleitos para a Assembléia Legislativa a partir de 1990, Edegar Vargas foi o que menos apresentou projetos de lei nos 16 anos em que ficou no parlamento, “numa média de um projeto de lei ao ano” (Pedde, 2005, 285). Pode-se afirmar que Edegar Vargas busca sua legitimação política junto ao seu eleitorado religioso e, “se firma ao conseguir evidenciar ao povo evangélico em geral, e aos fiéis da Assembléia de Deus de forma específica, que sua atuação é ideologicamente coerente com aqueles que nele votaram” (Pedde, 2005, p.286).

Os demais projetos e propostas apresentados por outros candidatos que trazem seu bojo as questões de ordem religiosa, procuram se centrar em proposições moralistas, que preservem a família, a ética e os bons costumes. Por exemplo, 100% dos candidatos evangélicos entrevistados se colocaram contrários a projetos que libere o aborto e a união civil de pessoas do mesmo sexo e, se eleitos, iriam lutar para que tais leis não fossem aprovadas. O candidato a deputado federal e pastor da Igreja Pentecostal Cristã, Elói Adam Aires, do município de Santa Maria, numa entoação moralista alicerçada, segundo ele, em princípios bíblicos, culpa o PT (Partido dos Trabalhadores) pela votação de tais projetos em nível federal. Sobre essa temática, ele assim se refere:

“Sobre o PT, eu explico o seguinte ao nosso meio evangélico: é do PT a lei do casamento de homem com homem, da mulher com mulher e aí eu leio na Bíblia que Deus abomina isso. Eu digo assim, se você segurar essa bandeira, solte-a porque ela vai contra os nossos princípios, vai contra isso aqui que você disse que defende. Aí é aquela velha história. Você pode estar com uma mão para Deus e a outra para o Diabo. E porque o PT, embora eles não assumam, mas, no meu entendimento, o PT pode até ter um outro nome, mas vamos usar o nome que é conhecido e todo mundo sabe qual é a filosofia deles, e o sistema deles é um comunismo disfarçado. Eles estão se valendo da

¹⁶³ Entrevista realizada com o candidato à reeleição, deputado estadual pelo PTB nas últimas quatro legislações, Pastor Edegar Vargas, no dia 07/12/2006, no seu gabinete de deputado na Assembléia Legislativa.

democracia. Quem são os parceiros amigos deles? Fidel Castro e Hugo Chaves”.¹⁶⁴

Nas entrevistas com alguns candidatos evidenciou-se preocupação em não demonstrar que seus projetos iriam beneficiar somente o povo evangélico, mas que teriam uma representatividade mais geral, visando atrair votos de outros segmentos da sociedade. Esse foi o caso do candidato a deputado estadual, Cláudio Conceição (PSDB), da Batista Filadélfia e policial civil. Na campanha, ele procurou atingir os dois segmentos. Outra candidata que seguiu a mesma lógica foi a advogada Adi de Brum (PL), que não era candidata oficial da Igreja Universal. Sobre sua provável eleição, que acabou não ocorrendo, ela assim se pronuncia:

“Não pretendo representar especificamente só o povo evangélico, mas a todos os meus eleitores. Eu separo religião do meu trabalho. Isso é uma coisa pessoal de cada um. Então o meu trabalho político tem que olhar para todos os eleitores e não especificamente só para uma categoria. O político tem que olhar pelo povo todo”.¹⁶⁵

De maneira geral, os únicos candidatos entrevistados que tinham plataforma de campanha muito parecidas, sobretudo em suas propostas e projetos, foram os candidatos oficiais pertencentes à Universal, Pastor Carlos Gomes (PPS) e Bispo Paulo Roberto (PTB) que prometeram lutar pela inclusão social dos menos favorecidos, valendo-se de princípios cristãos e evangélicos.

3.15.Candidatos eleitos: os escolhidos de Deus

Nas eleições de 2006 para deputado estadual e federal no Rio Grande do Sul, de um total de 67 candidatos religiosos pertencentes a diversas denominações religiosas somente três lograram ser eleitos. Dois deputados estaduais e um deputado federal. Mas para efeitos da presente análise não irei considerar a eleição de Miki Breier, para deputado estadual. De origem católica, o candidato utilizou muito pouco sua identidade religiosa de forma explícita com o objetivo de se eleger. Serão analisados o pastor Carlos Gomes (PPS), eleito deputado estadual, e o bispo Paulo Roberto (PTB), eleito deputado federal. Ambos pertencem à Igreja Universal do Reino de Deus e foram seus

¹⁶⁴ Entrevista realizada com o candidato a deputado federal pelo PSDC, pastor Elói Adam Aires, realizada no dia 20/09/2006, no seu escritório, junto ao templo religioso em que é pastor, na cidade de Santa Maria.

¹⁶⁵ Entrevista realizada com a candidata a deputada estadual pelo PL Sra. Adi de Brum, no dia 07/12/2006, em sua residência.

candidatos oficiais. Dentre um universo de 67 concorrentes, a eleição de somente dois candidatos pertencentes à mesma denominação religiosa requer mais explicações.

A Igreja Universal possui uma identidade fortalecida a todo momento pela eficiente utilização dos meios midiáticos de que dispõe (emissoras de rádio, TV e jornais) e que contrasta com as demais identidades religiosas existentes no Brasil, pelo “seu explícito caráter concorrencial” (Jungblut, 2005, p.3). Na Igreja Universal, “esse exercício de contrastividade entre as identidades que representam o ‘nós’ e os ‘outros’ tem, como elemento simbólico fundamental, as representações e a imagem diabo” (Jungblut, 2005, p.3). A imagem do diabo é invocada sempre que as lideranças da Universal se referem aos concorrentes, que podem ser outras igrejas, redes de televisão, o Estado e, no nosso caso, candidatos políticos. Cria-se no imaginário religioso dos fiéis a distinção bem coesa entre bem e mal e entre quem pertence ao bem e ao mal.

Foi essa a retórica¹⁶⁶ empregada durante a campanha dentro e fora dos templos da Universal para transferir os dois candidatos dos templos para as casas legislativas. Cabe lembrar que o púlpito da Universal foi utilizado como palanque eleitoral nos cultos, desrespeitando a lei que proíbe a campanha eleitoral nos templos religiosos. “Independente se a pessoa vota aqui em Porto Alegre ou outra cidade, se ela é de Deus, vai votar no homem de Deus”, conforme afirma o pastor da igreja em pleno culto.¹⁶⁷ Mediado pelo corporativismo e pelo carisma institucional da igreja, o sucesso dos candidatos iurdianos foi tamanho, que, o total de votos dos 12 candidatos que concorreram pela Assembléia de Deus, não ultrapassa os 66.454 votos obtidos pelo pastor Carlos Gomes, eleito deputado estadual pela Igreja Universal. O mesmo raciocínio vale para os 10 candidatos assembleianos para a Câmara Federal que, juntos, obtiveram 66.079, enquanto que o bispo Paulo Roberto, da Universal, sozinho, obteve 84.125. Num dos cultos acompanhados pelo Jornal *Zero Hora*, um dos pastores afirmou no púlpito:

“Os ‘homens de Deus’ este ano são o bispo Paulo Roberto, candidato a deputado federal pelo PTB, e o pastor Carlos Gomes, candidato à Assembléia pelo PPS. Os dois nunca foram políticos (...) mas vão entrar por determinação dos bispos. (...) Um voto dado a um incrédulo é para trair a obra de Deus. Se a pessoa votar num incrédulo, ela estará traindo a obra de Deus. (...) Se você perguntar quem o pastor está apoiando, quem o bispo está apoiando para

¹⁶⁶ A utilização da retórica eleitoral entre os candidatos de Deus, pertencentes à Igreja Universal e, os candidatos do mal, pertencentes os demais partidos, foi comprovada por mim pessoalmente quando, antes das eleições decidi participar de alguns cultos no Templo Maior da Igreja, localizado na Avenida Julio de Castilhos em Porto Alegre.

¹⁶⁷ Jornal *Zero Hora*, 06/08/2006, Venha a nós o vosso voto, p.16.

governador, não tem. Então para governador vota em quem quiser. Ou então não vota em ninguém, porque não tem. (...) E para deputado estadual, tem? Sim, tem. Vota no pastor Carlos. Se eu votar em outro vou estar fazendo o que? Traindo. E para deputado federal, quem é? É o bispo Paulo Roberto. Então é nele que eu vou votar. (...) E se você não votar em nossos candidatos vai estar traindo a quem? A Deus. (...) Vocês ainda vão ter de ter coragem de no dia votar numa pessoa endemoniada? Tem político que para prejudicar a Igreja Universal é com ele mesmo. (...) Na hora que vocês vão votar, se derem o voto aos incrédulos, na hora de tirar o povo de Deus da Cruz, na hora de defender a igreja, se aquele deputado está endemoniado, ele vai prejudicar você. (...) A gente não pode dar os folhetos com as fotos do bispo e do pastor aqui dentro porque é contra a lei. Olha a lei que vocês fizeram. (...) Digam comigo: eu quero, eu quero ter compromisso com o senhor. Mãos à obra nesta Terra”¹⁶⁸.

Observando os santinhos e outros materiais eleitorais produzidos pelos dois “candidatos de Deus”, em nenhum deles se pôde perceber que os mesmos apoiavam candidatos a governador, presidente ou senador. Eles contaram apenas com apoio da Igreja Universal. As siglas partidárias pelas quais os dois concorreram eram distintas e apoiaram candidatos opostos ao governo do Estado. O fato de estarem filiados a partidos diferentes parece ser uma estratégia da igreja, uma vez que distribuindo seus deputados por partidos diferentes a igreja pode “alcançar melhor poder de barganha política”. Cabe destacar que os votos recebidos pelos candidatos da Universal não pertencem a eles e, sim, à igreja. Basta lembrar o que ocorreu com os ex-pastores da igreja Paulo Moreira e Paulo Gouvêa, que, ao tentarem a reeleição sem o apoio da Igreja, não chegaram a fazer 10% dos votos recebidos anteriormente. Os dois deputados não divulgaram pertencerem à Igreja Universal nas home-pages da Assembléia Legislativa e da Câmara Federal. O pastor Carlos Gomes assim se define em seu currículo divulgado no site da Assembléia Legislativa:

“Antônio Carlos Gomes da Silva nasceu em Saúde, interior da Bahia, em 13 de junho de 1972. Aos 13 anos, passou a morar no Rio de Janeiro, antes de adotar o Rio Grande do Sul como sua terra. Um caminho de lutas e dificuldades ajudou a moldar o caráter de Carlos Gomes. Filho de lavrador, ele sempre direcionou o foco de seu trabalho para a inclusão social. Pastor evangélico há 14 anos, implementou ações sociais junto a dependentes químicos e dedicou-se ao trabalho voluntário, prestando informações às pessoas carentes, viabilizando documentos e assessoria jurídica. Em Porto Alegre, obteve especial destaque na coordenação do programa *A Gente da Comunidade*, que tem por objetivo a reintegração social de famílias excluídas. Eleito com 66.454 votos no pleito de 2006 para o legislativo gaúcho, Carlos Gomes dá início à sua trajetória política com o desafio de desenvolver projetos voltados ao social. Casado com Sandra Delaqua, é apresentador dos programas *Comunidade Ativa*, na Rádio Capital (AM 840 kWz – segunda a sexta-feira das 13h às 14h) e *Raízes do Pampa*, na Rede Pampa de Televisão (Canal 4, domingo das 7h às 7h30), voltado a divulgar a

¹⁶⁸ Jornal *Zero Hora*, 06/08/2006, Venha a nós o vosso voto, p.16.

cultura gaúcha e abrir espaço para artistas nativistas que não encontram oportunidade na mídia”.¹⁶⁹

O bispo Paulo Roberto, em seu currículo, afirma apenas ter formação teológica, mas também evitou se identificar como membro da hierarquia da Igreja Universal em sua pequena biografia disponibilizada na *home-page* da câmara federal.

“Paulo Roberto Manoel Pereira nasceu em 10/12/1961, em São Paulo, é filho de Carlos Manoel Pereira e Maria de Lourdes Gimenez. Tem como profissões: apresentador de televisão, teólogo e comunicador de rádio. É filiado ao PTB desde 2005. É bacharel em teologia; pós-graduando em administração estratégica de empresas; capacitação em ISO 9001 e atualização em Direito Constitucional”.¹⁷⁰

Nos currículos, a única similaridade entre os dois candidatos é o de apresentador de programas midiáticos, condição *sine qua non* para que a cúpula da igreja os escolha como candidatos em potencial a cargos políticos, como ressaltou Paul Freston, afirmando que “os principais pré-requisitos dos candidatos da Universal são os de serem pastores que atuam na mídia” (Freston apud Oro, 2003). De fato, os dois deputados da Universal eleitos pelo Rio Grande do Sul mantinham programas em rádio e TV. Carlos Gomes e Paulo Roberto, embora vindos de outros Estados, apresentavam programas nativistas da cultura gaúcha e sempre vestidos com a indumentária tradicional do Rio Grande do Sul, ou seja, de bombacha e lenço no pescoço. Mais 4 deputados federais¹⁷¹ da Igreja Universal, eleitos por outros Estados, também não explicitaram seu vínculo direto com a denominação, mas todos dizem ser teólogos ou apresentadores de rádio e televisão.

Para os *fiéis iurdianos* o ato de votar vai além de um simples ato cívico. Ele se transforma em um “ato que preenche um sentido quase religioso” (Oro, 2003, p.58). “Trata-se de um gesto de exorcismo do demônio que se encontra na política e de sua libertação para que ela seja ocupada por ‘pessoas tementes ao Senhor Jesus’” (Oro, 2003, p.58). Os fiéis atribuem ao voto não somente uma obrigação de cidadão, mas uma obrigação para com Deus, para que, através do voto, o “mal” possa ser banido do campo da política, substituindo-o pelo “bem”, ou seja, por “pessoas convertidas ao evangelho” como verdadeiros cristãos, como escolhidos de Deus (Oro, 2003, p.58).

3.16. Projetos legislativos dos candidatos eleitos

¹⁶⁹ Fonte: www.al.rs.gov.br Pesquisado em 15/01/2008.

¹⁷⁰ Fonte: www.camara.gov.br Pesquisado em 15/01/2008.

¹⁷¹ Os referidos deputados são: Bispo Antônio Bulhões (PMDB/SP), Flávio Bezerra (PMDB/CE), George Hilton (PP/MG), Léo Vivas (PRB/RJ).

Passados pouco mais de um ano do início da legislatura 2007-2010, já foi possível verificar e contabilizar quais estão sendo as principais proposições, programas e práticas legislativas que têm norteados os trabalhos dos deputados evangélicos eleitos pelo Rio Grande do Sul. A seguir, observarei quantidade e o perfil dos projetos por eles apresentados e seus principais pronunciamentos, procurando verificar sua natureza religiosa.

Pode-se constatar, na home-page da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, que o deputado e pastor Carlos Gomes (PPS), apresentou até o momento 21 PLs (Projetos de Lei) e realizou quatro pronunciamentos. Os projetos apresentados por Carlos Gomes são os seguintes:

O PL 83/2007 dispôs sobre a obrigatoriedade da apresentação de documento de identidade no pagamento das despesas com cartões de crédito e débito, e deu outras providências.¹⁷² Esse projeto tornou-se a Lei 12714/2007 ou a chamada “Lei Carlos Gomes”, publicado no Diário Oficial do Estado, no dia 12/06/2007. O projeto previa a obrigatoriedade da apresentação de documento de identidade e da assinatura do titular do cartão de crédito ou débito e ainda a anotação do número do RG do titular do cartão, por representar uma garantia não apenas para o fornecedor, ou seja, o empresário, mas principalmente para o consumidor.

Em reação, muitos lojistas e empresários se mobilizaram e, através da CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas de Porto Alegre), se reuniram com o Deputado na Assembléia Legislativa, em 25 de julho de 2007¹⁷³, para tentar flexibilizar a lei, uma vez que estava havendo muitas reclamações dos consumidores para apresentar documentos de identificação, causando constrangimentos e filas em muitos estabelecimentos comerciais. Posteriormente, em outro projeto de lei solicitou que seu projeto fosse modificado e que a exigência da carteira de identidade nas compras com cartões de débito deixasse de ser obrigatória.¹⁷⁴

O PL 109/2007 dispôs sobre o porte de arma de fogo pelos servidores do Instituto-Geral de Perícias, órgão vinculado à Secretaria da Justiça e da Segurança do

¹⁷² Fonte: www.al.rs.gov.br Pesquisado em 10/01/2007.

¹⁷³ Jornal *Correio do Povo*, 26/06/2007.

¹⁷⁴ Jornal *Correio do Povo*, 09/08/2007.

Estado do Rio Grande do Sul, e deu outras providências.¹⁷⁵ Esse projeto foi prejudicado, mas, segundo o deputado,

“os agentes de perícia não foram contemplados pela legislação federal, que deixou aos Estados autorizarem outras categorias de servidores que a seu sentir poderiam também portar armas, como é o caso dos servidores do Instituto-Geral de Perícias, classe integrante do sistema da Segurança Pública e não raras vezes obrigados a fazer perícias em locais de risco, razão principal da necessidade do uso de arma de fogo.”¹⁷⁶

O PL 110/2007 propunha a alteração da Lei nº. 8.109, de 19 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a Taxa de Serviços Diversos. Carlos Gomes justifica afirmando a necessidade de se corrigir uma distorção histórica na emissão de carteiras de identidades, defendendo que as pessoas que comprovarem ser pobres não necessitem pagar a taxa de emissão do documento e fiquem isentas de pagar taxa de emissão de segunda via, os cidadãos vítimas de roubo, bastando apresentarem o documento de registro de ocorrência policial. Este projeto de Lei foi arquivado.

O PL 131/2007 estabeleceu o Dia Estadual da Hemofilia no Estado do Rio Grande do Sul. Todos os 47 deputados presentes votaram a favor da lei. Segundo Carlos Gomes, instituir este dia representa um gesto humanitário e de solidariedade para com os que sofrem tal doença no Estado.

O PL 132/2007 foi logo retirado. Ele dispunha sobre a obrigatoriedade das empresas de transporte rodoviário intermunicipal transportarem animais domésticos de pequeno porte. Contudo, em sua justificativa, o deputado associa pequeno porte, animais com peso inferior a 10 kg. O grande problema da lei é que as empresas de transporte teriam que se adequar e reservar local especial para sua proteção e conforto. Mesmo que a lei estabeleça a cobrança de tarifa pelo transporte do animal, é falha ao ocultar o número máximo de animais a ser transportado em uma viagem. O PL 153/2007 refere-se ao mesmo conteúdo do PL anterior, sendo retirado pelo próprio deputado. Outro PL que o deputado optou por retirar de tramitação foi o 171/2007, que determinava o uso de papel reciclado ou ecológico nas correspondências e materiais gráficos dos Órgãos Públicos do Estado do Rio Grande do Sul. Na tentativa de aprovar esse projeto, Carlos Gomes revela sua preocupação com a preservação da natureza,

“A preservação ambiental é hoje uma imposição que vai muito além da mera preocupação ecológica, é um imperativo de consciência. Uma vez que o papel, produto originário da derrubada de árvores, vem contribuindo com um tema que está a preocupar a sociedade mundial, chegando algumas previsões catastróficas a preverem que o aquecimento global é irreversível, exatamente

¹⁷⁵ Fonte: www.al.rs.gov.br Pesquisado em 10/01/2007.

¹⁷⁶ Fonte: www.al.rs.gov.br Pesquisado em 10/01/2007.

pela ausência da cobertura vegetal do planeta, causada em grande parte pelo corte de árvores, que nos obriga a tomada de urgentes providências. Neste contexto se insere o presente Projeto, que já tem precedente no Estado do Rio de Janeiro, com projeto da autoria do Deputado Carlos Minc, reconhecido ecologista e defensor da natureza, que aprovado pela Assembléia carioca, foi sancionado pelo Governador e se encontra em plena execução, como noticiou a imprensa recentemente. Tais razões me motivam a propor que o Rio Grande do Sul siga igual caminho, mesmo que seja o papel reciclado um pouco mais caro que o não reciclado, porém é mais caro exatamente pelo pouco uso, o que é um contra-senso, pois se usado em larga escala seria mais barato e protegeria o meio ambiente. Outra opção, com o mesmo objetivo, é o uso do papel ecológico que tem um custo menor e é apropriado para uso em copiadoras e impressoras. É chegada a hora de nos adaptarmos a nova realidade, antes que seja tarde demais. A Terra pede socorro, atendamo-la, por isto espero a aprovação deste Projeto. Deputado Carlos Gomes”.¹⁷⁷

O PL 199/2007 propõe a alteração da Lei nº. 12.697, de 4 de maio de 2007, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul. Em outras palavras, o deputado solicita a mudança ou o desmembramento do nome da Secretaria da Agricultura e Abastecimento para: “Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio. Segundo ele, essa medida é resultado dos diversos encontros que tem mantido com a Federação dos Pescadores que, sente-se pouco representada por esta Secretaria, uma vez que o setor pesqueiro representa importante espaço de produção e exportação no Rio Grande do Sul. O PL 215/2007 propunha a instituição do Dia do Pescador no Estado, mas o mesmo foi retirado. Novamente apresentado agora sob o n.º 220/2007, o Dia do Pescador foi sancionado e instituído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Rio Grande do Sul, a ser comemorado no dia 29 de junho. Carlos Gomes justifica a data apegado em um detalhe do calendário católico que, no dia 29 de junho, comemora o dia de São Pedro que, a seu ver, foi o primeiro pescador de que nos conta a história.¹⁷⁸

O deputado Carlos Gomes tem se tornado um defensor da causa dos pescadores e dos animais de pequeno porte na Assembléia Legislativa. Contudo, o curioso é que ou o seu projeto é arquivado ou é retirado de tramitação a pedido de seu próprio gabinete. O PL 269/2007 dispunha sobre o direito dos proprietários de animais de pequeno porte e de cães-guia no transporte rodoviário intermunicipal, visando redimensionar sua lei, de transporte de animais domésticos de pequeno porte, para transportar apenas cães que servem como guias a cegos e idosos. E sai em defesa do seu projeto:

¹⁷⁷ Fonte: www.al.rs.gov.br Pesquisado em 10/01/2007.

¹⁷⁸ Fonte: www.al.rs.gov.br Pesquisado em 10/01/2007.

“(…) Diferentemente das empresas de transporte aéreo que já resolveram a questão, sendo comum o transporte de pequenos animais e de cão-guia com seu dono, devidamente acondicionados, no mesmo voo de seu proprietário. Assim, é de se perguntar como pode em avião e não pode em ônibus? A resposta é simples, falta de lei e boa vontade. Nesta esteira apresento o presente projeto, que se aprovado, virá ao encontro de considerável parcela da população, contemplando significativamente os portadores de deficiência visual e os idosos, que no dizer do Estatuto do Idoso, merecem, cada vez mais, o carinho e a atenção de todos (...)”¹⁷⁹

Finalmente, Carlos Gomes obteve uma vitória junto ao legislativo, ao reapresentar seu projeto sobre o transporte de pequenos animais domésticos de até dez quilos sob o PL 316/2007, sendo aprovado na Assembléia em 4/01/2008 por 41 votos a favor e 3 contrários. No projeto, ficou afixado o limite máximo de dois animais domésticos a serem transportados por viagem.

Em 13/11/2007 foi aprovado o PL 317/2007, que alterou dispositivos da Lei nº. 12.714, de 11 de junho de 2007, que dispunha sobre a obrigatoriedade da apresentação de documento de identidade no pagamento das despesas com cartões de crédito e débito. Através dessa alteração, o consumidor só precisará apresentar carteira de identidade nas compras com cartão de crédito, pois o cartão de débito já se encontra suficientemente protegido por senha pessoal.

O PL 325/2007 foi para parecer da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). Ele prevê a alteração da Lei nº. 11.853, de 29 de novembro de 2002, que instituiu o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social. Isso significa que, através do PL de autoria de Carlos Gomes, o Art.1º da Lei nº. 11.853, passaria a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social, integrado por entidades e organizações de assistência social da sociedade civil, por empresas e pela Administração Pública Estadual, visando ao desenvolvimento de ações de inclusão e promoção social e de capacitação profissional e ressocialização de apenados do sistema penitenciário e/ou dos internos da Fundação de Atendimento Sócio Educativo do Rio Grande do Sul – FASE, bem como ao incentivo e à articulação das referidas ações, mediante adoção de mecanismos de parceria e colaboração”.¹⁸⁰

Outro projeto que segue para apreciação da CCJ é o PL 363/2007, que dispõe sobre o porte de arma de fogo para os integrantes da carreira de Agente Fiscal do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul. O PL 365/2007 institui o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Rio Grande do Sul, em apreciação da CCJ.

¹⁷⁹ Fonte: www.al.rs.gov.br Pesquisado em 10/01/2007.

¹⁸⁰ Fonte: www.al.rs.gov.br Pesquisado em 10/01/2007.

O PL 382/2007 está em tramitação e quer tornar obrigatória a execução do Hino Farroupilha antes do início da realização de competições esportivas oficiais nos estádios de futebol e ginásios desportivos. Segue justificativa do deputado Carlos Gomes:

“ (...) Esta proposta pondera também que o ensino formal não é o único responsável pela educação e formação de nossas crianças e adolescentes. E, sendo os estádios de futebol e os ginásios desportivos locais que reúnem consideráveis parcelas da população, abre-se a oportunidade para que o esporte agregue à sua função competitiva, a educacional, sendo ainda forte fator de inclusão social pela possibilidade de ascensão aos seus praticantes. Ademais, num tempo em que a violência nos estádios e ginásios tem exigido empenho das autoridades, o Hino Farroupilha proclama, em sua letra, um apelo explícito para a afirmação do espírito de cidadania dos gaúchos. Neste caso, uma partida de futebol ou outra competição esportiva passa a configurar não só uma atividade de lazer, mas um momento em que se possa ter reforçado o senso de coletividade que não compele à violência, mas à solidariedade. Visando maior exposição do Hino Farroupilha à população, espero o apoio dos meus pares e a aprovação deste Projeto de Lei, que virá sem dúvida nenhuma a popularizar e tornar mais conhecido o Hino Rio-grandense. Deputado Carlos Gomes”¹⁸¹.

O PL 401/2007 está em tramitação na CCJ e visa alterar o Anexo I da Lei nº. 9.228, de 1º de fevereiro de 1991, que cria o Quadro Especial de Servidores Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul. Com isso, o agente penitenciário passa a cumprir um horário de 40 horas semanais e 8 horas diárias, podendo cumprir, eventualmente, plantão de 24 horas. Já o PL 418/2007 visa beneficiar os que passam mais de uma vez ao dia em uma mesma praça de pedágio, ou seja, o projeto propõe a instituição de tarifa única para os veículos que passarem pela mesma praça de pedágio no período de 24 (vinte e quatro) horas.

Enfim, segue o único Projeto de Lei com teor religioso em seu conteúdo. Refere-se ao PL 420/2007, que está sendo apreciado pela CCJ. O referido projeto tem por objetivo principal fixar limites para emissão sonora nas atividades em templos religiosos no Estado do Rio Grande do Sul. Segundo a lei, as atividades realizadas em templos de qualquer crença, localizados no Estado do Rio Grande do Sul, não poderão ultrapassar o limite de 65 decibéis de propagação sonora no ambiente externo durante o dia e 50 decibéis durante a noite. A lei diz também que considera-se noite o período entre 22 horas e 6 horas da manhã. Sendo considerado ambiente externo aquele localizado a partir de dez metros da porta principal e das laterais do prédio. Segundo Carlos Gomes,

“(…) Não havendo Lei estadual, no Rio Grande do Sul, que fixe limites específicos, para a propagação sonora nos cultos religiosos, é hora de se estabelecer tais limites, como autoriza a Constituição, um padrão estadual

¹⁸¹ Fonte: www.al.rs.gov.br Pesquisado em 10/01/2007.

único, e se resolvam, de uma vez por todas, as contradições hoje existentes, fixando em um município um limite e em outros, outros limites, o que causa confusão e desentendimentos. Diante disto, se impõe, regularize o Poder Legislativo, tal questão Razões que me levam a propor o presente projeto de lei e esperar sua aprovação pelos meus pares na Assembléia, porque é justo, oportuno e constitucional”.¹⁸²

Mais uma vez percebe-se que, se essa lei for aprovada, poderão sair prejudicados milhares de casas e templos de religiões de matriz africana, uma vez que estas costumam realizar suas atividades religiões à noite, ao contrario da Igreja Universal, a qual pertence o referido deputado, que, com exceção das vigílias, realiza suas atividades religiosas durante o dia, se estendendo até no máximo às 21 horas. Este pode ser mais um projeto com a intenção de um deputado evangélico prejudicar os cultos de matriz africana, como já o foi num passado recente o projeto de lei do ex-deputado evangélico e pastor da Igreja Quadrangular, Manoel Maria.

Se classificarmos seus projetos por temáticas gerais apresentados até o presente momento na Assembléia legislativa, veremos que a maioria deles se manteve em torno das questões da agricultura, pecuária e pesca, da saúde e meio ambiente, da segurança pública, de projetos de inclusão social, de trânsito, educação e, por fim, da temática religiosa.

O deputado Carlos Gomes fez seu primeiro pronunciamento na Assembléia Legislativa por ocasião da 34ª Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa, ocorrida em 3//5/2007, que, naquele momento, homenageava a passagem dos 50 anos da Rádio e TV Guaíba, um dos veículos de comunicação mais antigos do Estado do Rio Grande do Sul, e que, desde 21/02/2007 passou a pertencer à Rede Record, emissora de propriedade do Bispo Edir Macedo. Segundo o diretor administrativo-financeiro do grupo, Carlos Bastos Ribeiro, a transação financeira entre a Rede Record e o Grupo Guaíba - Correio do Povo ficou estimada em cerca de pelo menos R\$ 100 milhões.¹⁸³ Na ocasião das comemorações dos 50 anos da emissora, Carlos Gomes assim se pronunciou:

“A Rádio Guaíba é do povo e não de um grupo de comunicação, e os serviços que presta à sociedade lhe garantem o título de patrimônio gaúcho. (...) Vejo pois, com alegria e regozijo, esta homenagem e a ela me associo na plena convicção de que a Rádio Guaíba muito ainda conquistará para orgulho do povo rio-grandense. Parafraseando nosso hino, diria: que sirvam suas façanhas de modelo a outras rádios. Que a Rádio Guaíba continue servindo ao povo e sendo a voz daqueles que não podem fazer valer seus direitos; que seja o canal de comunicação dos gaúchos; que seja sempre, como até agora, a nossa voz altaneira e firme na defesa dos postulados da honra, da ética, da moral e da legalidade, ancorada em profissionais da mais alta estirpe e

¹⁸² Fonte: www.al.rs.gov.br Pesquisado em 10/01/2007.

¹⁸³ Fonte: <http://www.direitoacomunicacao.org.br> Pesquisado em 10/01/2007.

qualidade, dentre os quais destaco, além do Flávio, já citado, Amir Domingues, Celso Costa, Sidney Coelho e Fernando Veronezi, que também completa jubileu de ouro. Na pessoa deles, minha homenagem a todos os demais funcionários, desejando que continuem a contribuir para a história e a grandeza da nossa Guaíba. Não poderia deixar de registrar meu apoio irrestrito à nova direção, que recentemente assumiu o comando do Sistema Guaíba - Correio do Povo e que tem na presidência o Dr. Jerônimo Alves Ferreira, na vice-presidência o Sr. Luiz Cláudio Costa e, na direção da Rádio Guaíba, o Sr. Alexandre Calderon. Registro assim, na homenagem a S. Sas, o meu desejo de que continuem a escrever no Rio Grande a história gloriosa da nossa sempre Rádio Guaíba. Obrigado”.¹⁸⁴

O segundo pronunciamento de Carlos Gomes ocorreu no dia 10/05/2007, na 37ª Sessão Ordinária da Assembléia, por ocasião de um Grande Expediente para homenagear a passagem do dia das mães. Carlos Gomes assim se expressa:

“Minha homenagem a todas as mães parlamentares e servidoras desta Casa. Mas gostaria de chamar a atenção para a mãe que assiste ao filho exposto ao perigo das drogas, da violência e da criminalidade que assola o nosso Estado, a mãe que, sendo jovem, é obrigada a pensar como mulher adulta, e, sendo idosa, precisa agir com todas as forças da juventude para nadar contra a correnteza da nossa triste realidade. Gostaria também de levar meu conforto à mãe que teve o filho abatido pela violência e à mãe daquele que, por algum motivo, incidiu na criminalidade, porque é certo que o sofrimento da mãe da vítima não é maior ou menor do que a dor da mãe do criminoso. Gostaria ainda de chamar de mãe aquela mulher que não ouve mais ninguém chamá-la assim, porque já perdeu seu filho. Que o silêncio possa converter-se na inabalável certeza de ser mãe simplesmente por cultivar a maternidade no coração. Da mesma forma, quero externar minha admiração àquela mãe que acolheu o ser humano saído de outro ventre, pois sabemos que ser mãe não é uma condição meramente biológica. Peço licença aos colegas desta Casa para citar a palavra do evangelho segundo Mateus, capítulo I, versículo 21, que diz: *Ela dará à luz um filho e o chamará de Jesus, porque ele salvará o seu povo dos seus pecados*. Desejo que Deus possa levar às mães do nosso Estado toda a felicidade que Maria sentiu enquanto esteve tomada pelo Espírito Santo. O Rio Grande, hoje, agradece e se orgulha de todas as mães gaúchas, que ainda guardam em si um pouco de Maria. Muito obrigado”.

Nesse pronunciamento, ele chega a empregar uma passagem bíblica para demonstrar o apreço a todas as mães gaúchas. O deputado voltou a se pronunciar na 71ª Sessão Ordinária, de 22/08/2007, quando ocorria uma homenagem à Semana da Pessoa Portadora de Deficiência. Seu último pronunciamento em 2007 ocorreu na 74ª Sessão Ordinária, no dia 29/08/2007, quando, por ocasião de um Grande Expediente para comemorar a passagem dos 50 anos da Academia da Polícia Civil, destacou o trabalho da instituição, sua luta e dedicação na formação e no aperfeiçoamento de policiais civis do Estado.

O deputado Carlos Gomes também lançou dois boletins informativos e uma homepage na internet, com o objetivo de prestar contas de seu primeiro ano de mandato. No

¹⁸⁴ Fonte: www.al.rs.gov.br Pesquisado em 10/01/2007.

Informativo do Gabinete n.º 1, de julho de 2007, ele enfatiza uma frase que norteou sua campanha eleitoral: “Por mais inclusão social”. Nesse documento, ele apresenta seus principais projetos de lei, aparece numa reportagem, em foto com sua esposa, vestindo trajes típicos gaúchos onde se declara gaúcho de coração. Outra reportagem refere-se à campanha intitulada “O aquecimento que faz bem ao planeta”, promovida pelo seu gabinete. Carlos Gomes estava se referindo ao “aquecimento” promovido pela solidariedade do povo gaúcho, pois a campanha tinha por objetivo arrecadar alimentos e peças de roupas, unindo-se às ações da Campanha do Agasalho realizada pelo Governo do Estado.¹⁸⁵

Segundo o Jornal *Correio do Povo*, de 2/07/2007, Carlos Gomes conseguiu com a colaboração de fiéis da Igreja Universal, a doação de agasalhos e alimentos que, ao todo, encheram nove caminhões, em decorrência da campanha promovida pela Assembléia Legislativa. Em troca, cada doador recebeu uma muda de planta nativa. Segundo a coordenadora do Comitê Ação Solidária, Tarsila Crusius, o volume de doações foi tão grande e surpreendente que a instituição teve que pedir um espaço extra no cais do porto, para guardar as doações. A entrega simbólica ocorreu no dia 1 de julho de 2007 em frente à sede da Igreja Universal, na Avenida Júlio de Castilhos em Porto Alegre. Na entrega simbólica realizada pelo deputado Carlos Gomes, estiveram presentes o Bispo da Universal Emerson Carlos, a coordenadora do Comitê Ação Solidária, Tarsila Crusius, e o Presidente da Assembléia Legislativa, Frederico Antunes.¹⁸⁶ O Informativo do gabinete n.º 2, lançado em setembro de 2007, faz menção unicamente a seus projetos para beneficiar o setor pesqueiro e os pescadores gaúchos.¹⁸⁷

Em última visita realizada na home-page pessoal do deputado Carlos Gomes, verificou-se que a PL 420/2007, referente ao limite de emissão sonora nos templos religiosos, têm dividido a comunidade evangélica. Segundo a reportagem, mais de 40 líderes de igrejas evangélicas estiveram reunidos com o deputado em 18/02/2006, na Assembléia Legislativa, para discutir as vantagens e desvantagens da lei. O limite de 65 decibéis dividiu opiniões. Para o pastor da Igreja Batista Getúlio Vargas, o limite poderiam ser aumentado para 85 decibéis, pois, segundo a Organização Mundial de Saúde, o nível ainda seria considerado suportável por menos de 8 horas. Já o deputado

¹⁸⁵ Informativo do Gabinete do deputado estadual Carlos Gomes, Por mais inclusão social, n.º. 01, julho de 2007.

¹⁸⁶ Jornal *Correio do Povo*, 02/07/2007.

¹⁸⁷ Informativo do Gabinete do deputado estadual Carlos Gomes, Por mais inclusão social, n.º. 02, setembro de 2007.

federal Paulo Roberto, bispo da Igreja Universal e autor do PL 2.2330/2007 que trata da mesma temática, considera que todos devem ser ouvidos. Ele afirma que já foi vizinho de um templo religioso e disse não suportar os 85 decibéis propostos pelo pastor Getúlio, não tendo com quem reclamar na época. Contudo, o pastor Nilo Santos, da Igreja do Evangelho Quadrangular, chamou a atenção para o respeito que deve haver com cada templo religioso, pois, segundo ele, “existem cultos em que o fiel canta, aplaude e glorifica”. Nesse sentido ele teme pelas igrejas mais pobres, pois podem acabar saindo prejudicadas na aprovação da lei. Carlos Gomes, é necessário levar em conta não só os interesses das igrejas e dos fiéis, mas da população em geral. Segundo o noticiado em sua *home-page*, o último encontro para alterações no projeto de lei ficou marcado para o dia 10 de março de 2008 e o deputado não descarta a possibilidade de realizar modificações na proposta que já recebeu parecer favorável do relator da Comissão de Constituição e Justiça.¹⁸⁸ Nenhum representante das religiões de matriz afro-brasileira esteve presente ao encontro.

O deputado Paulo Roberto, Bispo da Igreja Universal em Porto Alegre, já propôs 10 projetos de lei e proferiu quatro discursos na Câmara Federal. O PL 651/2007 foi seu primeiro projeto apresentado na Câmara dos Deputados. Em 3/04/2007, Paulo Roberto propôs a alteração da Lei n.º 7.116, de 29 de agosto de 1983, que “assegura validade nacional às carteiras de Identidade, regula sua expedição”. A mudança que o deputado requeria era a necessidade de fixar em 10 anos a validade da Carteira de Identidade Civil, tornando obrigatória sua renovação ao completar 18 anos de idade; bem como isentar de taxas o cidadão que tiver de expedir a segunda via em caso de roubo. A proposição foi arquivada.

Sua segunda proposição ocorreu no dia 10/04/2007, através do PL 677/2007, que institui o Dia Nacional de Conscientização da Hemofilia, a ser comemorado no dia 17 de abril – Dia Nacional do Hemofílico. Até o dia 8/10/2007 o projeto encontrava-se em tramitação. Já o PL 707/2007 foi protocolado na Câmara Federal, em 11/04/2007, propondo a alteração do parágrafo 4º do Artigo 20 da Lei n.º. 5.869, de 11 de Janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. O objetivo da alteração era estabelecer que os honorários envolvendo a Fazenda Pública nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, em execuções embargadas ou não, serão fixados de acordo com a Tabela de Honorários da OAB. O projeto encontra-se em tramitação.

¹⁸⁸ Fonte: www.deputadocarlosgomes.com.br Pesquisado em 20/02/2008.

No dia 17/04/2007, o deputado Paulo Roberto protocolou o PL 755/2007 que propõe a alteração do artigo 89, Inciso I, alínea "a", do Código Penal Militar, alterando o artigo 618, Inciso I, alínea "a", do Código Penal Militar. O projeto visa alterar os requisitos para concessão de livramento condicional, equiparando os Códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar aos Códigos Penal e de Processo Penal. O PL encontra-se em tramitação. Em 09/05/2005, Paulo Roberto reapresentou pela segunda vez o PL que obriga a renovação da Carteira de Identidade Civil a cada dez anos. A proposição encontra-se em tramitação.

O PL 1215/2007 foi apresentado em 30/05/2007, para acrescentar parágrafo único ao artigo 135 da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e Adolescente, visando dar garantia de contagem do período de serviço prestado como conselheiro tutelar como de efetivo exercício aos servidores públicos federais. O projeto foi analisado e devolvido ao proponente por ser considerado inconstitucional.

Em 08/08/2007, Paulo Roberto protocolou o PL 1729/2007, solicitando a obrigatoriedade por parte das Administradoras de Cartões de Crédito em todo o país a exibirem, nos cartões de crédito e débito, fotografia dos titulares. O projeto ainda encontra-se em tramitação. O PL 1797/2007 foi encaminhado no dia 21/08/2007 pelo deputado, que acrescentaria parágrafo ao artigo 23 da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Segundo o parlamentar, a aprovação do projeto possibilitaria à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca a realização de convênio com sindicatos ou colônia de pescadores para a realização de suas atividades. Outro projeto de sua autoria que beneficiaria os pescadores foi o PL 2871/2008, protocolado em 21/02/2008, alterando a Carteira de Pescador Profissional Artesanal, criando três categorias e diferenciando o profissional. O deputado justifica sua proposição:

“Tendo no País um número bastante expressivo de pessoas que não se enquadram na modalidade de Pescador Profissional, já que não tem essa profissão de fato, há a necessidade de diferenciar as modalidades de pescadores existentes garantindo os direitos dos profissionais. Num único modelo de carteira de pesca será expressa cada uma das categorias e deverá contemplar a todo Cidadão dando o direito de praticar as atividades de pesca. Pescador Profissional Artesanal terá **CATEGORIA “A”**. Pescador com mais de cinco anos com carteira da SUDEPE ou IBAMA e que hoje está aposentado ou pratica outra atividade terá a **CATEGORIA “B”**. Pescador por esporte ou lazer terá a **CATEGORIA “C”**. Dessa forma, um único Órgão Federal emissor será o responsável pela emissão da carteira de pesca, e todo Cidadão natural ou estrangeiro poderá ter o direito de adquirir a carteira, de

acordo com sua atividade, sem prejuízo de quem faz dessa atividade seu principal meio de vida. Deputado Federal Paulo Roberto”¹⁸⁹.

Assim como o deputado estadual Carlos Gomes, Paulo Roberto apresentou projeto para coibir o excesso de decibéis em templos religiosos. Protocolado em 31/10/2007, o PL 2330/2007 busca fixar limites para emissão sonora nas atividades em templos religiosos. A intenção é de fixar o limite máximo de 65 decibéis durante o dia e 50 decibéis durante a noite para propagação sonora no ambiente externo das igrejas, ou seja, os mesmos números apresentados pelo projeto de lei de autoria de Carlos Gomes. Não foi somente neste projeto que se pôde notar a afinidade entre os assuntos propostos por candidatos Carlos Gomes e Paulo Roberto. Comparando os demais projetos apresentados pelos mesmos, nota-se total semelhança entre vários deles. Assim está ocorrendo nos PLs que defendem os hemofílicos, os pescadores, os consumidores que utilizam cartões de crédito e débito e os freqüentadores de templos religiosos.

O deputado Paulo Roberto ainda proferiu três pronunciamentos em 2007. Seu primeiro pronunciamento oficial ocorreu no dia 27/03/2007, em Grande Expediente, quando ocupou a tribuna para agradecer ao povo gaúcho por tê-lo escolhido como representante parlamentar e para expressar suas prioridades e linhas de ação enquanto deputado. Segue um trecho do seu pronunciamento:

“(...) esta é a primeira vez em que ocupamos esta tribuna na qualidade de representante do povo do Rio Grande do Sul e constatamos que em nós se equilibram sentimentos de honra e também de grande responsabilidade. Representar os gaúchos significa trazer para esta Casa a experiência histórica de uma brava gente, que sempre se envolveu, de corpo e alma, nas questões políticas e nos destinos nacionais. Essa participação, temperada com a paixão e a vitalidade que caracterizam o povo gaúcho e que me faz sentir muito honrado, permeia, sem dúvida, a bancada do Rio Grande do Sul nesta Casa e acarreta, na mesma medida, particular responsabilidade. Quero aproveitar este momento para agradecer a Deus e a meus irmãos gaúchos, companheiros, guerreiros que, sem dúvida, merecem a atenção deste que se sente privilegiado em compartilhar a alegria deste momento. Não bastasse esta, em especial, sentimo-nos igualmente premiados pelas responsabilidades do atual momento do nosso País. Nesse início de mandato, em que temos a satisfação de compor esta Casa, sei que todos os olhos estão voltados para as pautas de mudanças que devemos enfrentar, para alcançarmos, definitivamente, o rumo do crescimento econômico sustentável, somado à melhor distribuição de renda e justiça social. Sr. Presidente, nobres colegas, gostaria de abordar alguns assuntos dos mais importantes a meu ver. Ao chegar a esta Casa, propus-me a fazer um trabalho com o sentimento de que poderíamos promover mudanças significativas, mudanças estruturais, por exemplo. Muitos passos vêm sendo dado nesse sentido. Um dos mais importantes e recentes foi o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que prevê grandes investimentos em vários setores e demonstra, de modo inequívoco, o propósito do Governo Federal de retomar

¹⁸⁹ Fonte: www.camara.gov.br Pesquisado em 10/01/2007.

o desenvolvimento do País. Trata-se, entre outros aspectos, de superar a etapa concedente, a estabilização econômica, a partir da qual já se pode recuperar as taxas de crescimento desejáveis, tendo em vista, em última instância, a expansão da capacidade produtiva nacional e a progressiva incorporação de novos contingentes no mercado de trabalho rumo à meta do pleno emprego. Há muito o que fazer para melhorias no PAC, como incentivo ao setor primário, que nos últimos anos tem amargado uma situação das mais difíceis de nosso País, levando-se em consideração o meu Estado do Rio Grande do Sul, que no ano de 2005 amargou uma das piores secas já enfrentadas e que até hoje sente o reflexo na sua economia. Em nossa expectativa, Sr. Presidente, outras prioridades se apresentam à pauta, devendo merecer a atenção imediata dos Poderes Executivo e Legislativo a reforma tributária. Esta, sim, seria a reforma que todos deveríamos priorizar, não a reforma política ou da Previdência. Se estamos preocupados com o crescimento do nosso País, em dar fôlego às empresas brasileiras e multinacionais para gerar produtividade, emprego e renda, esta deveria ser a pauta de todo o nosso esforço. Sr. Presidente, falo na condição de um novato que chega a esta Casa com o desejo de trabalhar, mas, infelizmente, sinto-me impotente para cumprir meu dever. Outros rumos tomam esta Casa. Todos sabemos que, por falta de recursos e investimentos necessários, vivemos uma série de apagões. Isso não é novidade para ninguém. Valorizam-se mais as questões já ultrapassadas para desviar a responsabilidade da Casa para com a população brasileira. Esta, Sr. Presidente, deveria ser a prioridade: proporcionar o crescimento que o País merece e qualidade de vida à população, já cansada de ver nossos trabalhos serem prejudicados por manobras e disputas políticas. A população já não agüenta mais. O povo quer ver nossa luta por melhorias na qualidade dos serviços de saúde, educação e segurança, dentre outros, o que é dever de todos nós. Sr. Presidente, é com o desejo de cumprir com a obrigação que nos foi dada nas urnas, em forma de confiança dos nossos eleitores, que assomo à tribuna (...).¹⁹⁰

Pode-se notar a preocupação do referido deputado de propor projetos de lei que atendam demandas gerais da população, entre elas, a reforma tributária. Sugere pretender propor projetos de lei para efetuar mudanças estruturais, e assegurar melhorias para a população. Mas nenhum de seus projetos de lei vai nessa direção. Por fim, faz forte crítica à Câmara dos Deputados, afirmando que o povo espera mais de seus pares, através de proposições que beneficiem a educação, a saúde e a segurança.

Seu segundo pronunciamento ocorreu no dia 13/04/2004, quando dirigentes e atletas do Sport Clube Internacional foram convidados pelo deputado federal Ibsen Pinheiro (conselheiro e ex-presidente do clube) a participar de uma homenagem da casa, pela conquista do título mundial interclubes conquistado no Japão, em dezembro de 2006. Ele assim se pronunciou:

“Sr. Presidente, gostaria de agradecer ao Presidente Ibsen Pinheiro esta oportunidade, pois não estava inscrito para participar da homenagem. Mas eu não poderia deixar de comparecer ao plenário e cumprimentar os Srs. Presidentes, conselheiros, jogadores, a comissão técnica e todos os torcedores do nosso Colorado. Posso falar nosso porque tenho grande estima pelo Internacional, time pelo qual optei torcer. Tenho um filho do coração,

¹⁹⁰ Fonte: www.camara.gov.br Pesquisado em 10/01/2007.

nascido na Bahia, que está assistindo a esta transmissão. Homenageio também a ele, torcedor ferrenho do nosso Colorado. Nesta semana, Presidente, meu filho ganhou um lençol com 3 símbolos do Internacional. Quando ele viu o lençol sobre o colchão, debruçou-se, beijou-o e falou: *"Este é o meu time do coração"*. Então eu não poderia deixar de prestar esta singela homenagem e de dizer que não é por acaso que estou aqui junto com os Deputados Ibsen Pinheiro, Pompeo de Mattos e os demais que torcem pelo Rio Grande do Sul. Este adesivo que tenho é apenas uma pequena prova do motivo de ter chegado a esta Casa. Utilizei este adesivo na minha campanha, Sr. Presidente, e ele que acabou me trazendo a esta Casa. Por isso, homenageio a todos os presentes, os Presidentes, os jogadores, a comissão técnica, os torcedores, enfim, todos os que aqui compareceram. Meus parabéns”.

Seu último pronunciamento de 2007 ocorreu em 14/05/2007, por ocasião das homenagens prestadas pelos deputados gaúchos ao cinquentenário da Rádio Guaíba, importante meio de comunicação do Estado.

Pode-se deduzir, pela pouca utilização da tribuna, que os deputados evangélicos eleitos em 2006 no Rio Grande do Sul, vêm tendo desempenho mediano e discreto. O uso do nome da instituição religiosa a qual pertencem, ocorreu somente uma vez durante uma atividade assistencial promovida pelo deputado estadual Carlos Gomes, onde os fiéis da Universal foram conclamados a participar.

CONCLUSÃO

A presente dissertação procurou analisar as interfaces entre o campo religioso e político por meio do estudo dos candidatos religiosos gaúchos que, nas eleições de 2006, se identificaram como representantes dos cultos afro-brasileiros, da igreja católica e de igrejas evangélicas para os legislativos estadual e federal. Depois de efetuar minucioso resgate sociohistórico do envolvimento de católicos, evangélicos e membros das religiões de matriz africana na esfera política brasileira, foram analisados as candidaturas de católicos afros e evangélicos com vistas a evidenciar os vínculos entre os campos religioso e o político no Rio grande do Sul. Entre os evangélicos, evidenciou-se que muitos eram de origem pobre, com discurso político e defesa da ética, da honestidade e dos valores cristãos. A maioria não dispunha de capital social e financeiro capaz de conduzi-los à vitória nas urnas. Por outro lado, outros candidatos receberam o apoio oficial da denominação, como ocorreu na Universal, na Quadrangular e na Internacional da Graça de Deus.

Candidatos que se identificaram com a Igreja Católica e com as religiões de matriz africana apareceram em menor número. Já os evangélicos somaram exatamente 60 candidaturas no Rio Grande do Sul. Candidatos de classe média e pobres, homens e mulheres, negros, brancos e pardos, com nível superior e semi-alfabetizados. Candidatos que viajaram por o todo Rio Grande do Sul em campanha e candidatos que mal saíram de sua cidade para fazer campanha. Esse foi o perfil apresentado pelos candidatos evangélicos na corrida eleitoral.

Os candidatos católicos tinham escolaridade média ou superior, pertenciam à classe média e, lançaram propostas de caráter moralista nos casos de assuntos relacionados diretamente à crença e à doutrina católica, como é o do aborto, pesquisas com células-tronco, casamento de homossexuais. As demais propostas firmavam-se numa base não assistencialista, visando implementar projetos de leis para alavancar o protagonismo dos segmentos sociais beneficiados com tais projetos. A Igreja católica se opõe à candidatura de presbíteros. Contudo, em alguns casos, representantes do episcopado e do clero entrevistados, saíram em defesa da candidatura de leigos. Em certa ocasião, uma foto de Dom Dadeus Grings ao lado de um candidato, foi utilizada pelo mesmo em seu site oficial, para dar a entender que o arcebispo apoiava sua candidatura.

Os dois candidatos que explicitaram sua identidade com as religiões de matriz africana pautaram seu discurso político na defesa da liberdade religiosa, criticando a perseguição religiosa realizada por grupos evangélicos e buscando conquistar a eleição entre os adeptos do batuque e da umbanda. Por isso, suas propostas e projetos procuraram atender as demandas do segmento afro-descendente e afro-religioso.

O trabalho priorizou a pesquisa e análise da participação dos evangélicos nas eleições de 2006. Os candidatos evangélicos entrevistados foram consensuais ao afirmar que o fato de concorrer a um cargo eletivo poderia contribuir para o fortalecimento do segmento evangélico na sociedade gaúcha. Afirmaram que seu mandato seria do povo, mas deixaram claro sua identificação com um segmento específico da sociedade: os evangélicos.

As várias denominações religiosas que tiveram representantes ao parlamento, visaram contribuir para o fortalecimento das candidaturas oficiais, uma vez que buscavam ocupar um lugar privilegiado na Assembléia Legislativa ou na Câmara Federal. Essa ocupação estratégica dos espaços públicos por representantes de igrejas evangélicas tem o interesse de agir contra os projetos ou leis que, a seu ver, ameacem a liberdade religiosa e de crença no Brasil e seus interesses institucionais.

Algumas denominações, caso da Assembléia de Deus, não realizaram convenções internas para a escolha de candidatos oficiais. O resultado foi o lançamento de diversas candidaturas de pastores, diáconos, obreiros e membros em geral. A Assembléia de Deus teve candidatos espalhados por todo o Estado, o que acabou gerando uma “pulverização” e regionalização dos votos. Apesar de a igreja agir de forma democrática em relação às candidaturas, evitando de priorizar esse ou aquele candidato, ficou sem representantes políticos no Estado. Um dos entrevistados afirmou que o modelo democrático adotado nas eleições de 2006 deverá ser esquecido, pois o resultado nas urnas resultou num retardo eleitoral. O mais provável é que a denominação se volte para o modelo antigo, isso é, realização convenção interna e de para a escolha de candidatos oficiais.

Sendo proprietárias de canais de televisão, emissoras de rádio e grupos jornalísticos, torna-se importante possuir representantes no parlamento, como é o caso da Igreja Universal que, no Rio Grande do Sul, elegeu seus candidatos a deputado estadual e federal.

Os candidatos evangélicos em 2006 continuaram a defender moralização e “purificação” da política. Vários deles defenderam a punição de seus pares envolvidos

em escândalos e atos de corrupção a nível federal (no caso dos deputados sanguessugas), o respeito à vida, os preceitos bíblicos e evangélicos e a realização de um mandato transparente.

Mas se, desde 1990, o segmento evangélico vinha mantendo uma média de três deputados estaduais e dois deputados federais no Rio Grande do Sul, as eleições de 2006 mostraram que escândalos de corrupção envolvendo políticos evangélicos não combina com o discurso de moralização e ética na política. Os envolvidos em atos de corrupção tentaram a reeleição sem sucesso. Outros candidatos que tentavam se eleger pela primeira vez sentiram os efeitos negativos decorrentes do escândalo dos sanguessugas. Com o descrédito político por parte dos eleitores evangélicos, a resposta veio nas urnas. Em 2006, somente os dois candidatos oficiais da Igreja Universal foram eleitos. Os fiéis dessa denominação não foram atingidos, pois a igreja afastou de imediato seus parlamentares acusados. Foi o caso do ex-deputado e ex-pastor da Universal, Paulo Gouvêa. Essa é a forma que a Igreja adotou para assegurar que defende o comportamento ético na política e, com isso, tentar manter o apoio eleitoral de sua membresia aos candidatos oficiais da denominação. Disseminada pela liderança eclesiástica, a crença de que a denominação sofre perseguição contribui para defender a necessidade de ter representantes políticos. Outra razão para votar nos candidatos da denominação consiste no fato de que os políticos da Universal, tal como a maioria dos parlamentares pentecostais, praticam “uma série de ações clientelistas” para os fiéis que os demandam em seus gabinetes (Fonseca, 1996, p.75-76). Este foi o caso do ex-deputado estadual Sérgio Peres, que, em entrevista, disse ser procurado por centenas de pessoas às quais ele enquanto parlamentar, procura auxiliar resolvendo seus problemas pessoais, em vez de propor projetos de lei que esbarram nos processos burocráticos. Em suma, os fiéis são alertados a todo momento pelos pastores que a atividade do eleito será a de defender a igreja de leis prejudiciais à pregação da palavra de Deus (Torres, 2007, p.13).

A análise das propostas de campanha dos candidatos evangélicos evidencia que eles atuam apenas em parte baseados em referenciais bíblicos para elaborar projetos, dado que só uma pequena parte deles apresenta conteúdos morais e referências bíblicas ou religiosas.

Quanto ao relacionamento dos candidatos e suas denominações com as siglas partidárias, a Assembléia de Deus gaúcha tem preferência pelo PTB, sigla que mais acolheu candidatos evangélicos em 2006, a maioria assembleianos, apesar de a

Convenção Geral determinar a filiação do maior número de candidatos no PSC (Partido Social Cristão), partido com o qual a denominação se aliou em nível nacional. Os dois candidatos da Universal concorreram por partidos distintos, porque a cúpula da igreja não escolhe a sigla por ideologia política, mas, sim, por sua capacidade de eleger os candidatos.

Impera certo “esvaziamento de sentido” em relação à importância atribuída à sigla partidária. Consequentemente, esvazia-se a relevância dada pela denominação “aos projetos políticos e sociais mais amplos cuja centralidade distancia-se das causas evangélicas específicas” (Torres, 2007, p.13).

Em relação à trajetória dos candidatos evangélicos, observou-se que a maior parte deles tem uma extensa caminhada religiosa e política. Muitos já concorreram a cargos eletivos noutras oportunidades, com 11 deles sendo vereadores. Outros já ocuparam cargos em administrações municipais ou como assessores parlamentares de deputados e vereadores evangélicos. Alguns deles, porém, nunca haviam concorrido a qualquer cargo eletivo e nem sequer eram filiados a partidos políticos. Foi o caso de ambos os candidatos da Universal, o que mais uma vez reforça o que a constatação da total falta de compromisso dos eleitos com o projeto ou ideologia proposta pelo partido que os acolheu.

A julgar pelo crescente ativismo político das igrejas evangélicas, supõe-se que nas eleições municipais de 2008, o quadro que se desenha novamente será de elevado número de candidaturas de religiosos politizando sua identidade religiosa como fator preponderante de suas bandeiras eleitorais e estratégias de campanha para lutar para transformar seu rebanho religioso em rebanho eleitoral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Márcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1979.

AQUINO, Rubim Santos Leão. Et al. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo**. Rio de Janeiro : Record, 2000.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **A Constituinte de 1989: história da construção dos gaúchos**. Porto Alegre : Corag, 1999.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **USP Estudos Avançados: dossiê religiões no Brasil**, São Paulo, n.52, p.109-120, set./dez. 2004.

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)**. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

BEOZZO, José. O. Et al. **Os cristãos e a constituinte**. São Paulo : Paulinas, 1986.

BEOZZO, José. O. A Igreja Católica e a liberdade religiosa nas constituintes do Brasil. **Vida Pastoral**. Vol./No. 27/128, 1986, p. 9-16.

BETTO, Frei. **Socialismo e cristianismo**. São Paulo : CEPIS, 1985.

BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, vol.10, n2, Campinas, out. 2004.

BOLAN, Valmor. **Sociologia da secularização: a composição de um novo modelo cultural**. Petrópolis : Vozes, 1972.

BURITY, Joanildo A. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Revista de Estudos da Religião – REVER*. [Pós-Graduação em Ciências da Religião – PUC – São Paulo] N.º4/2001/pp.27-45.

CAMPOS, Renato Carneiro. **Igreja, política e região**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.

CAPELLARI, Marcos Alexandre. **Sob o olhar da razão: as religiões não-católicas e as Ciências Humanas no Brasil (1900-2000)**. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

CARVALHO, Murilo. **Sangue da terra: a luta armada no campo**. São Paulo : Brasil Debates, 1980.

CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e política** : teoria bíblica e prática histórica. Viçosa : Ultimato, 2002.

COMBLIN, José. Conseqüências políticas provenientes das seitas. **Vida Pastoral** Vol./Nº. 27/129 (1986), p. 21-24.

_____. **Vocação para a liberdade**. São Paulo : Paulus, 1998.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Eleições 2002**. propostas para reflexão, Documentos da CNBB, n.º 67, novembro de 2001, 26 p.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Eleições 2006**. orientações da CNBB, Documentos da CNBB, n.º 82, abril de 2006, 64 p.

CONRADO, Flávio César. Política e mídia: a Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições. **Religião e Sociedade** vol. 21/2 (2001), p. 85-111.

CUNHA, Magali do Nascimento. **O conceito de Religiosidade Midiática com a atualização do conceito de Igreja Eletrônica**. *Paper* apresentado no XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador, set.2002. Disponível em: http://repositorio.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/18618/1/2002_NP1cunha.pdf. Visitado em 10/11/2007.

DELLA CAVA, Ralph. A ofensiva vaticana. **Religião e Sociedade**. ISER/CER, Rio de Janeiro (34-53), 1985.

DOIMO, Ana Maria. A pastoral popular e a indignação das elites. **Comunicações do ISER** Vol./No. 9/38 (1990), p. 43-56.

DREHER, Edmundo. **Catecismo do eleitor católico**. São Paulo : Paulinas, 1961.

FAUSTINO, Teireixa. VALLE, Rogério. BOFF, Clodovis. NOVAES, Regina. **CEBs, cidadania e modernidade: uma análise Crítica**. São Paulo : Paulinas, 1993.

FILHO, Kleber Torres Soares. **Assembléia de Deus na política brasileira: do apoliticismo ao projeto “cidadania AD Brasil”**. Monografia (Faculdade de Comunicação Social) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

FONSECA, Alexandre Brasil. Evangélicos na TV e no rádio: sua história e perspectivas com a nova política de concessões. **Cadernos do CEAS** Vol./Nº. 173 (1998), p. 47-66.

_____. Uma igreja na política: voto, clientelismo e mediação na Igreja Universal do Reino de Deus. **Cadernos do CEAS**. Salvador, Vol./No. 164 (1996), p. 66-88.

FRESTON, Paul. Evangélicos na política Brasileira. **Boletim Teológico** Vol./No. 18 (1992), p. 21-42.

_____. **Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético**. Curitiba : Encontro, 1994.

_____. As igrejas protestantes nas eleições gerais brasileiras de 1994. **Religião e Sociedade** Vol./No. 17/1-2 (1996), p. 160-188.

FRIGERIO, Alejandro. Secularización y Nuevos Movimientos Religiosos. **Boletín de Lecturas Sociales y Econômicas**. UCA. FCSE. Año 2. N.º 7, 1995.

HECK, Selvino. Ser parlamentar e ser cristão. **Cadernos Fé & Política**. Petrópolis, pp.73-77, 1992.

IGLÉSIAS, Francisco. **Momentos democráticos na Trajetória Brasileira**. In: JAGUARIBE, Hélio (Org). Brasil, sociedade democrática. Rio de Janeiro : J. olympo, 1985.

JUNGBLUT, Airton Luiz. Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica. **Cadernos IHU Idéias**, São Leopoldo: UNISINOS, n. 36, p. 1-14, 2005.

LENZ, Martinho Matias. Religião e eleição presidencial. **Comunicações do ISER** Vol./No. 9/38 (1990), p. 5-7.

_____. Frei Lula: a perplexidade do eleitorado gaúcho. **Comunicações do ISER** Vol./No. 9/38 (1990), p. 8-10.

LIMA, Antônio J.F., MARQUES, Bruno Ribeiro, CASTILHO, Jonas de Souza e SALVADOR, Thais Vanessa. Vereadores católicos: elementos para a reflexão sobre a diversidade articulada no campo político. In: Religião e Política: Eleições 2004 em Porto Alegre. **Debates do NER**, Porto Alegre, UFRGS, 2004, p.35-62.

LÖEWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis : Vozes; Buenos Aires : CLACSO; LPP, 2000.

LUSTOSA, Oscar. Figueiredo. **Política e Igreja: o partido católico no Brasil, mito ou realidade?** São Paulo : Edições Paulinas, 1982.

LUSTOSA, Osmar de Figueiredo (Org.) **Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano**. São Paulo : Loyola, 1990.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. **Revista Estudos Feministas**. Vol.13 nº2 Florianópolis Mai./Ago.2005.

MACHADO, Maria das Dores Campos. FIGUEIREDO. Fabiana Melo de. Gênero, religião e política: as evangélicas nas disputas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro. **Ciências Sociais e Religião**. Asociación de Cientistas Sociales de la Religión del Mercosur. Año 4, n.4 (2002) Porto Alegre, 2000.

MAINWARING, Scott. **A igreja católica e a política no Brasil : (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARIANO, Ricardo. HOFF, Marcio, DANTAS, Toty. Evangélicos sanguessugas, presidenciáveis e candidatos gaúchos: a disputa pelo voto dos grupos evangélicos. In: ORO, Ari Pedro (org) Religião e política: eleições 2006. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 7, n.10, jul./dez/2006.

_____. **Secularização do Estado, liberdades e pluralismo religioso.** In: http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/ricardo_mariano.htm.

_____. A reação dos evangélicos ao novo Código Civil. In: *Evangélicos e Política. Civitas*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 77-100, jul.-dez. 2006 [PUCRS].

NOVAES, Regina. **Crenças religiosas e convicções políticas:** fronteiras e passagens. In: FRIDMAN, Luiz Carlos (Org). *Política e cultura: século XXI*. Rio de Janeiro : Relume Dumará; ALERJ, 2002.

OLIVEIRA, José Lisboa Moreira de. A candidatura de presbíteros a cargos políticos. **Revista Eclesiástica Brasileira** Vol./No. 246 (2002), p. 259-296.

ORO, Ari Pedro. **Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre.** *Debates do NER*, Porto Alegre, UFRGS, Ano 2, N.3, 2001.

_____. **Religião e política no Brasil.** In: *Religião e política no Cone Sul*. São Paulo: Attar, 2006. p. 75-156

_____. Religiões e eleições em Porto Alegre: um comparativo entre 2000 e 2004. In: *Religião e Política: Eleições 2004 em Porto Alegre. Debates do NER*, Porto Alegre, UFRGS, 2004, p.9-34.

_____. A Religião nas Eleições 2006 no Rio Grande do Sul: o que há de novo? In: *Religião e Política: Eleições 2006. Debates do NER*, Porto Alegre, UFRGS, ano 7, n.10, 2006.

_____. Políticos e religião no Rio Grande do Sul - Brasil. In: **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre Vol. 7, n. 15 (jul. 2001), p. 161-179.

_____. Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul: Passado e Presente. In: **Estudos afro-asiáticos**. Rio de Janeiro Vol. 24, n. 2 (maio/ago. 2002), p. 345-384.

_____. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo Vol. 18, n. 53 (out. 2003), p. 53-69

PEDDE, Valdir. **“Cabeça, Sim; Cauda, Não!”** Um estudo antropológico sobre os evangélicos na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Tese (doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PICCOLO, Helga. **Religião e participação Política.** In: RAMBO, Artur Blásio. FELIX, Loiva Otero. *Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo : Ed. Unisinos; Porto Alegre : Ed. Da Universidade/UFRGS, 1995.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: **Anpocs**, Ciências Sociais Hoje. São Paulo, Vértice e Anpocs, 1989, p.104-132.

POSSEBON, Roberta Mottin. **A Reação das religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul**: conflitos com neopentecostais e defensores dos animais. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PRANDI, Reginaldo. As religiões Afro-brasileiras e seus seguidores. In: Afro-brasileiros, pentecostais e católicos. **Civitas**, Porto Alegre, v.3, n.1, p.15-34, jun.2003 [PUCRS].

ROLIM, Francisco Cartaxo. Pentecostalismo, governos militares e revolução. In: **Revista eclesiástica brasileira**, Petrópolis, RJ, N.º210 (1993), p.324-348.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo : Kairós, 1979.

SALEM, Helena(org.) **A Igreja dos oprimidos**. São Paulo : Ed. Brasil debates, 1981.

SANTOS, Marcio Martins. **“Tribunos do povo, servos de Deus”**: um estudo antropológico sobre políticos e religião na cidade de Porto Alegre. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SEIBLITZ, Zélia. Quando o debate doutrinal vai às urnas. **Comunicações do ISER** Vol./No. 9/38 (1990), p.30-42.

SEIDL, Ernesto. Um discurso afinado: o episcopado católico frente à "política" e ao "social". In: **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre Vol. 13, n. 27 (jan./jun. 2007), p. 145-164

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e umbanda**: caminhos da devoção brasileira. São Paulo : Ática, 1994.

Torres, Raimunda Célia. **A trajetória da assistência na Igreja Universal do Reino de Deus: configurações e significados** – um olhar sobre a Associação Beneficente Cristã do Rio de Janeiro. *Paper* apresentado no 31º Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa e Ciências Sociais, em Caxambu, MG, de 22/10 a 26/10/2007.

VARGAS, Edegar. **Evangélicos políticos**. Porto Alegre : Corag, 1992.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W.. **Educar para transformar**: educação popular, igreja católica e política no movimento de educação de base. Petrópolis: Vozes, 1984.

Anexo I - Candidatos Evangélicos Pentecostais – Assembléia Legislativa

Denominação	Nome	Função	Partido	Votos	Situação
Assembléia de Deus	Roberto Santos	Pastor	PHS	173	Não-eleito
Assembléia de Deus	Edemar Vargas	Pastor	PTB	14.284	Não-eleito
Assembléia de Deus	Jeferson Dutra	Pastor	PSC	7.612	Não-eleito
Assembléia de Deus	João de Deus	Pastor	PTB	5.340	Não-eleito
Assembléia de Deus	Paulo Gonçalves	Pastor	PMDB	2.671	Não-eleito
Assembléia de Deus	Valdir Roxo	Presbítero	PTB	4.423	Não-eleito
Assembléia de Deus	Gelson Domingues	Presbítero	PSDC	286	Não-eleito
Assembléia de Deus	Alisson Steinbrener	Evangelista	PP	5.725	Não-eleito
Assembléia de Deus	Atacilho Fortunato	Evangelista	PP	2.453	Não-eleito
Assembléia de Deus	Willis Taranger	Evangelista	PSC	9.477	Não-eleito
Assembléia de Deus	Lair Nunes	Membro	PAN	590	Não-eleito
Assembléia de Deus	Cláudio M. Lopes	Membro	PTB	4.978	Não-eleito
Total de Votos Assembléia de Deus				58.012	
Igreja Universal	Carlos Gomes	Pastor	PPS	66.454	Eleito
Igreja Universal	Sérgio Peres	Pastor	PL	22	Não-eleito
Igreja Universal	Sueli de Jesus	Evangelista	PTB	210	Não-eleito
Igreja Universal	Adi de Brum	Membro	PL	1.292	Não-eleito
Igreja Universal	Arioli do Prado	Membro	PL	652	Não-eleito
Total de Votos Igreja Universal				68.630	
Igreja Internacional da Graça de Deus	Adelar Bayer	Pastor	PTB	8.416	Não-eleito
Igreja Internacional da Graça de Deus	Vanderlei Feltrin	Pastor	PV	253	Não-eleito
Igreja Internacional da Graça de Deus	Nelsa da Silva	Membro	PL	176	Não-eleito
Igreja Internacional da Graça	Doraldo Adamczuk	Membro	PL	157	Não-eleito

de Deus					
Igreja Internacional da Graça de Deus	João Calixto	Membro	PL	383	Não-eleito
Total de Votos Igreja Internacional da Graça de Deus				9.385	
Igreja Quadrangular	Uberani Barbosa	Pastor	PTB	15.474	Não-eleito
Igreja Quadrangular	Rogério Santos	Pastor	PTB	5.864	Não-eleito
Total de Votos Igreja Quadrangular				21.338	
Igreja Pentecostal Cristã	Volmar dos Santos	Bispo	PSDB	5.990	Não-eleito
Igreja Sara Nossa Terra	Almir Guedes	Pastor	PL	2.503	Não-eleito
Igreja O Brasil Para Cristo	Olnei Gomes	Pastor	PSB	3.725	Não-eleito
Igreja Apostólica do Brasil	Irmão Osmar	Evangelista	PAN	345	Não-eleito
Universal do Reino de Cristo	Valdocir dos Santos	Pastor	PHS	158	Não-eleito
Total Outras Igrejas Pentecostais				12.721	
Total Geral Pentecostal				170.086	

Obs: os candidatos que aparecem em negrito foram entrevistados.

Anexo II - candidatos evangélicos históricos – Assembléia Legislativa

Denominação	Nome	Função	Partido	Votos	Situação
IECLB	Luiz Artur	Pastor	PTB	3.737	Não-eleito
Igreja Adventista do 7º Dia	Elias Vidal	Pastor	PPS	15.866	Não-eleito
Igreja Adventista do 7º Dia	Cleber Cabral	Membro	PHS	367	Não-eleito
Igreja Batista Filadélfia	Cláudio Conceição	Membro	PSDB	5.681	Não-eleito
Igreja Batista Filadélfia	Airton Souza	Membro	PSDB	17.088	Não-eleito
Igreja Batista Filadélfia	José Lima Gonçalves	Membro	PMDB	10.807	Não-eleito
Igreja Batista Betel	Martinho Santos	Membro	PL	1.087	Não-eleito
Igreja Batista Brasileira	Irmão Bueno	Evangelista	PSDB	353	Não-eleito
Igreja Presbiteriana	Argeu Brum	Membro	PSDB	1.475	Não-eleito
Total Evangélicos Históricos				56.461	
Total Geral Evangélicos				226.547	

Obs: os candidatos que aparecem em negrito foram entrevistados.

Anexo III - Candidatos Católicos – Assembléia Legislativa

Nome	Função	Partido	Votos	Situação
Sadi Cordeiro	Padre	PV	2.191	Não-eleito
Miki Breier	Membro	PSB	21.823	Eleito
Paulo Savaris	Membro	PMDB	12.256	Não-eleito
Dirceu Franciscón	Membro	PL	11.387	Não-eleito
Total de Votos dos Candidatos Católicos			47.657	

Obs: os candidatos que aparecem em negrito foram entrevistados.

Anexo IV - Candidatos Afro-religiosos – Assembléia Legislativa

Nome	Função	Partido	Votos	Situação
Tony de Exu Rei	Pai-de-Santo	PTB	1.731	Não-eleito
Edson Portilho	Simpatizante	PT	28.292	Não-eleito
Total			30.023	

Obs: Os candidatos destacados em negrito foram entrevistados pelo pesquisador

Anexo V - Candidatos Evangélicos – Câmara Federal

Denominação	Nome	Função	Partido	Votos	Situação
Assembléia de Deus	Roberto Nogueira	Pastor	PTB	21.558	Não-eleito
Assembléia de Deus	Milton Cardias	Pastor	PTB	14.262	Não-eleito
Assembléia de Deus	Francisco Pacheco	Pastor	PAN	1.700	Não-eleito
Assembléia de Deus	Salvador	Presbítero	PP	2.777	Não-eleito
Assembléia de Deus	Paulo Eliseo	Evangelista	PSDB	5.858	Não-eleito
Assembléia de Deus	Antonio Lima	Evangelista	PP	371	Não-eleito
Assembléia de Deus	Nelson Souza	Evangelista	PTB	3.926	Não-eleito
Assembléia de Deus	Nelson Moraes	Evangelista	PMDB	12.943	Não-eleito
Assembléia de Deus	Elias Domingues	Membro	PSC	2.107	Não-eleito
Assembléia de Deus	Enio Souza	Membro	PSDC	577	Não-eleito
Total de Votos Assembléia de Deus				66.079	
Igreja Quadrangular	Reinaldo Santos	Pastor	PTB	33.930	Não-eleito
Igreja Quadrangular	Nilo Santos	Pastor	PTB	5.155	Não-eleito
Igreja Quadrangular	Adão Nunes Owicki	Obreiro	PV	3.109	Não-eleito
Igreja Quadrangular	João Tardeti	Obreiro	PSB	9.392	Não-eleito
Total de Votos Igreja Quadrangular				51.586	
Igreja Universal	Paulo Roberto	Bispo	PTB	84.125	Eleito
Igreja Internacional da Graça de Deus	Décio Becker	Membro	PL	28.908	Não-eleito
Igreja Metodista Wesleyana	Oséias Costa	Evangelista	PSC	17.332	Não-eleito
Igreja Pentecostal Cristã	Elói Adam Aires	Pastor	PSDC	692	Não-eleito
Total de Votos Pentecostais				131.057	
Outra	Paulo Gouvêa	Pastor	PL	7.724	Não-eleito
Igreja Batista Betel	Cláudio Falcão	Evangelista	PHS	1.712	Não-eleito
Igreja Batista Brasileira	Fernanda Machado	Membro	PSDB	4.654	Não-eleito
Total Votos Evangélicos Evangélicos				262.812	

Obs: Os candidatos destacados em negrito fora entrevistados pelo pesquisador.

Tabela VI - Candidatos Católicos – Câmara Federal

Nome	Função	Partido	Votos	Situação
João Carlos Nedel	Membro	PP	16.720	Não-eleito
Juliano Paz	Membro	PSB	4.880	Não-eleito
Total			21.600	

Os candidatos destacados em negrito fora entrevistados pelo pesquisador.

Anexo VII - candidatos à Assembléia Legislativa por denominação

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	ROBERTO JUAREZ DOS SANTOS
Nome para urna eletrônica:	PASTOR ROBERTO SANTOS
Número:	31333
Partido Político:	Partido Humanista da Solidariedade
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	14/06/1955
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Outros
Grau de Instrução:	Ensino Fundamental incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	NOVO HAMBURGO - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 200.000.00



[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	EDEMAR VARGAS
Nome para urna eletrônica:	EDEMAR VARGAS
Número:	14102
Partido Político:	Partido Trabalhista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	12/02/1951
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Deputado
Grau de Instrução:	Superior completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	TUPANCIRETÃ - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00

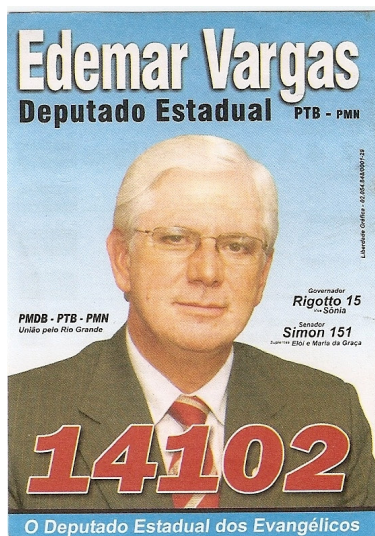


[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	JEFERSON DOS SANTOS DUTRA
Nome para urna eletrônica:	JEFERSON DUTRA
Número:	20000
Partido Político:	Partido Social Cristão
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	26/08/1970
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Outros
Grau de Instrução:	Superior incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	HORIZONTALINA - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 200.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	JOÃO DE DEUS ANTUNES
Nome para urna eletrônica:	JOÃO DE DEUS
Número:	14007
Partido Político:	Partido Trabalhista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	24/06/1943
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Advogado
Grau de Instrução:	Superior completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SANTO ÂNGELO - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



João de Deus

DELEGADO DE POLÍCIA
 Atuou com dedicação como policial nas cidades de São Paulo das Missões, Cerro Largo, Santo Angelo, São Nicolau, Minas do Butiá e Porto Alegre. Recebeu a Medalha Amigos da Marinha.

DEPUTADO FEDERAL 1987 a 1994
 Atuação firme contra:
 - A Liberação do Aborto;
 - Legalização dos Cassinos;
 - Casamento de Homossexuais.

Defendeu e elaborou mais de 40 projetos de Lei entre eles:
 - Que preservasse o direito a propriedade sobre terras produtivas;
 - Que estabeleça renda mínima a deficientes físicos e excepcionais;
 - Criando Colônia penal agrícola.

PASTOR DA ASSEMBLÉIA DE DEUS
 - Pregador da palavra de Deus desde 1970, é hoje Pastor da Assembléia de Deus do Distrito Mapa (Porto Alegre).

JOÃO DE DEUS
DEPUTADO ESTADUAL - 14007
ESTA VOZ NÃO PODE CALAR

CNPJ 09.112.883/0001-04

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	PAULO SÉRGIO GONÇALVES DA SILVA
Nome para urna eletrônica:	PASTOR PAULO GONÇALVES
Número:	15432
Partido Político:	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	20/08/1963
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Outros
Grau de Instrução:	Superior completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	NONOAI - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: Presbítero

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	VALDIR MACHADO SILVEIRA
Nome para urna eletrônica:	VALDIR ROXO
Número:	14114
Partido Político:	Partido Trabalhista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	18/03/1969
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Outros
Grau de Instrução:	Ensino Médio incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	CAPÃO DA CANOA - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: Presbítero

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	GELSON DOMINGUES
Nome para urna eletrônica:	GELSON DOMINGUES
Número:	27500
Partido Político:	Partido Social Democrata Cristão
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	29/03/1968
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Empresário
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	ERECHIM - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: Evangelista

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	ALISSON CLEITON STEINBRENNER
Nome para urna eletrônica:	ALISSON STEINBRENNER
Número:	11550
Partido Político:	Partido Progressista
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	09/02/1978
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Solteiro(a)
Ocupação:	Técnico Contabilidade, Estatística, Economia Doméstica e Administração
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	PORTO XAVIER - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 700.000.00



[Processo de
Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: Evangelista

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	ATACILHO JOSÉ FORTUNATO
Nome para urna eletrônica:	EV. ATACILHO FORTUNATO
Número:	11110
Partido Político:	Partido Progressista
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	13/03/1961
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Comerciante
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	GASPAR - SC
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 700.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Turrall o Rio Grande da Gente
MônicaLeal ¹¹¹
A Senadora da segurança



PARTIDO PROGRESSISTA

ATACILHO FORTUNATO
Em defesa da Saúde Pública e Agricultura

11110 Deputado Estadual

AGORA É PRA FEDERAL.
1111

EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA E AGRICULTURA
11110



COVATTI DEPUTADO FEDERAL

ATACILHO DEPUTADO ESTADUAL

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: Evangelista

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	WILLIS URBANO TARANGER
Nome para urna eletrônica:	TARANGER
Número:	20120
Partido Político:	Partido Social Cristão
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	21/03/1951
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Engenheiro
Grau de Instrução:	Superior completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	BAGÉ - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 200.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



WILLIS TARANGER

- Engenheiro Mecânico
- Pós graduado em projetos sociais
- Evangelista da Igreja Assembléia de Deus
- Diretor da Sociedade Beneficente Esperança (Há 25 anos trabalhando em benefício da criança e do idoso carente)
- Casado com a professora Lísia e pai de Nathalie

Principais Projetos

- Lutar pela regularização das entidades sociais
- Lutar pela inclusão dos jovens no mercado de trabalho
- Defender a implementação de cursos profissionalizantes de nível médio
- Implementar cursos práticos visando à inclusão social de adultos e jovens.
- Defender os princípios cristãos e a família, como célula mater da sociedade.

GERALDO
ALCKMIN
PRESIDENTE

PSC 20
PARTIDO SOCIAL CRISTÃO

45
Yeda
PREFEITA MUNICIPAL

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	LAIR NUNES PINTO
Nome para urna eletrônica:	LAIR NUNES
Número:	26000
Partido Político:	Partido dos Aposentados da Nação
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	14/03/1947
Sexo:	Feminino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Outros
Grau de Instrução:	Ensino Fundamental incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SAO BORJA - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 200.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	CLAÚDIO DA MOTTA LOPES
Nome para urna eletrônica:	CLAÚDIO MOTTA
Número:	14500
Partido Político:	Partido Trabalhista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	05/06/1962
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Divorciado(a)
Ocupação:	Vereador
Grau de Instrução:	Superior completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	INDEPENDÊNCIA - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

P/ DEPUTADO ESTADUAL



14500
CLÁUDIO MOTTA

Nosso candidato oficial
Ronaldo Nogueira **PTB - PMM**

Tenho 43 anos, sou vereador duas vezes em Nova Santa Rita e oficial de justiça na Comarca de Canoas. Fui bancário por treze anos e professor por oito anos. Segue abaixo minhas propostas:

- Menor taxa de juros para o empresariado e caminhoneiros; diminuição de impostos no estado. Assim gerando mais emprego.
- Lutar por mensalidades justas nas universidades particulares.
- Maior incentivo para a agricultura familiar.
- Ônibus com palco e sonorização para evangelismo.
- Representar o servidor público na Assembleia.
- OFICIAIS DE JUSTIÇA - Isenção de ICMS e IPVA na compra de carros.
- AGENTES PENITENCIÁRIOS - Isenção de passagens nos ônibus.

☒ Não polua. - CNPJ: 88.283.942/0001-03

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Universal do Reino de Deus

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	ANTÔNIO CARLOS GOMES DA SILVA
Nome para urna eletrônica:	CARLOS GOMES
Número:	23300
Partido Político:	Partido Popular Socialista
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	13/06/1972
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Outros
Grau de Instrução:	Ensino Fundamental completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SAÚDE - BA
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 800.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



por  **Inclusão Social**

Carlos Gomes

Informativo do Gabinete
nº 02 - Setembro 2007

DEPUTADO ESTADUAL



Carlos Gomes quer revisão do decreto que proíbe a pesca do dourado e surubim

Eder Costa



Carlos Gomes e comitiva de pescadores em audiência com Záchia

O deputado Carlos Gomes pretende pôr fim na discriminação imposta pela legislação que tem prejudicado os gaúchos que vivem da pesca. Em agosto, juntamente com o Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo deputado Adolfo Brito (PP), Carlos Gomes entregou ao Secretário Luiz Fernando Záchia uma proposta de suspensão dos efeitos do decreto 41.672/2002, que proíbe a pesca de dourado e surubim nos rios do Rio Grande do Sul. Participou do encontro uma comitiva de pescadores de diversas regiões do estado.

O relatório foi resultado da audiência pública realizada na Assembléia Legislativa, quando os trabalhadores do setor pesqueiro questionaram o fato dos países que fazem fronteira com o Rio Grande do Sul e o estado de Santa Catarina possuírem normas diferenciadas para a pesca. "Estamos impedidos de pescar o peixe de maior poder aquisitivo para nós. Nenhum pescador foi ouvido no período de elaboração desse decreto", reclamou o presidente da Federação dos Pescadores do Rio Grande do Sul, Vilmar Coelho.

O problema foi debatido durante audiência pública promovida pela Comissão da Agricultura, Pecuária e Cooperativismo e pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa. Para Carlos Gomes, a legislação precisa ser revista. "Está havendo uma injustiça com mais de 25 mil famílias gaúchas que dependem da pesca para viver", avalia o deputado, que esteve na Casa Civil com os pescadores ainda em julho para levar a Záchia as reivindicações envolvendo a mesma questão. Luiz Fernando Záchia se mostrou favorável à causa e garantiu o encaminhamento do documento à Governadora Yeda Crusius.

Setor pesqueiro deverá ser incluído nas ações do Executivo

A luta pela inserção dos pescadores nas políticas adotadas pelo Governo do Estado ganhou reforço com o PL 199/2007, protocolado em maio pelo deputado Carlos Gomes. O parlamentar propõe a criação da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio, atualmente denominada Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio. "Essa proposição pretende ser uma ferramenta para o diálogo e encaminhamento das questões envolvendo a significativa atividade pesqueira que faz do nosso estado um exportador", defende Carlos Gomes.

A proposta da Lei nº 12.697/2007, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, foi feita a partir da manifestação da Federação dos Pescadores do Estado do Rio Grande do Sul, que lamenta não ter sua atividade contemplada por um órgão específico na estrutura administrativa do Poder Executivo Estadual. O setor pesqueiro, que reúne mais de 25 mil trabalhadores no Rio Grande do Sul, reivindica consideração na recente reforma administrativa promovida pela nova



Marco Couto Ag/AL

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Universal do Reino de Deus

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	SÉRGIO PERES ALÓS
Nome para urna eletrônica:	SÉRGIO PERES
Número:	14318
Partido Político:	Partido Trabalhista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	02/07/1968
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Deputado
Grau de Instrução:	Ensino Médio incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Universal do Reino de Deus

Função: Evangelista

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	SUELI DA SILVA VIEIRA
Nome para urna eletrônica:	SUELI DE JESUS
Número:	14156
Partido Político:	Partido Trabalhista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	22/07/1942
Sexo:	Feminino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Vendedor de Comércio Varejista e Atacadista
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	OSÓRIO - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

DEPUTADA ESTADUAL

COLIGAÇÃO
PTB - PMN



SUELI DE JESUS
Nº 14156

"O POVO UNIDO, JAMAIS SERÁ VENCIDO!"

- Natural de Osório/RS, vinda para Porto Alegre ainda na infância;
- Advinda de uma família pobre, de 15 irmãos, pai marceneiro, mãe agricultora, tendo tido uma vida de muitas dificuldades;
- Sempre esteve à frente de trabalhos comunitários, levando a palavra de Deus às comunidades de diversas vilas de Porto Alegre, como evangelista;
- Trabalhou no ramo de vendas (alimentação, roupas, calçados). Atualmente é representante de linha de cosméticos;
- Comprometida com uma proposta voltada aos menos favorecidos da sociedade.

CNPJ 01.863.889/0001-26

DEPUTADA ESTADUAL
SUELI DE JESUS
Nº 14156

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Universal do Reino de Deus

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	ADI PEREIRA DE BRUMM
Nome para urna eletrônica:	DRA. ADI DE BRUMM
Número:	22222
Partido Político:	Partido Liberal
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	12/09/1953
Sexo:	Feminino
Estado civil:	Solteiro(a)
Ocupação:	Advogado
Grau de Instrução:	Superior completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SÃO LUIZ GONZAGA - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 300.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da Republica, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Para Dep. Estadual 22222
Dra. Adi de Brum



Dra. Adi de Brum, cristã, natural de São Luiz Gonzaga/RS, filha de pequeno agricultor, de origem humilde que se tornou uma mulher guerreira e caráter solidário, migrou para Porto Alegre em busca de uma vida melhor. Formou-se em direito pela Unisinos e pós-graduou-se em direito político. Fundou a Associação São Luizense e Demais Regiões com a finalidade de dar apoio aos cidadãos vindo do interior e criar cursos que facilitem o emprego. Passada para tratamento médico. Assistência veterinária para animais em vilas, fez trabalhos de coletas de roupas e móveis para doação. Comprometo em manter o gabinete para atender o povo.

NÃO ESTOU PROMETENDO

VOU LUTAR POR ESTAS QUESTÕES:

- Meios de transporte para pessoas fazerem curativos nos postos de saúde na capital e no interior.
- emprego para jovens e aos maiores de 40 anos.
- abatimento de 50 % nas taxas de água e luz para desempregados e aposentados carentes.
- lutar por melhores salários aos servidores públicos.
- gratuidade de passagem intermunicipal para aposentados.
- revisão da carga tributária das empresas.
- um plano de saúde que atenda os necessitados.
- isenção de 60 dias de pagamento de passagem para o desempregado procurar emprego
- lutar pelo pagamento dos precatórios estaduais
- sistema de habitação para família carente.

VOTE: 1 2 3 4 5 6 7 8 9 0

CONFIRMA

CONFIRMA

CONFIRMA

CONFIRMA

CONFIRMA

CONFIRMA



Escritório Político
Av. Borges de Medeiros, 453/23
Tel. Direto: (51) 9668.5108

PARA DEP. ESTADUAL
Dra. Adi de Brum
22222

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Universal do Reino de Deus

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	ARIOLI CEZAR VIEIRA DO PRADO
Nome para urna eletrônica:	PRADO
Número:	22123
Partido Político:	Partido Liberal
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	01/06/1963
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Vendedor Pracista, Representante, Caixeiro-Viajante e Assemelhados
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SAO SEPÉ - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 300.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Internacional da Graça de Deus

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	ADELAR IVAN BAYER
Nome para urna eletrônica:	ADELAR BAYER
Número:	14100
Partido Político:	Partido Trabalhista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	11/08/1962
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Sacerdote ou Membro de Ordem ou Seita Religiosa
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SÃO PEDRO DO SUL - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Internacional da Graça de Deus

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	VANDERLEI BORBA FELTRIN
Nome para urna eletrônica:	PASTOR VANDERLEI FELTRIN
Número:	43400
Partido Político:	Partido Verde
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	02/04/1971
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Terapeuta
Grau de Instrução:	Ensino Médio incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	GUAÍBA - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Internacional da Graça de Deus

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	NELSA TERESINHA RIBEIRO DA SILVA
Nome para urna eletrônica:	NELSA RIBEIRO
Número:	22137
Partido Político:	Partido Liberal
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	15/05/1958
Sexo:	Feminino
Estado civil:	Solteiro(a)
Ocupação:	Outros
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	CORONEL BICACO - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 200.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Internacional da Graça de Deus

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	DORALDO NUNES ADAMCZUK
Nome para urna eletrônica:	DORALDO NUNES
Número:	22492
Partido Político:	Partido Liberal
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	15/02/1960
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Divorciado(a)
Ocupação:	Vendedor de Comércio Varejista e Atacadista
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	DOM FELICIANO - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 300.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Internacional da Graça de Deus

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	JOAO DE CARVALHO CALIXTO
Nome para urna eletrônica:	CALIXTO
Número:	22888
Partido Político:	Partido Liberal
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	01/05/1943
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Divorciado(a)
Ocupação:	Arquivista e Museólogo
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	PORTO ALEGRE - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 300.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

a Dep. Federal **João Gouvêa** Para Dep. Estadual **João Calixto**
 2233 22888
VAMOS CONTINUAR TRABALHANDO
 RIO GRANDE AFIRMATIVO LEVANTA RIO GRANDE "A" - PL - PHS - PTC - PAN - PSC - PRTB
 PSDB - PFL - PPS - PL PTdoB -

João de Carvalho Calixto n° 22888
“HONESTIDADE, NACIONALISMO E EDUCAÇÃO”

Funcionário Público Federal do Ministério do Trabalho / Aposentado, Jornalista, Arquivista, Escritor e Poeta. Sócio da Casa do Poeta, Sindicalista, Fundador do Sindicato dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul - SINDISERF/RS (Tendo sido vice presidente)

À pedido: Da família Moura , Calixto e Professores.

Projeto de **Lei n° 6995**, “ Declara Patrono da Educação Nacional, **LEONEL DE MOURA BRIZOLA.**”
(Projeto encaminhado pelo dep. **Paulo Gouvêa - PL/RS**)

- Foi autor do Pedido da Ação Cível Pública tendo beneficiado os servidores públicos Federais com ação procedente dos 28,86%.
- É cristão e contribui com entidades religiosas por acreditar em Deus, na ética e moral do homem, que através da cientificação, pode no seio da família e da sociedade se firmar em um estado de plenitude e paz.
- Primo irmão de **Leonel de Moura Brizola**, de quem se orgulha por ter passado na vida política e privada com honestidade, retidão e probidade defendendo os ideais trabalhistas, nacionalistas e primando pela educação.

Para Dep. Federal
Paulo Gouvêa
2233

Para Dep. Estadual
João Calixto
22888

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja do Evangelho Quadrangular

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS	
Nome:	UBERANI DOS SANTOS BARBOSA
Nome para urna eletrônica:	PASTOR UBERANI BARBOSA
Número:	14320
Partido Político:	Partido Trabalhista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	11/04/1958
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Sacerdote ou Membro de Ordem ou Seita Religiosa
Grau de Instrução:	Ensino Médio incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	ITAQUI - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00



[Processo de Candidatura](#)
[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

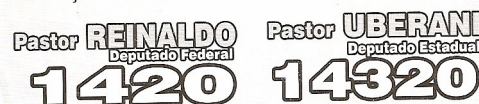
Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



Pastor Reinaldo, primeiro Deputado Federal eleito pela Igreja do Evangelho Quadrangular, do Rio Grande do Sul, inserido no contexto político quando foi vereador na cidade de Santo Ângelo no ano de 1989 à 1992.

Pastor Uberani Barbosa, candidato a Deputado Estadual, natural de Itaqui, tendo sua escola política em duas importantes cidades do RS, Cruz Alta e Cachoeira do Sul, como vereador.

Ambos concorrem como candidatos oficiais da Igreja, indicados em Convenção Extraordinária.



Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja do Evangelho Quadrangular

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	LUÍS ROGÉRIO MÜZEL DOS SANTOS
Nome para urna eletrônica:	ROGÉRIO SANTOS
Número:	14120
Partido Político:	Partido Trabalhista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	25/07/1970
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Administrador
Grau de Instrução:	Superior completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	RIO CLARO - SP
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Pentecostal Cristã

Função: Bispo

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	JOSÉ VOLMAR DOS SANTOS
Nome para urna eletrônica:	BISPO VOLMAR
Número:	45111
Partido Político:	Partido da Social Democracia Brasileira
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	20/12/1967
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Vereador
Grau de Instrução:	Ensino Fundamental completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	NONOAI - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 800.000.00

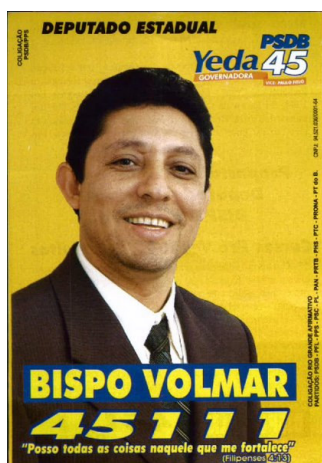


[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Sara Nossa Terra

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	ALMIR CLEMENTINO GUEDES
Nome para urna eletrônica:	PR. ALMIR GUEDES
Número:	22580
Partido Político:	Partido Liberal
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	29/11/1958
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Solteiro(a)
Ocupação:	Outros
Grau de Instrução:	Ensino Médio incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SETE LAGOAS - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 300.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Pentecostal O Brasil Para Cristo

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	OLNEI FRANCISCO DE PAULA GOMES
Nome para urna eletrônica:	OLNEI GOMES
Número:	40789
Partido Político:	Partido Socialista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	20/04/1964
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Comerciante
Grau de Instrução:	Superior incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	ERECHIM - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 400.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Pentecostal Apostólica do Brasil

Função: Evangelista

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	OSMAR MOTA CARDOSO
Nome para urna eletrônica:	IRMAO OSMAR
Número:	26030
Partido Político:	Partido dos Aposentados da Nação
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	12/11/1953
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Separado(a) judicialmente
Ocupação:	Aposentado (Exceto Servidor Público)
Grau de Instrução:	Ensino Médio incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	TORRES - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 200.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Pentecostal Universal do Reino de Cristo

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	VALDOCIR DOS SANTOS
Nome para urna eletrônica:	VALDOCIR DOS SANTOS
Número:	31233
Partido Político:	Partido Humanista da Solidariedade
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	06/10/1951
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Outros
Grau de Instrução:	Ensino Fundamental incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	PORTO ALEGRE - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 200.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	LUIZ ARTUR EICHHOLZ
Nome para urna eletrônica:	LUIZ ARTUR
Número:	14014
Partido Político:	Partido Trabalhista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	03/11/1957
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Sacerdote ou Membro de Ordem ou Seita Religiosa
Grau de Instrução:	Superior completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SÃO LOURENÇO DO SUL - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Adventista do 7º Dia

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	ELIAS NUNES VIDAL
Nome para urna eletrônica:	ELIAS VIDAL
Número:	23700
Partido Político:	Partido Popular Socialista
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	11/02/1958
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Outros
Grau de Instrução:	Superior completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	PORTO ALEGRE - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 800.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Adventista do 7º Dia

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	CLEBER CABRAL DOS SANTOS
Nome para urna eletrônica:	CLEBER CABRAL
Número:	31131
Partido Político:	Partido Humanista da Solidariedade
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	29/06/1959
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Outros
Grau de Instrução:	Ensino Fundamental incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	VIAMAO - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 200.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Batista Filadélfia

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	JOSE CLAUDIO FREITAS CONCEIÇÃO
Nome para urna eletrônica:	CLAUDIO CONCEIÇÃO
Número:	45627
Partido Político:	Partido da Social Democracia Brasileira
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	03/10/1968
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Servidor Público Estadual
Grau de Instrução:	Superior completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	PORTO ALEGRE - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 800.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



O Rio Grande do Sul é do Senhor Jesus Cristo!

Cláudio Conceição, 37 anos, casado e pai de dois filhos. Nascido em Porto Alegre. Formado em Comunicação Social pela FAMECOS/PUC. Inspetor de Polícia há mais de 15 anos. É um dos líderes da Igreja Batista Filadélfia e tem a bênção e o apoio de seu pastor, Samuel Espíndola – que tem lhe orientado há 18 anos. Durante 07 anos liderou juntamente com sua esposa a juventude batista.

Desafio:

No dia a dia da sua função polícia tem presenciado o sofrimento de pais que tem perdido a batalha contra as drogas, vendo seus filhos mergulharem no abismo do vício e da marginalidade. Isto se reflete no alto índice de violência e criminalidade que a sociedade tem sido vitimada – isto tem se apresentado como um desafio maior: desenvolver um projeto de resgate por uma juventude livre das drogas.

Cláudio Conceição tem ministrado palestras preventivas em escolas, empresas e associações de bairros sobre as drogas e seus malefícios – “*Um jovem livre das drogas hoje, é menos um assaltante nas ruas amanhã*”. É membro do conselho diretivo de prevenção as drogas da Polícia Civil. Por seu desempenho nesta atividade foi escolhida para ser o representante da Polícia Civil nesta eleição.

Eventos Gospel:

Cláudio, realiza diversos projetos que proporcionam ao povo de Deus desfrutar de eventos em nível estadual – tais como Marcos Witt, Diante do Trono, Cruzadas Proféticas, Verão Gospel e muitos outros... Estes eventos contribuem para a promoção do reino de Deus em nosso Estado.

Fundador do *Rio Grande Gospel*, um jornal de grande importância para todo o povo de Deus no estado, o RGG escreve e registra há 5 anos a história do povo evangélico gaúcho.

Cláudio Conceição juntamente com o Bp. Robson Rodvalho da SNT implantou o projeto da Rádio Sara Brasil FM 95.5. Também é apresentador do *programa Rio Grande Gospel* em mais de 37 emissoras no estado alcançando mais de 350 mil pessoas diariamente.

Cláudio Conceição tem trabalhado para reafirmar uma realidade de fé no Estado. Deus esta levantando uma nova geração que irá proclamar em diversos segmentos da sociedade o senhorio de Jesus Cristo.

Esta é a segunda vez que concorre a Deputado Estadual, atualmente foi diplomado como Vereador na capital gaúcha, tendo assumido por duas oportunidades.

VOTE 45627 – Dep. Estadual – Cláudio Conceição.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Batista Filadélfia

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	AIRTON JOSÉ DE SOUZA
Nome para urna eletrônica:	AIRTON SOUZA
Número:	45900
Partido Político:	Partido da Social Democracia Brasileira
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	06/01/1967
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Empresário
Grau de Instrução:	Ensino Médio incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	TENENTE PORTELA - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 800.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



Conceitos

O QUE PENSA AIRTON SOUZA SOBRE:

DEUS - Fonte da vida, a razão de tudo existir.

FAMÍLIA - A base de tudo, célula principal da sociedade, o alicerce da sociedade e da nação.

EDUCAÇÃO - Uma cidade desenvolvida passa obrigatoriamente pela escolarização de todos, passa pelo fim do analfabetismo e pela valorização do profissional de educação.

HABITAÇÃO - É um direito fundamental de todo ser humano; é um dever do estado proporcionar condições dignas de habitação a todo cidadão.

EMPREGO - A dignidade de uma pessoa começa pelo trabalho.

SAÚDE - Aplicando corretamente os recursos públicos, trabalhando com a prevenção e minimizando a atividade curativa dos nossos hospitais, promovendo a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

DROGAS - Reprime-se com educação de nossas crianças e jovens, na escola e nos lares. Através do incentivo aos esportes e programas de recuperação de drogados.

SEGURANÇA - É uma reivindicação dos gaúchos. A violência se combate com educação, emprego, melhor distribuição de renda e uma política de segurança baseada na modernização, aparelhamento e valorização do policial.

Prefeito Ronchetti apóia Airton Souza



É uma satisfação para mim apresentar e indicar Airton Souza como candidato a Deputado Estadual, representando a nossa região na Assembleia Legislativa.

A trajetória social, familiar e profissional do Airton, sempre envolvido nos movimentos comunitários e sociais, traz consigo a coragem e a energia de quem convive e atua junto à classe trabalhadora.

Eleger este Líder Comunitário, é garantir decisivamente o desenvolvimento de nosso estado. Por isso é que precisamos de políticos com o perfil do Airton Souza, um grande lutador das causas sociais.

Certamente o Airton dará sua contribuição para o crescimento sócio-econômico de nossa região, irá trazer benefícios para toda nossa comunidade.

FALE COM AIRTON SOUZA

GABINETE: Rua Ipiranga, 123 - Gab. 18
Fone: 3472.4800 - Ramal 228 - Canoas - RS
E-mail: vereador_airtonsouza@yahoo.com.br
Site: www.airtonsouza.com.br



DEPUTADO ESTADUAL

Tá com a gente

PSDB / PPS

Airton Souza

Governadora YEDA 45 Senador MARIO BERND 234 Presidente ALCKMIN 45

45.900

PSDB

“Homem de princípios e valores em Deus”.

*Nesta minha vida pública,
tenho procurado
ser um instrumento de apoio, para
Igrejas, pastores e lideranças;
sendo um elo de ligação entre
o poder público e a sociedade,
e de algumas conquistas
já fizemos parte!*

Uma vez que nos pautemos por valores cristãos, a atuação de um parlamentar faz a diferença na defesa da população, buscando garantir os direitos dos cidadãos.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Batista Filadélfia

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	JOSÉ LIMA GONÇALVES
Nome para urna eletrônica:	LIMA
Número:	15715
Partido Político:	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	12/01/1954
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Advogado
Grau de Instrução:	Superior completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SANTO ÂNGELO - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Batista Betel

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	MARTINHO OSORIO DOS SANTOS
Nome para urna eletrônica:	MARTINHO SANTOS
Número:	22722
Partido Político:	Partido Liberal
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	11/11/1959
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Outros
Grau de Instrução:	Superior incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	TAPES - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 200.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



VOTE ASSIM:

Deputado Federal

Paulo Gouvêa

2 2 3 3

CONFIRMA

Deputado Estadual

Martinho

2 2 7 2 2

CONFIRMA

Senador

Mário Bernd

2 3 4

CONFIRMA

Governadora

Yeda

4 5

CONFIRMA

Presidente

Geraldo Alckmin

4 5

CONFIRMA

VERDADE SIM, INJUSTIÇA NÃO !!

FIM

Solicite um exemplar " A Política e a Igreja " - Autoria: Martinho Santos



CANTE COM MARTINHO SANTOS !

JINGLE

Letra: Martinho Santos e Nella Santos
Melodia: Martinho Santos
Vocal Nella, Geicyano, Daniela e Sheron
Voz: Edoeli Camargo (Piá)
Arranjos: Leandro Sacco e Edoeli Camargo (Piá)
Gravação e Produção: Gravadora Piazito - Tapes/RS

Um novo sol vai brilhar
E a esperança irá renascer
Todos unidos em uma só voz,
Pra ver o Rio Grande crescer.

Você não está sozinho
Pois tudo pode mudar
Vamos eleger Martinho
Para nos representar.



**VOTE MARTINHO DEPUTADO ESTADUAL
ELE É O MARTINHO DO PARTIDO LIBERAL
VOTE 22.722**

VOTE MARTINHO PARA NÃO SE ARREPENDER DEPOIS

O Rio Grande está chamando
Vote consciente em martinho
Eo nosso Estado irá melhorar.
O seu povo para votar

**VOTE MARTINHO DEPUTADO ESTADUAL
ELE É O MARTINHO DO PARTIDO LIBERAL
VOTE 22.722**

VOTE MARTINHO PARA NÃO SE ARREPENDER DEPOIS

Fale com Martinho Santos:

(51) 9242.8925 - 9108.4313

E-mail: vermartinhosantos@ig.com.br

Para Deputado Estadual

MARTINHO SANTOS 22722

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Batista Brasileira

Função: Evangelista

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	PEDRO JOSÉ MORAES BUENO
Nome para urna eletrônica:	IRMÃO BUENO
Número:	45127
Partido Político:	Partido da Social Democracia Brasileira
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	15/01/1952
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Separado(a) judicialmente
Ocupação:	Alfaiate e Costureiro
Grau de Instrução:	Ensino Fundamental completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SÃO GABRIEL - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 800.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Presbiteriana

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	ARGEU DA SILVA BRUM
Nome para urna eletrônica:	ARGEU BRUM
Número:	45055
Partido Político:	Partido da Social Democracia Brasileira
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	26/06/1943
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Aposentado (Exceto Servidor Público)
Grau de Instrução:	Superior completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SOLEDADE - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 800.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Católica

Função: Padre

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	SADI CORDEIRO DA SILVA
Nome para urna eletrônica:	SADI CORDEIRO
Número:	43343
Partido Político:	Partido Verde
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	04/10/1967
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Solteiro(a)
Ocupação:	Sacerdote ou Membro de Ordem ou Seita Religiosa
Grau de Instrução:	Superior completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SANTA MARIA - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Católica

Função: Membro

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	VOLMIR JOSÉ MIKI BREIER
Nome para urna eletrônica:	MIKI BREIER
Número:	40400
Partido Político:	Partido Socialista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	18/11/1965
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Professor de Ensino Médio
Grau de Instrução:	Superior completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	CACHOEIRINHA - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 400.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Católica

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	PAULO DOMINGOS SAVARIS
Nome para urna eletrônica:	PAULO SAVARIS
Número:	15600
Partido Político:	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	13/07/1952
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Médico
Grau de Instrução:	Superior completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	CONSTANTINA - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Católica

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	DIRCEU FRANCISCON
Nome para urna eletrônica:	DIRCEU
Número:	22000
Partido Político:	Partido Liberal
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	22/07/1964
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Servidor Público Municipal
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	ARVOREZINHA - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 300.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Religiões de Matriz Africana

Função: simpatizante

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	EDSON LUIZ PORTILHO
Nome para urna eletrônica:	PROF. EDSON PORTILHO
Número:	13160
Partido Político:	Partido dos Trabalhadores
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	06/06/1961
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Solteiro(a)
Ocupação:	Professor de Ensino Médio
Grau de Instrução:	Superior completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SAPUCAIA DO SUL - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00

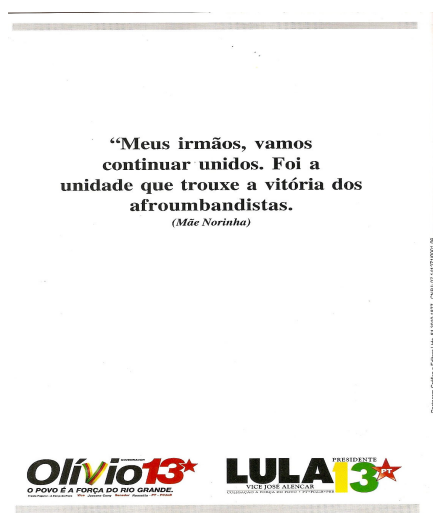


[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Religiões de Matriz Africana

Função: Pai-de-Santo

Candidato(a) a Deputado Estadual - RS

Nome:	ANTÔNIO CARLOS MACHADO
Nome para urna eletrônica:	TONY
Número:	14666
Partido Político:	Partido Trabalhista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	18/06/1949
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Solteiro(a)
Ocupação:	Comerciário
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	PORTO ALEGRE - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00

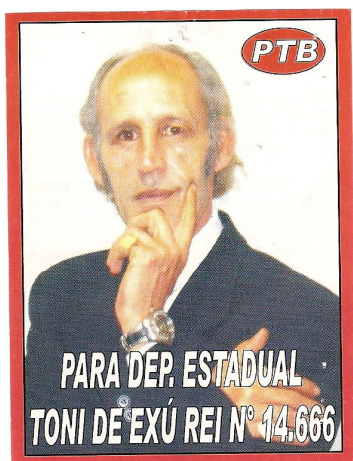


[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



QUEM ELES PENSAM QUE SÃO OS DONOS DA VERDADE, PARA NOS CHAMAR DE "PAIS DE ENCOSTO"???

SEREMOS NÓS, OU SÃO ELES, ENCOSTOS???

VAMOS ACABAR COM ESTA PALHAÇADA DA MÁQUINA ELETRÔNICA DE LAVAR DINHEIRO À CUSTA DA FÉ DO POVO.

TONI É O ÚNICO CANDIDATO PARA DEFENDER A RELIGIÃO AFRICANA, A UMBANDA E A EXUBANDA **DEFENDE-NOS** DAS MENTIRAS E DIFAMAÇÕES UTILIZADAS COMO **RADIO, TV, JORNAL** PALANQUE ELEITORAL DA ELETRÔNICA UNIVERSAL COM O DINHEIRO DOS FIÉIS.

"ELES" SÃO "28" CANDIDATOS E ACREDITAM QUE SEUS IRMÃOS OS ELEGERÃO...

VOCÊ QUE É AFRICANISTA, UMBANDISTA E EXUBANDEIRO DEVE PENSAR, REFLETIR E TOMAR A ÚNICA DECISÃO EM DEFESA DA NOSSA RELIGIÃO:

**VOTE NO Nº 14.666
TONI DEPUTADO ESTADUAL**

Gráfica Dinamo Ltda. - CDPJ 02.810.912/2001-96

Anexo VIII - candidatos à Câmara Federal por denominação

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
Nome para urna eletrônica:	RONALDO
Número:	1423
Partido Político:	Partido Trabalhista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	25/04/1966
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Vereador
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	CARAZINHO - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 800.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



Ronaldo Nogueira

Quer implantar o projeto

VIDA PARA O BRASIL

1.1 – O que é o Projeto Vida para o Brasil:

Mecanismo de atuação social, cujos objetivos em acordo com os princípios do Cristianismo visa oferecer ao cidadão oportunidade de integralização social que proporcione uma vida abundante na existência, no relacionamento familiar, na profissionalização e na educação.

1.2 – Da atuação do Projeto Vida para o Brasil:

A atuação em todos os segmentos sociais, em especial nas camadas da população que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, quais serão buscados pelos agentes do Projeto Vida para o Brasil e incentivando-os a participar das operações, cursos e oficinas por estes oferecidos.

- Operação Vida Natural:

Cursos que proporcionem ao Cidadão o conhecimento e acesso a procedimentos que vise uma melhor utilização de recursos naturais para alimentação, prevenção de doenças e mudanças de hábitos que prejudiquem a saúde.

- Operação Se Relacionando Melhor:

Cursos que proporcionem ao cidadão o conhecimento para melhor planejamento e relacionamento familiar, com vizinhos, trabalho etc....

- Operação Morar Melhor:

Iniciativas que visem a implantação de Projetos que proporcionem o acesso a casa própria (construção de casas populares)

A melhoria nas instalações da moradia, (reforma da casa própria, módulos sanitários) Implantação de hortas e jardins no terreno (cursos com fornecimento de sementes para melhorar o habitat)

1.3 – Como realizar o Projeto Vida para o Brasil:

O projeto Vida para o Brasil atuará através de parcerias firmadas com Prefeituras Municipais, entidades de Assistência Social e Igrejas, de forma itinerante permanecendo com suas instalações pelo período necessários em cada município até que seus objetivos sejam alcançados.

DAS INSTALAÇÕES

- Unidade Móvel.

- Tenda com capacidade para 1.000 pessoas.

- Equipe técnica para operacionalização dos cursos e reuniões.

1. 4 – Quando o Projeto Vida para o Brasil entrará em funcionamento:

A partir do 2ª semestre de 2007, o Projeto Vida para o Brasil iniciara suas atividades nas cidades do Estado do Rio Grande do Sul.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	ANTÔNIO MILTON CARDÍAS
Nome para urna eletrônica:	PASTOR MILTON CARDÍAS
Número:	1441
Partido Político:	Partido Trabalhista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	05/05/1948
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Sacerdote ou Membro de Ordem ou Seita Religiosa
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	GUARAPUAVA - PR
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 800.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	FRANCISCO PACHECO RODRIGUES
Nome para urna eletrônica:	FRANCISCO PACHECO
Número:	2600
Partido Político:	Partido dos Aposentados da Nação
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	25/12/1945
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Aposentado (Exceto Servidor Público)
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SANTANA DO LIVRAMENTO - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 300.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: Presbítero

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	JOÃO CARLOS SALVADOR RODRIGUES
Nome para urna eletrônica:	SALVADOR
Número:	1177
Partido Político:	Partido Progressista
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	24/11/1955
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Representante Comercial
Grau de Instrução:	Ensino Fundamental completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SANTIAGO - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 1.300.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da Republica, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: Evangelista

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	PAULO ELISEO BAPTISTA DA SILVA
Nome para urna eletrônica:	PAULO ELISEU
Número:	4564
Partido Político:	Partido da Social Democracia Brasileira
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	31/08/1954
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Agente Administrativo
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	PORTO ALEGRE - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 2.000.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: Evangelista

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	ANTÔNIO FERNANDES DE LIMA
Nome para urna eletrônica:	EV. ANTÔNIO LIMA
Número:	4007
Partido Político:	Partido Socialista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	07/10/1949
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Servidor Público Estadual
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	TRES PASSOS - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 800.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: Evangelista

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	NELSON DE SOUZA E SILVA
Nome para urna eletrônica:	NELSON SOUZA
Número:	1407
Partido Político:	Partido Trabalhista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	07/02/1953
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Vereador
Grau de Instrução:	Ensino Fundamental completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	PORTO ALEGRE - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 800.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: Evangelista

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	NELSON SANTOS DE MORAES
Nome para urna eletrônica:	NELSON MORAES
Número:	1565
Partido Político:	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	08/11/1964
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Vereador
Grau de Instrução:	Ensino Fundamental completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	BUTIÁ - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 1.000.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



NELSON MORAES

40 anos, natural de Minas do Butiá. Casado com Ruth da Costa Moraes e pai de Mateus Felipe Moraes. Conselheiro Tutelar por 2 gestões desde 1996. Fundador-presidente do desafio Jovem Luz no Vale - centro de recuperação para dependentes químicos. Presbítero membro da Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

PROPOSTAS

- Obter recursos para desenvolvimento de projetos sociais das igrejas evangélicas.
- Trabalhar pela isenção da tarifa de água (CORSAN) e a tarifa de energia elétrica (CEEE) para instituições filantrópicas do estado do Rio Grande do Sul.

“Os passos de um homem bom, são confirmados pelo Senhor.”

06 143 1820001-70

Provérbios 20:24

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	ELIAS DE MELO DOMINGUES
Nome para urna eletrônica:	ELIAS DOMINGUES
Número:	2088
Partido Político:	Partido Social Cristão
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	19/08/1957
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Técnico em Agronomia e Agrimensura
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SAO LUIS GONZAGA - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 300.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Assembléia de Deus

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	ENIO ANTONIO SOUZA
Nome para urna eletrônica:	ENIO SOUZA
Número:	2713
Partido Político:	Partido Social Democrata Cristão
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	13/06/1952
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Empresário
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SANTA MARIA - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja do Evangelho Quadrangular

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	REINALDO SANTOS E SILVA
Nome para urna eletrônica:	PASTOR REINALDO
Número:	1420
Partido Político:	Partido Trabalhista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	14/02/1949
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Deputado
Grau de Instrução:	Superior incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	MIRACEMA - RJ
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 800.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



Pastor Reinaldo, primeiro Deputado Federal eleito pela Igreja do Evangelho Quadrangular, do Rio grande do Sul, inserido no contexto político quando foi vereador na cidade de Santo Ângelo no ano de 1989 à 1992.

Pastor Uberani Barbosa, candidato a Deputado Estadual, natural de Itaqui, tendo sua escola política em duas importantes cidades do RS, Cruz Alta e Cachoeira do Sul, como vereador.

Ambos concorrem como candidatos oficiais da Igreja, indicados em Convenção Extraordinária.



Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja do Evangelho Quadrangular

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	NILO SÉRGIO SANTOS DOS SANTOS
Nome para urna eletrônica:	NILO SANTOS
Número:	1404
Partido Político:	Partido Trabalhista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	03/03/1969
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Vereador
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 800.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja do Evangelho Quadrangular

Função: Obreiro

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	ADÃO NUNES OWICKI
Nome para urna eletrônica:	ADÃO NUNES OWICKI
Número:	4303
Partido Político:	Partido Verde
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	29/08/1957
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Empresário
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	ARROIO DOS RATOS - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 800.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja do Evangelho Quadrangular

Função: Obreiro

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	JOÃO AUGUSTO TARDETI
Nome para urna eletrônica:	JOÃO TARDETI
Número:	4089
Partido Político:	Partido Socialista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	19/11/1960
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Vereador
Grau de Instrução:	Ensino Fundamental incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	LIBERATO SALZANO - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 400.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Universal do Reino de Deus

Função: Bispo

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	PAULO ROBERTO MANOEL PEREIRA
Nome para urna eletrônica:	PAULO ROBERTO
Número:	1433
Partido Político:	Partido Trabalhista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	10/12/1961
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Professor e Instrutor de Formação Profissional
Grau de Instrução:	Superior completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SÃO CAETANO DO SUL - SP
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 800.000.00

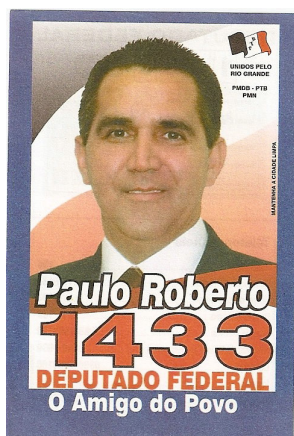


[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.





Paulo Roberto Manoel Pereira, brasileiro, casado, dois filhos, bacharel em Teologia, é pós-graduando de Administração de Empresas, ênfase em Estratégia empresarial, com curso de capacitação em Gestão do ISO 9001, e atualização em Direito Constitucional.

Atuou como diretor administrativo da Igreja Universal do Reino de Deus, foi diretor de engenharia na construção de templos, diretor executivo da afiliada TV Record Rádio Jornal Ltda. Foi Presidente da Associação Beneficente Cristã de 1999 a 2000.

É palestrante e apresentador dos programas “Comunidade Ativa” na Rádio Capital e “Raízes do Pampa” na Rede Pampa de Televisão.

Paulo Roberto sempre atuou junto a sociedade. Nunca mediu esforços na busca de reintegração dos menos favorecidos à sociedade.

Vendo a situação precária das diversas regiões do nosso estado, o sucateamento das indústrias e das empresas pelo descaso dos poderes públicos, tem se aliado a várias instituições para lutar pelos direitos dos trabalhadores e empresários, por uma política econômica melhor, que possa fazer nossas empresas crescerem e gerarem mais empregos.

Fortalecendo assim a economia gaúcha e fazendo com que o nosso estado retome a posição que antigamente ocupava como destaque nacional e exemplo de crescimento econômico.

Por isso sempre defendeu a não interferência da política pública na economia das empresas privadas, desonerando as empresas gaúchas e nacionais que produzem, gerando emprego e renda, do peso fiscal que hoje as sobrecarregam.

Pretende fazer uma política cambial mais justa que contemple o setor exportador gaúcho e nacional para que as flutuações cambiais não desestimulem os exportadores riograndenses.



Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Internacional da Graça de Deus

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	DÉCIO VICENTE BECKER
Nome para urna eletrônica:	DÉCIO BECKER
Número:	2200
Partido Político:	Partido Liberal
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	20/11/1946
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Empresário
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	PORTO ALEGRE - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 600.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Metodista Wesleyana

Função: Evangelista

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	JOSE OSEAS DA COSTA
Nome para urna eletrônica:	OSEAS COSTA
Número:	2000
Partido Político:	Partido Social Cristão
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	01/04/1953
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Músico
Grau de Instrução:	Superior completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SANTA MARIA - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 300.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)


[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

VOTE 

OSÉAS COSTA
DEPUTADO FEDERAL

Coligação: **Levanta Rio Grande**



2000
Jesus te Ama **45**
Yeda

OSÉAS COSTA

Um homem dedicado a fazer missão (falar de Deus, de Norte a Sul, de Leste a Oeste) e defender os menos favorecidos.

Oséas Costa é casado, tem quatro filhos e um neto, defende a união da família.

É militar da reserva da Aeronáutica e 2º suplente de Dep. Federal, agora está lutando para defender o povo no Congresso Nacional.

Fique viciado nessa idéia.

2000



Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Evangélica Pentecostal Cristã

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	ELOI ADAM AIRES
Nome para urna eletrônica:	PASTOR ELOI AIRES
Número:	2789
Partido Político:	Partido Social Democrata Cristão
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	13/05/1952
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Sacerdote ou Membro de Ordem ou Seita Religiosa
Grau de Instrução:	Ensino Médio incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SAO SEPE - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 500.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Agora é a vez da Social Democracia Cristã - PSDC


RENOVAR É PRECISO

PSDC27
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO
Um partido de Fé
Compromisso com a Família

**É PRECISO FÉ E
CORAGEM PARA MUDAR**

PASTOR ELOI AIRES
Deputado Federal 27.89

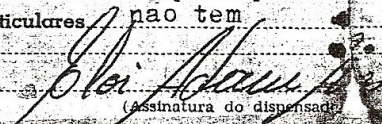
MINISTÉRIO DA DEFESA
3ª
CERTIFICADO DE DISPENSA INCORPORAÇÃO



 R.G.S.
 (est.)

9ª CSM Nº 69852 SÉRIE E

Certifico que ELOI ADAM AIRES
 Nascido a 13 Mai 1952 — Sao
(data) (município)
 filho de Sidnei Aires
 e de Justina Gertrudes Adam
 foi dispensado do Serviço Militar Inicial, 25 Jul 1972 por "ser Ministro
(data) (motivo)
da Igreja Evangélica Pentecostal Crista.
(motivo)

Identificação: N.º de Registro 6.075
 Altura 1.68m Cúis branca Olhos castanhos
 Cabelos cas esc Tipo sanguíneo _____
 Sinais particulares nao tem


(assinatura do dispensado)

Polegar direito




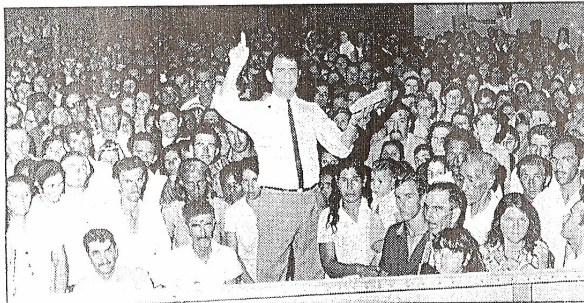
Eloi - 1ª Comunhão



Eloi - 15 anos



Eloi - 16 anos



Eloi - 17 anos



PASTOR ELOI ADAM AIRES
PRÉ-CANDIDATO A DEPUTADO
FEDERAL PELO PSDC

ZH30-1272

**DOPS
LIBERA
RELIGIOSOS**

Durante 20 horas estiveram presos os pastores da Igreja Pentecostal Cristã, Eloi Adam Aires e Carlos Alberto Adam Aires. Eles foram detidos na noite de quinta-feira última pelas autoridades policiais de Sapucaia do Sul, quando faziam pregação em praça pública. A polícia suspeitou da intenção dos religiosos e, após detê-los, encaminhou-os para o Departamento de Ordem Política e Social em Porto Alegre. Eloi, estudante de Teologia em São Paulo e Vice Presidente Nacional das Igrejas Pentecostais Cristãs e Carlos Alberto que é pastor de Sapucaia do Sul, passaram a noite recolhidos ao xadrez do DOPS. Na tarde de ontem, após serem ouvidos pelo delegado Sérgio Krause, chefe de investigações daquele Departamento, foram liberados, pois ficou provado que em suas pregações, os pastores não tinham qualquer intenção subversiva.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: sem denominação

Função: Pastor

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	PAULO JOSÉ GOUVÊA
Nome para urna eletrônica:	PAULO GOUVÊA
Número:	2233
Partido Político:	Partido Liberal
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	19/04/1964
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Divorciado(a)
Ocupação:	Deputado
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	TENENTE PORTELA - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 600.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.



P/ Dep. Federal

Paulo Gouvêa



ESTATUTO DA CIDADE

2233

Em nosso entendimento, as instituições religiosas são livres para construir templos onde e como for conveniente aos interesses de seus fiéis. Já o Estatuto da Cidade, obriga que se faça o "Estudo de Impacto de Vizinhança" para a construção de novos templos.

O QUE É O "ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA" ?

Para se abrir uma Igreja, por exemplo, em qualquer localidade, será necessário um estudo com os vizinhos, perguntando, se são a favor ou contra a instalação da Igreja. Ao nosso ver, trata-se de mais uma Lei discriminatória, por tanto, para resolvermos mais esse empecilho contra a obra de Deus, encaminhamos um projeto de Lei, para retirar as Igrejas dessa exigência absurda.

Redução do Tempo de Carência das Entidades Filantrópicas

Reduzir para 2 (dois) anos, o tempo de carência das entidades filantrópicas tornando assim, mais rápido o repasse de verbas Federais para as mesmas

Por isso conto com o seu apoio, para continuarmos defendendo a obra de Deus.

P/ Dep. Federal

Paulo Gouvêa

2233

"VAMOS CONTINUAR TRABALHANDO"

Carta ao Povo Cristão



Amigo (a)

Talvez você não saiba que a lei federal nº 10.825/2004, "Que Garante às organizações religiosas total liberdade de criação, funcionamento e estruturação interna" é de autoria do deputado Paulo Gouvêa (PL/RS). Assim, vamos por meio desta, explicar a importância da Lei e o que aconteceria com as igrejas se ela não fosse aprovada. O novo Código Civil, obrigava as igrejas a ser uma simples associação ou fundação, portanto, qualquer pessoa que frequentasse a igreja por algum tempo, poderia intitular-se associado.

Entre tantos outros problemas que as igrejas poderiam enfrentar, podemos citar alguns exemplos:

- 1) O casamento entre pessoas do mesmo sexo. A direção da Igreja não poderia negar-lhes esse direito, ou correria o risco de sofrer um processo, sendo assim, obrigada pelo Poder Público a celebrar o casamento, mesmo que estas pessoas não praticassem a doutrina (convertido) da Igreja.
- 2) É importante lembrar que sem a alteração do novo Código Civil, as Igrejas seriam obrigadas a doar cerca de 70% de seus dízimos e ofertas.
- 3) O Ministério Público poderia interferir nas atividades das igrejas a qualquer momento, mediante solicitação do associado, sendo o órgão fiscalizador das Igrejas.
- 4) As Igrejas poderiam perder todos os seus bens.

Veja os projetos encaminhados pelo Dep. Paulo Gouvêa (PL/RS) em favor das Igrejas:

- Proposta de Emenda Constitucional - 2004, que isenta do Pagamento do IPTU os templos de qualquer culto, quer funcionem em prédio próprio da instituição religiosa, quer sejam alugados ou cedidos em comodato.
- Prestação de assistência Religiosa - Projeto de Lei nº 3660/04, "Que estabelece normas para a prestação de assistência religiosa em hospitais, e estabelecimentos prisionais".

NÃO SE DEIXE ENGANAR !

VOTE EM QUEM JA FEZ, E CONTINUA FAZENDO PELA OBRA DE DEUS !

P/ Dep. Federal

Paulo Gouvêa

2233

"VAMOS CONTINUAR TRABALHANDO"

UNIÃO RIO GRANDE AFIRMATIVO
PSDB - PFL - PPS - PL

LEVANTA RIO GRANDE "A" - PL - PHS - PTC - PAN - PSC - PRTB
PTdoB

YEDA 45

Marka Ltda. - CNPJ 94.116.860/0001-39

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Batista Betel

Função: Evangelista

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	CLAUDIO ALMIR FALCAO DO SANTOS
Nome para urna eletrônica:	FALCÃO
Número:	3131
Partido Político:	Partido Humanista da Solidariedade
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	12/02/1961
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Outros
Grau de Instrução:	Ensino Fundamental completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SAPUCAIA DO SUL - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 300.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Batista Brasileira

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	FERNANDA MACHADO INÁCIO
Nome para urna eletrônica:	FERNANDA MACHADO
Número:	4577
Partido Político:	Partido da Social Democracia Brasileira
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	11/09/1984
Sexo:	Feminino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados
Grau de Instrução:	Superior incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	PORTO ALEGRE - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 2.000.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Católica

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	JOÃO CARLOS CAVALHEIRO NEDEL
Nome para urna eletrônica:	JOÃO CARLOS NEDEL
Número:	1110
Partido Político:	Partido Progressista
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	07/02/1942
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	Contador
Grau de Instrução:	Superior completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SÃO LUIZ GONZAGA - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 1.300.000,00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.

UM VOTO DE CONFIANÇA

João Carlos
NEDEL 1110
DEPUTADO FEDERAL

SERIEDADE - COMPETÊNCIA - AÇÃO

CONTRA A CORRUPÇÃO

Governador: **TURRA**
Vice: **DIB**
Senadora: **MÔNICA**

CNPJ 03.550.879/0001-30

Ele trabalha para fazer da **Política** o encontro dos valores **Cristãos** com o **Bem Comum**

*Passado limpo, sério, inatacável.
Autor da Lei que proíbe o fumo em
recintos fechados de Porto Alegre.
Católico praticante e comprometido.
Disparado, um dos vereadores
que mais produz em Porto Alegre.*

www.joaoCarlosnedel1110.cam.br

João Carlos
NEDEL 1110
DEPUTADO FEDERAL - PP



**SERIEDADE - COMPETÊNCIA - AÇÃO
CONTRA A CORRUPÇÃO**

OBJETIVOS NA CÂMARA FEDERAL

- Defesa da família e iniciativa privada
- Uso responsável das verbas públicas
- Reforma política • Reforma tributária
 - Incentivo ao turismo
- Defesa micro / pequena empresa
 - Tolerância zero contra a corrupção, violência e invasões de propriedades

Governador: TURRA • Vice: DIB Senadora: MÔNICA

Eleições 2006 - Divulgação de Dados de Candidatos

Denominação: Igreja Católica

Função: membro

Candidato(a) a Deputado Federal - RS

Nome:	JULIANO DA PAZ CARVALHO
Nome para urna eletrônica:	JULIANO PAZ
Número:	4041
Partido Político:	Partido Socialista Brasileiro
Coligação:	Sem Coligação
Composição da Coligação:	Sem Coligação
Data de Nascimento:	09/11/1977
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Solteiro(a)
Ocupação:	Ocupante de Cargo em Comissão
Grau de Instrução:	Superior incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	PORTO ALEGRE - RS
Situação da Candidatura:	Deferido
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 800.000.00



[Processo de Candidatura](#)

[Declaração de Bens](#)

[Fechar](#)

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria Judiciária dos Tribunais Eleitorais. Sobre candidatos à presidência e vice-presidência da República, no TSE; e sobre os demais candidatos, nos Tribunais Regionais dos respectivos estados.